

ISSN 0103-4979

Salvador, v. 30, n. 81, p. 405-614

Set./Dez. 2017

publicação quadrimestral

Caderno CRH

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades



Caderno CRH é uma publicação quadrimestral do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH centro de pesquisas em ciências sociais, vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Este periódico está classificado no Qualis-Capes - base 2013, no Estrato A1.
Portal de periódicos da Capes - www.periodicos.capes.gov.br

Indexação/Indexed in: Redalyc, Sociological Abstracts (ProQuest), CLASE - Citas Latinoamericanas en Sociologia y Economía, Oasis.br, SciELO-Brasil, Scopus, CLACSO, IRESIE, Google Acadêmico, IBICT Oásis.br

Caderno CRH: revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA.
n.1 (1987) - Salvador, UFBA, 2017.

Quadrimestral
ISSN 0103-4979

1. André Gorz 2. Políticas Sociais 3. Ressocialização 4. Civilização luso-tropical
I. Universidade Federal da Bahia II. Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA
CDU: 3(05)

REITOR UFBA:

João Carlos Salles

DIRETOR FFCH:

Maria Hilda Baqueiro Paraíso

COORDENAÇÃO CRH:

Alvino Oliveira Sanches Filho

EDITOR CIENTÍFICO:

Iracema Brandão Guimarães

COEDITOR CIENTÍFICO:

Cristiana Mercuri, Jair Batista da Silva

EDITORES DE RESENHA:

Graça Druck, Jair Batista da Silva

EDITOR ASSISTENTE:

Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

SECRETARIA EXECUTIVA:

Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

A coordenação editorial do Dossiê desse número é de responsabilidade de *Josué Pereira da Silva*

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Alvino Oliveira Sanches Filho, Anete Brito Leal Ivo, Graça Druck, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Iracema Brandão Guimarães, Jair Batista da Silva, Paulo Fabio Dantas Neto

CONSELHO EDITORIAL:

Afrânio Garcia (EHESS-FR), Alda Britto da Motta (UFBA-BA), Beatriz Heredia (UFRJ-RJ), Benício Viero Schmidt (UnB-DF), Carlos Benedito Martins (UnB-DF), César Barreira (UFCE-CE), Claudia Fonseca (UFRGS-RS), Emilio Horacio Taddei (UBA-CONICET-AR), Francisco de Oliveira (USP-SP), Helena Hirata (CNRS-FR), Ilse Scherer-Warren (UFSC-SC), Jacob Carlos Lima (UFSCar-SP), José Crisóstomo de Souza (UFBA-BA), José Ricardo Ramalho (UFRJ-RJ), José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS-RS), Júlia Silva Guivant (UFSC-SC), Lia Zanotta Machado (UnB-DF), Lícia Valladares (Univ. Lille-FR/URBANDATA), Luiz Antônio Machado da Silva (UFRJ-RJ), Renato Boschi (IUPERJ-RJ), Sérgio Azevedo (UENF-RJ), Silke Weber (UFPE-PE), Vanda Sá Barreto (CEAO/UFBA), Vera da Silva Telles (USP-SP)

EDIÇÃO

PROJETO E COORDENAÇÃO GRÁFICA:

Dadá Marques

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA:

Sandra Batista

REVISÃO DE LINGUAGEM:

Ana Maria de Carvalho Luz

TRADUÇÃO DE RESUMOS:

Noili Demaman - Inglês

Patricia Chantal Marie Spielmann - Francês

CAPA:

Ilustração (sem título) de *Mathilde Cautiero Franco*, publicada no Calendário BRASIL/ARTES - 1978, editado pela Colorama Propaganda Fototécnica e Artes Gráficas Ltda - Rio de Janeiro.

A revista conta com o corpo de funcionários do CRH/UFBA, nas suas diversas áreas de competências.

Aceita-se permuta / *Exchanges desired*

Tiragem: 500 exemplares

Circulação: Outubro 2017

Correspondência e Assinatura:

Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH/FFCH/UFBA
Editoria “*Caderno CRH*”

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação

40.210-730 Salvador – Bahia – Brasil

Fone: 55 (71) 3283-5857 Fax: 55 (71) 3283-5851

www.cadernocrh.ufba.br

www.scielo.br/ccrh

revcrh@ufba.br

A impressão da presente revista foi viabilizada com recursos oriundos de acordo judicial firmado nos autos do processo n. 0001357-38.2014.5.20.0003, em que o Ministério Público do Trabalho em Sergipe litigou contra a empresa Cencosud Brasil Comercial Ltda.



Programa de Apoio



Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES



- André Langer* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor na Faculdade Vicentina – FAVI, de Curitiba, e tradutor. Entre suas publicações está: *Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz*. Cadernos IHU, v. 2, n. 5, 2004.
- Arnaud Trenta* Doctor en Sociología por el Conservatoire National des Arts et Métiers, París, Francia. Especialista en el análisis de las políticas sociales, movilizaciones colectivas y clases populares. Su metodología de trabajo combina la comparación internacional, el análisis multiescalar y la observación etnográfica. Es becario postdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), con lugar de trabajo en el Instituto de Ciencias Humanas, Sociales y Ambientales (INCIHUSA-CCT) de Mendoza, Argentina. Entre sus publicaciones, mencionamos: la coordinación, junto con Camille Hamidi, de “Associations et classes populaires : quels rapports au politique ?”, Sociétés contemporaines, en prensa; “Les pratiques associatives dans les banlieues de Paris et Buenos Aires. La comparaison de cas contrastés », Espaces et sociétés 2015/4 (n° 163), pp. 41-55 ; y, junto con Leandro Sebastián Lopez, “La citoyenneté ordinaire dans les quartiers de Buenos Aires”, Revue Tiers Monde, n. 216, p. 179-196, 2014.
- Eliska Altmann* Doutora em Sociologia pela UFRJ (PPGSA). Trabalha com temas relacionados a produção e recepção de bens culturais, movimentos de criação artística, representações, identidades e América Latina. Autora do livro *O Brasil imaginado na América Latina: a crítica de filmes de Glauber Rocha e Walter Salles - Contra Capa/ Faperj*, 2010. Idealizadora do projeto *CineCríticos*, cujo portal é dedicado à crítica de cinema na América Latina: www.cinecriticos.com.br. Organizadora da coleção *Cinema em livro: Eduardo Coutinho visto por*, editada pela 7Letras - 2017.
- Françoise Gollain* Doutora em Sociologia e Mestra em Filosofia. Professora associada da Open University (Reino Unido). Publicações recentes: *Une critique du travail. Entre écologie et socialisme* - Editions La Découverte (9 Mar. 2000); *André Gorz pour une pensée de l'écossocialisme - Le Passager Clandestin* (23 April 2014)

- Henrique Amorim* Doutor em Ciências Sociais. Professor Adjunto de Sociologia do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UNIFESP-Campos Guarulhos) e do Programa de pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Públicas (UNIFESP- Campos Baixada Santista) da Universidade Federal de São Paulo. Publicações recentes: *Trabalho Imaterial: Marx e o debate contemporâneo* (Annablume/Fapesp, 2009); *Valor-trabalho e imaterialidade da produção nas sociedades contemporâneas* (Clacso, 2012); *Teoria Social e Reduccionismo Analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho* (EDUSC, 2006); *Sociologia hoje* (Ática, 2013); e organizou o livro *Classes Sociais: novos questionamentos* (Annablume/Fapesp, 2015).
- Josué Pereira da Silva* Doutor em Sociologia pela New School for Social Research, New York, USA. Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Integra o Núcleo de Pesquisa Teoria Crítica e Sociologia ([HTTP://www.tcesociologia.ifch.unicamp.br](http://www.tcesociologia.ifch.unicamp.br)), desenvolvendo pesquisas na área de Teoria social crítica e Sociologia contemporânea. Publicações recentes: *Por que renda básica?* (Annablume, 2014); *Trabalho, cidadania e reconhecimento* (Annablume, 2008); *André Gorz: trabalho e política, 2ª. Edição* (Annablume, 2011).
- Márcio de Oliveira* Doutor em Sociologia pela Universidade de Paris V. Professor Titular do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa “Estudos sobre Sociologia, Multiculturalismo e Migrações Internacionais”. Integra o Programa Política Migratória e Universidade Brasileira (UFPR) desenvolvendo pesquisas na área de migrações internacionais. Publicação recente: *Habitus migrante e capital de mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios* (com Fernando Kulaitis, Revista Mediações, 2017); *Visages du Brésil meridional: l’immigration polonaise et italienne au Paraná entre la fin du XIXe siècle et le début du Xxe siècle* (Revue Confins, 2017); *Immigrants haitiens au Brésil: du multiculturalisme à l’oeuvre?* (Al Irfan, Revista de Ciencias Humanas y Sociales, 2016).
- Michael Löwy* Doutor em Ciências Sociais. Professor emérito da École des Hautes Études en Sciences Sociales. Diretor de pesquisa do Centre National de la Recherche Scientifique. Publicações: *Tempo messiânico e historicidade revolucionária em Walter Benjamin, Século XX. Journal of History*, n. 117, janeiro-março 2013, p.107-118; *A teoria da revolução no jovem Marx* ganhou nova edição em 2012; *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lucács e Walter Benjamin*. Tradução: Myriam Vera Baptista e Magdalena Pizante Baptista, 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012, 213p.; *Marx, os marxistas e a questão nacional: a Revolução de Outubro e o sonho naufragado*. In: *Incontornável Marx*. 2007.
- Norberto Hernández Jiménez* Docente investigador y miembro del grupo de investigación en derecho penal, derecho disciplinario y derechos humanos de la Universidad Libre (Bogotá). Director del Consultorio Jurídico de la Universidad de los Andes (Bogotá) y Asesor del Grupo de prisiones de la misma Universidad. Abogado, especialista y magister en derecho penal de la Universidad Libre (Bogotá). Especialista en derecho constitucional y en derecho administrativo de la Universidad del Rosario (Bogotá). Máster en criminología y ejecución penal de la Universitat Pompeu Fabra (Barcelona). Doctor en Derecho por la Universidad de los Andes (Bogotá). Sus temas de investigación son derecho penal, derecho procesal penal, criminología y justicia transicional.

Nuno Miguel Cardoso Machado Licenciado em Economia (Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa). Mestre em Sociologia Económica e das Organizações (ISEG, UTL). Doutorando em Sociologia Económica e das Organizações (ISEG, Universidade de Lisboa). Bolsista de Doutorado no SOCIUS.

Willy Gianinazzi Juntou-se ao conselho editorial de Cahiers Georges Sorel (então Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle) em 1984. Secretário de Mil neuf cent, d'Actuel Marx (1992-1994), membro da equipe editorial da L'Homme et la société (2003-2007) e EcoRev'. Revue critique d'écologie politique (desde 2016). Membro do partido francês Os Verdes de 1989 a 1996. Publicações: *André Gorz, uma vida*. Paris, La Découverte, 2016, 383 p.; *Nascimento do mito moderno*. Georges Sorel e a crise do pensamento académico (1889-1914). Paris, Ed. de la Maison des Sciences de l'homme, 2006, 231 p.; *Intelletuali in bilico. "Pagine libere" i sindacalisti rivoluzionari prima del fascismo*. Milão, Ed. Unicopli, 1996, 289 p.; *Litinerario di Enrico Leone. Liberismo e sindacalismo nel movimento operaio italiano*. Milão, Franco Angeli, 1989, 245 p.

413	DEZ ANOS SEM (COM) ANDRÉ GORZ - INTRODUÇÃO Josué Pereira da Silva
417	O CAPITALISMO IMATERIAL E A PRODUÇÃO DE SI, SEGUNDO ANDRÉ GORZ Willy Gianinazzi
427	O MARXISMO DE ANDRÉ GORZ Michael Löwy
435	O TRABALHO EM ANDRÉ GORZ: três reflexões, uma problemática Henrique Amorim
453	A “INVENÇÃO DO TRABALHO”: historicidade de um conceito nas obras de André Gorz, Dominique Méda, Françoise Gollain e Serge Latouche Nuno Miguel Cardoso Machado
479	RACIONALIDADE ECONÔMICA, TRABALHO E ECOLOGIA EM ANDRÉ GORZ André Langer
497	ANDRÉ GORZ, PELA INCONDICIONALIDADE DA RENDA Françoise Gollain
507	NOTA SOBRE O CONCEITO DE “REFORMAS REVOLUCIONÁRIAS” DE ANDRÉ GORZ Josué Pereira da Silva
523	POLÍTICAS SOCIALES Y ORGANIZACIONES POPULARES EN ARGENTINA (2003-2011): mediación social y movilización política en los barrios periféricos de Buenos Aires Arnaud Trenta
539	LA RESOCIALIZACIÓN COMO FIN DE LA PENA – una frustración en el sistema penitenciario y carcelario colombiano Norberto Hernández Jiménez
561	EM TORNO DA <i>CIVILIZAÇÃO LUSO-TROPICAL</i> : a contribuição de Gilberto Freyre à sociologia da imigração no Brasil Márcio de Oliveira
579	O RIO CAPITAL IMAGINADO PELA CRÍTICA CINEMATOGRAFICA: os casos de <i>Rio Fantasia</i> e <i>Rio, 40 graus</i> Eliska Altmann
RESENHAS	
597	A SOCIOLOGIA DE NIKLAS LUHMANN de Léo Peixoto Rodrigues e Fabrício Monteiro Neves Éverton Garcia da Costa, Gabriel Bandeira Coelho
601	LIBERAIS E ANTILIBERAIS: a luta ideológica do nosso tempo de Lamounier Bolívar Sidnei Ferreira de Vares
607	ENSAIOS SOBRE JUSTIÇA, RECONHECIMENTO E CRIMINALIDADE de J. Melo, D. Simião e S. Baines Marcus Cardoso
613	TABLE OF CONTENTS
614	TABLE DES MATIÈRES

INTRODUÇÃO

*Josué Pereira da Silva**

A morte de André Gorz completa dez anos em 22 de setembro de 2017. Importante intelectual de esquerda da segunda metade do século XX e início de século XXI, Gorz é autor de duas dezenas de livros e de uma grande quantidade de artigos e entrevistas, com destacada contribuição em diferentes áreas do conhecimento, como sociologia do trabalho e ecologia política. Após sua morte em 2007, seus escritos têm sido objeto de crescente atenção, como atestam os diversos livros e artigos publicados nos últimos anos a seu respeito. Por isso, o presente dossiê pode ser interpretado tanto como uma homenagem a Gorz quanto como uma interlocução qualificada com sua obra. Ao interpelá-la criticamente, as sete contribuições que formam este dossiê também contribuem para colocar a obra de Gorz no centro das discussões teóricas e políticas em ciências sociais e, sobretudo, em teoria social crítica.

* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Departamento de Sociologia. Rua Cora Coralina, 100. Cidade Universitária Zeferino Vaz. Barão Geraldo. Cep: 13083-896. Campinas – São Paulo – Brasil. josueps@unicamp.br

Com diversos livros publicados no Brasil,¹ Gorz é, há bastante tempo, uma figura conhecida entre nós. No entanto, o interesse por seus escritos, não só no Brasil, aumentou bastante após sua morte por suicídio em 2007. Desde então, presenciamos a produção de uma grande quantidade de textos – livros, coletâneas, artigos e entrevistas – que comentam sua obra ou algum aspecto dela. Destaco aqui alguns artigos na forma de obituário que vieram a público logo após o passamento de André Gorz e o de sua mulher Dorine.² Destaco também dois dossiês publicados no Brasil, um na revista *IHU On-line*, ainda em 2007,³ e outro na revista *Tempo Social*, em 2009.⁴ Entre os

¹ *Estratégia Operária e Neoliberalismo* (Zahar, 1968), *Socialismo Difícil* (Zahar, 1968), *Crítica da divisão do trabalho* (Martins Fontes, 1980), *Adeus ao Proletariado* (Forense/Universitária, 1982), *Metamorfoses do trabalho* (Annablume, 2003), *Misérias do presente, riqueza do futuro* (Annablume, 2004), *O Imaterial* (Annablume, 2005), *Carta a D. História de um amor* (Annablume/Cosacnaify, 2008), e *Ecológica* (Annablume, 2010).

² Ver a respeito Valdivielso (2007), Gollain (2008), Bowring (2008), Freitas (2008) e Campos (2008).

³ Esse dossiê conta com três entrevistas sobre Gorz com Josué Pereira da Silva, André Langer e Ricardo Antunes. (*IHU on-line*, 2007, p. 27-41).

⁴ De uma mesa organizada em homenagem a André Gorz, no *Encontro Anual da Anpocs*, realizado em outubro de 2007, em Caxambu (MG), resultou um dossiê, organizado por Iram Jacome Rodrigues e Josué Pereira da Silva e

muitos livros sobre Gorz publicados após sua morte, destaco duas coletâneas, *André Gorz: um penseur pour le XXIe siècle* (2009) e *Sortir du capitalisme: le scénario Gorz* (2013), que abordam diversos aspectos de sua obra e uma importante biografia intelectual, *André Gorz, une vie* (2016), que reconstrói toda sua trajetória intelectual e pessoal. Trata-se, portanto, de um conjunto de textos que abordam diversos aspectos da vida e da obra de Gorz: sua história de vida desde a infância, incluindo as mudanças de nome,⁵ a carreira como jornalista, o perfil de um intelectual existencial-marxista e filósofo autodidata, as influências intelectuais de Jean-Paul Sartre, Karl Marx e Ivan Illich em sua obra, assim como os diversos temas dos quais Gorz se ocupou em sua extensa produção intelectual.

Qualquer que seja o tema ou aspecto privilegiado em cada uma das análises, os estudiosos de sua obra realçam nela, como traço permanente, a crítica intransigente às formas de dominação e opressão e a necessidade de sua superação. Na medida em que sua crítica se baseia em diagnósticos de época atentos às mudanças sociais, ela não se fecha a revisões e autocríticas quando, em sua visão, elas se fazem necessárias. É à luz delas que devem ser analisadas algumas inflexões em suas análises, conforme são apontadas por alguns dos estudiosos de sua obra. Da mesma forma, é também à luz dessa capacidade de autocrítica que devemos avaliar suas proposições teóricas e políticas de mudança social.

publicado em 2009 na revista *Tempo Social*. Esse dossiê conta, além de uma apresentação assinada pelos organizadores Iram Jácome Rodrigues e Josué Pereira da Silva, e de um artigo do próprio André Gorz sobre “O envelhecimento”, com mais três outros artigos assinados por Josué Pereira da Silva, Iram Jácome Rodrigues e Ricardo Abramoway.

⁵ André Gorz nasceu em Viena, Áustria, em 9 de fevereiro de 1923, com o nome de Gehardt Hirst. Aos sete anos de idade, por causa da ascendência judaica do pai, a família trocou o Hirst por Horst (Horst significa bosque em alemão), de forma que seu nome passou a ser Gehardt Horst. Ao emigrar para a França após a Segunda Guerra mundial e tornar-se cidadão francês, ele trocou Gehardt por Gérard. Além do pseudônimo André Gorz, com o qual ficou famoso, ele também usava, principalmente nos escritos sobre ecologia, o pseudônimo Michel Bosquet (bosquet significa bosque em francês). Para mais informações, ver: Rodrigues e Silva (2009) e Gianinazzi (2016).

Os artigos que formam o presente dossiê não abordam todos os temas dos quais Gorz se ocupou. Mas, independentemente da chave analítica escolhida, cada autor ou autora procura, cada um ou uma à sua maneira, abordar seu próprio tema à luz do conjunto da obra gorziana. A despeito disso, no entanto, os artigos variam não só no que respeita ao tema abordado, mas também em sua pretensão de abrangência. Por isso, falarei a seguir, brevemente, de cada um deles, seja para justificar seu lugar no conjunto do dossiê, seja para destacar a contribuição específica de cada um.

X X X

Abro o dossiê com o artigo de Willy Gianinazzi, “O capitalismo de imaterial e a produção de si segundo André Gorz”, porque, embora seja um texto relativamente curto em comparação com alguns dos outros, ele é bem abrangente no que concerne à abordagem de Gorz a respeito do capitalismo contemporâneo. É um texto conciso e claro na apresentação daquilo que eu denominaria diagnóstico gorziano de época. O diagnóstico enfatiza a passagem para o capitalismo do imaterial, no qual a inteligência coletiva (*o general intellect*) torna-se a força produtiva principal. Gianinazzi não se limita, no entanto, a apresentar o diagnóstico gorziano do capitalismo; ele também realça as consequências teóricas e políticas que dele decorrem, sobretudo na formulação de proposições políticas de mudança social que apontam para uma superação do capitalismo. Por permitir aos leitores uma sucinta visão de conjunto das formulações de Gorz, considerarei que era o mais apropriado para iniciar o dossiê.

O artigo “O marxismo de André Gorz”, de Michael Löwy, que partilha, em grande medida, a abrangência analítica do anterior, trata de um tema recorrente e polêmico entre aqueles que lidam com a obra de Gorz. Basta atentar para a pergunta com a qual Löwy abre seu texto: “Gorz era marxista?” Desde a década de 1980, quando comecei a trabalhar de for-

ma mais detida com os escritos de Gorz, ouço esse tipo de pergunta. Geralmente as pessoas de quem ouvi perguntas como essa a respeito de Gorz não diziam o que elas próprias entendiam por marxismo, mas se diziam marxistas e, no mais das vezes, colocavam Gorz fora desse universo. Löwy aborda a questão de forma mais inteligente e menos ortodoxa, porque, em vez de procurar classificar o autor ideologicamente como marxista ou não, ele vai ao ponto que mais interessa: o emprego por Gorz do instrumental teórico de Marx em suas formulações e análises da sociedade capitalista. Além disso, Löwy chama a atenção tanto para a reflexão de Gorz em torno da ecologia política – tema geralmente ignorado pelos marxistas ditos ortodoxos – quanto para a alternativa ecossocialista indicada por seus escritos.

Os três artigos seguintes abordam um tema central na obra de Gorz: o trabalho. Embora suas abordagens sejam diferentes e até certo ponto divergentes entre si, os três formam um núcleo comum temático em torno do problema do trabalho, ainda que muitas vezes transcendam a análise desse tema.

Em “O trabalho em André Gorz: três reflexões, uma problemática”, Henrique Amorim propõe-se a problematizar a concepção (ou concepções) de trabalho presente em três momentos da obra de Gorz. Assim, além de realçar o problema do trabalho em cada um dos momentos, Amorim identifica uma oscilação nos escritos de Gorz em relação ao lugar ocupado pelo trabalho e argumenta, ademais, que tal oscilação decorre da sua interpretação sobre o desenvolvimento das forças produtivas. Por isso, ele conclui que Gorz permanece prisioneiro de uma determinação tecnológica e de um limitado conceito de trabalho.

No artigo “A invenção do trabalho: historicidade de um conceito nas obras de André Gorz, Dominique Méda, Françoise Gollain e Serge Latouche”, Nuno Machado também se interessa pelo conceito de trabalho em Gorz, mas o faz a partir de uma análise na qual discute a evolução do conceito de trabalho em

Gorz à luz das contribuições de alguns de seus interlocutores contemporâneos. Ao enfatizar a contribuição e o pioneirismo de Gorz no que se refere à historicidade do trabalho, Machado contrapõe a formulação gorziana às concepções trans-históricas de trabalho, que o concebem como categoria ontológica.

Assim como os dois últimos autores, André Langer, em seu artigo “Racionalidade econômica, trabalho e ecologia em André Gorz”, dedica-se ao problema do trabalho. Seu interesse, no entanto, não está propriamente centrado no conceito de trabalho, mas sim na relação entre trabalho e crise ecológica. Ao colocar o tema da crise ecológica no centro de sua discussão, Langer realça os usos que o capitalismo faz do trabalho-emprego como instrumento de destruição da natureza. Com isso, ele põe em discussão não só o tema da ecologia política, já abordado por Michael Löwy, mas também o da crise do capitalismo, objeto do primeiro artigo de Willy Gianinazzi.

O artigo seguinte, “André Gorz, pela incondicionalidade da renda”, de Françoise Gollain, trata de um tema que aparece rapidamente no artigo de Gianinazzi. Em seu texto, Gollain toma como objeto a análise de Gorz a respeito da renda de existência, mostrando como o tema evoluiu nos escritos de Gorz desde a década de 1980 até 2007, quando publicou seus últimos textos. Mas sua análise do tema da incondicionalidade da renda nos diversos momentos da produção gorziana não se limita à discussão específica da renda de existência; ela discute o tema colocando-o no contexto da teoria de Gorz em seu conjunto. Dessa forma, ela deixa muito claro que a posição de Gorz a respeito da incondicionalidade da renda só faz sentido se for compreendida em conexão com outros dois importantes temas presentes nas formulações dele: a redução do tempo de trabalho e o incentivo ao desenvolvimento de atividades autônomas, cujo sentido está nelas próprias. Assim, os três temas formam, em conjunto, um tríptico que é a base da concepção gorziana de uma sociedade

de multiatividade. Vê-se, pois, que, embora se proponha a lidar com um tema específico, Gollain empreende, em seu artigo, uma análise abrangente seja da própria obra de Gorz, seja da crítica dele ao capitalismo, seja ainda do horizonte emancipatório anunciado por suas proposições de políticas sociais.

No artigo que completa o dossiê “Nota sobre o conceito de ‘reformas revolucionárias’ de André Gorz”, Josué Pereira da Silva procura recuperar uma categoria formulada por Gorz na década de 1960 e também utilizada por ele em seus escritos mais recentes. Silva defende a tese de que o conceito gorziano de ‘reformas revolucionárias’ é um unificador metodológico de suas formulações sobre mudança social, além de se constituir em importante ferramenta para que ele vincule as lutas em torno de temas imediatos da vida cotidiana a outras lutas mais abrangentes, tendo em vista um horizonte emancipatório de médio e longo prazo. Para tanto, Silva ilustra sua análise com dois temas caros às preocupações de Gorz: a redução do tempo de trabalho e a renda de existência (tema abordado mais detidamente por Gollain no artigo anterior). Nas considerações finais, Silva ensaia ainda algumas aproximações entre o mencionado conceito de Gorz e algumas ideias formuladas por outros autores contemporâneos.

Por fim, este dossiê objetiva não apenas homenagear André Gorz aos dez anos de sua morte, mas também contribuir para impulsionar ainda mais o interesse por sua obra, que se constitui numa das mais importantes críticas à irracionalidade do capitalismo contemporâneo.

X X X

E, *last but not least*, quero registrar meus agradecimentos a Celia Maria Marinho de Azevedo e a Fabio Mascaro Querido, que gentilmente traduziram do francês, respectivamente, os artigos de Willy Gianinazzi e de Michael Löwy.

Recebido para publicação em 25 de junho de 2017
Aceito em 24 de julho de 2017

REFERÊNCIAS

- BOWRING, F. The writer's malady. André Gorz, 1923-2007. *Radical Philosophy*, London, n.148, p. 52-56, 2008.
- CAILLE, A.; FOUREL, C. (Ed.). *Sortir du capitalisme: Le scénario Gorz*. Lormont: Le Bord de l'eau, 2013.
- CAMPOS, R. L. S. de. André Gorz: saber e inteligência enquanto experimentação ética. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, SP, v. 1, n. 1, p. 1-3, 2008.
- FOUREL, C. (Ed.). *André Gorz: Um penseur pour le XXI^e siècle*. Paris: La Découverte, 2009.
- FREITAS, R. A. de. Tempo de trabalho e autonomia: uma homenagem a André Gorz. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n.1, pp. 131-138, 2008.
- GIANINAZZI, W. *André Gorz, une vie*. Paris: La Découverte, 2016.
- GOLLAIN, F. André, mon maître. Hommage à André Gorz. *Revue du MAUSS*, Paris, n. 31, p. 315-327, 2008.
- IHU ON-LINE: Revista do Instituto Humanitas Unisinos. São Leopoldo, RS: Instituto Humanitas Unisinos ano VII, 1 out. 2007. <www.unisinos.br/ihu>. Acesso em:
- RODRIGUES, I. J.; SILVA, J. P. da. Apresentação, *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 1-9, 2009.
- TEMPO SOCIAL. São Paulo: USP, v.21, n.1, jun. 2009. <[Http://www.ffcl.usp.br/sociologia/tempocial](http://www.ffcl.usp.br/sociologia/tempocial)>. Acesso em:
- VALDIVIELSO, J. André Gorz, perfil político y filosófico de um intelectual disidente: In memoriam. *Revista Internacional de Filosofía Política*, Madrid, n. 30, p. 101-116, Dic. 2007. 2007. <[HTTP://e-spacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned.filopoli-2007-30-0007.PDF](http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned.filopoli-2007-30-0007.PDF)>. Acesso em:

O CAPITALISMO IMATERIAL E A PRODUÇÃO DE SI, SEGUNDO ANDRÉ GORZ¹

Willy Gianinazzi*

Ao analisar a evolução do capitalismo contemporâneo (automação, informatização, globalização), André Gorz sublinha suas consequências sociais (desemprego, precariedade, desigualdades, pobreza). Focando sua análise nas transformações do trabalho (valorização da inteligência e da imaginação) que acompanham essas mudanças, ele decifra a emergência de uma inteligência coletiva de que o capitalismo tenta se apropriar, mas que se confunde com a “produção de si”, isto é, com atividades nas quais as faculdades pessoais podem se desenvolver fora do trabalho subordinado. Uma riqueza de novo tipo é criada; ela é qualitativa e fundada nos vínculos sociais de cooperação. A renda básica é concebida como uma âncora existencial transitória, que permite esse salto.

PALAVRAS-CHAVE: André Gorz. Produção de si. Capitalismo cognitivo. Renda básica.

INTRODUÇÃO

Poucos pensadores como André Gorz têm se empenhado em renovar continuamente a sua reflexão sem jamais se dar por satisfeito com o ponto de chegada, sempre provisório. Até seu último dia, Gorz se ateu à tarefa teórica de abrir os canais de saída da dominação capitalista e de destruição do modo de vida que essa dominação implica. Cerca de dez anos após a sua morte em 22 de setembro de 2007, aos 84 anos de idade, a publicação de sua primeira biografia intelectual na França, sob os nossos cuidados (Gianinazzi, 2016), deu lugar a julgamentos maravilhados que o qualificam de “precursor”, de “visionário”, e que se perguntam se não se descobriu, nesse ecologista radical, “o grande pensador do século XXI”. O Partido socialista francês confirmou

a atualidade de seu pensamento ao escolher como candidato à eleição presidencial de 2017 Benoît Hamon, cujas análises econômicas e proposições políticas lembram surpreendentemente os teoremas gorzianos.

UM PENSADOR PARA O SÉCULO XXI

Se, todavia, Gorz aparece como um oráculo a predizer o declínio do capitalismo e a possibilidade de um outro mundo que seja humanamente desejável, não é por uma intuição providencial, mas porque ele não cessa de descortinar as tendências tempestuosas de nosso mundo ingresso na era do Capitaloceno.

Se, desde 1954, ele investiga (apesar de não se inquietar em demasia) o aquecimento climático devido à poluição industrial, cuja consequência será o aumento do nível dos oceanos, é simplesmente porque ele perscruta a literatura científica. Se, desde 1959, em seu livro *Morale de l’histoire*, ele denuncia a obsolescência psicológica das mercadorias submetidas à sua renovação incessante, o que induz, por sua vez, seu desperdício e sua escassez

* Historiador e pesquisador independente.
willy.gianinazzi@ehess.fr

¹ Traduzido do francês por Celia Maria Marinho de Azevedo.

necessária (para manter o preço delas), é porque ele conhece as estratégias de manipulação dos desejos e das necessidades que o *marketing* norte-americano lança de propósito para submeter os indivíduos ao círculo infernal da produção-consumo. Se, desde 1972, e depois em seu manifesto *Écologie et Liberté* (1977), ele prega o decréscimo econômico dos países ricos e se opõe à obsolescência programada, exigindo a fiscalização da durabilidade dos produtos, é porque a consciência ecológica do desastre planetário, para o qual a lógica produtivista conduz inexoravelmente, já está viva, sobretudo graças ao célebre relatório Meadows (*Limites do Crescimento*, 1972).

Mas, acima de tudo, se Gorz demonstra clarividência na análise daquilo que se tornou hoje a “megamáquina tecnocapitalista” apoiada nas finanças, é porque, há mais de quarenta anos, nós vivemos uma mesma situação: ingressamos numa fase indolente do capitalismo, que se prolonga por sobressaltos e soluções enganosas até nossos dias. Não poderíamos compreender de outro modo a sagacidade de Gorz, quando ele declara, em 1983:

No que concerne à crise econômica mundial, estamos no início de um longo processo que se prolongará por decênios. O pior ainda está diante de nós, ou seja, o colapso financeiro de grandes bancos e provavelmente também dos Estados” (Gorz apud Gianinazzi, 2016, p. 330-331).

A pertinência de sua análise decorre também do fato de ter sido “elaborada em um contexto de capitalismo avançado, em países de alta industrialização”, ao contrário da conjuntura social brasileira, que não vivenciou “o mesmo desenvolvimento das forças produtivas da Europa e dos Estados Unidos”; talvez seja por isso que a sociologia brasileira tem frequentemente assimilado mal suas teses em matéria de evolução do trabalho e das classes sociais² (Grazia, 2014).

Tudo começou no final de 1973, com um epifenômeno, a crise petrolífera mundial. “Os

Trinta gloriosos” (1945-1976) chegam ao fim, como se diz na França de acordo com o economista Jean Fourastié. A tendência (ciclo longo à *la Kondratiev*) se inverte. Nos países desenvolvidos, assiste-se à expansão da divisão de trabalho – pela subcontratação, depois pela globalização –, à automatização seguida da robotização, ao salto exponencial da informática seguido da Internet. Tudo isso constitui a dita “terceira revolução industrial”, cuja característica é a novidade de pôr fim à preponderância da indústria (a denominação dessa revolução é, pois, imprópria³), sem nada trazer à cena que estimule uma nova onda de crescimento. Doravante, nesses países, o crescimento será nulo ou se elevará um pouco acima de zero.

No seguimento de suas obras escritas nos anos 1980, *Adeus ao Proletariado e Metamorfoses do Trabalho*, Gorz (1982, 2003b) descreve em detalhe o sentido dessa mutação estrutural, cujas consequências sobre a vida das pessoas ele põe em evidência. O desemprego, a precariedade, as desigualdades sociais e o nível de pobreza alcançam picos jamais iguados desde o final da Segunda Guerra Mundial. A destruição dos empregos tradicionais nos setores atingidos por essas mutações é compensada pela criação de novos empregos nos serviços, porém, não suficientemente para reabsorver o aumento da população ativa. O desemprego, ao atingir níveis muito elevados, torna-se estrutural.

Assim que assistimos às retomadas cíclicas (ciclo à *la Juglar*) da economia, percebemos, tal como nos Estados Unidos dos anos 1980, que a expansão do emprego concerne às atividades pouco qualificadas, como na restauração, na limpeza, no auxílio às pessoas (*care*). A retomada econômica atual, que se vê, por exemplo, na Alemanha, na Inglaterra, na Dinamarca e nos Estados Unidos, é significativa das mutações profundas que perpassam o trabalho há decênios: aquilo que se chama retorno ao “pleno emprego”, que se situa, doravante, em

² Reconheçamos que Josué Pereira da Silva, que não é mencionado nesse estudo, é uma exceção.

³ Alvin Toffler tem razão de preferir a expressão mais vaga de *A Terceira Onda* (1980).

níveis elevados de desemprego “técnico”,⁴ devido ao *turn over* global – 4% a 6% da população ativa! –, esconde para além da renovação de uma fina camada de empregos altamente qualificados, a proliferação dos “empregos de merda” (*bullshit jobs*) – alienantes, sub-pagos e socialmente inúteis –, ou seja, a instalação definitiva de uma mão de obra cada vez mais numerosa na precariedade e na insegurança de vida. Também Gorz não deixou de perceber o declínio do emprego em *tempo integral e durante a vida* em benefício de formas múltiplas de trabalho precário, que vão da prestação de serviço do trabalhador independente (contrato pontual, tarefa, *freelance*, etc.) ao trabalho interino, intermitente, em tempo parcial subordinado, até o trabalho gratuito voluntário (30.000 pessoas forneceram generosamente a logística dos jogos olímpicos no Rio!).

AUTONOMIA E INTELIGÊNCIA COLETIVA

O modo de produzir e a natureza do trabalho também foram profundamente transformados pela terceira revolução industrial. Assim como os futuristas norte-americanos Alvin Toffler (1980) e Jeremy Rifkin (2001), Gorz chama a atenção para isso em seus dois últimos ensaios, *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*, publicado primeiramente em 1997, e *O Imaterial*, em 2003. A automatização eliminou os ofícios, mas, incidentalmente, exaltou as faculdades de controle, de organização e de reativação dos engenheiros. A digitalização desqualificou os ofícios e, ao mesmo tempo, enfatizou a polivalência profissional dos indivíduos, dando livre curso ao manejo virtuoso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A administração foi transformada; ela conduziu ao enriquecimento e à intelectualização das tarefas, solicitou as capacidades

⁴ “Técnica” no sentido em que um período de desemprego obrigatoriamente transcorre entre a perda e o retorno ao emprego. A importância da formação permanente torna-se, agora, uma variável determinante do nível de desemprego.

criativas e imaginativas, valorizou a iniciativa e a comunicação. Ela se fez acompanhar da exigência de implicação e de devotamento total da pessoa a seu trabalho, sem limite de tempo. Trata-se de *O Novo Espírito do Capitalismo* (2009), descrito, após Gorz, pelos sociólogos Luc Boltanski e Ève Chiapello.

Se considerarmos o trabalho contemporâneo no nível mais moderno e estratégico de sua expansão – ou seja, abstraindo o trabalho propriamente material de transformação ou execução –, ele se caracteriza, segundo Gorz, por dois traços eficientes. O primeiro é a *autonomia*: o trabalho vivo alcança a mais alta produtividade na medida em que a autonomia do trabalhador, seja ele assalariado ou independente, é reconhecida, mesmo encorajada. O segundo é a *inteligência*, porque, doravante, “[...] a forma mais importante da força de trabalho é o intelecto” (Gorz, 2004, p. 13). Portanto, o processo de produção não se reduz mais ao processo de “trabalho imediato”, que consiste em “fabricar” o produto. De agora em diante, o valor agregado é dado principalmente pelos fatores de produção que decorrem de um trabalho “mediato” invisível, imaterial, autônomo: o trabalho de inteligência (e de afeto).

Mas suas novas qualidades produtivas intelectuais (e afetivas) não estão mais exclusivamente ligadas ao mundo da produção, como era o caso da ciência incorporada nas máquinas e na organização técnica do trabalho, embora sejam imanentes às próprias pessoas. Enquanto os conhecimentos científicos se cristalizam no “capital fixo”, essa inteligência coletiva advém do “capital humano” como “saber vivo”. É a grande novidade. Ao apoiar-se sobre um bom nível de instrução geral, sobre o acesso à TIC, essa intelectualidade de massa é feita de saberes experimentados que são também o saber-fazer espontâneo e informal que quase não pode ser ensinado.

O que impressiona – escreve Gorz – é que não se trata aqui nem de conhecimentos, nem de qualificações profissionais [...] Todas essas qualidades e essas faculdades são habitualmente próprias dos prestadores de serviços pessoais, dos fornecedores

de um trabalho imaterial impossível de quantificar, estocar, homologar, formalizar e até mesmo de objetivar (Gorz, 2005a, p. 17).

Lá, onde os discípulos de Michel Foucault veem, nesse tipo de trabalho, a subsunção da vida ao capital – o italiano Andrea Fumagalli (2016) fala de “capitalismo biocognitivo” –, reside, segundo Gorz, uma parte do problema encontrado pelo capitalismo. Isso significa, de fato, que o capital humano não é mensurável e que a estimativa dos ativos imateriais de uma firma é uma operação muito aleatória – e, no entanto, essencial para os acionistas ou as instituições de crédito. Não é só isso: ao reduzir a uma parte secundária o trabalho imediato como fator de produção, o trabalho imaterial remove, do tempo de trabalho, como Karl Marx (2011) o previu, sua função clássica de medida do valor produzido. O capital, que sempre necessitou de padrão para a sua valorização no mercado, não parece mais repousar sobre algo. Aos olhos de Gorz (apud Gorz; Vincent, 2001), valor e sobretrabalho são as categorias que perdem sentido. A *dominação* do capital não diminui por isso, pois ela se mantém total: a função reguladora do valor diminui, ela perde o lugar, no plano da gestão, em relação à especulação financeira dos conselhos de administração, que registram mais do que os lucros tirados da produção, e no plano social, em relação a uma redução do custo do trabalho graças às relações salariais cada vez mais flexíveis.

RENDIMENTO DE MONOPÓLIO E PRODUÇÃO DO CONSUMIDOR

Para Gorz, não é tudo. A expansão e a não mensurabilidade da inteligência coletiva impulsionam o capitalismo a se apropriar dela, formalizando-a nos conhecimentos que ele não pode privatizar diretamente, mas aos quais ele anexa um valor mercantil, cujo acesso é privatizado pelos artificios técnicos (códigos de acesso, etc.) ou jurídicos (direitos de autor, patentes, etc.) – como Rifkin o viu bem também

em *A era do acesso* (2001). Gorz (2005a p. 44-48) assimila essa operação à constituição de um “rendimento de monopólio”. A seu ver, ela nunca se completa, nem é satisfatória jamais, não somente porque o saber ultrapassa o quadro posto pelo trabalho e pode circular livremente sob sua forma digitalizada, mas também porque o valor mercantil de seus produtos não para de diminuir na proporção de sua reprodutibilidade infinita por um custo marginal ínfimo (é o caso dos produtos farmacêuticos ou dos produtos digitalizados – *software*, música, filmes). Para lutar contra a tendência à “gratuidade” dos produtos de inteligência, o capital empenha-se em organizar sua “escassez”.

Todas essas dificuldades enfrentadas pelo processo de valorização explicam por que Gorz (2005a, p. 7) pode afirmar sem nuance: “O ‘capitalismo cognitivo’ é a crise do capitalismo em seu sentido mais estrito”.

A escassez dos produtos imateriais, que salvaguarda o seu valor, pode, portanto, ser obtida por meio de sua monopolização. Outra astúcia consiste em anexar nesses produtos, assim como em toda mercadoria, as novas qualidades simbólicas, afetivas e estéticas que as tornam únicas no tempo de uma campanha de *marketing*. Ou ainda, como o mostra “com excelência” Naomi Klein, em sua afamada obra *Sem Logo* (2002), que cuidar da *imagem* da marca se torna, de ora em diante, o essencial do valor do produto. Tudo isso pressupõe o empenho na “produção do consumidor” (Gorz, 2005a, p. 48-53), ou seja, no trabalho de *marketing* para que a subjetividade do consumidor corresponda à valoração simbólica das mercadorias que essa mesma subjetividade contribui para modelar em retorno pela solicitação de opinião ou da contribuição do consumidor. A propósito, os anglo-saxões falam em *crowdsourcing*.

A PRODUÇÃO DE SI

“Ao tornar-se a base de uma produção de valor fundada sobre a inovação, a comunica-

ção e a improvisação contínua, o trabalho imaterial tende finalmente a se confundir com um trabalho de produção de si” (Gorz, 2003a, p. 120). Dito de outro modo,

[...] o capital fixo não tem mais uma existência separada; ele está subsumido, interiorizado por homens e mulheres que têm a experiência prática concreta na qual a principal força produtiva não é nem o capital-máquina nem o capital-dinheiro, mas a paixão viva com a qual imaginam, inventam e incrementam suas próprias capacidades cognitivas ao mesmo tempo em que incrementam igualmente sua produção de conhecimentos e riqueza. A produção de si é, aqui, produção de riqueza, e vice-versa (Gorz, 2016, p. 14).

“A produção de si” é um conceito elaborado por Gorz. Ele tem por base a expressão idêntica que Gorz encontra em Alain Touraine, sociólogo francês por quem ele tem grande apreço. Em sua *Crítica da Modernidade*, Touraine (1994) o utiliza para designar o Sujeito se fazendo. Em Gorz, esse conceito frutifica em contato com autores como o psicanalista Félix Guattari⁵, com o qual ele compartilha a sua teoria ecosófica – mental, sociopolítica e ecológica (Guattari, 1990) – ou como o sociólogo Roger Sue (2004), que enfatiza a “[...] passagem do indivíduo produtivo à produção do indivíduo, onde o indivíduo é menos o instrumento de sua produção que sua matéria prima”. Esse conceito pretende significar a subjetivação singular de um fundo cultural comum – a inteligência coletiva –, que consiste “[...] essencialmente em adquirir, desenvolver, enriquecer as capacidades de prazer, de ação, de comunicação, de criação, de cognição, etc., como fins em si mesmos” (Gorz, 2001, p. 80). É graças ao peso crescente dos conteúdos imateriais na natureza das mercadorias que a tendência à autoprodução ganha de novo terreno.

Todavia a liberdade de agir e o desabrochar pessoal do indivíduo, que parecem constituir e permitir essa produção de si, não são mais do que virtuais. Isso porque a produção de

si representa uma espécie de “acumulação primitiva”, em que as empresas jogam quase que gratuitamente. Os administradores das grandes firmas vigiam para que a “autonomia” da produção de si, prova de todas as suas virtudes produtivas, seja preservada, ao transmitirem uma ilusão de metamorfosear colaboradores, prestadores, consultores e outros incumbidos da missão em pequenos empreendedores autônomos, sejam eles assalariados ou independentes.

Assim – escreve Gorz em 1998 –, existem hoje indústrias de alta tecnologia [por exemplo, Google] que exigem que seus empregados despendam tempo envolvidos com outros assuntos que não a produtividade empresarial – filosofia, dança, música, etc. A criatividade é desejada pela direção da empresa porque ela observou que a força de trabalho torna-se apática, que sua imaginação inventiva desaparece quando ela não pode usar o tempo livremente como pessoas criativas (Gorz, 1998, p. 184)⁶.

Mas, longe de desaparecer, a coerção que o trabalho impõe não é menos interiorizada, e a parte da autonomia que os “trabalhadores cognitivos” experimentam no trabalho deles não suprime em nada a “heteronomia” das funções impostas por uma organização devido a uma meta pré-estabelecida que lhes escapa. Essa “autonomia no seio da heteronomia” é, portanto, “[...] uma autonomia dominada, sujeitada, subalterna, instrumentalizada que não tem de fato os meios de se pretender ela mesma como exigência de emancipação total” (Gorz apud Gollain, 2000, p. 226).

Não obstante, a essência subjetiva da produção de si abriga as verdadeiras potencialidades da autonomia, as quais fazem dessa questão o jogo de um “conflito central”. Potencialidades que não se confundem com a “autovalorização” ou o autoempreendimento, isto é, com o anúncio de venda de si mesmo como mercadoria – o filósofo autonomista Antonio Negri foi pouco feliz ao inventar a noção ambígua de autovalorização, que contém o princípio motor do capitalismo, mas que, para ele,

⁵ Em vários escritos de Guattari, encontram-se expressões como “produção singular da existência”, “produção da existência humana”, “produção de si como sujeito”, “produção de subjetividade”, etc.

⁶ Tradução modificada.

é uma categoria antieconômica (Gorz, 2007, p. 104). Isso porque a importância do tempo dedicado ao trabalho invisível, ou seja, às “atividades nas quais as faculdades pessoais podem se desenvolver”, terminará – espera Gorz – por impulsionar as pessoas a “[...] contestarem a lógica do capital. O que hoje é necessário ao capitalismo também contém o germe da existência de sua ultrapassagem” (Gorz, 2005b).

OUTRA ECONOMIA E OUTRA RIQUEZA

Nos tempos de hoje, novas formas de trabalho auto-organizado aparecem através daquilo que se chama economia cooperativa, compartilhada, solidária e impulsionada pelo êxodo urbano de famílias ecoalternativas⁷ agropastoral extensiva. Ao lado do setor privado e do setor público, um *terceiro setor* está em nascimento. Frente à rarefação relativa e à indigência dos empregos remunerados, que não passam de um ganha-pão, desenvolve-se, em particular entre os jovens, a vontade de produzir eles mesmos riquezas que não têm necessariamente um valor mercantil, mas que têm um valor em si mesmas.

Tais riquezas são vínculos sociais de cooperação. Em suma, as redes cooperativas constroem um espaço público culturalmente e praticamente crítico em relação ao sistema capitalista. O dinheiro deixa de ser a medida da riqueza e a auto-organização libera os indivíduos da impotência e da dependência. Encontramos aí a inspiração original do movimento operário (Gorz, 2005b).

Na entrevista destinada ao Brasil, de onde tiramos a citação acima, Gorz (2005b) acrescenta:

Parece-me que o Brasil desempenha um papel de vanguarda nesse sentido. Suas cooperativas procuram combater o desemprego não mais por meio da criação de empregos assalariados, mas dando aos desempregados os meios de produzir coletivamente para necessidades comuns. O trabalho é então com-

preendido como algo que se faz, e não algo que se tem. O trabalho liberado da tirania do emprego é um poder que você toma para si, enquanto o emprego é uma dependência. Encontramos também, nas comunas rurais da Índia, o exemplo de cooperativas de autoprodução comunal. Mas, no Brasil, parece-me que o novo cooperativismo carrega a concepção de um novo modelo de desenvolvimento: uma definição de riqueza que converge com aquela sugerida por Amartya Sen [economista indiano que ganhou o “Prêmio Nobel” em 1998]. Creio que há, no Brasil, mais do que em outros lugares, o melhor e o pior, mas se trata também de um país no qual a parte do melhor e a resistência ao pior não cessam de ganhar terreno na consciência popular.

A RENDA DE EXISTÊNCIA

A evolução contemporânea do capitalismo comporta um problema assim formulado por Gorz (2007, p. 95-96):

A revolução microeletrônica permite produzir quantidades crescentes de mercadorias com um volume decrescente de trabalho, de sorte que, cedo ou tarde, o sistema deve colidir com seus limites internos. O capitalismo que se automatiza até a morte deverá buscar a sua sobrevivência por meio de uma distribuição de poder de compra que não corresponde ao valor de um trabalho.

Nos anos 1980, Gorz (1983, p. 118) pensava que a economia de trabalho permitida pela automatização oferecia a possibilidade de uma “[...] redução massiva da duração do trabalho com garantia de um ganho social para a vida”. Ele retomava a ideia do economista e sindicalista sueco Gösta Rehn, para quem era preciso

[...] permitir que cada um tirasse, dentro de certos limites, ao longo de toda a sua vida ativa, parcelas de sua aposentadoria, ao parar durante períodos mais ou menos longos (durante os quais se continuava a ser pago) de realizar um trabalho (assalariado) para se dedicar a atividades diferentes: por exemplo, estudar, cultivar a terra, construir sua casa, ocupar-se de seus filhos, militar, viajar, pintar, etc. (Gorz, 1983, p. 189).

Ao trabalho descontínuo deve corresponder um salário contínuo. A “renda social

⁷ Esse fenômeno ganhou uma certa amplitude sobretudo na França.

garantida” preconizada por ele permanecia, portanto, ligada a um certo volume de trabalho que era necessário realizar ao longo da vida, mas sem relação direta com ele: “É necessário que a renda distribuída pare de ser uma função da quantidade de trabalho fornecida para se tornar função da quantidade de riqueza que a sociedade escolheu produzir” (Gorz, 1983, p. 189). A partir precisamente de 1996, Gorz radicaliza o seu ponto de vista ao aprofundar a ruptura entre o trabalho e a renda: esta última deve ser garantida independentemente da participação ou da disponibilidade de criação de riquezas valorizadas pelo capital. Isto porque, como vimos, há outras riquezas que contribuem para o bem-estar humano: não se trata daquelas que, postas sob o jugo do valor e tendo produzido matérias e energias em quantidade crescente, levam à exaustão e à degradação da biosfera, conduzindo a humanidade à sua perda. Gorz aderiria, assim, à ideia de uma renda de existência sem contrapartida alguma. Desse modo, ele operava uma inversão total da relação entre trabalho e renda: não era mais preciso constranger o trabalhador a trabalhar para ter uma renda, separando a questão dos fins verdadeiros do trabalho, mas ter uma renda para obrar sem constrangimento, tendo sob domínio os fins de sua atividade. “Nesta perspectiva, a renda básica garantida tem um sentido: é uma arma potencialmente sempre mais contundente para a superação do capitalismo e a saída de uma sociedade prostrada diante da valorização do capital” (Gorz, 1998, p. 128).

Em *Misérias do Presente, Riqueza do Possível*, Gorz (2004, p. 93) expõe um conjunto de políticas que vão nesse sentido. Três delas são indicadas aqui:

Garantir a todos uma renda suficiente; combinar redistribuição de trabalho e domínio individual e coletivo do tempo; favorecer o florescimento de novas socialidades, de novos modos de cooperação e de troca através dos quais os elos sociais e a coesão social sejam criados fora do assalariamento.

A redução legal do tempo de trabalho e a possibilidade do tempo de trabalho parcial

escolhido (e não sofrido) são as medidas que permitem favorecer um tempo liberado, de onde se podem tirar atividades autodeterminadas. Trabalho heterônimo e atividades autônomas poderiam se imbricar na vida multiativa de cada um.

Nesse dispositivo de três vias, a ideia de uma renda básica é fundamental. Essa renda deve ser “suficiente” para evitar a pressão ao emprego que favoreceria a queda dos salários e a proliferação de empregos indignos. É o que, nesse último caso, a faria equivaler a uma subvenção indireta aos patrões (é isso, sobretudo, que desejam os partidários neoliberais da renda básica, como o economista Milton Friedman (1984), que defendia, nos anos 1960, a ideia de um imposto negativo para os pobres). É por isso que Gorz evita, em geral, a expressão “renda básica” e prefere falar de “alocação universal” ou de “renda de existência”.⁸ Essa renda deve também ser destinada a todos e sem condição alguma: é assim que se evita a armadilha do assistencialismo e do controle social, e se tira daqueles que dispõem de grandes rendas, cuja alocação será recuperada por um imposto progressivo. Para Gorz, essa renda garantida não é uma incitação ao fazer nada, mas, ao contrário, um multiplicador de atividades. Ela é uma *seguridade* para o indivíduo que, de ora em diante, pode se dedicar livremente à produção de sua vida.

Ao final de sua vida, após a publicação de *O Imaterial* na França, Gorz voltou ao sujeito.⁹ Influenciado, então, pelo radicalismo anticapitalista dos partidários da crítica do valor, ele lê Moishe Postone e Robert Kurz, mantém uma correspondência contínua com o militante do *software* livre, o alemão Stefan Meretz, e com o jornalista Franz Schandl, editor da revista *Streifzüge* em Viena. Ele admite que, ao conceder o dinheiro para o consumo, a renda de existência não faz mais do que reproduzir

⁸ As duas últimas expressões foram postas em circulação, respectivamente, pelos cofundadores do Basic Income Earth Network (BIEN), Philippe Van Parijs e Yoland Bresson.

⁹ Para uma apresentação das evoluções de Gorz até esse momento, ver Josué Pereira da Silva (2010).

o fetichismo do dinheiro e da mercadoria, tendo como resultado a manutenção dos beneficiários sob o jugo do capitalismo. A tradução em alemão de *O Imaterial*, lançada em 2004, é reveladora desses novos avanços teóricos de Gorz. O item intitulado “Fundamentos da renda de existência” é alterado e muda de título: “A ambiguidade da renda de existência”.¹⁰ Gorz (2005a, p. 76) termina, portanto, por conceber essa ideia como uma medida transitória, que “[...] não serve para a atualização contínua de uma existência dependente da mercadoria, mas para distribuição de bens que são produzíveis somente em instalações que se baseiam na divisão do trabalho por várias regiões, e sem as quais (por exemplo, os semicondutores) a autoprodução local não seria possível”.¹¹

Não houve tempo para ele aprofundar a perspectiva que começava a visualizar, ou seja, aquela capaz de ultrapassar a circulação monetária, o que permitiria a proliferação de “bens comuns”. Isso corresponderia a “uma economia para além do trabalho-emprego, do dinheiro e da mercadoria, fundada na partilha comum dos resultados de uma atividade compreendida como comum” (Gorz, 2016, p. 74).

Recebido para publicação em 05 de junho de 2017
Aceito em 31 de julho de 2017

REFERÊNCIAS

- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. Bela Vista, SP: WMF Martins Fontes, 2009.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural-Victor Civita, 1984.
- FUMAGALLI, A. O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo, *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, RS, ano 14, n. 246, p. 4-22, 2016.
- GIANINAZZI, W. *André Gorz: une vie*. Paris: La Découverte, 2016.
- GOLLAIN, F. *Une critique du travail: entre écologie et socialisme*. Paris: La Découverte, 2000.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1982.
- GORZ, A. *Ecológica*. São Paulo: Annablume, 2016.
- GORZ, A. O fim do trabalho assalariado: entrevista com Thomas Schaffroth. *Lugar comum*, Rio de Janeiro, n. 5/6, p. 179-189, maio/dez. 1998.
- GORZ, A. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005a.
- GORZ, A. *Les chemins du paradis*. Paris: Galilée, 1983.
- GORZ, A. *L'immatériel: connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée, 2003a.
- GORZ, A. *Metamorfozes do trabalho*. São Paulo: Annablume, 2003b.
- GORZ, A. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- GORZ, A. Ócio revolucionário. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jan. 2005b. Ilustríssima. Suplemento.
- GORZ, A. Penser l'exode de la société du travail et de la marchandise, *Mouvements*, Paris, n. 50, p. 95-106, 2007.
- GORZ, A. La personne devient une entreprise: Note sur le travail de production de soi, *EcoRev'*, Paris, n. 7, p. 7-10, 2001.
- GORZ, A.; VINCENT, J.-M. Dialogue avec André Gorz. *Variations*, Lyon, n. 1, p. 9-18, 2001.
- GRAZIA, M. R. Classe e estratificação social: análise da influencia da teoria de “fim das classes” do *Adeus ao Proletariado* de André Gorz na sociologia Brasileira. In: SEMANA DE CIENCIAS SOCIAIS UNIFESP, 7., 2014, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Blucher, 2014. Introdução disponível em: <estudosdotrabalho.org/texto/gt9/adeus.pdf>. Acesso em: 14 outubro 2017.
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papyrus, 1990.
- KLEIN, N. *Sem Logo: a tirania das marcas em um planeta vendido*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo I, 2011.
- RIFKIN, J. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- SILVA, J. P. da. André Gorz e renda básica: uma história de conversão crítica. In: CONGRESSO BIEN, 13., 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: FEA, 2010. Disponível em: <sintheseeventos.com.br/bien/pt/programa.htm>. Acesso em: 14 out. 2017.
- SUE, R. *Renovar a ligação social: liberdade, igualdade, associação*. Porto: Campo das Letras, 2004.
- TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- TOFFLER, A. *A terceira onda*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

¹⁰ A tradução em português baseada sobre essa edição modificada e aumentada, publicada pela Rotpunkt, em Zurique, mantém, porém, ambos os títulos.

¹¹ Tradução modificada.

**IMMATERIAL CAPITALISM AND PRODUCTION
OF THE SELF ACCORDING TO ANDRÉ GORZ**

Willy Gianinazzi

In analyzing the evolution of contemporary capitalism (automation, informatization, globalization), André Gorz emphasizes the social consequences (unemployment, precarization, inequalities, poverty). Focusing on the transformations of labor (valorization of skills and imagination) that accompany these changes, he deciphers the rise of a general intellect, that capitalism tries to appropriate, but that confuses itself with the “production of the self”, that is, with activities which personal faculties can develop outside subordinated labor. A new, qualitative type of wealth, based on cooperative social links, is created. A basic income is thought of as a transitory existential anchor that makes this flight possible.

KEY-WORDS: André Gorz. Production of the self. Cognitive Capitalism. Basic Income.

**CAPITALISME IMMATERIAL ET PRODUCTION
DE SOI SELON ANDRÉ GORZ**

Willy Gianinazzi

En analysant l'évolution contemporaine du capitalisme (automatisation, informatisation, mondialisation), André Gorz en souligne les conséquences sociales (chômage, précarité, inégalités, pauvreté). En analysant les transformations du travail (valorisation de l'intelligence et de l'imagination) qui accompagnent ces mutations, il décrypte l'émergence d'une intelligence collective que le capitalisme essaie de s'approprier, mais qui se confond avec la “production de soi”, c'est-à-dire avec les activités dans lesquelles les facultés personnelles peuvent se développer en dehors du travail subordonné. Une richesse de type nouveau se crée, elle est qualitative et fondée sur des liens sociaux de coopération. L'allocation universelle ou revenu d'existence est conçue comme une sécurité existentielle transitoire permettant cet essor.

MOTS-CLÉS: André Gorz. Production de soi. Capitalisme cognitif. Revenu d'existence.

O MARXISMO DE ANDRÉ GORZ¹

Michael Löwy*

Gorz era marxista? Seria mais justo e mais apropriado falar de uma presença do marxismo *no* seu pensamento. Um pensamento que pode ser caracterizado como um socialismo ecológico – um *ecossocialismo* – que se inspira em Marx e em certos marxistas heterodoxos na sua crítica da sociedade (capitalista) existente e na sua formulação de um projeto de sociedade (comunista) alternativa. Há marxismo em Gorz, e sua obra, uma das mais importantes na ecologia crítica do século XX, não pode ser compreendida sem essa dimensão.

PALAVRAS-CHAVE: André Gorz. Marxismo. Ecologia. Capitalismo. Ecosocialismo.

INTRODUÇÃO

Esse título parece uma provocação: Gorz não deu, em 1980, “adeus ao marxismo”? Essa parece ser a opinião de muitos dos seus partidários ou adversários. Vejamos, porém, por contraste, o ponto de vista de um observador inteligente, distante, mas não desprovido de simpatia, Alain Touraine (1993 apud Gianinazzi, 2016, p. 250).

André Gorz é o mais verdadeiramente marxista dos pensadores europeus e também – é preciso dizer: mas também? – o mais imaginativo e o mais ativamente antidoutrinário. Nele, o marxismo tem a força libertadora que tinha em... Marx, quando este criticava o jacobinismo francês ou a direita hegeliana.²

O filósofo Arno Münster (2008, p. 44-45), gorziano eminente, constata, a um só tem-

po, a distância e o vínculo permanente de Gorz ao marxismo:

[...] apesar do seu ceticismo em relação a este conceito central da sociologia marxista, Gorz continua, após a publicação de *Adeus ao proletariado*, a raciocinar e pensar no quadro da maioria dos outros conceitos-chave da teoria marxista, buscando operar uma síntese entre a *ecologia política* e uma *crítica da economia política* depurada de seus dogmas.

Enfim, Françoise Gollain (2014, p. 10), outra importante gorziana, resume assim o seu itinerário: “Contra a tradição marxista dominante e vários escritos do próprio Marx, de um lado, e contra a ecologia compromissada com o *status quo*, de outro, [Gorz] buscou se inspirar no Marx humanista, antiprodutivista e libertário, pensador do advento de uma sociedade da associação”.

Sem qualquer dúvida, o Gorz dos anos 1960 e 1970 se situava no campo do marxismo; um marxismo existencialista, próximo de Sartre (1972), que havia proclamado em *Questões de método*: o marxismo é o horizonte insuperável de nosso tempo. Em 1968-1970, Gorz tendia para um esquerdismo terceiro-mundista que, segundo seu biógrafo Willy Gianinazzi

* Centre d'études en sciences sociales du religieux (CeSor), 10, rue Monsieur le Prince, 75006 Paris. michael.lowy1@gmail.com

¹ Traduzido do francês por Fabio Mascaro Querido. As observações entre colchetes no corpo do texto são da responsabilidade do tradutor.

² Agradeço a Gianinazzi por suas correções e sugestões bastante úteis a meu artigo.

(2016, p. 129), “[...] se aproximava das posições neotrotskistas da Juventude Comunista Revolucionária (JCR)” de Daniel Bensaïd. Ele era também bastante próximo, pessoal e intelectualmente, do economista Ernest Mandel, o principal dirigente da Quarta Internacional: Gorz estudava e citava com frequência o famoso *Tratado de economia política* [de Mandel], e publicava seus artigos na revista *Les Temps Modernes*. Entre os seus amigos próximos encontrava-se o cientista político Jean-Marie Vincent, autor de trabalhos sobre a Escola de Frankfurt, que militava no PSU, nos anos 1960, e na Liga Comunista Revolucionária, na década de 1970. Nessa época, Gorz ligou-se igualmente ao grande filósofo marxista heterodoxo Herbert Marcuse, com o qual manteria um diálogo constante.

Mas, com *Adeus ao proletariado* (1980), Gorz não rompera, de forma definitiva, com o conjunto das ideias marxistas? O próprio autor pode nos dar a resposta mais pertinente à questão. Vejamos o que ele diz em uma entrevista a Marc Robert, publicada em *Ecorev* em 2005:

Adeus não tinha nada de uma crítica do comunismo, ao contrário. Meu alvo eram os maoístas, seu culto primitivista de um proletariado mítico [...]. Era também uma crítica mordaz à social-democratização do capitalismo à qual se apegava o marxismo vulgar, assim como da glorificação do trabalho assalariado (Gorz, 2008, p. 18).

Por certo, ao negar a centralidade da luta de classes e o papel emancipador do proletariado, Gorz se afastava de duas teses fundamentais do marxismo – e não apenas na sua forma maoísta ou social-democrata. No livro de 1980, ele tentou substituir a classe operária pela “não classe dos não trabalhadores”. Tratava-se de uma hipótese bastante arriscada, que ele parece abandonar em seguida, sem, porém, voltar ao “proletariado”. Gorz chega mesmo a afirmar, em uma entrevista com interlocutores brasileiros em 2005, que “[...] trabalho e capital são fundamentalmente cúmplices, para além de seu antagonismo, já que ganhar dinheiro é seu fim determinante”. Ele parece reduzir aqui

o ponto de vista dos trabalhadores ao sindicalismo corporativista mais estreito...³. No entanto, em 1983, em *Les Chemins du paradis*,⁴ Gorz havia desenvolvido uma visão bem mais nuançada desse antagonismo:

É pelo fato de tudo remeter a categorias econômicas que o capitalismo é um anti-humanismo [...]. As reivindicações operárias mais fundamentais e mais radicais foram contra a lógica econômica, contra a concepção utilitária, *échangiste*, quantitativista do trabalho e da riqueza (Gorz, 1983, p. 101).

Gorz continua a se interessar pelo potencial subversivo dos precários e excluídos, mas, no mesmo texto de 2005, encontra-se a ideia, que me parece essencial, da convergência entre aqueles que têm e aqueles que não têm um trabalho: a estratégia de dominação do capital, escreve ele, consiste em “[...] impedir que trabalhadores e desempregados se unam a fim de exigir outra repartição do trabalho e da riqueza socialmente produzida” (Gorz, 2008, p. 143).

Seja como for, é evidente que a apropriação do marxismo realizada por Gorz é *seletiva*. Se é possível falar de um marxismo de Gorz – ou, se preferirmos, de uma ligação [*attachement*] ao pensamento de Marx e de alguns marxistas heterodoxos, de Marcuse a Robert Kurz –, ele se reporta, sobretudo, a duas questões (essenciais, é bem verdade) que estão no centro de seu engajamento ecológico, ou, para retomar o termo utilizado por Françoise Gollain (2014), *ecosocialista*: o anticapitalismo e a alternativa comunista como civilização do tempo livre.

Tentemos analisar esses dois momentos, referindo-nos, principalmente, à coletânea *Ecologica*, que reúne textos de diferentes períodos, constituindo uma espécie de testamento político-teórico de André Gorz.

³ A entrevista foi publicada com o título “A crise e o êxodo da sociedade salarial”, nos *Cadernos IHU – Ideias*, n. 31, 2005, p. 9 [Nota do tradutor].

⁴ Os caminhos do paraíso.

O ANTICAPITALISMO

Como observa acertadamente Willy Gianinazzi (2016, p. 216), a crítica marxiana do capital “[...] permanece, para Gorz, insubstituível: ele jamais cessará de nela se apoiar”. A crítica gorziana ao modo de produção capitalista, longe de ser suavizada, parece se radicalizar cada vez mais a partir de 1980, em conexão, sobretudo, com a sua reflexão sobre a ecologia. Por exemplo, em uma entrevista com Marc Robert, ele observa: “A ecologia mantém a sua carga crítica e ética tão somente se as devastações da Terra e a destruição das bases naturais da vida forem entendidas como consequências de um modo de produção, e que esse modo de produção exige a maximização, recorrendo a técnicas que violam os equilíbrios ecológicos”. E inversamente: a ecologia política, com sua teoria crítica das necessidades, “[...] leva, por outro lado, a aprofundar e radicalizar ainda mais a crítica do capitalismo” (Gorz, 2008, p. 15).

Em sua análise crítica dos danos ambientais do capitalismo, Gorz se refere diretamente a algumas passagens d’*O Capital*. Em entrevista concedida aos brasileiros da Unisinos (Gorz, 2005, p. 11), por exemplo, ele assinala:

Sob o ângulo ecológico, a aceleração da rotação do capital conduz à exclusão de tudo o que diminui de imediato o lucro. A expansão continuada da produção industrial envolve, pois, uma pilhagem acelerada dos recursos naturais. A necessidade de expansão ilimitada do capital o conduz a tentar abolir a natureza e os recursos naturais, para substituí-los por produtos fabricados, vendidos com lucro [...]. O que Marx escrevia, há 140 anos, no primeiro livro de *O Capital*, é de uma espantosa atualidade.

Em seguida, Gorz cita a célebre passagem d’*O Capital* em que Marx constata que “[...] cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso na arte de saquear o solo, uma vez que cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade” (Gorz, 2008, p. 137-139).

Curiosamente, são poucas as críticas

de Gorz aos limites da reflexão ecológica em Marx. Ele não segue os ataques de inúmeros ecologistas (Alain Lipietz, dentre outros) contra o suposto “prometeísmo” de Marx, que se basearia na ideia de dominação ou “conquista” da natureza. O debate sobre os avanços e as contradições de Marx e Engels a propósito da relação com a natureza, que muito ocupou os ecomarxistas norte-americanos, dos anos 1980 até hoje, não parece lhe interessar. Ao que parece, Gorz não conhecia os trabalhos de James O’Connor e Joel Kovel, editores da revista *Capitalism, Nature and Socialism*, ou, nos anos 2000, de John Bellamy Foster e Paul Burkett, da *Monthly Review*.

A crítica do capitalismo e a urgência de sair desse sistema destrutivo ganham uma nova dimensão com as mudanças climáticas. Em um dos seus últimos escritos, igualmente publicado em *Ecorev*, “La sortie du capitalisme a déjà commencé”⁵ (2017), Gorz (2008, p. 29) insiste: “A questão da saída do capitalismo jamais foi tão atual. Ela se coloca em termos e com a urgência de uma nova radicalidade”. Rejeitando as ilusões da ecologia social-liberal em torno de um capitalismo verde, ele endossa uma visão decididamente anticapitalista do decrescimento e afirma a necessidade, diante da crise climática, de uma transformação civilizacional radical:

É impossível evitar uma catástrofe climática sem romper radicalmente com os métodos e a lógica econômica imperante há cento e cinquenta anos [...]. O decrescimento é, portanto, um imperativo de sobrevivência. Mas ele implica outra economia, outro estilo de vida, outra civilização, outras relações sociais (Gorz, 2008, p. 29).

Há ainda, porém, outro aspecto da análise gorziana do capital que o aproxima de certos escritos de Marx: o otimismo tecnológico... Por exemplo, no livro I d’*O Capital*, Marx afirma:

A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um ponto em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista.

⁵ A saída do capitalismo já começou.

Ele se estilhaça em pedaços. Soa a hora final da propriedade privada [...]. A produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação... (Marx, 1969, p. 556-567).⁶

Pessoalmente, como “ecomarxista”, discordo desse tipo de raciocínio... Não apenas porque não existem “fatalidades” na história social, mas também porque o capitalismo não constitui somente um “invólucro”: ele determina a própria natureza da produção e de suas forças produtivas.

Mas, em Gorz, o argumento de Marx aparece sob uma forma modificada, à luz das transformações tecnológicas contemporâneas (informática, Internet, etc.). Ele parece convencido que, graças aos *softwares* livres, “[...] a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, o monopólio da oferta se tornam progressivamente impossíveis [...]. Trata-se de uma ruptura que mina o capitalismo em sua base” (Gorz, 2008, p. 39); ou ainda, que “[...] o próprio capitalismo, sem o desejar, contribui para a sua própria extinção ao desenvolver as ferramentas de uma espécie de ofício *high tech*”. (Gorz, 2008, p. 116) Em suma, como o observa Willy Gianinazzi (2016, p. 319), o *software* livre alimentou “[...] as esperanças mais utópicas, se não mais infundadas de Gorz”. Françoise Gollain também se distancia desse otimismo tecnológico, constatando, com acuidade, suas afinidades com algumas análises de Marx: “A assertiva segundo a qual ‘o capitalismo, sem o desejar, contribui para a sua própria extinção’ [...] carrega a marca indelével da concepção marxista do papel revolucionário da evolução da estrutura da produção” (Gollain, 2014, p. 51-52).

Felizmente, Gorz escapa da armadilha desse fatalismo otimista, isto é, da crença na autodestruição do capitalismo – crença compartilhada, em ampla medida, por Robert Kurz e os teóricos da crítica do valor –, graças a seu humanismo marxista sartriano, refratário aos determinismos e sedento de liberdade. Em *Mé-*

tamorphoses du travail (1988), por exemplo, ele se afasta claramente de todo automatismo desse tipo: “Nós não nos liberaremos por um determinismo material à revelia do nosso conhecimento. O potencial de libertação contido em um processo apenas se atualiza se os homens dele se apoderam para se libertar” (Gorz, 1988, p. 225-226).

Outra correção feita por Gorz diz respeito, como observa F. Gollain (2014, p. 51-52), à tomada de consciência da *ambivalência* estrutural das novas tecnologias, como a microeletrônica, que podem servir tanto à hipercentralização quanto à autogestão. Sem aderir à tecnofobia de alguns ambientalistas, Gorz não está menos convencido de que “o socialismo só é superior ao capitalismo se ele mudar de instrumentos”. Em entrevista a Marx Robert, ele retoma essa fórmula, já presente em *Ecologia e Política* (edição de 1978), explicando-a assim (referindo-se mais uma vez aos *Grundrisse*): se “[...] a classe operária [...] se apodera dos meios de produção do capitalismo sem os transformar radicalmente, ela acabará por reproduzir (tal como ocorrido nos países soviéticos), o mesmo sistema de dominação” (Gorz, 2008, p. 17) – e, poder-se-ia acrescentar, o mesmo sistema de destruição do meio ambiente.⁷

O COMUNISMO, CIVILIZAÇÃO DO TEMPO LIVRE

Gorz é devedor de Marx não apenas em sua crítica do capitalismo, mas também na sua concepção desse outro modo de produção, dessa outra civilização que ele próprio conclama: o socialismo (ou comunismo). Vejamos o que escreve em *Ecologica*:

Somente o socialismo – ou seja: somente um modo de produção livre do imperativo do lucro máximo, gerido no interesse de todos e por todos aqueles nele concernidos – pode criar as condições para a bus-

⁷ Surpreendentemente, nessa entrevista com Marc Robert, sem dúvida um dos textos mais importantes do último Gorz, a classe operária reaparece como sujeito da transformação social...

⁶ Tradução – ligeiramente modificada – a partir da edição em português: Karl Marx, *O Capital*, v. I, t. II, op.cit. (N.T.).

ca da maior satisfação com o menor custo possível. Somente [o socialismo] pode romper com a lógica do máximo lucro, do máximo desperdício, da produção e do consumo a todo custo, substituindo-os pelo bom senso econômico: o máximo de satisfação com o mínimo de custo [...]. A utilização do termo ‘socialismo’ é, aliás, impróprio. É acima de tudo de comunismo que seria preciso falar [...] (Gorz, 2008).

Ele afirma ainda algumas linhas depois: “A própria ideia [...] de que a busca de ‘mais’ e ‘melhor’ possa ceder lugar à busca de valores extraeconômicos e não mercantis, essa ideia é estranha à sociedade capitalista. Ela é, por outro lado, essencial ao comunismo” (Gorz, 2008, p. 98-100).

O que significa, traduzido em termos ecológicos: somente o socialismo ou comunismo pode superar o produtivismo e o consumismo que conduzem à destruição do meio ambiente natural. Evidentemente, o comunismo do qual fala Gorz não é aquele dos países do pretendido “socialismo real”, mas sim uma espécie de ecocomunismo de novo tipo. O significado humano e ecológico do comunismo é o da *civilização do tempo livre*. Gorz se refere aqui a uma célebre passagem de Marx, no volume III d’*O Capital*:

O reino da liberdade começa onde termina o trabalho determinado pela necessidade e pelos fins exteriores: pela própria natureza das coisas, ele se encontra fora da esfera da produção material [...]. Nesse domínio, a liberdade só pode consistir no seguinte: o ser humano socializado (*vergesellschaftete Mensch*), os produtores associados regulam racionalmente este metabolismo (*Stoffwechsel*) com a natureza, submetendo-o ao seu controle coletivo, ao invés de serem por ele dominados como um poder cego; eles executam com os menores esforços possíveis, nas condições mais dignas de sua natureza humana e mais adequadas a esta natureza. É mais além deste reino [da necessidade] que começa o desenvolvimento das faculdades do ser humano, que é o seu próprio fim, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer apoiando-se neste reino da necessidade. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental (Marx, 1934, p. 234-235, grifo do autor).⁸

⁸ Tradução ligeiramente corrigida. Cf. Marx, Engels, *Werke*, v. 25, Berlin, Dietz Verlag, 1968, p. 828.

Em vários de seus escritos, Gorz traduz essa abordagem em termos ecológicos; em artigo de 1992 na revista *Actuel Marx*, por exemplo, ele escreve:

[...] o sentido fundamental de uma política ecosocialista [...] é o de *restabelecer politicamente a correlação entre meios de trabalho e meios de consumo, de um lado, mais autonomia e mais segurança existencial, de outro, para todos e todas*. Trata-se, noutras palavras, de garantir institucionalmente aos indivíduos que uma redução do tempo de trabalho possibilitará a todos [...] uma vida mais livre, mais descontraída [*détendue*] e mais rica (Gorz, 2008, p. 66-67).

Gorz se refere também a um trecho dos *Grundrisse* de Marx, em que ele proclama:

O livre desenvolvimento das individualidades e [...] a redução ao mínimo do trabalho socialmente necessário (tornam-se o objetivo da produção), ao qual corresponde o desenvolvimento artístico, científico, etc., dos indivíduos [...]. A medida da riqueza não é mais, então, o tempo de trabalho, e sim o tempo livre. (Marx, 1934, p. 596).⁹

Comentando essa passagem e outras parecidas dos *Grundrisse*, Gorz escreve, num texto de 2001:

Considerar o desenvolvimento das faculdades humanas como criação de riqueza implica [...] abandonar uma concepção mercantil-utilitária-econômica da riqueza. Tomar o desenvolvimento humano como fim em si mesmo significa que ele vale por si, independentemente de sua utilidade econômica imediata (Gorz, 2001 apud Gianinazzi, 2016, p. 305).

Essa ruptura com a concepção capitalista da riqueza é, para Gorz, um passo fundamental na direção de uma nova civilização ecológica, para além do produtivismo e do consumismo. Em um ensaio significativamente intitulado “Construir a civilização do tempo livre” (1933), Gorz (199 apud Gianinazzi, 2016, p. 299) reivindica “[...] uma sociedade na qual a riqueza será medida pelo tempo livre do trabalho, pelo tempo disponível para as atividades que comportam em si mesmas seu sentido e finalidade, confundindo-se com o desenvol-

⁹ Tradução em francês do próprio Gorz, cf. W. Gianinazzi, *André Gorz*, p.104-105.

vimento da vida”. Esse argumento é, portanto, diretamente inspirado pelos escritos de Marx, mas também aqui Gorz lhe confere uma nova dimensão, socioecológica, que não necessariamente está presente no autor dos *Grundrisse*. Evidentemente, é preciso não confundir esse tempo liberado – um tempo autodeterminado e fora do trabalho – com o “lazer” que o sistema capitalista concede ao trabalhador para a regeneração de sua força de trabalho.

No extrato do livro três d’*O Capital* acima citado, Marx se refere aos “[...] produtores associados, [que] regulam racionalmente este metabolismo (*Stoffwechsel*) com a natureza, submetendo-o ao seu controle coletivo”: é a ideia da *planificação socialista* da esfera do trabalho necessário que é aqui sugerida. O conceito de *planificação* – presente em seus artigos sobre a Iugoslávia ou em *Stratégie ouvrière et néocapitalisme* (1964) – não é encontrado com frequência nos escritos de Gorz após 1980, mas pode ser visto, em termos explicitamente marxianos, em *Adeus ao proletariado*; trata-se de uma passagem retomada (e reformulada) em *Ecologica*:

A esfera da necessidade, e, portanto, do tempo de trabalho socialmente necessário só pode ser reduzida ao mínimo através de uma coordenação e uma regulação tão eficiente quanto possível dos fluxos e dos estoques: ou seja, através de uma planificação desmultiplicada [*démultipliée*] [...]. A única função de um Estado comunista consiste em administrar a esfera da necessidade (que é também a das necessidades socializadas) de tal modo que ela continue a encolher, tornando disponíveis espaços crescentes de autonomia (Gorz, 2008, p. 104-110, grifo do autor).¹⁰

¹⁰ Trata-se de uma citação bastante modificada em relação à primeira. Aqui a passagem original: “A expressão da esfera da liberdade supõe que a esfera da necessidade seja claramente delimitada e codificada. Essa delimitação e essa codificação são, por essência, as tarefas do político. Este não tem por vocação exercer o poder, mas sim atribuir ao Estado as missões e os mecanismos de gestão mais bem adequados ao encolhimento da esfera da heteronomia e à extensão da esfera da autonomia” (Gorz, 1981, p. 184).

Para concluir: Gorz era marxista? Se considerarmos a existência, segundo a bela fórmula de André Tosel, de “mil marxismos”, não seria possível imaginar também um “marxismo gorziano”? Não creio. Mesmo porque, o próprio Gorz, após 1980, não se reconheceria em tal definição. Parece mais justo e apropriado falar de uma presença do marxismo *no* seu pensamento. Um pensamento que poderia ser caracterizado como um socialismo ecológico – ou, na perspectiva dos gorzianos Arno Münster e F. Gollain, um *ecosocialismo* – que se inspira em Marx e em certos marxistas heterodoxos na sua crítica da sociedade (capitalista) existente, assim como na sua formulação de um projeto de sociedade (socialista) alternativa. Como é sugerido pelo título deste artigo, há *marxismo* em Gorz, e sua obra, uma das mais importantes na ecologia crítica do século XX, não é compreensível sem essa dimensão.

Recebido para publicação em 05 de junho de 2017
Aceito em 31 de julho de 2017

REFERÊNCIAS

- GIANINAZZI, W. *André Gorz, une vie*. Paris: La Découverte, 2016.
- MÜNSTER, A. *André Gorz ou le socialisme difficile*. Paris: Lignes, 2008.
- GOLLAIN, F. *Andre Gorz, pour une pensée de l'ecosocialisme*. Neuvy-en-Champagne: Le Passager Clandestin, 2014.
- GORZ, A. *Adieux au prolétariat: au-delà du socialisme*. Paris: Seuil, 1981.
- GORZ, A. *Les Chemins du paradis: L'agonie du capital*. Paris: Galilée, 1983.
- GORZ, A. A crise e o êxodo da sociedade salarial. *Cadenos IHU Ideias*. Ano 3. Nº 31, 2005. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/031cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.
- GORZ, A. *Ecologica*. Paris: Galilée, 2008.
- GORZ, A. *Métamorphoses du travail, quête de sens: Critique de la raison économique*. Paris: Galilée, 1988.
- MARX, K. *Le Capital*. Tradução de Joseph Roy. Paris: Editions Sociales, 1969. tome I.
- MARX, K. *Morceaux Choisi*. Tradução de Henri Lefebvre et Norbert Gutermann. Paris: Gallimard, 1934.
- MARX, K. *Grundrisse des Kritik der politischen ökonomie*, Berlin, Dietz Verlag, 1953, p. 596.
- SARTRE, J-P. *Questão de Método*. Tradução de Bento Prado Jr. São Paulo, Difusão Europeia de Livro, 1972.

THE MARXISM OF ANDRÉ GORZ

Michael Löwy

Is André Gorz a Marxist? It would be more just, and more appropriate, to speak of a presence of Marxism in his thought. A thought that one could characterize as an ecological socialism – an *eco-socialism* – inspired in Marx, and other heterodox Marxists in his critique of (capitalist) society, and in his formulation of the project of an alternative (communist) society. There is *Marxism* in Gorz, and his work, being this latter one the most important in the critical ecology of twentieth century, which is not to be understood without this Marxist dimension.

KEY-WORDS: André Gorz. Marxism. Ecology. Capitalism. Eco-socialism.

LE MARXISME D'ANDRÉ GORZ

Michael Löwy

Gorz était-il marxiste? Il serait plus juste, et plus approprié, de parler d'une présence du marxisme *dans* sa pensée. Une pensée qu'on pourrait caractériser comme un socialisme écologique – un *ecosocialisme* - qui s'inspire de Marx et de certains marxistes hétérodoxes dans sa critique de la société (capitaliste) existante, et dans sa formulation d'un projet de société (communiste) alternatif. Il y a *du marxisme* chez Gorz, et son oeuvre, une des plus importantes dans l'écologie critique du 20ème siècle, n'est pas compréhensible sans cette dimension.

MOTS-CLÉS: André Gorz. Marxisme. Écologie. Capitalisme. Ecosocialisme.

O TRABALHO EM ANDRÉ GORZ: três reflexões, uma problemática¹

*Henrique Amorim**

Há aproximadamente dez anos André Gorz morreu, deixando ideias estimulantes sobre os limites e a necessidade de superação ou desconstrução da sociedade capitalista. Sempre atento às transformações sociais, Gorz chegou, em certos momentos, a sintetizar tudo que havia de mais profundo e crítico na teoria social. Entretanto, é possível observar, em sua obra, uma oscilação em relação ao lugar social que o trabalho ocupa. O lugar do trabalho parece mudar em função do desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a análise do movimento social do trabalho na sociedade capitalista, realizada por Gorz, permanece prisioneira de uma determinação tecnológica e de um conceito de trabalho limitado ao universo produtivo das qualificações profissionais. Neste artigo, tenho como objetivo problematizar a concepção de trabalho exposta por Gorz em três de suas principais obras: *Estratégia Operária e Neocapitalismo* (1964), *Adeus ao Proletariado* (1980) e *O Imaterial* (2003), demonstrando como a teoria social e as alternativas políticas desenvolvidas por Gorz mudam vis-à-vis o lugar social ocupado pelo trabalho nessas obras.

PALAVRAS-CHAVE: André Gorz. Trabalho. Humanismo. Determinismo. Trabalho imaterial.

INTRODUÇÃO

Há aproximadamente dez anos, no dia 22 de setembro de 2007, André Gorz morreu, deixando ideias estimulantes sobre a estruturação, os limites e a necessidade de superação e (ou) reconstrução da sociedade capitalista. Gorz foi um dos sociólogos do trabalho mais instigantes das últimas décadas. Sempre atento às transformações sociais, conseguiu, em muitos momentos, sintetizar o que havia de mais profundo e crítico na teoria social.

Em termos gerais, Gorz problematizou e investigou as transformações na produção e na vida social, com o intuito de criticar as formas de exploração e dominação características do capitalismo. Em sua trajetória política e inte-

lectual anticapitalista, procurou dar relevo às contradições sociais e descortinar as formas de enfrentamento social e de luta contra as amarras do capital.

Particularmente na França, mas também no Brasil e em outros países, após a morte de Gorz, comentários, artigos, livros e dossiês de revistas foram escritos e organizados a fim de fazer um balanço de sua obra. Entretanto, a obra de André Gorz, atenta a problemas sociais e políticos diversos, é de difícil apreensão. Seja do ponto de vista teórico ou político, seus argumentos se transformavam à medida que a sociedade analisada se alterava, modificando, por consequência, seu projeto político para a sociedade futura.² Há, assim, em Gorz, fruto de sua ousadia teórica, disjunções, rupturas e continuidades – especialmente em relação à temática do trabalho – que acabam por dificultar seu entendimento e, por vezes, sua leitura.³

* Universidade Federal de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (UNIFESP). Estrada do Caminho Velho, 333. Jardim Nova Cidade. Cep: 07252-312. Guarulhos, São Paulo, Brasil. henriqueamorim@hotmail.com

¹ Este artigo é fruto de pesquisa desenvolvida com o apoio do CNPq/PQ.

² Como sinalizamos, a obra de André Gorz foi analisada e debatida em vários países do ocidente. Sua contribuição rendeu, assim, muitos livros, teses, dossiês e artigos. Sendo, no entanto, enfadonho citar o conjunto dessas obras sobre o autor, indico duas que parecem descortinar a obra de Gorz de forma ampla. São elas: Silva & Rodrigues (2006) e Fourel (2009).

³ Contudo, é importante esclarecer que não se trata de momentos estanques e separados radicalmente. Dentro des-

Em uma recente biografia escrita sobre André Gorz, publicada em 2016, Willy Gianinazzi destaca três momentos da obra do autor que, para nós, caracterizam três formas distintas de apreensão do trabalho e que, por consequência, fundamentam também distintos horizontes políticos vislumbrados por Gorz.

Nos anos 1960, Gorz viu a justificativa para a autogestão; nos anos 1980, a descentralização, fora do trabalho, do desenvolvimento das capacidades individuais; agora, exatamente depois da metade dos anos 1990, ele descreve um processo de 'intelectualização' do capital que reduziu a nada o horizonte material de sua reprodução: o comunismo que poderia surgir deste processo seria, portanto, de uma sociedade da inteligência (Gianinazzi, 2016, p. 312).

Autogestão, desenvolvimento do indivíduo fora do trabalho e, por fim, inteligência e conhecimento – sob esses três recortes temáticos, podemos identificar a apreensão do trabalho na obra de Gorz.

É possível expor essa leitura, de maneira sintética, partindo de *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, publicado primeiramente em 1964. Esse livro condensa a busca por uma política autogestionária da classe operária, que se caracterizaria pela retomada do saber-fazer e do controle dos processos de trabalho. Depois, *Adeus ao Proletariado: para além do capitalismo* (1987), livro no qual a ação política operarista e revolucionária é estruturalmente questionada, na medida em que o trabalho na indústria teria deixado de ser o elo de sociabilização central nas sociedades contemporâneas. Chega-se, por fim, ao *O Imaterial: conhecimento, valor e capital* (2005), livro em que o autor, influenciado pelas transformações informacionais, sobretudo pela ampliação do acesso à internet no final dos anos 1990, absorve e desenvolve a tese da sociedade do conhecimento, vislumbrando, no trabalho cognitivo, a

capacidade de colocar em cheque a forma típica de valorização do capital baseada no trabalho imediato. Em todos esses momentos, o trabalho, ou melhor, a percepção de Gorz sobre o lugar social que o trabalho ocupa se condensa como balizadora de suas convicções políticas e de suas elaborações teóricas.⁴

Ao definir e redefinir o lugar do trabalho na sociedade capitalista, André Gorz desenvolve, com isso, um novo conjunto de argumentos e conceitos, isto é, uma nova teoria. No entanto – e aqui me parece estar o problema –, Gorz parece preso, em toda sua obra, a uma mesma problemática analítica, centrada em uma concepção de trabalho limitada ao universo produtivo e determinada por um conjunto de qualificações técnicas e (ou) científicas. Ou seja, Gorz, apesar de ter fundamentado diferentes reflexões sobre a sociedade capitalista, o fez sob o signo de uma mesma problemática sobre o lugar ocupado pelo trabalho.

É, portanto, a apreensão de Gorz sobre a importância que o trabalho ocupa socialmente que está no centro de todo o caminho trilhado pelo autor, na tentativa de analisar os limites do capital e de indicar novas possibilidades para a luta anticapitalista.

Diante dessa pressuposição, o objetivo central deste artigo é problematizar a concepção de trabalho exposta por Gorz em três de suas principais obras: *Estratégia operária e neocapitalismo*, *Adeus ao trabalho* e *O Imaterial*, demonstrando em que medida a teoria social e as alternativas políticas construídas por Gorz mudam *vis-à-vis* o lugar social ocupado pelo trabalho nessas obras.

Valho-me, assim, de duas questões que orientarão a construção de meus argumentos:

1. De que conceito de trabalho Gorz parte para referenciar sua análise das transformações na produção e na sociedade capitalista? e

ses momentos da bibliografia gorziana sobre o trabalho, estão presentes encaminhamentos e desenvolvimentos teóricos que claramente nos conduzem ao momento seguinte. No entanto, acredito que há, em cada um desses momentos, uma ruptura a ser explicitada, seja em relação às suas próprias concepções anteriores, seja em relação às temáticas postas pelo debate no qual Gorz se inseria.

⁴ Neste artigo, me ateei a uma parte da produção bibliográfica de André Gorz. Há artigos e textos em jornais e revistas que demonstram sua prática política em assuntos e temas diversos. Apesar de esses textos serem expressão de suas análises mais densas e de explicitarem sua leitura sobre o trabalho e o capitalismo, sua análise demandaria outro recorte analítico, que não nos propusemos a realizar aqui.

2. Qual o lugar, para Gorz, que o trabalho ocupa na sociedade capitalista, vis-à-vis sua definição de trabalho?

Para responder a essas questões, traçarei o seguinte percurso de exposição: nos dois primeiros itens, retomarei algumas das teses presentes em *Estratégia operária e neocapitalismo* e em *O adeus ao proletariado*, procurando descrever o conceito de trabalho de que Gorz parte para apresentar sua estratégia operário-revolucionária nos anos 1960, e depois, nos anos 1980, dar adeus a essa estratégia e ao proletariado. Por fim, no terceiro item, revisitarei *O Imaterial*, procurando, além de problematizar a concepção de trabalho desenvolvida por Gorz, descrever como as teses ali desenvolvidas se fundamentam em uma mesma problemática analítica presente em *Estratégia Operária e Adeus ao Proletariado*, isto é, onde passado e presente se encontram como uma manifestação do lugar social ocupado pelo trabalho.

O TRABALHO COMO ESTRATÉGIA

Em *Estratégia operária e neocapitalismo*, Gorz (1968a) tem como foco de sua análise, como o próprio título sugere, refletir sobre uma estratégia para a classe operária que lhe permita emancipar-se de seu estado de alienação no trabalho. O ponto central, nesses termos, se caracteriza, como sugere Gorz, por um *processo de retomada do controle dos processos de trabalho*, via reapropriação dos saberes empíricos perdidos pela classe operária ao longo dos séculos e, sobretudo, no período Taylor-fordista. Esse processo de retomada para um controle então consciente do processo produtivo se fundamentaria como uma forma de “desalienação” do trabalhador em relação a seu trabalho e a si mesmo

Afeito a uma leitura muito em voga entre os partidos comunistas no mundo e também no Partido Comunista Francês – segundo a qual o trabalho seria uma forma de externalização da essência humana, que, no capitalismo, seria es-

tranha ao trabalhador, o qual, por consequência, estranharia sua própria essência humana fundada no trabalho –, Gorz fundamenta um projeto político que passa necessariamente pela reconquista dessa essência humana cuja estratégia é retomar o saber-fazer operário como mecanismo central de desalienação.⁵

O objetivo, para Gorz, é recompor o trabalho como algo não estranho ao trabalhador, isto é, como uma atividade vital e emancipadora. Assim, “[...] tudo se passa como se fosse possível reencontrar a substância perdida do ofício através da emergência de uma nova classe operária pós-taylorista” (Artous, 2003, p. 20). A estratégia política traçada por Gorz passava pela humanização do trabalho, pressupondo, assim, que ele teria uma substância positiva a ser reconquistada pelo trabalhador.

Para tal, a reconquista dessa substância perdida deveria ser levada a cabo pelos operários tecnocientíficos, isto é, por aqueles que possuíam maior conhecimento técnico do processo produtivo, os quais, segundo o autor, através da automação, já haviam readquirido parte de seu saber-fazer e, por isso, poderiam dirigir o processo de retomada desse saber-fazer e do controle operário perdidos com o Taylor-fordismo.⁶

A retomada do controle dos processos de trabalho, assim, estaria circunscrita às áreas técnicas e científicas, consideradas cognitivas e fundamentais à valorização do capital. O aprendizado profissional e o acúmulo de conhecimentos técnicos, empíricos, quantitativos

⁵ Essa leitura, apesar de ter sido caricaturada pelos partidos comunistas desde os anos 1930, tem relação com algumas das teses expostas por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (2004), que remetem a uma compreensão essencialista do trabalho, caracterizando-o como fundamento, grosso modo, da natureza humana. Não obstante, com a publicação de *A Ideologia Alemã* (2005), Marx e Engels superam essa perspectiva humanista de trabalho, adentrando no terreno fundamentalmente histórico para a definição de todos os seus conceitos, isto é, superando qualquer possibilidade de caracterização de alguma atividade, por exemplo, o trabalho, como algo supra-histórico.

⁶ Seria preciso retomar a pressuposição, para Gorz (1968, p. 105), do fim da pobreza e das “reformas não reformistas” como um conjunto de reformas que se estruturariam no interior da lógica capitalista, mas que, de alguma maneira, favoreceriam a classe trabalhadora. Discuto este tema mais detidamente em Amorim (2009).

vos e qualitativos constituiriam a nota de corte entre os trabalhadores que poderiam recompor seus saberes e passar a controlar a produção, e aqueles especializados, que seriam conduzidos pela vanguarda tecnocientífica.⁷

É no primeiro conjunto de indivíduos, no operariado politécnico, que Gorz vislumbra a possibilidade de formação de um sujeito revolucionário. Segundo Gorz, esses saberes acumulados, somados a lutas sindicais politicamente cumulativas, poderiam fazer desabrochar uma consciência política entre os operários tecnocientíficos. Há, portanto, uma clara analogia realizada por Gorz, entre o operariado politécnico e o mestre-artesão.

Ao retomar, com base em uma conciliação de tarefas e técnicas, várias atividades produtivas, o operário tecnocientífico emergiria como um trabalhador pleno e politicamente vigoroso. Nos termos de um processo de desalienação do trabalhador via retomada do processo de trabalho, “... a classe operária reencontraria assim sua substância perdida, em razão disso o domínio de seu trabalho” (Artous, 2003, p. 20). A nova classe operária surgida da automação seria, assim, o sujeito revolucionário que deveria, como uma vanguarda de operários polivalentes, combater o capitalismo monopolista.⁸

A dependência do capital para com esse novo conjunto de trabalhadores multiquificados daria a esse segmento profissional força política para dirigir um processo reivindicativo, lutando por melhores condições de trabalho, de salário e de vida. Em resumo, Gorz vislumbra um processo de emancipação das amarras do capital, baseado, fundamentalmen-

te, em um conjunto de qualificações técnicas adquiridas por parte da classe operária via processo de desenvolvimento de uma racionalidade técnica e científica.

Trata-se, entretanto, de considerar o desenvolvimento das forças produtivas e a automação como síntese desse desenvolvimento e como uma forma de imposição do capital para melhor controlar e intensificar a produção e ampliar a produção de maiores taxas de lucro, ou ver nesse desenvolvimento um processo contraditório, que abriria caminho para a emancipação da classe trabalhadora? Gorz entende que, mesmo não sendo o objetivo das empresas, a dinâmica da automação acabou por constituir um novo tipo de trabalhador mais bem preparado para enfrentar o capital.

Essa tese está temporalmente localizada no final dos anos 1960 na Europa, onde, olhando retrospectivamente, o que estava em jogo para as empresas capitalistas era forçosamente alinhavar a recomposição das taxas de lucro via automação da produção, dada a queda das taxas de lucro que se precipitavam por conta das políticas de distribuição de renda do Estado de bem-estar social, ativadas por lutas trabalhistas.⁹ Com base num objetivo duplo de, ao mesmo tempo em que a produção se incrementava com novas técnicas de gestão empresarial e com a radicalização do fordismo baseada em processos produtivos robóticos e microeletrônicos, procurava-se desconstruir toda a base política partidária e sindical formada ao longo das últimas décadas e maciçamente asentada em instituições trabalhistas ligadas ao operariado industrial.

Acreditar que desse processo surgiria um sujeito histórico revolucionário e capaz de barganhar direitos trabalhistas para o conjunto da classe trabalhadora situa-se como um argumento preso a uma concepção de trabalho essencialista e, também, a um determinismo tecnológico que enxerga, na polivalência e no conhecimento técnico, os meios para a forma-

⁷ São expressão dessa problemática, além de *Estratégia Operária* de Gorz, seu outro livro, publicado três anos depois, *O Socialismo Difícil* (1968b), dois outros livros de Serge Mallet, *La Nouvelle Classe Ouvrière* (1969) e *Le Pouvoir Ouvrier: Bureaucratie ou Démocratie Ouvrière* (1971), além do livro de Radovan Richta, *Economia Socialista e Revolução Tecnológica* (1972), que ilustram a eleição dos operários tecnocientíficos como novos sujeitos sociais para a retomada do saber-fazer e do controle dos processos de trabalho em função de suas qualificações técnicas e científicas. Ver um resumo dessa discussão em Amorim (2009, p. 105-113).

⁸ Sobre a temática do capital monopolista, ver o clássico de Braverman (1980).

⁹ Sobre o Estado de bem-estar social, ver: Bihr (1998) e Eley (2006).

ção de uma consciência política classista.¹⁰

Com isso, Gorz retoma a ideia do trabalhador pleno, através da figura do trabalhador polivalente. Ao fazer isso, ele caracteriza, no contexto da automação, as possibilidades de construção de uma estratégia operária anticapitalista.

Essa é, portanto, a primeira das três reflexões sobre o lugar social ocupado pelo trabalho na obra de André Gorz. Um lugar social central na medida em que Gorz pressupõe o trabalho como fundamento de toda atividade humana. Por isso, o trabalho e os processos de trabalho deveriam ser reumanizados, desalienados pelo operariado politécnico através de um processo de conscientização da classe trabalhadora. Como forma central de luta política contra o capitalismo monopolista, esse processo deveria passar, necessariamente, pela retomada do saber-fazer e do controle dos processos de trabalho perdidos.

Contudo, o operário polivalente, completamente adaptável à realização de múltiplas e variadas tarefas e profundamente subordinado à lógica da produção robotizada,¹¹ não poderia cumprir a tarefa política que Gorz a ele destinava por, pelo menos, dois motivos. Primeiro, por conta, como já mencionamos, da completa e irrestrita subordinação do operário multitarefeiro aos novos processos de trabalho e de controle produtivos. Segundo, porque tais técnicas e tecnologias são interessadas, isto é,

¹⁰ Isso parece se dar por conta de um aprisionamento de Gorz à tese do primado das forças produtivas, isto é, a uma concepção de que o desenvolvimento das forças produtivas, principalmente o desenvolvimento técnico-científico, poderia ser colocado a serviço da classe trabalhadora. Resumidamente, as teses de Gorz se fundamentam na indicação de que: “A automação parecia ter sido capaz de forjar um messias da classe trabalhadora. No entanto, esse messias provinha do desenvolvimento técnico e científico que atendia diretamente aos interesses capitalistas em presença. O desenvolvimento das forças produtivas teria realizado um efeito duplo: primeiro, foi capaz de ‘enxugar’ o número de operários nas fábricas e ainda aumentar as taxas de mais-valia relativas a partir da intensificação da produção e do aumento da produtividade dado pelo incremento tecnológico da produção robotizada; segundo, desse desenvolvimento as transformações tecnológicas teriam requisitado, por conta de sua aplicação, um novo tipo de trabalhador. Este seria, fundamentalmente, um operário que pensasse a produção e que, por isso, pudesse com base em sua resistência corporativa criar as bases para uma luta política ampliada” (Amorim, 2009, p. 107).

¹¹ Sobre o modelo toyotista, a robotização e a automação da produção, ver: Malagutti (1996) e Gounet (2001).

foram constituídas com o objetivo de aprofundar a racionalização e a subordinação do trabalho, não permitindo ao trabalhador uma leitura ampliada do processo de produção.¹²

Do ponto de vista material, essas técnicas não podem ser consideradas neutras. Muito pelo contrário, elas expressam a luta de classes no interior da produção de mercadorias, pois se fundamentam prioritariamente pelos interesses do capital. Ou há alguma dúvida de que o capital, as empresas capitalistas, que implementaram a automação e as novas formas de controle produtivo no estilo do toyotismo foram vitoriosas em relação às classes trabalhadoras nos últimos quarenta anos? Assim, nem o artesão da manufatura, nem o operário polivalente da automação podem desenvolver uma consciência política classista por conta de seus atributos técnicos. Isso seria limitar toda a experiência dos trabalhadores e seus modos de vida a dispositivos produtivos e a qualificações profissionais, saberes empíricos, científicos ou técnicos.¹³

A caracterização desse processo como uma atividade cujo objetivo é “desalienar” o trabalhador tem como pano de fundo, como já observamos, a ideia de humanização dos processos produtivos.¹⁴ Mais do que isso, ela

¹² O conjunto de técnicas produtivas não se constituem ao largo das contradições sociais; elas, na verdade, são expressão da dominação e da exploração de classe. Isto é, identificar nelas a possibilidade de uma libertação seria considerá-las dentro de um universo alheio aos interesses sociais hegemônicos na história do capitalismo. Não há nada no desenvolvimento técnico ou científico que, por si só, tenda a libertar o trabalhador das amarras do capital. A introdução de novas forças produtivas se expressa e se condensa, assim, como fundamento da luta de classes na produção. Sobre o tema, ver: Bettelheim (1976) e Magaline (1977).

¹³ Ver sobre a questão da cultura de classe, Savage (2004), sobre a questão da experiência que nos remete a cultura do cotidiano, ver Thompson (1987, 2001) e, sobre o modo de produção como modo de vida, ver: Gramsci (2004).

¹⁴ Um retorno à constituição da sociologia do trabalho francesa seria interessante para observar como a questão da humanização do trabalho foi pensada nos anos 1940 e 1950. Georges Friedmann e Pierre Naville (1964) foram uns dos primeiros a identificar o trabalhador artesão como sujeito histórico da ruptura com o capitalismo. A retomada da consciência de classe perdida pelo artesão com base na reapropriação dos saberes empíricos e, depois, dos meios de produção é caracterizada como fundamento para a revolução socialista. Desenvolvi mais detidamente este tema em: Amorim (2006) no sentido de caracterizar este retorno teórico ao artesão, definido de forma ideal-típica, como um estágio prévio ao socialismo. Assim, para estes autores, e incluindo Gorz de *Estratégia operária*, tratava-se de

tem como base a ideia de que a separação entre concepção e execução do trabalho seria a fonte de toda a alienação da classe trabalhadora. Assim, Gorz, nos anos 1960, procurou, a todo custo, encontrar um sujeito para realizar esse processo, mesmo que ele fosse fruto das ambições e desejos das empresas capitalistas.

A luta política rumo ao socialismo se reduziria, com isso, a uma luta pela reapropriação do saber-fazer. O operário polivalente seria o sujeito capaz de romper a separação entre concepção e execução do trabalho, sendo a superação da alienação no trabalho o fim de um processo que tem como meio a recomposição de um conjunto de saberes técnicos. Nesses termos, o “neocapitalismo” apresentou-se, para Gorz, como antessala da revolução socialista, como momento pedagógico para que uma passagem não violenta ao socialismo fosse construída.

Com o desenrolar dos anos 1970 e com a conjuntura política, econômica e produtiva que se apresentava no Japão, na Europa e nos Estados Unidos, onde se via claramente uma radicalização das formas de controle e de intensificação da produção, com larga implementação da automação e da microeletrônica, amparadas pela constituição de políticas estatais neoliberais que davam segurança jurídica e ideológica para o desenvolvimento dessas práticas produtivas, evidenciava-se a incapacidade de o chamado “operário polivalente” superar a subordinação e a exploração do trabalho e de humanizar os processos de trabalho, como Gorz já havia vislumbrado.

No limiar dos anos 1980, Gorz escreve *Adeus ao Proletariado*, procurando rever o lugar que o trabalho ocupa na sociedade capitalista, devido ao fracasso de suas expectativas com o operariado tecnocientífico, e, com isso, questionar a concepção de trabalho que orientou suas análises durante os anos 1960.

humanizar o trabalho dentro do capitalismo, caracterizando esta humanização como um momento anterior e essencial para a instauração do socialismo. Ver também sobre esta questão: Friedmann (1972) e Rolle (1978)

O ADEUS AO TRABALHO

Adeus ao proletariado: para além do socialismo (1987) representa a síntese de um conjunto de teorias sociológicas que já vinham sendo desenvolvidas e expostas desde o início dos anos 1970, mas que se intensificaram ao final dessa década.¹⁵ Com base em diferentes eixos explicativos, o argumento central que orienta essas teorias é o de que a sociedade industrial teria se esgotado e, em seu lugar, uma sociedade pós-industrial teria emergido.¹⁶

Na Europa e no Brasil, a publicação de *Adeus ao proletariado: para além do socialismo* teve forte impacto. Sua recepção no Brasil influenciou, pode-se dizer, muitos intelectuais a reverem seus pressupostos teóricos e políticos, fazendo alguns abandonarem as fileiras do marxismo. Gorz trazia, em sua síntese, algo estonteante. Ele colocava em questão as teses centrais que boa parte do marxismo europeu, do Brasil e da América Latina como um todo, aquele influenciado pelas práticas políticas dos grandes partidos comunistas, haviam chancelado como inquestionáveis no âmbito da sociedade capitalista.

Com a redução relativo do número de postos de trabalho nas indústrias dos países centrais da Europa ocidental, dos Estados Unidos e do Japão, mostrou-se óbvio que as teses que sustentavam a problemática do “paradigma produtivo” haviam de ser postas em cheque. Essa redução do trabalho tipicamente manual-fabril pareceu, aos olhos de alguns pesquisadores europeus e de Gorz, um pro-

¹⁵ Não me estenderei na caracterização dessas teorias. No entanto, em conjunto, elas passam a reivindicar, com mecanismos conceituais distintos, modelos de sociedade que emergiriam dos escombros da chamada “sociedade industrial”. Entre esses modelos, podemos indicar: a sociedade do conhecimento com Touraine (1970) e também com Bell (1977); a sociedade pós-materialista com Inglehart (1977); a sociedade da informação com Castells (1999) e Melucci (1980); a sociedade baseada nas atividades intelectuais com Gouldner (1979); e a sociedade de serviços com Offe (1989) e também com Touraine (1989). Há um esboço mais detalhado dessas teorias em Amorim (2015).

¹⁶ Para uma atualização do debate sobre a sociedade pós-industrial, ver a coletânea de textos organizada por Vercellone (2002).

cesso que se estenderia ao mundo todo (Gorz, 1987, p. 11).¹⁷ Com isso, a sociedade centrada no trabalho, em valores trabalhistas e constituída por uma sociabilidade vinculada à fábrica (para Gorz, à indústria) teria chegado ao fim e, com o seu fim, o término do sujeito que a ela dava vida: o proletariado.

Gorz concluiu, assim, que o industrialismo teria chegado ao fim e, com ele, o marxismo. Pressupondo a teoria marxista como uma teoria do industrialismo e não do modo de produção capitalista, o autor nos oferece outra forma de pensar a nova sociedade para além do trabalho, para além do antagonismo entre as classes sociais, para além da indústria, vista como local residual - embora ainda necessário para a manutenção social -, para além das instituições políticas típicas da sociedade industrial - como as instituições sindicais e partidárias - e, por fim, para além de convicções e políticas socialistas.

Para fundamentar uma teoria alternativa à teoria marxista, Gorz lança mão do argumento de que o desenvolvimento da racionalidade econômica teria se tornado incontornável. A racionalidade instrumental, sobretudo a econômica, teria se tornado tão poderosa a ponto de não poder ser mais superada. Gorz identifica que tal racionalidade estaria localizada no terreno da produção. Com isso, não seria mais possível que, desse universo produtivo, surgisse qualquer força política capaz de se apresentar como sujeito coletivo anticapitalista. Essa alternativa social e política deveria estar, portanto, em outro lugar.

[...] a verdadeira 'vida' começa fora do trabalho, o trabalho torna-se um meio de ampliar a esfera do

¹⁷ Apesar de a reestruturação produtiva toyotista, que atingiu boa parte do mundo, ter reduzido o número de trabalhadores na indústria a partir dos anos 1970, podemos notar um crescimento relativo do contingente de trabalhadores empregados nesse setor desde 1991 até 2012. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2014), em torno de 490 milhões de trabalhadores estavam empregados formalmente na indústria em 1991. Já em 2012, esse número sobe para aproximadamente 714 milhões de trabalhadores empregados. Em termos absolutos, há, portanto, no período, um crescimento significativo do número de trabalhadores na indústria, o que parece desabonar a tese do fim do trabalho desenvolvida por Gorz.

não trabalho, é a ocupação temporária pela qual os indivíduos adquirem a possibilidade de dar continuidade às suas atividades principais. Trata-se de uma mutação cultural que delinea a passagem para a sociedade pós-industrial. (Gorz, 1987, p. 101)

Com isso, Gorz vislumbra uma fissura na sociedade, isto é, a existência de uma sociedade dual, sendo um dos polos o heterônomo, onde prevaleceriam os valores e as determinações sociais ditados pela racionalidade econômica, *versus* o polo autônomo, no qual estariam presentes práticas alheias ao trabalho, à produção, ou seja, à racionalidade econômica e, portanto, não contaminadas pela lógica do capital.

Duas figuras são valorizadas nessa indicação de Gorz - o indivíduo e os movimentos sociais -, ambas consideradas alheias, ou predominantemente alheias às imposições da racionalidade econômico-produtiva e, por conta de sua autonomia em relação a essa racionalidade, capazes de constituírem um modo de vida autônomo, isto é, fora da lógica do lucro, da produção racionalizada e do produtivismo.

A segunda das três reflexões sobre o lugar social do trabalho na obra de Gorz (1987, p. 87) tem, portanto, sua força argumentativa sintetizada na noção de “[...] uma não-classe de não-trabalhadores”. O lugar do trabalho é, com isso, deslocado. A positividade atribuída a ele em *Estratégia Operária* é descartada na medida em que Gorz toma consciência de que o essencialismo humanista de sua concepção de trabalho não fazia mais sentido, e observava o desenvolvimento da racionalidade econômica e a incapacidade de a classe operária superá-la.

Nesses termos, a importância dada ao trabalho e à classe operária, em *Estratégia Operária*, é agora atribuída aos movimentos sociais situados fora da “*esfera do trabalho*” e da indústria, isto é, a todo tipo de luta social que não esteja contaminada pela lógica estruturalmente racionalizada da produção de mercadorias. Não obstante, do livro *Estratégia Operária* permanece a base do raciocínio, a sua problemática. Tanto lá quanto em *Adeus ao Proletariado*, o que impulsiona a transformação, de

um operariado politécnico, nos anos 1960, e do fim do trabalho, nos anos 1980, é uma concepção determinista das forças produtivas.

Ao identificar a racionalização da produção, fruto do desenvolvimento das forças produtivas, como um processo inevitável e que teria transformado o trabalho em uma atividade fadada à alienação, Gorz (1987, p. 86) constata que a classe trabalhadora não seria mais capaz de realizar qualquer tipo de revolução. Não obstante, essa mesma racionalidade econômica, pelo desenvolvimento de sua extensão, teria criado, mesmo que contraditoriamente, a possibilidade de economizar tempo de trabalho.

Em *Métamorphoses du Travail*, Gorz (1988, p. 17-18) deixa essa questão mais clara ao dizer que:

[...] os 'progressos tecnológicos' conduzem, assim, inevitavelmente à questão do conteúdo e do sentido do tempo disponível. Ainda mais: interrogam a natureza de uma civilização e de uma sociedade que valoriza mais o aumento do tempo disponível que o aumento do tempo de trabalho.

A automação e o desenvolvimento das forças produtivas, expressões materiais da racionalidade econômica, teriam provocado, assim, uma economia radical de tempo de trabalho. O avanço tecnológico, com isso, teria levado a sociedade a se dividir. De um lado, predominaria uma insuperável racionalidade econômica da produção de mercadorias; de outro, ilhas de autonomia que inspiraram Gorz a projetar a ascensão do indivíduo, inserido em movimentos sociais, como novo protagonista social.

Gorz, assim como Habermas (1987),¹⁸ acredita que o lado autônomo, pouco ou não contaminado pela racionalidade instrumental, deve ser preservado e, se possível, dilatado com base em políticas de ampliação da cidadania. Não obstante, tal ampliação está associada, no caso de Gorz mais especificamente,

ao o que fazer como o tempo liberado? Ou ainda, o que fazer com o tempo economizado na sociedade heterônoma? Onde gastá-lo? De que forma?

A despeito de sua ruptura com a teoria marxista, Gorz ainda fundamenta sua análise em um dos mais centrais, e a meu ver o mais equivocados dos argumentos difundidos pelos partidos comunistas, a saber, o do determinismo da economia e das forças produtivas como elementos centrais das transformações estruturais.

O lugar do trabalho, na sociedade capitalista do início dos anos 1980, é, portanto, determinado pelo avanço tecnológico. A semelhança no argumento de fundo é clara. Nos anos 1960, Gorz vislumbrava, no avanço tecnológico, as possibilidades de constituição de um novo sujeito social: o operariado tecnocientífico. Nos anos 1980, esse mesmo desenvolvimento tecnológico teria, por conta de seu forte teor racionalizante, deslocado o trabalho, a produção e seus produtores para um segundo plano social e político.

Assim, a humanização do trabalho via politécnica passa a ser considerada por Gorz um projeto superado em *Adeus ao Proletariado*, haja vista que:

[...] quaisquer que sejam os esforços dedicados para humanizá-la [a função produtiva], ela permanecerá no essencial uma atividade especializada, que os indivíduos devem cumprir como funções separadas, governadas exteriormente a eles, sob as quais eles não dominam nem o conjunto do processo, nem as suas finalidades. A humanização do trabalho encontra, portanto, um limite ontológico. (Nicolas-Lévy-Strat, 1996, p. 102-103)

Entretanto, Gorz rompe com Marx ou com uma leitura humanista do trabalho e do lugar social do trabalho desenvolvida por ele mesmo anteriormente? Nossa tese é a de que Gorz não rompe com Marx, mas sim com uma leitura determinista de Marx, à qual ele próprio aderira nos anos 1960. Assim, seu projeto de um trabalhador emancipado dos anos 1960, que poderia se autodeterminar socialmente, por

¹⁸ Há aqui, tanto em Gorz quanto em Habermas, uma forte influência de Weber quanto ao desenvolvimento da racionalidade instrumental: econômica e burocrática. Discuto isso com mais detalhe em Amorim (2009).

conta da retomada do saber-fazer na produção, é superado na medida em que tal projeto é atropelado pelo desenvolvimento tecnológico.

Sua concepção que identificava na atividade-trabalho o meio de toda e qualquer forma de luta anticapitalista é descartada. Gorz simula um descarte de Marx, quando, na verdade, está descartando suas concepções humanistas de trabalho e do lugar que ele ocupa na sociedade capitalista.

Em 1964, em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, André Gorz pensa que apareceu um novo tipo de produtor capaz de se reapropriar do processo de trabalho à maneira dos antigos artesãos. Enquanto, mais tarde, ele dirá *Adeus ao Proletariado*, ele vai criticar em Marx aquilo que era, na verdade, sua própria ilusão de ótica. (Artous, 2003, p. 20, grifo do autor)

O processo de humanização do trabalho, almejado por Gorz em *Estratégia operária*, é, com isso, substituído por práticas políticas que passam pela negação do trabalho, da classe trabalhadora e da produção. Gorz toma, assim, “consciência” de que humanizar a produção e o trabalho não seria possível. Mas, quando percebe a impossibilidade de humanização do trabalho no capitalismo, via operariado político, imputa o equívoco a Marx e não à sua leitura da política e do trabalho.

O TRABALHO DESMEDIDO

Durante a década de 1980, Gorz aprofunda, com *Les Chemins du Paradis*, de 1983 e, depois, com *Métamorphoses du Travail* de 1988, as teses expostas em *Adeus ao Proletariado*. Já nos anos 1990, em seu livro *Misères du Présent, Richesse du Possible* de 1997, Gorz se confronta com o desenvolvimento de atividades de trabalho ligadas à informação e ao conhecimento. No entanto, ainda tem reservas em relação à expansão e às possibilidades de emancipação do trabalho via tais atividades, sobretudo por conta da presença cada vez mais ampla da subordinação do trabalho à gestão empresarial e à produção pós-fordista (Giani-

nazzi, 2016, p. 318).

Configura-se, não obstante, uma nova inquietação em Gorz nos anos finais da década de 1990, que o levará, mais tarde, em *O Imaterial*, a projetar formas de emancipação social via apropriação do conhecimento pelo trabalhador. Assim, após dar adeus ao trabalho no início de 1980, ao final da década de 1990 e, sobretudo, com *O Imaterial*, no início do novo milênio, Gorz retoma o tema do trabalho para desenvolver uma nova compreensão da produção e da sociedade capitalista, deslocando, mais uma vez, o lugar que o trabalho ocupa socialmente.¹⁹

Apesar de não ser o precursor do debate sobre o trabalho imaterial²⁰, Gorz avançou em problemas de pesquisa que até hoje se fazem presentes em produções acadêmicas sobre as novas configurações do trabalho e sobre o trabalho imaterial como principal força produtiva do capitalismo contemporâneo. Entretanto, é possível notar, em *O Imaterial*, argumentos e previsões sobre o desenvolvimento do trabalho imaterial que não se realizaram ou se realizaram parcialmente, sendo superados, parcial ou integralmente, por novas formas de controle e de exploração que remetem muito mais à reprodução social de antigas formas de organização e de controle tayloristas do que a novas configurações da produção que caracterizariam um processo de autonomização e libertação social do trabalho e do tempo de trabalho.

Ao retomar a discussão sobre o trabalho no capitalismo, via trabalho imaterial, como um dos mecanismos-chave de compreensão da realidade social, Gorz retoma também Marx. No entanto, a retomada de Marx se dá via *Grundrisse* (2002).²¹

¹⁹ O otimismo de Gorz frente às novas tecnologias da informação, sobretudo em relação à internet, parece fazê-lo ver, no trabalho imaterial, algo fundamentalmente novo e paradigmático. Em suas palavras: “O computador aparece como o instrumento universal, universalmente acessível, por meio do qual todos os saberes e todas as atividades podem, em princípio, ser partilhados” (Gorz, 2005, p. 21).

²⁰ Ver, por exemplo, os textos de Lazzarato (1992, 1993), Negri (1992) e Negri e Vincent (1992).

²¹ Apesar de Gorz ter feito referência aos *Grundrisse* de Marx já em *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, sua reto-

Os *Grundrisse* de Marx são rascunhos elaborados como preparação da redação d'*O Capital* (1998). Marx desenvolveu certos aspectos de sua análise que acabaria, mais tarde, deixando de fora d'*O Capital*. Em partes desses rascunhos, Marx leva ao limite algumas teses, retirando-as, podemos dizer, da história. Isto é, Marx desenvolve alguns pressupostos analíticos como um exercício lógico.

Pensemos, por exemplo, se as forças produtivas fossem desenvolvidas ao limite de nosso raciocínio, ao limite do que hoje poderíamos vislumbrar. Nesse exercício, deixaríamos de lado (porque se trata apenas de um exercício lógico, como se estivéssemos operando com universais abstratos) as contradições sociais, como, por exemplo, a contradição entre capital e trabalho.²²

Ao fim e ao cabo desse raciocínio lógico, chegaríamos à seguinte constatação: o desenvolvimento da técnica e da ciência levado ao limite e aplicado à produção de mercadorias reduziria drasticamente o tempo de trabalho; tão drasticamente que o tempo livre, fora do trabalho, passaria a orientar a organização da vida em sociedade. Portanto, a sociedade não estaria mais submetida ao tempo de trabalho necessário e, por consequência, à lógica de valorização do capital e passaria a ser governada pelo tempo livre.

A constatação imediata que temos desse exercício lógico é que, desfazendo-se da con-

mada teoricamente mais densa se dá com o debate sobre o trabalho imaterial. Faço uma discussão mais detalhada da retomada dos *Grundrisse* em Amorim (2009, 2013, 2014). Ver também, sobre os *Grundrisse*, Dussel (2011).

²² Resumidamente, entendo que a tendência de diminuição radical do tempo de trabalho com base no desenvolvimento das forças produtivas, exposta por Marx nos *Grundrisse*, só teria pertinência em uma sociedade na qual esse objetivo estivesse colocado como um objetivo primeiro, isto é, em uma sociedade em que a substituição da produção capitalista pela comunista fosse um norteador central. Nesse sentido, entendo, como já sublinhei, que se trata apenas de um exercício lógico de Marx, que projeta a redução do tempo de trabalho em níveis estruturais (Amorim, 2009). Como o próprio Marx indica em outras obras, trata-se, fundamentalmente, de considerar as contradições sociais em presença. Não faria sentido algum, dessa forma, pensar um desenvolvimento social automático, que jogasse pelos ares todo o empreendimento burguês, já que quem dirige e orienta o desenvolvimento científico e tecnológico é a própria classe capitalista via instituições públicas e privadas.

tradição central que opera no modo de organização capitalista de produção de mercadorias, presente em Marx, as classes sociais estariam superadas, e uma sociedade do tempo livre se constituiria como consequência dessa nova lógica produtiva.

Esse é, grosso modo, o raciocínio teórico que Marx desenvolve em aproximadamente trinta páginas dos *Grundrisse* e que, a partir do início dos anos 1990, começou a influenciar autores como Lazzarato (1992, 1993), Negri (1992, 1993), depois Gorz (2005), Moulrier-Boutang (2007), entre outros.

Os eixos centrais da discussão, que acabou por configurar o debate sobre o trabalho imaterial, estão ligados, assim, a três conceitos norteadores:

1. o valor-trabalho;
2. o tempo de trabalho; e
3. as classes sociais.

Essas trinta páginas dos *Grundrisse* são revisadas minuciosamente pelos autores acima indicados, *vis-à-vis* o desenvolvimento das formas de trabalho informacional e comunicativa, sob o impulso do desenvolvimento da automação e da microeletrônica, para demonstrar como a nova realidade produtiva teria colocado em xeque a teoria marxista.

Assim, os *Grundrisse* de Marx são retomados com um objetivo duplo. Ao mesmo tempo em que servem de fundamentação teórica para compreender as novas formas de produção chamadas cognitivas, servem também de base teórica para colocar a própria análise marxiana em xeque. Isto é, Marx estaria certo, mas apenas nas trinta páginas que não publicou. O restante de sua teoria teria sido importante para entender a produção industrial típica até os anos 1970. No entanto, depois disso, isto é, com o fim da sociedade industrial, a teoria marxiana estava superada. Os *Grundrisse* servem aos autores da economia do conhecimento, portanto, como fundamento teórico para a desconstrução da própria obra de Marx.

Em Gorz (2005, p. 9), essa desconstrução passa pela fundamentação da tese de que

o valor não poderia mais ser medido, já que o tempo de trabalho, medida do valor, não seria mais expressão das atividades cujos conteúdos centrais são o “componente comportamental” e a “motivação”. Pressupõe-se, assim, que, para a indústria produtora de mercadorias físicas, essa medida era possível, mas agora, para as indústrias que produzem mercadorias não físicas, essa mensuração não seria possível.²³

A impossibilidade da mensuração é marcada, assim, pela especificidade dos conteúdos do trabalho imaterial. O conjunto desses trabalhos seria uma expressão não mais de capacidades quantitativas que poderiam ser somadas como unidades de produção, mas de um conjunto de trabalhos imensuráveis, que dariam, portanto, origem a um “capital humano” (Gorz, 2005, p. 15-27).

Mas qual seria, para Gorz, a diferença entre mercadorias físicas e não físicas, se elas são produzidas, em geral, em termos de redução do tempo de trabalho com aumento de produtividade? A resposta de Gorz é a de que o conhecimento e a informação não poderiam ser limitados à forma valor, pois não podem ser medidos com base no tempo de trabalho. É, portanto, a imensurabilidade do trabalho imaterial que permite a Gorz desenvolver todo seu arsenal conceitual e vislumbrar “o comunismo do saber” como alternativa à lógica de valorização do capital (Gorz, 2005, p. 59).

No entanto, o movimento que teria criado as condições sociais para a emergência da *economia do conhecimento* é um velho conhecido de Gorz. O desenvolvimento das forças produtivas (aqui ciência e tecnologia), em seu movimento aparentemente automático, se apresenta, para Gorz, como o sujeito por trás

²³ Gorz pressupõe aqui uma medida aritmética do valor-trabalho. Assim, entende que para a produção de mercadorias físicas, a mensuração é possível; já para a produção de mercadorias não físicas, não seria possível. Marx, contrariamente, caracterizou uma relação de proporcionalidade entre horas necessárias à produção e quantidades de mercadorias produzidas. Trata-se de algo socialmente determinado e que é fruto do embate entre as classes sociais no processo social de repartição da riqueza. Não há, assim, a possibilidade de caracterizar a teoria do valor-trabalho como uma teoria contabilística ou como uma teoria econômica do tempo de trabalho.

do sujeito.

A independência que a produção imaterial acabaria por construir frente às formas tradicionais de valorização do capital seria fruto do próprio desenvolvimento tecnológico que, em sua contradição, teria dado, digamos, um tiro no próprio pé. Outra vez, é nesse conjunto de forças produtivas, análogas àquelas que teriam forjado o operariado tecnocientífico dos anos 1960, e a não classe nos anos 1980, e que tanto nesses outros momentos, quanto no início do século XXI se orientam no sentido de valorizar o capital, que Gorz observa a constituição de ilhas tendenciais de libertação do trabalho das amarras do capital.²⁴

Esse processo de “*êxodo*” da sociedade do tempo de trabalho²⁵ para uma sociedade da abundância de tempo seria expressão da diminuição do trabalho imediato e de sua substituição por trabalho imaterial, não determinado pelo tempo de trabalho. O capitalismo entraria, portanto, em uma crise estrutural, determinada por uma “[...] economia em que a produção, requerendo cada vez menos trabalho imediato, distribui cada vez menos os meios de pagamento” (Gorz, 2005, p. 37).

Assim, Gorz caracteriza o “*êxodo*” da sociedade do tempo de trabalho, em *O Imaterial*, com base em um movimento lógico de expansão da base científica e tecnológica instalada e radicalizada com o desenvolvimento das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC). A substituição de trabalho vivo por trabalho morto, tratada por Marx como uma contradição em processo, cujo principal condutor é constituído pelos interesses do capital,

²⁴ As NTIC, em nosso entendimento, podem até viabilizar formas alternativas e politicamente combativas de trabalho, como, por exemplo, de desenvolvedores de *softwares* autônomos e independentes como o *Happydev*, o *The WalkingNerds*, ou ainda, o *Pulpstation* na França, que trabalham quando e como querem e que recusam trabalhos que não lhes parecem adequados a seu perfil político. O problema central, contudo, é analisar se essas formas de trabalho são hegemônicas ou podem se tornar hegemônicas no capitalismo. Para uma discussão sobre a “categoria” de não assalariados e a emergência da autonomia do trabalho dessa categoria, ver Bureau e Corsani (2014).

²⁵ Ver, sobre o tema, Gorz (2007).

parece mudar de sentido.²⁶ Os interesses do capital seriam, para Gorz, atacados pelos dispositivos tecnológicos que ele mesmo, o capital, colocou em prática para recompor e incrementar suas taxas de lucro.

Retomando essa tese central de *O Imaterial*, em “Pensar o êxodo da sociedade do trabalho e da mercadoria”²⁷, o autor anuncia o capitalismo como um “morto-vivo”. Entende, portanto, que a revolução microeletrônica teria permitido produzir “... quantidades crescentes de mercadorias com um volume decrescente de trabalho, de modo que cedo ou tarde o sistema deve[rá] se chocar com seus limites internos.” (Gorz, 2007, p. 95-96). Entende, por fim, que o capitalismo constituído nesse processo é um “morto-vivo”, pois, em seu processo de autodestruição, acabaria por romper com qualquer medida de compra baseada no trabalho, haja vista a diminuição radical do tempo de trabalho no processo produtivo.²⁸

Gorz está completamente convencido de que a diminuição do tempo de trabalho trouxe a sociedade baseada na produção de valor. Ela, segundo o autor, sendo uma mudança radical, fundamenta também uma mudança no paradigma social. Não seria mais possível falar em sociedade do trabalho, porque o trabalho (manual) não é mais central na produção,

pois sua utilização é cada vez mais marginal nos processos produtivos e, por fim, porque o tipo de trabalho (imaterial) que é utilizado na produção não pode ser medido. Seu valor é desmedido.

A terceira e última reflexão sobre o lugar social do trabalho, na obra de Gorz, se localiza, portanto, na retomada positiva do conteúdo do trabalho. Assim como em *Estratégia Operária*, em *O Imaterial*, o autor identifica, no conteúdo do trabalho advindo da transformação tecnológica, a chave para explicar a transformação social. No primeiro livro, tratou-se de identificar a polivalência como mecanismo estratégico para a tomada de consciência e de enfrentamento político para a superação da subsunção do trabalho ao capital. Já em *O Imaterial*, a positividade do trabalho cognitivo está baseada em sua imensurabilidade, vista como mecanismo que iria implodir o capitalismo. O autor considera, portanto, que o tempo de trabalho não seria mais medida do valor na produção imaterial. Como uma tendência automática, esse tipo de trabalho e de produção se colocaria como algoz da produção baseada no tempo de trabalho, configurando, assim, um capitalismo cognitivo.²⁹

Na mesma linha de Veltz (2001) e Lazzarato (1992), Gorz examinou, portanto, a questão da medida do tempo de trabalho como questão-chave para compreender a especificidade do trabalho imaterial. Procurou, com isso, determinar o que há de diferente no trabalho imaterial que fundamenta sua utilização como mecanismo de quebra do paradigma social, colocando em xeque a “lei do valor-trabalho” como reguladora da produção no capitalismo.

Há, assim, a apreensão do trabalho imaterial como um trabalho cognitivo que não pode ter suas tarefas prescritas e formalizadas. Segundo Gorz, o que o capital demanda não pode ser mais codificado em tarefas rotinizadas na produção imaterial, pois constitui expressão da subjetividade do trabalhador. Assim, o núcleo dessa

²⁶ Em Marx, esse movimento de substituição de trabalho vivo por trabalho morto é uma contradição em processo, pois é expressão da luta de classes na produção. A utilização de novas tecnologias produtivas com o consequente descarte de força de trabalho não mais necessário à nova produção é um dispositivo que o capital sempre ativa, mas que tem como freio a resistência da classe trabalhadora. Ou seja, há momentos históricos em que o capital consegue avançar mais e outros em que é freado por lutas operárias, sindicais e trabalhistas ligadas ao setor, ao ramo produtivo ou à indústria que o capital procura reestruturar. Trata-se, assim, de um enfrentamento político fundamentalmente classista, e não um mecanismo imanente ao conteúdo da tecnologia introduzida na produção.

²⁷ “Penser l'exode de la société du travail et de la marchandise”.

²⁸ Assim, a questão central para Gorz (2007, p. 96). é “[...] como fazer para estabelecer um equivalente monetário de um produto no momento de sua produção, sobretudo quando esta produção informatizada, automatizada necessita de muito pouco trabalho?” A discussão sobre uma renda universal pode ser evidenciada, em muitos de seus textos, desde os anos 1980. Não entraremos nessa discussão, mas tal constatação permite a Gorz encaminhar sua proposta de “Renda Social Garantida”, isto é, de uma forma de distribuição da riqueza produzida que não esteja, porque não pode mais estar, vinculada ao tempo de trabalho.

²⁹ Sobre a questão do capitalismo cognitivo, ver Vercellone (2009) e Moulner-Boutang (2007).

produção seria o “discernimento”, a “capacidade de enfrentar o imprevisto” e de “identificar e resolver problemas” (Gorz, 2005, p. 18).

O argumento de Gorz repousa, com isso, na descrição de uma diferença estrutural entre as formas de organização das indústrias anteriores e essa da produção imaterial. Segundo Gorz (2005, p. 17), é nas capacidades expressivas e cooperativas – segundo o autor, que não podem ser ensinadas, pois fazem parte de uma “cultura do cotidiano” – que está a grande diferença entre os trabalhadores da manufatura e da maquinofatura e aqueles das indústrias pós-fordistas. Segundo Gorz (2005, p. 18), os trabalhadores taylorizados são:

[...] operacionais depois de serem despojados dos saberes, das habilidades e dos hábitos desenvolvidos pela cultura do cotidiano, e submetidos a uma divisão parcelada do trabalho. [...] Era necessário conseguir que o trabalhador executasse, com a regularidade de um autômato, e sem questionar, o comando que a maquinaria industrial lhe transmitia, impondo-lhe a velocidade e a cadência dos atos a executar. Os trabalhadores pós-fordistas, ao contrário, devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc. É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação.

O autor parece, portanto, entender que haveria uma propriedade específica no conhecimento e na informação que limitaria sua apreensão, utilização e exploração pelo capital. E o mais curioso dessa argumentação, que é por certo arguta e profunda, é a ausência de uma análise mais detalhada da utilização do trabalho, ontem e hoje, do ponto de vista das necessidades do capital. Assim, o aprendizado e a formação do trabalhador, que Gorz coloca no centro da produção imaterial e que, dentro de sua argumentação, não poderiam ser racionalizados, sempre estiveram à disposição do capital para serem ou não utilizados. A cultura do cotidiano sempre fez parte da vida da classe trabalhadora,³⁰ a qual, sempre que pôde, de-

³⁰ Além das mesmas referências da nota 13, ver Popinigis

envolveu atividades fora do trabalho, atividades lúdicas, esportivas, artísticas, ou ainda de qualificação para o trabalho. No entanto, tais atividades não foram, ou foram muito pouco apropriadas pelo capital. Isto é, na produção capitalista, que procurou, ao longo dos séculos, diminuir a autonomia e a participação do trabalhador coletivo nos processos decisórios e de organização do trabalho, particularmente com a radicalização desse processo, com a introdução de práticas gerenciais e de produção taylor-fordistas, o aprendizado fora do trabalho não foi alvo da produção capitalista.

Naquele momento histórico, ao capital nada mais bastava que adestrar o trabalhador para o trabalho parcelar, seriado e repetitivo, mas também regrando sua conduta fora da empresa.³¹ Com isso, a cultura do cotidiano, apesar de sempre estar ali presente, não era requisitada como um instrumento, uma qualificação, uma técnica, um mecanismo que servisse ao processo de valorização do capital. Bastava ao capital o trabalho predominantemente manual, rotinizado e seriado, sem a intervenção do trabalhador coletivo no trabalho de elaboração dos processos de produção, predominando, portanto, um trabalho sem participação direta do trabalhador e sem autonomia produtiva.

No entanto, isso não quer dizer que, na história da produção de mercadorias no capitalismo, incluindo o período chamado taylor-fordista, culturas operárias fora da fábrica não existissem. Os conjuntos de trabalhadores, em formações sociais diversas, estavam ali como sujeitos de sua vida, desenvolvendo, na sua

(2015).
³¹ No brilhante *Caderno 22*: “Americanismo e fordismo”, Antonio Gramsci (2011) demonstra como a produção taylor-fordista vai além de um conjunto de técnicas gerenciais e produtivas. O autor enfatiza como a constituição de um novo tipo de trabalhador passa substancialmente por sua conformação psicofísica dentro e fora da indústria. A rotinização dos processos de trabalho, atingem a vida do trabalhador, na medida que seus hábitos, rotinas e práticas sociais são modelados e sintetizados em um novo modo de vida. A produção taylor-fordista é apresentada, dessa forma, como um conjunto de elementos gerenciais, produtivos, mas também e ao mesmo tempo, culturais, políticos e ideológicos que recriam conjuntamente a subalternização das classes trabalhadoras.

relação contraditória com o capital, seu modo de vida, nos encontros nos bairros, nas festas populares, nas comemorações esportivas, em resumo, em sua vida cotidiana. Lá estiveram e existiram formas coletivas de organização relacionadas ao modo como determinados grupos de indivíduos – imersos em uma realidade comum, de bairros comuns, festas comuns, gostos comuns, trabalhos comuns – desenvolvem, criam ou constituem suas próprias vidas.

A questão está, contrariamente ao que sugere Gorz, em como se organiza a relação entre capital e trabalho, isto é, em como empresas capitalistas e trabalhadores, em formações sociais variadas, sintetizam esse enfrentamento, essa relação de força, essa contradição social. Se estamos falando de capitalismo, estamos falando ainda da subordinação do trabalho ao capital. No entanto, tal subordinação implica na apreensão de formas históricas de apropriação do trabalho pelo capital. Mesmo não considerando a classe trabalhadora um simples fantoche nas mãos do capital – o que por certo, em inúmeros casos, pode-se constatar empiricamente –, a direção do processo de produção e do conjunto de decisões estratégicas para as sociedades contemporâneas ainda está nas mãos dos grandes empresários e banqueiros.

Para a maioria dos trabalhadores, o trabalho ainda é, em grande medida, determinado pelas necessidades das empresas capitalistas e pelo seu movimento de interconcorrência. A economia do conhecimento, além de não se apresentar como um “campo” apartado da produção de valor e fundada no tempo de trabalho, não opera como antígeno que formará uma luta anticapitalista. Assim, ela não pode ser considerada – como Gorz (2007, p. 103) vislumbrou – uma síntese do interesse público.

Por fim, a separação entre produção material e produção imaterial realizada por Gorz, operando no universo dos conteúdos e das qualificações do trabalho, fica restrita à lógica do trabalho concreto. Nesse caso, qualquer tentativa de associação com o tempo de trabalho cai por terra, na medida em que trabalhos

distintos – por terem propriedades absolutamente diferentes – não podem ser trocados. Isto é, não são intercambiáveis.

Gorz considera, assim, a materialidade do trabalho como fisicidade do trabalho e a imaterialidade do trabalho como não fisicidade do trabalho. Essa pressuposição toma, assim, o materialismo histórico desenvolvido por Marx como um materialismo das coisas físicas e não das relações sociais, na medida em que imputa a Marx a caducidade e a incapacidade de dar conta da produção imaterial.

O entusiasmo de Gorz em relação à economia do conhecimento acaba por levá-lo, mais uma vez, a tomar o trabalho como algo positivo, mas agora por conta de sua natureza imaterial, que passaria a ser expressão de novos modos de vida antagônicos ao modo de vida burguês. O lugar social do trabalho, em *O Imaterial*, ganha, outra vez, positividade, mas tal positividade vem também, outra vez e finalmente, marcada pelo fetiche das novas tecnologias da informação e da comunicação.

CONCLUSÃO

Errante em sua tentativa de vislumbrar um sujeito político da luta anticapitalista – mesmo que, em certos momentos, esse sujeito fosse um não sujeito –, Gorz não superou a estrutura da concepção de trabalho de seus primeiros livros. Uma concepção de trabalho que ora o percebia como um meio de libertação do capital, ora como um mecanismo completamente submerso à racionalização econômica; que ora o caracterizava como uma atividade fadada à rotinização, ora como algoz do processo de valorização do capital, haja vista seus conteúdos imateriais. Em todos esses momentos, opera a ideia de que, positiva ou negativamente, é no conteúdo do trabalho que se encontra a chave para a emancipação social.

Nessa concepção de trabalho, estão claras as marcas do essencialismo e do trabalho como uma atividade considerada redentora.

Sua inclinação em identificar, no trabalho, o lugar ou o não lugar social da política limitou, portanto, a compreensão do modo de produção capitalista, não como um modo de produção histórica da existência humana, mas apenas como um modo de organização técnica e gerencial da produção de mercadorias (físicas ou não físicas).

Humanização do trabalho, fim do trabalho e desmedida do trabalho são, assim, fundamentos da obra de Gorz que nos remetem, necessariamente, a uma compreensão essencialista e conteudista do trabalho, a qual parece não observar as múltiplas determinações sociais que a categoria analítica marxiana de *trabalho abstrato* carrega. Trata-se de uma categoria analítica que, em sua dimensão dialética, explicita a negação do trabalho concreto, mas que dele não prescinde. Uma categoria que se ampara nas dimensões manual e intelectual do trabalho, mas não as cinde em duas dimensões opostas e indissociáveis.

O desenvolvimento contemporâneo das formas de apreensão, sujeição, espoliação, dominação e exploração sociais do trabalho – seja considerando a predominância do trabalho com conteúdo físico-manual, seja a predominância do trabalho com conteúdo não físico-intelectual – está longe de se desvincular das amarras do tempo de trabalho, isto é, dos interesses das grandes empresas capitalistas imersas na lógica de ampliação do lucro.

Em pesquisas recentes,³² pode-se observar – particularmente na indústria de *software* e de tecnologia da informação, na indústria de telefonia e de teleatendimento, as quais poderiam se remeter, em termos gorzianos, à ampliação da liberdade e à ampliação da autonomia no trabalho – um processo de radical taylorização das

atividades produtivas.³³ Realizadas em casa ou dentro das empresas, tais atividades obedecem a preceitos de controle virtual de produtividade, a formas de controle de desempenho, de horas trabalhadas e de intensidade produtiva que dispensam a presença do “capataz de fábrica” e do cronômetro, valendo-se, no entanto, de *softwares* que passaram a realizar tais funções de vigilância e controle.

Não se trata mais de relógios de ponto e de fichas de produtividade, mas de dispositivos virtuais que estabelecem uma intensidade e uma produtividade do trabalho sem precedentes na história da produção de mercadorias no capitalismo. Taylor nunca esteve tão vivo! Seja com base nas formas de gerência virtual, com a ideologia do empreendedorismo, segundo a qual o produtor individual se autocontrola para responder a graus de eficiência e de eficácia estipulados pela interconcorrência capitalista, seja com base na lógica da gerência e da supervisão direta, que ainda são hegemônicas.³⁵

Imagino que, ao se deparar com esses processos de extrema taylorização da produção, com graus de racionalização e de intensidade produtiva antes nunca vistos, que contaminaram as atividades pretensamente mais intelectualizadas, se vivo, Gorz nos apresentaria outro adeus ao trabalho. Um adeus baseado, mais uma vez, em sua velha concepção de trabalho.

Recebido para publicação em 05 de junho de 2017
Aceito em 24 de julho de 2017

³² Refiro-me aqui às pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Pesquisa Classes Sociais e Trabalho (GPCT) que nos últimos quatro anos tem se dedicado ao exame empírico de empresas ligadas à produção de conhecimento (sobretudo, *software*), à montagem de aparelhos eletrônicos com base nas NTICs e à produção de informação em empresas de teleatendimento, como: a *Foxconn*, o *CPqD*, a *IBM*, a *Matera*, a *Samsung*, a *CI&T*, entre outras.

³³ Seria fundamental observar os trabalhos de Huws (2014) e Fuchs e Mosco (2016), sobretudo, procurando notar em Huws como o processo de taylorização do trabalho imaterial no século XXI se desenvolve em analogia às formas de trabalho presentes no século XX e em Fuchs e Mosco dar atenção ao resgate das categorias marxianas para a apreensão e compreensão do trabalho, no que o autor nomeia, como era do capitalismo digital.

³⁵ Por exemplo, nas montadoras de aparelhos eletrônicos da China e em outras partes do mundo, o controle do trabalho e o despotismo fabril (virtual ou presencial) estão presentes.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, H. El fin de las clases sociales en la teoría social brasileña. *Revista Estudios Latinoamericanos*, México, D.F., v. 35, p. 15-37, 2015.
- AMORIM, H. As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, p. 31-45, 2014.
- AMORIM, H. *Teoria social e reducionismo analítico*: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2006.
- AMORIM, H. O tempo de trabalho: uma chave analítica. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 28, n. 3, p. 503-518, 2013.
- AMORIM, H. *Trabalho imaterial*: Marx e o debate contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2009.
- ARTOUS, A. *Travail et Émancipation Sociales*: Marx et le Travail. Paris: Syllepse, 2003.
- BIHR, A. *Da grande noite à alternativa*: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial*: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BETTELHEIM, Ch. *A luta de classes na união Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BUREAU, M.C.; CORSANI, A. Du désir d'autonomie à l'indépendance. Une perspective sociohistorique. *La nouvelle revue du travail*, [S.l.], n. 5, 2014.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DUSSEL, E. As quatro redações de O Capital (1857-1880): rumo a uma nova interpretação do pensamento dialético de Marx. In: AMORIM, H.; ALIAGA, L.; MARCELINO, P. (Org.). *Marxismo*: teoria, história e política. São Paulo: Alameda, 2011. p. 29-55.
- ELEY, G. *Forjando a democracia*: a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- FOUREL, C. André Gorz, un penseur pour le XXIe siècle. Paris: La Découverte, 2009.
- FRIEDMANN, G. *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FRIEDMANN, G.; NAVILLE, P. *Traité de Sociologie du Travail*. Paris: Librairie Armand Colin, 1964. v. I e II.
- FUCHS, C.; MOSCO, V. *Marx in the Age of Digital Capitalism*. Boston: Brill, 2016.
- GIANINAZZI, W. *André Gorz*: Une vie. Paris: La Découverte, 2016.
- GORZ, A. Penser l'exode de la société du travail et de la marchandise. *Mouvements*, [S.l.], n. 50, p. 95-106, 2007.
- GORZ, A. Économie de la connaissance, exploitation des savoirs. *Multitudes*, [S.l.], n. 15, p. 205-215, 2004.
- GORZ, A. *O imaterial*: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.
- GORZ, A. Valeur et Richesse: le divorce, *Transversales*, [S.l.], n. 3, p. 45-47, 2002.
- GORZ, A. *Misères du Présent, Richesse du Possible*, Paris, Galilée, 2004.
- GORZ, A. *Métamorphoses du Travail*: critique de la raison économique. Paris: Galilée, 1988.
- GORZ, A. *Les Chemins du Paradis: L'Agonie du Capital*. Paris: Galilée, 1983.
- GORZ, A. *Adeus ao proletariado*: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense, 1987.
- GORZ, A. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968a.
- GORZ, A. *Socialismo difícil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968b.
- GOULDNER, A. *El Futuro de los Intelectuales y el Ascenso de la Nueva Clase*. Madrid: Alianza Editorial, 1979.
- GOUNET, T. *Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2001. (Coleção Mundo do Trabalho).
- GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 239-282.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HUWS, U. Vida, Trabalho e Valor no século 21: desfazendo o nó. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, p. 13-30, 2014.
- INGLEHART, R. *The Silent Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- HABERMAS, J. *Teoria de la Accion Comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.
- LAZZARATO, M. Le cycle de la production immatériel. *Futur Antérieur*, [S.l.], n. 16, p. 111-120, 1993.
- LAZZARATO, M. Le concept de travail immatériel: la grande entreprise. *Futur Antérieur*, [S.l.], n.10, p. 54-61, 1992.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, T. Travail immatériel et subjectivité. *Multitude*, [S.l.], 1991. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/spip.php?page=imprimer&id_article=474>. Acesso em: 17 fev. 2014.
- MAGALINE, A. D. Luta de classes e desvalorização do capital. Lisboa: Moraes, 1977.
- MALAGUTI, M. L. A ideologia do modelo japonês de gestão. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 43-73, 1996.
- MALLET, S. *La Nouvelle Classe Ouvrière*. Paris: Éditions du Seuil, 1969.
- MALLET, S. *Le Pouvoir Ouvrier*: Bureaucratie ou Démocratie Ouvrière. Paris: Anthropos, 1971.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1998.
- MARX, K. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política*: Grundrisse/Borrador. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 2002.
- MARX, K. *Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MELUCCI, A. The new social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, London, v. 19, n. 2, p. 199-226, 1980.
- MOULIER-BOUTANG, Y. *Le capitalisme cognitif*: la nouvelle grande transformation. Paris: Éditions Amsterdam, 2007.
- NEGRI, A. Valeur-Travail: crise e problèmes de reconstruction dans le post-moderne. *Futur Antérieur*, [S.l.], n. 10, p. 20-36, 1992.
- NEGRI, A. République constituante. *Futur Antérieur*, [S.l.], n. 15, 1993, p. 71-80.

- NEGRI, A.; VINCENT, J.-M. Paradoxes autour du travail. *Futur Antérieur*, [S.l.], n. 10, p. 5-8, 1992.
- NICOLAS-LE-STRAT, Pascal. Travail e constitution du sens à propos d'André Gorz. *Futur Antérieur*, [S.l.], n. 35-36, p. 101-109, 1996.
- OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? *RBCS: revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 6-20, 1989.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. Global Employment Trends 2014: supporting data sets. Genève, 2014.
- Disponível em: <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/global-employment-trends/2014/WCMS_234879/lang-en/index.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- POPINIGIS, F. E. P. Thompson e a experiência da classe trabalhadora. In: AMORIM, H.; SILVA, J. B. da (Org.). *Classes e lutas de classe: novos questionamentos*. São Paulo: Annablume, 2015. p. 163-178.
- RICHTA, R. *Economia socialista e revolução tecnológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- ROLLE, P. *Introdução à sociologia do trabalho*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.
- SAVAGE, M. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. (Org.). *Culturas de classe*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004. p. 26-48.
- SILVA, J. P. da.; RODRIGUES, I. J. (Org.). *André Gorz e seus críticos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 5-18, 1989.
- TOURAINÉ, A. *Sociedade pós-industrial*. Lisboa: Moraes Editores, 1970.
- VELTZ, P. La nouvelle révolution industrielle. *Revue du Mauss*, [S.l.], n. 18, p. 67-70, 2001.
- VERCELLONE, C. Sommes-nous sortis du capitalisme industriel? Paris: La Dispute, 2002.
- VERCELLONE, C. L'Analyse "gorzienne" de l'évolution du capitalisme. In: FOUREL, C. *André Gorz, un penseur pour le XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2009. p. 77-97.

**THE WORK IN ANDRÉ GORZ: three reflections,
one problematic***Henrique Amorim*

About ten years ago, André Gorz died, leaving stimulating ideas about the limits and need to overcome or deconstruct capitalist society. Always attentive to social transformations, Gorz came at times to synthesize everything that was deep and critical in social theory. However, it is possible to observe, in his writings, an oscillation concerned to the social place that the labor occupies. The place of labor seems to change in function of the development of the productive forces. Thus, Gorz's analysis of the social movement of labor in capitalist society remains a prisoner of a technological determination and a concept of labor limited by the productive universe of professional qualifications. In this article, I have objective to problematize the conception of labor exposed by Gorz in three of his main works: *Worker Strategy and Neocapitalism* (1964), *Farewell to the Proletariat* (1980) and *The Immaterial* (2003), demonstrating how social theory and political alternatives built By Gorz change vis-à-vis the social place occupied by labor in these writings.

KEY-WORDS: André Gorz. Labor. Humanism. Determinism. Immaterial labor.

**LE TRAVAIL CHEZ GORZ: trois réflexions, une
problématique***Henrique Amorim*

Il y a environ dix ans, André Gorz est décédé, ayant laissé des idées stimulantes sur les limites et la nécessité de supériorité ou de déconstruction de la société capitaliste. Toujours vigilant aux changements sociaux, Gorz est arrivé, à certains moments, à synthétiser tout ce qui était de plus profond et critique dans la théorie sociale. Cependant, il est possible de voir, dans son œuvre, des oscillations par rapport à la place sociale qu'occupe le travail. La place du travail semble changer en raison du développement des forces productives. Ainsi, l'analyse du mouvement social du travail dans la société capitaliste, réalisée par Gorz, demeure prisonnière d'une détermination technologique et d'un concept de travail limité par l'univers productif des qualifications professionnelles. Dans cet article, j'ai pour but de problématiser la conception de travail exposée par Gorz dans trois de ses principaux ouvrages: *Stratégie Ouvrière et Neocapitalisme* (1964), *Adieu au Proletariat* (1980) et *L'Immatériel* (2003), en démontrant dans quelle mesure la théorie sociale et les alternatives politiques, développées par Gorz, changent vis-à-vis de la place sociale occupée par le travail dans ces ouvrages.

MOTS-CLÉS: André Gorz. Travail. Humanisme. Déterminisme. Travail Immatériel.

A “INVENÇÃO DO TRABALHO”: historicidade de um conceito nas obras de André Gorz, Dominique Méda, Françoise Gollain e Serge Latouche¹

Nuno Miguel Cardoso Machado*

Após a publicação de *Adeus ao Proletariado*, em 1980, o entendimento do trabalho como uma atividade historicamente específica da modernidade capitalista é uma das traves-mestras do edifício teórico construído por André Gorz. O trabalho está intimamente associado ao surgimento de uma esfera econômica desvinculada da sociedade e, na qualidade de trabalho abstrato, ao fim, em si mesmo irracional, da valorização do valor. Neste artigo, pretendemos caracterizar detalhadamente a evolução do conceito de trabalho nas principais obras de Gorz e, depois, comparar a noção gorziana acerca da historicidade do trabalho com as ideias de três autores francófonos: Dominique Méda, Françoise Gollain e Serge Latouche. Procuraremos aferir as semelhanças e as divergências entre os autores mencionados. Finalmente, será salientado que as razões aventadas para o devir histórico do trabalho podem ser mais bem entendidas no contexto embrionário comum da “revolução militar”, no século XVI, que inaugurou a era moderna no mundo ocidental.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Gorz. Méda. Gollain. Latouche.

INTRODUÇÃO

A abordagem antropológica não permite [...] escamotear uma interrogação que, mais do que qualquer outra, pode ter fortes consequências teóricas e práticas: *pode dizer-se que o trabalho existe quando ele não é pensado nem vivido como tal?*” (Chamoux, 2001, p. 69, grifo do autor).

André Gorz é, sem dúvida, um dos principais teóricos do trabalho da segunda metade do século XX (Castel, 2013; Granter, 2009, p. 113-134; Silva, 2002), sendo conhecido, sobretudo, pela sua obra tardia e, em particular, pelas suas teses polêmicas acerca da crise do capitalismo como sociedade do trabalho, na sequência da chamada 3ª Revolução Industrial (Gorz, 1982, 1985, 1989a).

Todavia um dos aspetos *fundamentais* do pensamento gorziano sobre o trabalho tem passado virtualmente despercebido na litera-

tura secundária, salvo raríssimas exceções: refiro-me à noção do trabalho como categoria moderna e, portanto, historicamente específica. O intuito deste artigo é colmatar essa lacuna através de uma análise detalhada dessa ideia, igualmente polêmica, adotada a partir de seus escritos da década de 1980. Segundo Gorz, o trabalho está intimamente associado ao surgimento de uma esfera econômica desvinculada da sociedade e, na qualidade de trabalho abstrato, ao fim, em si mesmo irracional, da valorização do valor.

Embora se trate de uma posição teórica minoritária, a noção de uma “invenção do trabalho”, isto é, da sua emergência *histórica*, não é de modo algum incomum no mundo acadêmico francófono.² Pode-se mesmo dizer que André Gorz desempenhou um importante papel pioneiro nesse âmbito, questionando o aparentemente inquestionável³ e abrindo caminho para

² Gorz (1989a) intitula justamente o capítulo 1 de *Metamorfozes do Trabalho* por “A invenção do trabalho”. Os outros autores – Méda (2010), capítulo 3; Gollain, (2000), capítulo 8; Latouche (2005), capítulo 3 – que serão estudados neste ensaio utilizam igualmente esse termo nos títulos de vários capítulos de suas obras.

³ A noção ontológica e trans-histórica de trabalho é um dos postulados básicos de praticamente todas as teorias sociais modernas (Méda, 2010, p. 98-148).

* SOCIUS, ISEG, Universidade de Lisboa. Rua Miguel Lupi, N° 20, 1249-078 Lisboa, Portugal. nuno.cocas.machado@gmail.com

¹ Agradeço o apoio financeiro concedido pela Universidade de Lisboa no âmbito de uma Bolsa de Doutoramento.

outros estudos críticos sobre o trabalho.

Assim, neste artigo, serão apresentadas também as reflexões de três autores franceses acerca da historicidade do trabalho que reconhecem a influência de Gorz em suas teorias: Dominique Méda (2010, p. 139), Françoise Gollain (2000, p. 7) e Serge Latouche (2005, p. 231). No final, procederei a uma análise comparada com o intuito de discernir as principais convergências e divergências desses pensadores, que propõem uma (re)interpretação da história da humanidade que prima pela originalidade. Sugerirei, ainda, que as causas avançadas por esses autores para o surgimento histórico do trabalho podem ser mais bem apreendidas e fundamentadas no contexto da denominada “revolução militar” (Parker, 2013), no século XVI, que inaugurou a era moderna no mundo ocidental.⁴

ANDRÉ GORZ E O TRABALHO

Nesta seção será feita uma síntese da evolução do conceito de trabalho na obra de André Gorz. Ver-se-á que a década de 1980 representa uma rutura no pensamento do autor. A partir dessa altura o trabalho e a racionalidade económica passarão a ser entendidos como categorias especificamente capitalistas.

O conceito de trabalho na obra gorziana das décadas de 1950, 1960 e 1970: breves apontamentos

Durante a década de 1950, a filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre foi a grande influência de Gorz. Isso é patente em seus dois primeiros livros, *Fondements pour une morale*⁵ (1977) e *The Traitor*⁶ (1989b), cujo conceito-

-chave é o de alienação individual (Silva, 2002, p. 41). Gorz centra sua atenção na moralidade do indivíduo, nomeadamente na superação da “má-fé” sartreana e na busca de uma conduta ética “autêntica”, defendendo que a autenticidade e a liberdade do sujeito encontram sua expressão plena na *ação*, na transformação prática do mundo (Gorz, 1977, p. 494-495). A liberdade é implicitamente equiparada aos predicados do *homo faber*.

A *moral da história* (1969), publicada originalmente em 1959, pode ser entendida como sua primeira obra marxista. O autor desloca o foco de sua análise para a alienação no plano *social*, isto é, para o *trabalho alienado*. O trabalho é definido explicitamente como uma categoria *ontológica*, constituindo a essência do ser humano. Ademais, é a manifestação *par excellence* da liberdade, da criatividade e da autonomia humanas que, porém, na sociedade capitalista, é desumanizada e mutilada. A superação da alienação passa pela libertação do domínio *exterior* que o capital exerce sobre o trabalhador. A missão do proletariado, como demiurgo da história, é a instauração de um socialismo estatista através da luta de classes.

Posteriormente, André Gorz publicou três livros durante a década de 1960: *Estratégia operária e neocapitalismo* (1975a), *O socialismo difícil* (1968) e *Reforma e revolução* (1975c). Esse período ilustra um compromisso inabalável com a teoria do marxismo tradicional.⁷ A classe operária ainda é o sujeito revolucionário apriorístico, responsável pela implementação do socialismo. O trabalho continua a ser entendido como uma constante antropológica e de modo positivo: Gorz (1975a, p. 151) destaca

⁷ O termo “marxismo tradicional” é utilizado de acordo com o sentido cunhado por Moishe Postone (2003). Segundo Postone, o marxismo tradicional abarca todas as teorias de inspiração marxista que apreendem o capitalismo apenas com base na propriedade privada dos meios de produção, nas relações de exploração e no mercado. A dominação impessoal, “quasi-objetiva”, que caracteriza o capitalismo, corporizada em abstrações reais – mercadoria, valor, trabalho, dinheiro, etc. –, é escamoteada em benefício de uma noção trans-histórica de dominação direta. Para além disso, o trabalho é entendido de modo positivo. Assim, se Marx critica o trabalho, como substância do capital, o marxismo tradicional é uma crítica (equivocada) do capitalismo “do ponto de vista do trabalho”.

⁴ Conforme será salientado mais à frente, o termo “revolução militar” refere-se à revolução das armas de fogo e à correspondente modificação na forma de conduzir a guerra ocorrida no século XVI, na Europa.

⁵ *Fundamentos para uma moral*.

⁶ *O traidor*.

a “essência ativa e potencialmente criadora do trabalho”. A *autogestão* do processo de trabalho pelos conselhos operários é o conceito-chave para entender a sua teoria marxista, na qual o controlo operário da produção industrial é a forma privilegiada de combater a alienação no trabalho e de subverter a hegemonia do capital.

No socialismo, o trabalho *qualificado* será a norma; a autonomia, a atratividade e o enriquecimento das atividades produtivas consubstanciar-se-ão num trabalho “polivalente” (Gorz, 1968, p. 62), *politécnico*, que abolirá a divisão do trabalho. A força de trabalho deixará de ser algo estranho e passará a ser vivida “*como coisa própria*” pelos trabalhadores (Gorz, 1975a, p. 231, grifo do autor). A distinção entre “tempo livre” e “tempo de trabalho” deve ser abolida em proveito do segundo: a instauração de uma “cultura proletária” fará do tempo livre “um prolongamento, uma saída, um campo de aplicação particular da atividade social principal: o trabalho.” (Gorz, 1968, p. 137-138).⁸

O início da década de 1970 não trouxe mudança crucial alguma ao entendimento trans-histórico e positivo do trabalho. Em *Crítica do capitalismo quotidiano* (1976a, 1976b) e, sobretudo, em *Divisão do trabalho e modo de produção capitalista* (1976), o autor aprofunda a crítica da divisão do trabalho, que “é a fonte de todas as alienações” (Gorz, 1976d, p. 7). Nesse sentido, a transição para o socialismo requer que a divisão do trabalho seja abolida e que o trabalho seja “progressivamente enriquecido”, permitindo aos operários desenvolverem capacidades criativas cada vez mais alargadas (Gorz, 1976e, p. 260).

A ciência aplicada e as técnicas de produção devem ser transformadas de modo a permitir acabar com a cisão entre trabalho manual e intelectual (Gorz, 1976d, p. 11). E a “emancipação da classe operária” passa, pois, pela reconquista de sua “integridade física, nervosa, intelectual, cultural, *no seio do trabalho*, isto é, pela luta para impor um poder de

autodeterminação do processo de trabalho.” (Gorz, 1976d, p. 11, grifo nosso).

Em suma, para o Gorz marxista tradicional, como seria de esperar, o trabalho é a eterna forma de mediação do intercâmbio material entre o homem e a natureza. O trabalho é o campo de desenvolvimento por excelência dos seres humanos e sua fonte primordial de identidade e de socialização. Porém, até aos dias de hoje, o trabalho nunca assumiu uma forma empírica adequada, devendo, pois, ser transformado de acordo com seu conceito, ou seja, tornar-se uma forma de atividade espontânea, autônoma, criativa. O trabalho *real*, alienado e capitalista, é contraposto ao trabalho *ideal*, não alienado, conforme à natureza do *homo faber* ou do *animal laborans*.

Esse quadro teórico começa a mudar com a descoberta de Ivan Illich (Machado, 2016a), que provoca um enorme impacto no pensamento de André Gorz. É legítimo falar-se de uma viragem ecológica inaugurada com *Ecology as Politics*⁹, publicada primeiramente em 1975, na qual a tecnologia é agora percebida como a matriz *a priori* que determina a forma das relações sociais capitalistas. Capitalismo e produção industrial são coextensivos, pelo que a apropriação coletiva dos meios de produção se torna impossível.

A produção industrial é, por definição, alienante, restando reduzir sua preponderância e estimular a produção autônoma *microsocial* – ecologicamente sustentável – com recurso às “ferramentas conviviais” illichianas. Embora o trabalho industrial ganhe progressivamente uma conotação negativa, Gorz ainda não o apreende claramente como uma atividade historicamente específica.¹⁰ Esse passo decisivo será dado somente em *Adeus ao Proletariado*, conforme veremos nos itens seguintes.

⁹ *Ecologia e Política*.

⁸ Cf. Machado (2016c) para um estudo aprofundado do pensamento gorziano da década de 1960.

¹⁰ Cf. Machado (2016a) para um estudo detalhado da teoria gorziana da década de 1970.

Década de 1980: a grande transformação

A década de 1980 e, em especial, a obra *Farewell to the Working Class*¹¹ representa uma cisão no pensamento de André Gorz. Pode-se, com efeito, falar de um Gorz antes de *Farewell to the Working Class* e de um Gorz depois de *Farewell to the Working Class*, tal o grau de evolução e de transformação sofrido por sua teoria.¹² Daqui em diante, seu pensamento será marcado por uma ruptura com a teoria marxista tradicional em três aspectos fundamentais:

1. Desnaturalização do trabalho, que passa a ser entendido como a forma de atividade produtiva hodierna, específica da sociedade capitalista;
2. O trabalho é, então, definido de um modo *exclusivamente negativo*, como atividade irremediavelmente “heterônoma” e “alienada”. Assim, o desafio que a Humanidade enfrenta não é libertar o trabalho, mas, antes, libertar-se *do* trabalho (uma possibilidade contida na 3ª Revolução Industrial – aquela da microeletrônica –, que permite um aumento sem precedentes da produtividade). O pleno desenvolvimento das capacidades humanas só é possível *para além* do trabalho, naquilo que Gorz denomina por “esfera da autonomia”;
3. Crítica da noção de um “sujeito revolucionário” *a priori* – mormente, o proletariado – responsável pela emancipação da humanidade. Todavia, em *Farewell to the Working Class*, essa crítica permanece ambígua, pois Gorz deposita suas esperanças naquilo que designa por “não classe dos não trabalhadores”: o grupo heterogêneo composto por indivíduos marginalizados (supérfluos), por desempregados, por trabalhadores precários, a tempo parcial, etc., que têm em comum a (suposta) rejeição dos valores capitalistas: trabalho, mercadorização das atividades humanas, ra-

cionalidade econômica. Ora, a “não classe” acaba ela própria por ser, paradoxalmente, um “sujeito objetivo”. Essa aporia apenas será resolvida no final da década de 1980, em *Metamorfoses do Trabalho*.

Gorz publicou três obras durante a década de 1980. *Farewell to the Working Class* (1982) consiste, no essencial, numa crítica do marxismo tradicional, mormente do seu culto do trabalho e do papel revolucionário atribuído à classe operária. *Paths to Paradise*¹³ (Gorz, 1985), por seu turno, assume-se como uma obra sob a forma de teses, cuja ênfase recai sobre a análise objetiva da crise capitalista – em particular, do modelo fordista de crescimento econômico – e da sua relação íntima com a “revolução microeletrônica”. Finalmente, *Metamorfoses do Trabalho* (Gorz, 1989a) é o culminar da ruptura teórica gorziana. Nessa obra, é exposto pela primeira vez, de um modo detalhado, o programa (utópico) de uma sociedade dual, composta por:

1. uma esfera heterônoma “macrossocial”, insuperável, constituída pelo trabalho e pela racionalidade econômica;
2. uma esfera autônoma “microssocial”, que comporta as atividades livremente escolhidas e realizadas pelos indivíduos.

O modelo de socialismo proposto por Gorz assenta na chamada “política do tempo”: redução progressiva dos horários de trabalho *heterônomo* sem qualquer perda no salário real, mediante a atribuição de um “rendimento básico” a todos os cidadãos, que devem realizar um número mínimo de horas de trabalho ao longo de sua vida ativa.

O Trabalho e a Racionalidade Econômica: categorias modernas

Como foi mencionado no item anterior, um dos aspectos fulcrais da teoria gorziana da década de 1980 é a desnaturalização no trabalho. Ao contrário do que defende o marxismo

¹¹ *Adeus ao Proletariado*.

¹² Cf. Machado (2016b) para uma análise da radicalização ulterior do pensamento de Gorz, no início da década de 2000, em virtude de sua descoberta da corrente de pensamento conhecida por Nova Crítica do Valor.

¹³ *Caminhos do Paraíso*.

tradicional, o trabalho não é a essência do ser humano. Segundo o autor,

O ‘trabalho’ tal como o conhecemos é uma invenção moderna. [...] Foi inventado, e subsequentemente generalizado, apenas com o advento do industrialismo. O ‘trabalho’, no sentido moderno, não tem qualquer relação com as tarefas, repetidas dia após dia, que são indispensáveis para a manutenção e reprodução das nossas vidas individuais. Nem deve ser confundido com a atividade árdua, não importa quão exigente ela seja (Gorz, 1989a, p. 13).

A sociedade industrial moderna é o berço do trabalho, de uma “[...] atividade puramente funcional, separada da vida, desligada da cultura, arrancada ao tecido da existência humana.” (Gorz, 1985, p. 49). O trabalho é indissociável da constituição de uma esfera *econômica* desvinculada, em termos temporais, espaciais e simbólicos, dos demais contextos da vida social. Trata-se de uma atividade *abstrata*, criadora de *valor econômico*, *subsumida* na reprodução do capital: na sociedade mercantil, “[...] o dinheiro [...] é o objetivo invariável de todas as atividades” (Gorz, 1985, p. 49).

Desse modo, o trabalho, no qual se baseia a coesão social e a cidadania das sociedades capitalistas, não pode ser elevado a categoria antropológica nem equiparado à necessidade de os seres humanos produzirem seus meios de subsistência. Para além disso, a atividade produtiva, isto é, o metabolismo com a natureza (Marx), “nunca foi um fator de integração social. Era, pelo contrário, um critério de exclusão: em todas as sociedades pré-modernas, aqueles que o efetuavam eram considerados inferiores. Eles eram escravos da necessidade” (Gorz, 1989a, p. 14) e, portanto, incapazes de cultivar o espírito elevado – que apenas a ociosidade permitia –, exigido pela gestão dos assuntos da cidade (Gorz, 1989a).

Seguindo de perto a teoria arendtiana (Arendt, 1998), Gorz preconiza que há uma diferença fulcral entre o “trabalho no capitalismo” e o “trabalho no mundo antigo”: enquanto o primeiro é efetuado na esfera pública, o segundo estava confinado à “esfera privada”

familiar. A esfera pública, lócus por excelência da política, constituía o verdadeiro reino da liberdade, do qual eram excluídas todas as atividades com caráter utilitário (Gorz, 1989a, p. 15). Ademais, nas sociedades pré-capitalistas, a produção material não era orientada pela “racionalidade econômica” (Gorz, 1989a, p. 16) subjacente à troca mercantil (Gorz, 1985, p. 49). As atividades produtivas estavam profundamente enraizadas em motivações não econômicas, ou seja, “não existia uma separação entre trabalho, cultura e vida” (Gorz, 1985, p. 49). A vida respeitava um padrão cíclico, governado por “ritmos sazonais e biológicos” e pontuado pelos múltiplos feriados associados a festividades e celebrações religiosas (Gorz, 1985, p. 49). As relações sociais e interpessoais obedeciam a princípios de reciprocidade, solidariedade e ajuda mútua (Gorz, 1985, p. 49).

A categoria moderna de trabalho surgiu apenas, então, com o advento do capitalismo industrial. A produção doméstica foi destronada pelo sistema manufatureiro e pelo triunfo do “espírito do capitalismo” (Gorz, 1989a, p. 18). Apoiando-se no individualismo metodológico de Max Weber, Gorz preconiza que foram as ações (e as motivações) *individuais* dos mercadores que engendraram o capitalismo, assim que o cálculo econômico conquistou a organização do processo de produção (Gorz, 1989a, p. 18). A *racionalização* promovida pelos primeiros capitalistas é explicada do seguinte modo:

A capacidade de calcular e prever os custos do trabalho com precisão era essencial para o seu negócio, visto que apenas desta forma era possível calcular o volume e o preço da mercadoria produzida, assim como o lucro esperado. Na ausência destas previsões, o risco envolvido na realização de investimentos seria demasiado elevado. Para tornar o custo do trabalho calculável, era necessário tornar o seu *output* igualmente calculável (Gorz, 1989a, p. 20).

Em síntese, a racionalização econômica é atribuída a essa necessidade de cálculo subjetivo dos custos de produção. A preocupação exclusiva com os “fatores financeiros” conduziu a “racionalidade econômica” a seu extre-

mo. As relações predominantes entre os indivíduos tornaram-se aquelas de natureza monetária, enquanto a relação entre o ser humano e a natureza adquiriu um caráter puramente instrumental (Gorz, 1989a, p. 19).

Se a sociedade econômica emergente permitiu uma emancipação face às relações de dominação direta, ela erigiu, em seu lugar, uma ordem “imperiosa”, regida por “leis objetivas inapeláveis”, independentes de qualquer vontade humana (Gorz, 1989a, p. 112). Entrou em vigor a concorrência perpétua mediante a qual os indivíduos procuram ser bem-sucedidos à custa dos demais. A razão econômica elimina todos os critérios que permitiriam às pessoas ficarem satisfeitas com aquilo que possuem ou com aquilo que fazem (Gorz, 1989a, p. 113), sendo essa racionalização econômica das atividades produtivas que, na perspectiva de Gorz, *cria* o trabalho no sentido moderno do termo. Vejamos como.

No final do século XVIII, o “trabalho” ainda era parte integrante de um ritmo de vida tradicional, imutável e religiosamente respeitado. Para os indivíduos, era impensável “intensificar ou prolongar os seus esforços de modo a conseguirem ganhar mais [dinheiro, NM]” (Gorz, 1989a, p. 21). Essa relutância em realizar um dia de trabalho completo apenas pôde ser ultrapassada pela burguesia nascente através da diminuição radical dos salários, de modo que fosse necessário trabalhar 14, 16 ou mais horas diárias para conseguir sobreviver. Os trabalhadores oriundos dos meios rurais e artesanais, em particular, possuíam hábitos de ociosidade e de relaxamento difíceis de quebrar, incompatíveis com a disciplina fabril (Gorz, 1989a, p. 21).

Nesse sentido,

A racionalização econômica do trabalho não consistiu, portanto, meramente em tornar atividades produtivas preexistentes mais metódicas e mais bem adaptadas ao seu objeto. Ela foi uma revolução, uma subversão do modo de vida, dos valores, das relações sociais e da relação com a Natureza, a *invenção* no verdadeiro sentido da palavra de algo que nunca

tinha existido antes. A atividade produtiva foi descolada do seu significado, das suas motivações e do seu objeto e tornou-se simplesmente um *meio* de ganhar um salário. Deixou de ser uma parte da vida e tornou-se no meio de ‘ganhar a vida’. O tempo de trabalho e o tempo de vida foram separados; o trabalho, as suas ferramentas e os seus produtos adquiriram uma realidade distinta daquela do trabalhador [...]. A satisfação de “produzir obras” em conjunto e o prazer derivado do “fazer” foram abolidos em favor daquelas satisfações que o dinheiro pode comprar. Por outras palavras, o trabalho concreto apenas pôde ser transformado naquilo que Marx chama de “trabalho abstrato” mediante a transformação do trabalhador/produzidor em trabalhador/consumidor (Gorz, 1989a, p. 21-22, grifo do autor).

Como atividade econômica *par excellence*, o trabalho presta-se a ser tratado como uma “unidade material quantificável”, pois é possível medi-lo como uma “entidade independente”; os trabalhadores são despojados de sua individualidade, assumindo-se como simples portadores de “força de trabalho” abstrata e intercambiável (Gorz, 1989a, p. 20). A subjetividade é uniformizada, visto que os trabalhadores funcionam de maneira “quase automática” (Gorz, 1989a, p. 122-123), e as personalidades dos indivíduos tendem a ser destruídas pela “compulsão ao trabalho, de maneira que eles não conhecem nada para além do desejo de mais trabalho” (Gorz, 1989a, p. 117).

Enquanto as sociedades pré-capitalistas repousavam sobre as certezas eternas asseguradas pelas normas religiosas e morais, nas sociedades capitalistas é a racionalidade econômica que cumpre essa função apaziguadora do espírito; o trabalho assumiu-se como a nova “fonte privilegiada de certezas inquestionáveis” (Gorz, 1989a, p. 112). Nas palavras de Gorz (1989a, p. 118),

[...] o trabalho disciplina e ordena a vida, protege os indivíduos do colapso das certezas normativas e da responsabilidade de assumir o controle das suas vidas. As suas vidas já estão inteiramente prefiguradas. O trabalho é uma barreira protetora [...]. As questões acerca do significado e da finalidade da vida estão resolvidas de antemão: uma vez que não há espaço na vida do trabalhador para algo mais do

que trabalhar para ganhar dinheiro, o dinheiro é o único objetivo possível. Na ausência de tempo para viver, o dinheiro é a única compensação para o tempo perdido, para uma vida arruinada pelo trabalho. O dinheiro simboliza tudo aquilo que trabalhador não tem, não é e nunca poderá ser em virtude dos constrangimentos impostos pelo trabalho.

Nesse contexto,

A medição quantitativa enquanto substituto do juízo de valor racional confere a segurança moral suprema e o conforto intelectual: o Bom torna-se mensurável e calculável; as decisões e os juízos morais podem ser derivados da implementação de um procedimento de cálculo impessoal, objetivo, quantificador e os sujeitos individuais não têm de suportar o fardo com ansiedade e incerteza: ‘é virtuoso ganhar dinheiro’ (Gorz, 1989a, p. 121).

A produção tradicional regida pelo princípio da *suficiência* cedeu lugar, com o advento da sociedade moderna, à produção mercantil regida pelo princípio da *maximização*. Na sociedade do trabalho, a racionalidade instrumental, *quantificadora*, orienta a conduta e as preferências humanas em todas as esferas: “*mais é melhor*, [...] qualquer que seja o conteúdo concreto [...] destas quantidades crescentes.” (Gorz, 1989a, p. 119, grifo do autor). No modo de produção capitalista,

[...] o crescimento ilimitado é imprescindível a todos os níveis: enquanto insatisfação [...] e desejo por ‘mais’ no nível individual; enquanto exigência de uma maximização ilimitada no nível dos capitais parciais; enquanto exigência de um crescimento perpétuo no nível sistêmico; enquanto valorização ideológica da performance crescente (da velocidade, do poder das máquinas, do tamanho das fábricas, da altura dos edifícios, da produtividade agrícola e assim por diante) no nível da civilização. Isto pode ser aferido claramente pela maneira como a palavra ‘crescimento’ é pronunciada: ela está imbuída de um juízo de valor, designando o melhor e o mais elevado dos objetivos. O seu conteúdo é totalmente imaterial, apenas a taxa [de crescimento, NM] interessa [...]. O valor emocional, quase religioso que é atribuído à palavra não é o resultado do raciocínio, mas de um juízo normativo *a priori*. (Gorz, 1989a, p. 120-121, grifo do autor)

Pode-se concluir que, em Gorz (1989a, p. 121), a racionalidade econômica e o capi-

talismo são concomitantes e coextensivos. O capitalismo constitui o domínio da racionalidade econômica liberta de quaisquer constrangimentos de ordem moral ou estética, algo inédito na história humana. O trabalho corporiza essa ação econômica instrumental, sendo uma forma de atividade historicamente específica.

O autor define o trabalho como “a atividade levada a cabo: para outrem; em troca de um salário; de acordo com formas e horários estabelecidos pela pessoa que paga o salário; e com uma finalidade que não é escolhida pelo trabalhador” (Gorz, 1982, p. 1). Por outras palavras, o trabalho consiste:

- a. na produção de bens e serviços;
- b. para serem trocados como mercadorias;
- c. na esfera pública;
- d. num período de tempo quantificável e no nível de produtividade mais elevado possível (Gorz, 1989a, p. 138-139).

Em suma, não é a atividade concreta que interessa, mas apenas seu valor de troca (Gorz, 1989a, p. 137).

Na sociedade capitalista, é como trabalhadores assalariados que os indivíduos “adquirem uma existência social e uma identidade social (isto é, uma profissão)” (Gorz, 1989a, p. 13), ou seja, é apenas como *trabalhador* que o ser humano vê reconhecido o seu direito a existir. É precisamente em virtude de o trabalho assalariado ser

[...] o fator de socialização mais importante – mesmo para aqueles que o procuram, que se preparam para ele ou que não o possuem – que a sociedade industrial se vê a si mesma como uma ‘sociedade de trabalhadores’ e se distingue, nesse sentido, das formações sociais do passado” (Gorz, 1989a, p. 13-14).

Reflexão Crítica

Apesar do mérito de suas análises, que denunciam a naturalização das categorias capitalistas, a teoria gorziana da década de 1980 permanece ambígua e introduz, sub-repticiamente, uma ontologia: o trabalho, na Antigui-

dade, é contraposto ao trabalho na Modernidade. Embora reconheça a diferença abissal entre a forma assumida pelo metabolismo com a natureza (e sua organização social) nas sociedades do passado e aquela específica ao capitalismo, Gorz continua, por vezes, a qualificar ambas as realidades sociais como trabalho.

Desse modo, seu pensamento é marcado por uma aporia relativamente ao conceito de trabalho: por um lado, é afirmado que o trabalho não existiu sempre, pelo que o capitalismo é a primeira “sociedade do trabalho”; mas, por outro lado, é acrescentado que o trabalho nem sempre existiu *tal como se apresenta sob o capitalismo*: “O trabalho não existiu sempre na forma como é entendido atualmente” (Gorz, 1982, p. 1, grifo do autor).

Ora, essa asserção aparentemente inocente permite fazer entrar pela porta do cavalo um entendimento trans-histórico do trabalho: se é verdade que o trabalho, tal como existe nas sociedades capitalistas, é uma *invenção moderna*, nas sociedades do passado existia outro tipo de “trabalho”, com outras características. O trabalho é, assim, implicitamente equiparado à (re)produção material de todas as sociedades humanas ou, se quisermos, ao “trabalho concreto” de Marx.

A própria colocação do termo entre aspas revela o desconforto sentido por Gorz em qualificar a atividade produtiva do passado como trabalho: “Não pode existir nenhuma sociedade, nenhuma vida, sem «trabalho», mas nem todas as sociedades e vidas são baseadas no trabalho.” (Gorz, 1989a, p. 153). Todavia, Gorz não é capaz, *ainda*, de dar o passo lógico e decisivo, que seria reconhecer que o trabalho *tout court* é uma realidade especificamente moderna, a *forma* de que se reveste a atividade produtiva numa sociedade *econômica*.

Será proveitoso, nesse âmbito, recuperar o conceito marxiano de “subsunção real” do trabalho ao capital (Marx, 1975, p. 79), que se refere à criação histórica de um processo de produção material – em termos técnicos, tecnológicos e organizacionais – *especificamen-*

te capitalista. Segundo Botelho (2009, p. 70), “[...] a forma social capitalista se inscreve na matéria, cria uma técnica adequada a seu objetivo [...] de valorização do valor”.

As modalidades concretas do trabalho são *coagidas* por um padrão objetivo de produtividade: a configuração técnico-científica do trabalho espelha a necessidade de “[...] produzir um objeto empregando somente o *tempo de trabalho* [socialmente, NM] *necessário* sob as condições sociais gerais de produção.” (Marx, 1988, p. 197, grifo do autor). Pela primeira vez na história, a duração temporal do processo produtivo converte-se no “[...] único critério para a avaliação e comparação das diferentes atividades” (Jappe, 2006, p. 48), pois aquilo que está em jogo é, acima de tudo, a criação de valor.

Assim, a subsunção real significa que o próprio processo de (re)produção material (concreto) é revolucionado, assumindo uma forma especificamente capitalista e, portanto, inaudita na história da Humanidade. É completamente impossível falar de um suposto trabalho concreto supra-histórico, *materialmente idêntico* em todas as sociedades.¹⁴

A ambiguidade da teoria gorziana será finalmente superada com a publicação de *Capitalismo, Socialismo, Ecologia*, em 1991. Nesse livro, Gorz reconhece, de modo *inequívoco*, a historicidade do trabalho:

A noção de trabalho é uma invenção da modernidade ou, mais precisamente, do capitalismo industrial. Enquanto a produção mercantil permaneceu marginal e a maior parte das necessidades era satisfeita através da produção doméstica e da economia aldeã, a noção de ‘trabalho’ enquanto tal [...] não se pôde afirmar. As pessoas ‘produziam’, ‘construíam’, e ‘preparavam’ coisas; elas ‘labutavam’, ‘penavam’, ‘esforçavam-se arduamente’ e ‘exerciam’ uma variedade de ‘ocupações’ específicas que não possuíam qualquer medida comum no contexto da comunidade doméstica. [...] A noção de trabalho assumiu o seu significado atual apenas quando a produção e o consumo mercantis adquiriram precedência sobre a produção para uso

¹⁴ Cf. Bischoff (1995) e Homs (2012) para uma crítica contundente desse entendimento materializante e trans-histórico do trabalho.

próprio. Então, o ‘trabalho’ tornou-se o nome de uma atividade fundamentalmente diferente das atividades de subsistência, de reprodução, de manutenção e de cuidados efetuadas na esfera doméstica. [...] O ‘trabalho’ é uma atividade paga [...] efetuada no domínio público e que aparece aí como uma *performance mensurável, permutável e intercambiável*; como uma performance que possui valor de uso para os outros e não apenas para os membros da comunidade familiar que a levam a cabo: *para os outros em geral* (Gorz, 1994, p. 53, grifo do autor).

O trabalho é, portanto, uma “categoria socio-histórica” e não uma categoria “antropológica” (Gorz, 1994, p. 54, grifo nosso). O trabalho – como *conceito* e como *realidade social* – simplesmente não existia nas sociedades pré-capitalistas. Num artigo de 2002, intitulado “Ecologie et Socialisme”, Gorz é capaz de discernir o advento do trabalho como categoria bipartida: a noção de produção material em geral, isto é, o “trabalho concreto” de Marx, é indissociável da constituição histórica da atividade social ponente de valor, isto é, o “trabalho abstrato” de Marx. Na ótica de Gorz (2002, p. 74, grifo do autor),

O trabalho tal como nós o entendemos hoje em dia apenas nasceu com o capitalismo manufatureiro, seguidamente industrial. [...] Nas sociedades pré-capitalistas e pré-modernas, as atividades eram classificadas segundo a sua determinação particular e a sua posição hierárquica, não lhes sendo reconhecida nenhuma outra medida comum, nenhuma outra essência. [...] O *conceito* de trabalho tal como aparece em Hegel foi, portanto, uma revolução filosófica [...]. Ele designava a essência comum à totalidade das atividades mediante as quais o sujeito se inscreve e se objetiva na materialidade do mundo [...]. Ele designa a essência comum do conceber, do fazer, do fabricar e do agir que até então eram categorias incomensuravelmente distintas. [...] Este conceito [...] apenas pôde surgir [...] quando o capitalismo manufatureiro deu origem a um proletariado de trabalhadores sem ofício, nem estatuto social e profissional, fornecedores de trabalho em geral, trabalho em si, trabalho sem [qualquer] determinação particular. Com este proletariado [...] aparece pela primeira vez aquilo que Marx chamará de *trabalho abstrato*, trabalho-mercadoria, mensurável, quantificável, indiferente ao seu conteúdo, desvinculável dos indivíduos intercambiáveis que o realizam.

Em suma, não é possível falar de trabalho concreto na ausência de trabalho abstrato e vice-versa. O trabalho é justamente a unidade necessária (e contraditória) desses dois polos. O modo de produção capitalista é simultaneamente a forma de (re)produção material *peculiar* de uma sociedade *particular* e um processo de valorização, ou seja, de produção de uma forma de riqueza abstrata, historicamente específica: o valor econômico. *O trabalho encerra em si a determinação binomial da produção capitalista.*

DOMINIQUE MÉDA: a emergência simultânea do trabalho e do indivíduo

Dominique Méda (2010, p. 20) salienta que a “concepção comum” da esmagadora maioria das correntes teóricas do século XX é a noção do trabalho como categoria trans-histórica, antropológica. O trabalho é entendido como “[...] uma invariante da natureza humana” (Méda, 2010, p. 18). Uma grande parte dos cientistas sociais projeta “[...] sobre o nosso passado mais antigas categorias profundamente modernas”, cometendo um “erro grave ao imaginar os antigos [...] sob a figura do trabalhador” (Méda, 2007, p. 17).

Ora, na perspectiva da autora, o trabalho está longe de ser uma realidade social autoevidente, pois, no seu conceito contemporâneo, ele é “[...] um conglomerado de camadas de significado diferentes que foram sendo depositadas nos últimos séculos e que, de certa maneira, se sedimentaram, fazendo esquecer o seu caráter histórico” (Méda, 2007, p. 17). Se é verdade que os seres humanos “sempre tiveram que confrontar a natureza para sobreviver e transformar suas condições de vida”, nas sociedades pré-capitalistas, “[...] essas atividades não pertenciam a uma só categoria e não fundamentavam a ordem social.” (Méda, 2007, p. 18).

O trabalho é “uma categoria profundamente histórica cuja invenção apenas deveio necessária numa época específica” (Méda,

2010, p. 31). Nesse sentido, Méda preconiza que é mister “interrogar-nos acerca do nascimento, evolução e, de um modo mais geral, da genealogia das sociedades baseadas no trabalho. Quando é que elas apareceram? Por quê? Em resposta a que contexto, a que questões, a que problema e em nome de quê?” (Méda, 2010, p. 29).

As Atividades Produtivas nas Sociedades Pré-Capitalistas

Hoje em dia, “o trabalho é o fundamento dos laços sociais e o modo de expressão privilegiado dos indivíduos” (Méda, 2010, p. 31). Porém, nas sociedades pré-modernas, em que não existia trabalho, essas funções eram “desempenhadas por outro tipo de relações sociais” (Méda, 2010, p. 31). As sociedades pré-capitalistas eram regidas por “lógicas simultaneamente sagradas e sociais”, de maneira que a organização social era “estruturada em torno de princípios transcendentais” (Méda, 2010, p. 32).

As sociedades primitivas não são estruturadas pela (re)produção material (Méda, 2010, p. 32). Os estudos antropológicos permitem afirmar que não existia, nessas sociedades, um termo com um significado idêntico ao do “trabalho” moderno (Méda, 2010, p. 33) e muitas delas “não possuíam sequer uma palavra para distinguir as atividades produtivas de outros comportamentos humanos” (Méda, 2010, p. 33). É possível encontrar palavras que designam o esforço ou o sofrimento, mas que não estão associadas a um tipo específico de atividades, mormente aquelas ligadas à subsistência (Méda, 2010, p. 34).

O tempo dedicado às “atividades de reprodução” é bastante reduzido, porquanto as necessidades são igualmente limitadas (Méda, 2010, p. 34). Ademais, “as atividades de subsistência são permeadas por outras lógicas” (Méda, 2010, p. 34); pode falar-se de “atividades sociais situadas a meio caminho entre o esforço e o jogo” (Méda, 2010, p. 35). A reprodu-

ção material da sociedade está completamente imbricada no sagrado e no divino: “entre os Trobriandeses, o mago dos jardins controla o labor dos homens e as forças da natureza. A magia exerce um papel coordenador, regulador e diretor sobre o cultivo dos campos.” (Méda, 2010, p. 37).

De acordo com Méda (2010, p. 37-38),

[...] a noção de trabalho não existe onde as necessidades naturais são limitadas, onde o indivíduo ainda não irrompeu enquanto tal e onde as trocas econômicas ainda não se desenvolveram. [...] Estas sociedades são estruturadas por outras lógicas: elas possuem uma relação particular com a exterioridade (a tradição, a natureza, os deuses...) que determina as regras sociais e as torna suficientemente ‘fortes’ para assegurar a coesão da sociedade. Elas não necessitam de outros tipos de regulação. Neste contexto, a ação conducente à subsistência [...] não dá origem a qualquer diretiva particular ou hierarquia social. [...] Os fatos sociais que estruturam estas sociedades não possuem uma natureza econômica. [...] Eles baseiam-se em laços de sangue e de parentesco, em símbolos, em certas relações com a natureza, com a tradição, etc.

Em suma, as sociedades tribais são “sociedades pré-econômicas” (Méda, 2007, p. 18). O ganho pessoal não desempenha qualquer papel motivador na ação do homem primitivo (Méda, 2010, p. 35). Os bens produzidos não têm como finalidade a troca, visto que os intercâmbios não possuem uma natureza econômica, mas assentam, ao invés, na dádiva e na reciprocidade (Méda, 2010, p. 36).

Na Grécia Antiga, existiam “ofícios, atividades, tarefas”, mas não existia o termo “trabalho” (Méda, 2007, p. 19), “compreendido como noção *unívoca* que engloba os diferentes ofícios ou os diferentes ‘produtores’” (Méda, 2010, p. 41, grifo nosso). Por outras palavras, as atividades eram “classificadas em categorias irreduzivelmente diversas” (Méda, 2007, p. 19).¹⁵ O estatuto associado às atividades era

¹⁵ Chamoux (2001, p. 62) realça que existiam palavras que significavam atividade penosa ou esforço (“*ponos*”), tarefa ou obra (“*ergon*”), conhecimento técnico ou saber-fazer (“*technê*”), mas não um termo unívoco similar ao “trabalho” moderno

hierarquizado de acordo com o grau de dependência que elas acarretavam:

[N]o nível mais baixo, estava a atividade dos escravos, seguida pela dos artesãos e pela dos mendigos (os quais pertencem à mesma categoria, dado que vivem somente [...] da retribuição recebida de outrem). As atividades que hoje chamaríamos laboriosas (ainda que não se encontrassem subsumidas no mesmo conceito) não eram desprezadas em si mesmas, mas, sobretudo, porque implicavam a servidão¹⁶ (Méda, 2007, p. 19-20).

Na sociedade grega, não é a reprodução material que fundamenta o laço social (Méda, 2010, p. 41), mas as relações de natureza *política* (Méda, 2010, p. 47). Méda (2010, p. 47-48), explica por quê: “o laço político baseia-se na igualdade e na identidade, ou ainda na *philia*, traduzida usualmente por amizade”, enquanto “o laço material obriga os indivíduos dotados de capacidades diferentes a inserirem-se em relações de serviço e dependência que estão nos antípodas do laço político.”

A esfera da necessidade *doméstica* – o *oikos* – é o lócus das atividades (servis) de subsistência realizadas pelos escravos e pelas mulheres (Méda, 2010, p. 41 e 43). Os cidadãos – os *homens* livres – são eximidos dessas atividades indignas, *penosas* (Méda, 2010, p. 44), para poder se dedicar às atividades verdadeiramente livres, de foro moral e político (Méda, 2007, p. 19). Na ótica da filosofia grega, “o homem é um animal racional e a sua tarefa é desenvolver essa razão que faz de si homem e que o torna parecido com os deuses.” (Méda, 2010, p. 48).

Em Aristóteles, por exemplo,

[...]as atividades humanas são valorizadas em função da sua maior ou menor semelhança com a imobilidade e a eternidade. Daí a valorização do pensamento, da *theoria*, da contemplação ou, em termos mais gerais, da ciência, seja ela matemática ou filosófica, na medida em que ela tem como objeto as essências ou as figuras imutáveis [...]. Esta atividade

¹⁶ Assim, as atividades agrícolas, por exemplo, não são desprezadas porquanto os agricultores são capazes de assegurar autonomamente sua própria sobrevivência (Méda, 2010, p. 42).

[...] é exercida pela alma ou pela razão e não pelo corpo. Duas outras atividades são igualmente valorizadas [...]: a atividade ética e a atividade política. A primeira, também denominada *praxis*, designa as atividades que são um fim em si mesmas [...]: elas [...] não são instrumentos a serviço de outro fim. A segunda permite ao homem exercer a sua humanidade, isto é, a razão e a palavra, e envolve o aperfeiçoamento contínuo daquilo sem o qual o homem só não é nada: a cidade. (Méda, 2010, p. 40-41)

Pode-se concluir que a maximização da produção, o valor econômico e a transformação da natureza são noções alheias ao mundo grego (Méda, 2007, p. 19). Nesse contexto, “as atividades comerciais eram [...] condenadas” (Méda, 2007, p. 19) e não era o intercâmbio que ancorava os laços sociais, mas sim a política – o campo de ação dos cidadãos (Méda, 2007, p. 20).

Na Roma Antiga, a representação das atividades produtivas e de subsistência não sofre alterações significativas (Méda, 2010, p. 50). São igualmente os escravos que se encarregam das atividades penosas e desagradáveis (Méda, 2010, p. 50). Em Cícero, por exemplo, ressurge a oposição entre atividades servis, isto é, “efetuadas sob a dependência de outrem”, e atividades dos homens livres, que são um fim em si mesmas (Méda, 2010, p. 50). O *otium* – o lazer – é valorizado pelos romanos (Méda, 2007, p. 20), ao contrário do *negotium*, que engloba as atividades pagas com vistas a obter os meios de subsistência e igualmente as atividades comerciais (Méda, 2010, p. 50-51).

No seio do Império romano, vai-se assistir à difusão do cristianismo e da sua “nova imagem do homem” (Méda, 2010, p. 51-52). Santo Agostinho, no século V, opera uma mudança significativa no conceito de *otium*: ele deixa de ser “sinônimo de ócio estudioso, cultivado e louvado, tornando-se sinônimo de preguiça” e, portanto, algo negativo (Méda, 2007, p. 20). A atividade produtiva começa, pouco a pouco, a ser valorizada, justamente em virtude de seu caráter penível: como *penitência* (Méda, 2010, p. 57), expiação e mortificação da carne.

O *labor* agrícola e a *opus* artesanal aparecem como o melhor antídoto face aos malefícios da ociosidade: ambos permitem ocupar o corpo e libertar o espírito para a oração (Méda, 2010, p. 57). Note-se que o termo *opus* deixa de estar limitado à ação divina – a *opus Dei* – e começa a ser empregado para caracterizar a atividade humana (Méda, 2007, p. 20). Nos séculos VIII e IX, ocorre uma enorme valorização das atividades agrícolas (Méda, 2010, p. 59), começando a se formar uma “classe homogênea”: “aquela dos *laboratores*, constituída pelos camponeses e, depois, englobando [também, NM] os artesãos” (Méda, 2010, p. 59).¹⁷

Embora, durante a Idade Média, existisse um forte tabu associado ao dinheiro e às atividades lucrativas, nos séculos XII e XIII, o número de ofícios considerados ilícitos pela Igreja reduz-se substancialmente (Méda, 2010, p. 59). É São Tomás quem codifica essa nova realidade, propondo a noção de “utilidade comum”, que justifica a realização de uma dada atividade bem como a sua remuneração (Méda, 2010, p. 60).

Para além disso, ao longo da era medieval a diferença entre *labor* e *opus* vai esbater-se pro-

gressivamente (Méda, 2010, p. 54). Esse processo culminará, no dealbar da modernidade, na emergência do embrião do *trabalho*: o conceito unívoco de “uma categoria de atividades árduas ou que se destinam a satisfazer às necessidades” (Méda, 2007, p. 21).¹⁸ Em síntese,

[...] a Idade Média vai ser o palco de uma lenta conversão dos espíritos e das práticas. Pouco a pouco, sob a pressão [...] da necessidade de definir as normas de vida – em particular monacais – os Pais da Igreja e os teóricos vão promover uma nova ideia do trabalho. É somente no final da Idade Média que a teoria e as práticas mudarão a ponto de permitirem a eclosão de uma modernidade centrada no trabalho (Méda, 2010, p. 53-54).

Méda defende a mesma ideia em outro de seus textos:

No decurso da Idade Média operam-se, lentamente, as transformações que conduzirão no século XVIII à invenção, na sua unicidade, da categoria *trabalho*, assim como ao reconhecimento do seu valor. [...] Pouco a pouco, a palavra ‘trabalho’ vem a ser entendida como atividade, fonte de rendimentos e, portanto, devém sinônimo de atividade produtiva. (Méda, 2007, p. 21, grifo do autor)

Deve-se salientar, ainda, que a consideração inaudita pela produção material de riquezas, que inaugura a Modernidade, não se justifica só pela ação da Igreja, mas igualmente pela “[...] ascensão social de certo número de classes [...] que querem obter seu reconhecimento: artesãos, comerciantes, técnicos” (Méda, 2010, p. 60).

A Invenção do Trabalho

No final do século XVIII, assiste-se a uma alteração profunda da natureza das relações sociais e de suas representações teóricas. A tolerância das atividades comerciais, no final da Idade Média, dá lugar a um entendi-

¹⁸ Serge Latouche (2005, p. 72) lembra que o termo “tripaliare” remete, originalmente, para a tortura com recurso ao “tripalium”, um instrumento formado por três estacas de madeira. Assim, quando a palavra passou a ser utilizada para designar as atividades produtivas, ela ainda evocava “o sofrimento e inclusive a humilhação”.

¹⁷ Todavia, Manfred Bischoff (Bischoff, 1995, p. 61) relembra que a racionalidade econômica está ausente da síntese social feudalista. Na sociedade medieval, “a maior parte [...] dos bens são produzidos e ‘intercambiados’ no quadro de relações hierárquicas de dependência pessoal.” (Bischoff, 1995, p. 59). Existem laços de vassalagem no seio da elite latifundiária e guerreira e laços de servidão entre a nobreza e os camponeses (Bischoff, 1995, p. 59). A natureza rígida dos laços sociais, fundada na religião, estabelece uma rede de “[...] obrigações e contraobrigações” específicas que cada uma das classes deve cumprir, de acordo com o costume e a tradição, para respeitar escrupulosamente “a ordem normativa transcendente” (Bischoff, 1995, p. 60). Assim, “a atividade não se apresenta ao indivíduo [...] como uma realidade exterior a si mesmo, como uma prestação de que ele pode dispor livremente e que tem [...] um valor exclusivamente instrumental. A atividade é indissociável do sujeito, pois ela lhe confere uma dimensão essencial de sua identidade estatutária como membro ativo da comunidade de fiéis que cumpre sua ‘vocação’. Em todas as circunstâncias, o sujeito e sua atividade permanecem ligados, unidos, às condições concretas da sociedade.” (Bischoff, 1995, p. 62). Por essa razão, as atividades feudais são *serviços* – realizados “num contexto societal de normas culturais interiorizadas e concretas, e de relações [sociais, NM] com caráter interpessoal e inegalitário” (Bischoff, 1995, p. 69) – que não devem ser confundidos com o *trabalho* moderno, realizado “num contexto societal de normas institucionais exteriores e abstratas, e de relações [sociais, NM] com caráter impessoal e igualitário, exercendo direitos e obrigações definidas pelo sistema da propriedade privada e do contrato jurídico” (Bischoff, 1995, p. 69).

mento delas como atividades virtuosas (Méda, 2010, p. 63). O desejo de enriquecimento, previamente condenado, passa a ser celebrado e devém o objeto de estudo de uma nova ciência: a economia política (Méda, 2010, p. 63). Nesse contexto, o trabalho assalariado torna-se “onipresente” (Méda, 2010, p. 64), porquanto contribui decisivamente para o aumento da riqueza de uma nação – para a criação de valor econômico (Méda, 2010, p. 65).

A partir de Adam Smith, a atividade produtiva é definida de forma abstrata: o *trabalho* é uma “substância homogênea idêntica [...] e infinitamente divisível” (Méda, 2010, p. 65). O tempo de trabalho é aquilo que possibilita a comparação das quantidades de trabalho contidas nas mercadorias e, assim, sua troca (Méda, 2010, p. 66); as atividades heterogêneas são, pois, equiparadas, através do tempo, que é a categoria mais “abstrata e homogênea” existente (Méda, 2010, p. 66). Méda realça que “o trabalho não é [...] apenas *como* o tempo, ele é o tempo: este é sua matéria-prima, seu componente derradeiro” (Méda, 2010, p. 66-67, *itálico no original*).

Foi a ciência econômica que inventou o *conceito* de trabalho, conferindo-lhe um significado uniforme, instrumental e temporal (Méda, 2010, p. 68). Por outras palavras, os economistas “[...] inventaram e unificaram o termo trabalho, isto é, englobaram, na mesma categoria, atividades [...] que eram [...] percebidas e classificadas em registos bastante diferentes: a lavoura dos campos, o artesanato...” (Méda, 2010, p. 71).

Todavia, Méda se apressa a acrescentar que os economistas se limitaram a traduzir conceptualmente o nascimento do trabalho como *realidade social* peculiar. Foram “circunstâncias históricas” específicas que permitiram “inventar o trabalho como capacidade [abstrata, NM] suscetível de ser exercida livremente pelo indivíduo” e, portanto, de “ser pensada de certa maneira” (Méda, 2010, p. 111). O trabalho surge simultaneamente como *abstração real* e como abstração conceptual: “este conceito famoso ou

esta realidade famosa não existiam anteriormente, nem em si, nem como representação. [...] [O] século XVIII inventou o trabalho como categoria homogênea e como fator de crescimento da riqueza.” (Méda, 2010, p. 72). Na perspectiva de Méda (Méda, 2007, p. 21),

[...] é possível falar ‘do’ trabalho a partir do momento em que um certo número de atividades que não estavam relacionadas até então, que eram regidas por lógicas irredutivelmente diversificadas, se tornam suficientemente homogêneas para serem reunidas num único termo. [...] [O] trabalho é antes de tudo uma unidade de medida, um quadro de homogeneização de esforços, um instrumento que permite que as diferentes mercadorias sejam comparáveis. A sua essência é o tempo. A noção de trabalho encontra a sua unidade, mas em detrimento do conteúdo concreto das atividades que abarca: o trabalho é construído, instrumental, abstrato. Também é mercantil e desvinculável do indivíduo.

O modo de produção capitalista introduziu uma gigantesca ruptura na história da Humanidade, sendo a primeira *sociedade do trabalho* (Méda, 2010, p. 7). O advento histórico do trabalho é indissociável da transformação do ser humano – ou, mais exatamente, da sua energia física e mental – em mercadoria. Ao serem expropriados de suas terras, os camponeses foram despojados dos meios de subsistência. A única coisa que lhes restou foi a célebre “propriedade de si”, isto é, o poder de dispor livremente da sua força de trabalho, teorizada por Locke (Méda, 2010, p. 73). Segundo Méda, “o trabalho aparece como esta energia, propriedade do indivíduo” (Méda, 2007, p. 21).

A força de trabalho assume-se, então, como uma mercadoria *sui generis*. Os indivíduos *formalmente* livres podem alienar uma parcela de seu tempo em troca de um salário (Méda, 2010, p. 72-73) e, desse modo, assegurar um conjunto de direitos, mormente o direito de *sobreviver*: “O direito à vida confunde-se [...] com o direito ao livre exercício de um trabalho.” (Méda, 2010, p. 129). Méda salienta que estamos na presença de uma realidade deveras peculiar: “existe uma parte da atividade humana que pode ser desvinculada do seu

sujeito [...] e que pode ser alugada ou vendida.” (Méda, 2010, p. 75-76).

O trabalho – abstrato, assalariado e mercantil (Méda, 2010, p. v) – é a categoria estruturante da sociedade *econômica* moderna:

O trabalho é a atividade que produz exclusivamente mercadorias, logo objetos suscetíveis de serem trocados [...]. A troca aparece como o centro da sociedade [...] e o trabalho como a condição daquela. [...] [O] trabalho deveio a razão da nova sociedade. Ele é ao mesmo tempo terrivelmente concreto (a sua essência é a fadiga, o esforço, a pena, sendo este o preço a pagar pela participação na vida social) e eminentemente abstrato (o trabalho é o instrumento de comparabilidade de todas as coisas). Tudo se passa como se o laço social fosse construído graças à venda desta substância individual que é o esforço. O trabalho é, na verdade, a nova relação social que estrutura a sociedade. Neste sentido, [...] ele responde a uma necessidade e constitui uma solução. (Méda, 2010, p. 77-78)

Méda defende que o trabalho foi uma resposta à “[...] decadência dos sistemas tradicionais de ‘legitimação’ [...], que explicam o sentido do mundo, o papel dos homens e da sociedade e estabelecem as obrigações” sociais (Méda, 2010, p. 265-266) e ao principal resultado dessa decomposição: a emergência histórica do *indivíduo*. Com efeito, é possível identificar o surgimento concomitante “da economia como domínio específico da realidade e do indivíduo” (Méda, 2010, p. 79).

Segundo Méda, esse paralelismo não foi acidental. No século XVII, assistiu-se à rutura definitiva com as “representações clássicas do mundo”, nomeadamente à superação da visão geocêntrica (Méda, 2010, p. 81). Galileu, Newton e Descartes instauram “uma nova imagem da natureza, do homem e da relação que os une” (Méda, 2010, p. 82). O mundo é regido por leis naturais matemáticas universais, explicáveis pela ciência, de modo que Deus desaparece gradualmente de cena (Méda, 2010, p. 83).

O colapso do geocentrismo trouxe consigo, portanto, a derrocada das “relações tradicionais” entre o homem e a natureza (Méda, 2010, p. 82) e, mais importante, colocou em

causa as representações e a ordem sociais (Méda, 2010, p. 83). As certezas conferidas pela religião, como princípio unificador da sociedade medieval, foram abaladas; o ser humano emancipa-se dos laços de dependência pessoal, mas sua vida perde o significado, a segurança e o sentimento de pertença, conferidos pela ordem tradicional imutável (Méda, 2010, p. 85-86).

A nova cosmovisão pode ser sintetizada da seguinte maneira: “de um lado, uma natureza desencantada, sem qualidades [...] e, de outro lado, um *sujeito pensante, livre, certo da sua existência, consciente de ser diferente e estar separado* dessa natureza que o confronta doravante.” (Méda, 2010, p. 88-89, grifo nosso). É nesse contexto que a crença religiosa vem a ser gradualmente substituída por relações econômicas utilitaristas. O trabalho surge como o novo princípio unificador da sociedade e como a nova identidade do ser humano que deveio, pela primeira vez, *indivíduo: sujeito de direito e de deveres*, assente na figura esquizoide do trabalhador-cidadão (Méda, 2010, p. 89). Nas palavras de Méda (2010, p. 208-209),

O trabalho constituiu uma solução face à questão do aparecimento do indivíduo na esfera pública e aos riscos de perturbação da ordem social que esta comportava. Ele foi o meio privilegiado de integração do indivíduo no todo social e, portanto, o meio de assegurar uma certa automaticidade da regulação social. Em certa medida, enquanto atributo [comum, NM] de todos os indivíduos, o trabalho substituiu as antigas ordens [sociais, NM] assentes em hierarquias naturais ou tradicionais e fundou um novo princípio de ordem [social, NM], baseado nas capacidades [humanas, NM] e passível de engendrar uma nova hierarquia social. Ele foi, portanto, o meio de emancipação do indivíduo, o que é comprovado pelas técnicas fundamentalmente individualistas que o regem, em particular a economia, que representa a tradução concreta de uma visão contratualista da sociedade. Trabalho, economia e visão contratualista são concomitantes.

O trabalho é uma categoria existencial suscetível de conferir (pelo menos em parte) ao pensamento e à ação humanas o sentido que haviam perdido (Méda, 2010, p. 85). Ele é

a resposta à “necessidade de construir [...] novos modos de regulação” (Méda, 2010, p. 266), a solução encontrada para o “fundamento da [nova, NM] ordem social” (Méda, 2010, p. 90). O trabalho constitui uma categoria capaz de ancorar a unidade social e de organizar as relações de caráter econômico (Méda, 2010, p. 90). O trabalho assalariado e o seu corolário lógico, a troca mercantil, são responsáveis pela *síntese social* capitalista (Méda, 2010, p. 91).

A sociedade *econômica* foi capaz, então, de erigir uma ordem social sólida no lugar da ordem tradicional religiosa em decomposição (Méda, 2010, p. 94). O nascimento do capitalismo está associado à mudança do princípio orientador da humanidade: o afastamento do sagrado colocou os seres humanos “ao serviço de uma ordem racional mundana” (Méda, 2010, p. 320). Por conseguinte, “a produção deveio o centro da vida [...] social e o trabalho o meio de expressão privilegiado” dos indivíduos (Méda, 2010, p. 320).

FRANÇOISE GOLLAIN: abordagem historicista versus abordagem essencialista

Françoise Gollain reconhece a influência primordial de André Gorz em sua “reflexão crítica sobre o trabalho” (Gollain, 2000, p. 7). Aliás, não será exagero entender Gollain como uma pensadora “gorziana”, fazendo fé nas suas palavras: Gorz “é, sem dúvida, o autor cujas teses exerceram uma influência mais decisiva sobre minhas opções intelectuais e minhas escolhas existenciais” (Gollain, 2008, p. 545); Gorz era o seu “mestre e amigo” (Gollain, 2008, p. 547).

Porém, apesar dessa influência marcante, a autora foi capaz de propor um conjunto de reflexões teóricas francamente originais. Segundo Gollain, as teorias acerca do trabalho, nas ciências sociais contemporâneas, podem ser, grosso modo, agrupadas em dois campos: o essencialista e o historicista (Gollain, 2000, p. 109).

A abordagem essencialista procura evi-

denciar as (supostas) “continuidades históricas” no que diz respeito à forma revestida pelas atividades produtivas, com vistas a destilar um “conteúdo permanente”, invariável, que seria o trabalho *tout court* (Gollain, 2000, p. 111). Ora, na ótica da autora, qualquer tentativa de propor um “conceito rigoroso de trabalho enquanto invariante antropológica” encontra inevitavelmente obstáculos sérios e acaba por enredar-se em contradições (Gollain, 2000, p. 113). Inúmeros estudos antropológicos revelam “as dificuldades semânticas que se colocam à tentativa de subsumir uma variedade de atividades sob o mesmo termo”, demonstrando que, “nas sociedades pré-capitalistas, o trabalho *não podia* funcionar como conceito” (Gollain, 2000, p. 113, grifo do autor) nem como realidade social:

[N]as sociedades pré-capitalistas, [...] as atividades produtivas estão incrustadas em outras práticas sociais. Elas podem comportar uma forte dimensão ritual, religiosa ou estética. Esta imersão no social é largamente confirmada pelo fato de que, tal como não há uma separação face às outras atividades, não existe um estatuto separado de trabalhador. (Gollain, 2001, p. 178-179)

Nesse sentido, o mundo ocidental moderno representa uma “*rutura* real” na história das sociedades humanas (Gollain, 2000, p. 111, grifo do autor). A revolução industrial – que acarretou a “artificialização” das relações entre o homem e a natureza e das próprias relações sociais (Gollain, 2000, p. 38) – e a constituição simultânea de um sistema de mercado autorregulado engendraram uma nova sociedade, “assente numa ordem técnica exterior aos indivíduos, constritiva e objetiva” (Gollain, 2000, p. 39).

A sociedade moderna instaura um “processo global de racionalização” e de diferenciação, expresso nomeadamente na autonomização da esfera da produção face aos demais campos da vida (Gollain, 2000, p. 39). O trabalho surge intimamente associado a essa construção de uma esfera econômica autônoma e à correspondente mercadorização das relações sociais:

A noção de trabalho é uma noção moderna que nasce com o capitalismo industrial [...]. Até então, grande parte das necessidades era satisfeita através da produção para uso próprio, no contexto da comunidade doméstica e aldeã, que compreendia uma multiplicidade de atividades (de subsistência) que não eram avaliadas nem intercambiadas. À medida que a produção e o consumo mercantis perdem o seu caráter marginal, o ‘trabalho’ efetuado no espaço público aparece como uma prestação mensurável e remunerável porque ela adquire um valor de troca [...]. Este trabalho em geral é o trabalho abstrato de Marx (Gollain, 2000, p. 111).

Somente no capitalismo, portanto, é que “[...] a diversidade das atividades humanas se encontra absorvida numa única categoria abstrata em resposta ao imperativo de mensuração e de venda no mercado” (Gollain, 2001, p. 181). O trabalho é o *instrumento* de uma nova maneira de pensar e de agir (Gollain, 2000, p. 17) que substitui os sistemas sociais “estruturados pela religião” (Gollain, 2000, p. 22).

A partir do que foi exposto, é evidente que o trabalho não pode ser apreendido em termos estritamente materiais, como pretende a abordagem essencialista. O trabalho não é primariamente o “exercício de uma atividade produtiva” (Gollain, 2001, p. 186), mas uma *relação social* específica (Gollain, 2001, p. 182) que estrutura as sociedades contemporâneas (Gollain, 2000, p. 158). O trabalho é a “*relação social dominante da modernidade*” (Gollain, 2001, p. 182, grifo do autor) em virtude de dois aspectos interligados.

Em primeiro lugar, “o tempo vendido em troca de um salário” converteu-se no “recurso maior ou único de grande parte da população” para assegurar sua subsistência (Gollain, 2001, p. 182). Em segundo lugar, o trabalho é diretamente responsável pela síntese social capitalista, ou seja, refere-se às atividades humanas levadas a cabo com o intuito de promover a acumulação de capital (Gollain, 2001, p. 182). Isso pressupõe que o trabalho seja uma atividade “quantificável, desvinculada da pessoa do trabalhador” (Gollain, 2000, p. 67). O *trabalho abstrato* é a categoria-chave para enten-

der a sociabilidade moderna fundamentada na produção de valor econômico:

[N]um sistema capitalista, em que a produção de valor é fundamental, *todas* as atividades são suscetíveis de serem transformadas em vetor de valor e, portanto, de devirem objeto de cálculo e de mensuração. Por consequência, quase todas as relações interpessoais, mesmo aquelas do cotidiano, são dominadas pela forma-valor do trabalho. Desta maneira, a centralidade do trabalho não significa apenas a obrigação de trabalhar, mas, sobretudo, a dominação do trabalho abstrato, isto é, aquela da valorização sobre a vida cotidiana: dominação da temporalidade do trabalho, a escola como dispositivo disciplinar preparatório, a subordinação das relações afetivas e familiares e a submissão das mulheres no interior da esfera doméstica (Gollain, 2000, p. 139, grifo do autor).

Em suma, o trabalho é uma categoria inserida num “contexto socio-histórico em que todos (ou quase todos) os bens e serviços possuem um valor mercantil” (Gollain, 2000, p. 158). Gollain (2000, p. 159) observa que “é impossível dar uma definição substantiva de trabalho” porque “não é a natureza [concreta, NM] da atividade que define o trabalho [...], mas a sua inscrição na esfera mercantil”. Portanto, o trabalho é uma “categoria socio-histórica” e não uma constante antropológica (Gollain, 2000, p. 113), que foi “imposta à força” aos seres humanos (Gollain, 2000, p. 112).

Françoise Gollain propõe, então, que se adote “uma definição *historicista* [...] do trabalho”, capaz de reconhecer que ele “é uma invenção do capitalismo” (Gollain, 2000, p. 11, grifo nosso). A abordagem historicista ao trabalho parte do princípio de que

[...] a análise de um fato tão profundamente *social* não pode satisfazer-se com enunciados abstratos e *intemporais*. [...] Procurar subsumir a diversidade histórica sob uma unidade formal é incorrer no risco de um pensamento ‘descontextualizado’ que sofre de um déficit de significado: um pensamento que não explicita em muitos casos a natureza da articulação entre o indivíduo e o social, ou entre o descritivo e o normativo, o presente e o possível (Gollain, 2001, p. 176, grifo nosso).

Na ótica da autora, para superar uma visão etnocêntrica – que retroprojeta as categorias modernas nas sociedades pré-capitalistas – é necessário “apreciar as *descontinuidades* da história e da geografia das atividades humanas e propor *uma definição restritiva, que entendemos ser mais rigorosa, do conceito de trabalho*. (Gollain, 2000, p. 117, grifo do autor).

Em outros termos, as “caraterísticas *específicas*” do trabalho identificadas pela abordagem historicista – o seu caráter abstrato, homogêneo, mensurável, desvinculado, etc. – “justificam [...] a asserção de que o trabalho é uma invenção da modernidade” (Gollain, 2000, p. 117-118, grifo do autor). Os conceitos das ciências sociais devem possuir um *conteúdo preciso* e ser “enriquecidos *pela diferença*” (Gollain, 2000, p. 119), isto é, permitir o entendimento de realidades históricas e sociais completamente distintas, regidas por lógicas incomparáveis. Reconhecer a historicidade do trabalho significa apreendê-lo como “prática *social*” específica (Gollain, 2001, p. 178, grifo nosso).

SERGE LATOUCHE: o trabalho e o imaginário econômico

Serge Latouche (2005, p. 7) apreende a historicidade do trabalho no contexto mais abrangente da *invenção da economia*. Na perspectiva do autor, a emergência da economia pode ser analisada a partir de três pontos de vista “interdependentes e complementares: 1) a invenção teórica da economia; 2) a invenção histórica; e 3) a invenção semântica”.

A invenção teórica refere-se ao surgimento de uma ciência específica: a economia política (Latouche, 2005, p. 8). A invenção histórica diz respeito à criação de um conjunto de práticas sociais – “[...] o trabalho, a produção, o consumo, a poupança, o dinheiro” (Latouche, 2005, p. 8) – que estruturam uma esfera particular desincrustada da sociedade moderna: a economia. Finalmente, a invenção semântica refere-se ao imaginário econômico – ao conjunto de repre-

sentações teóricas, ideológicas, simbólicas, do senso comum, etc. – que acompanhou o advento da economia como disciplina e como realidade social (Latouche, 2005, p. 8-9).

Embora Latouche dedique uma atenção especial à invenção semântica (Latouche, 2005, p. 20), no âmbito deste artigo, interessem-nos, sobretudo, suas reflexões acerca da invenção *histórica* da economia e da atividade econômica *par excellence*: o trabalho. Falar de uma “invenção da economia” significa problematizar sua própria existência; por outras palavras, a economia não é entendida como uma realidade óbvia, autoevidente, que careceria de explicação (Latouche, 2005, p. 13).

Segundo Latouche, é necessário proceder a uma “desconstrução da economia” (Latouche; Jappe, 2011, p. 4). Nesse contexto, “o recurso à antropologia aparece como um prolegômeno de toda a *historicização* da economia” (Latouche, 2005, p. 112, grifo do autor). Apoiando-se nos achados empíricos de diversos autores, Latouche empreende uma análise da (re)produção material das sociedades pré-modernas (Latouche, 2005, p. 66-72). Porém sua teorização é bastante semelhante àquela proposta por Dominique Méda, pelo que me limitarei a algumas observações breves.

Latouche reconhece que, nas sociedades pré-capitalistas, existem, obviamente, práticas humanas ligadas à reprodução material da sociedade (Latouche, 2005, p. 14-15). No entanto, é errado afirmar que essas sociedades possuíam uma economia:

Visto que a sobrevivência material da espécie ou a reprodução dos grupos sociais não está autonomizada, nem é pensada como uma esfera à parte, não existe vida econômica, apenas existe a vida *tout court*. A economia pressupõe a autonomia relativa de um domínio – e a existência, a seu lado, de um domínio ‘exterior’ à economia –, o que implica determinadas representações, as palavras para dizê-lo, as instituições para fazê-lo (Latouche, 2005, p. 15).

Ao longo da história, nas mais variadas civilizações, as relações comerciais são bastante incipientes e os mercados praticamente

inexistentes. Apenas no final da Idade Média é que o comércio exterior se vai fundir com os mercados domésticos e, assim, impulsionar “a vida econômica em extensão e intensidade” (Latouche, 2005, p. 15). A generalização da troca mercantil conduz à criação de uma esfera econômica autônoma, isto é, de um sistema de mercado capaz de “funcionar e se autorreproduzir independentemente” (Latouche, 2005, p. 55). A economia é um “processo histórico e cultural” (Latouche, 2005, p. 17), um produto exclusivo da modernidade ocidental (Latouche, 2005, p. 15).

Na ótica do autor, “a instituição do trabalho [...] ilustra um aspecto fundamental da invenção da economia”; o trabalho “foi construído historicamente no discurso e [...] na prática [...] [como, NM] um elemento-chave” da economia capitalista (Latouche, 2005, p. 79). Latouche (2005, p. 12, grifo do autor) atribui o dever histórico do trabalho a fatores de índole *ideológica*. Trata-se da “emergência e consolidação de um *imaginário econômico*”, no seio do qual o trabalho adquire uma enorme proeminência.

Em primeiro lugar, o trabalho é entendido por Latouche como uma ideologia propagada pela classe burguesa: “o trabalho é uma invenção da burguesia” (Latouche, 2005, p. 63). Essa ideologia do trabalho almejava assegurar e *justificar* a ascensão social dessa classe que, para tanto, teve de criticar e deslegitimar o domínio da aristocracia. A “propaganda ‘trabalhista’”, difundida entre os séculos XVI e XVIII, foi um instrumento fulcral dessa crítica da nobreza (Latouche, 2005, p. 63). Assim, o trabalho dos burgueses citadinos era apresentado como a fonte do bem-estar e como o fundamento legítimo de sua riqueza. Os aristocratas, pelo contrário, eram descritos como meros parasitas ociosos que se apropriavam da riqueza alheia (Latouche, 2005, p. 64).

O imaginário promovido pela burguesia é aquele do *homo faber* e, em particular, do “artesão livre” (Latouche, 2005, p. 64). Esse mundo idílico contrasta com a alienação *real*

ligada ao trabalho assalariado, com a atividade embrutecedora da classe operária nascente, marcada pela “submissão formal e real ao capital” (Latouche, 2005, p. 64). Todavia, se os seres humanos resistiram inicialmente à sua transformação em trabalhadores “livres” – o trabalho teve de ser imposto de modo violento –, os próprios proletários acabariam por aceitar esta “construção ideológica” como um fato natural (Latouche, 2005, p. 64).

Em segundo lugar, Latouche concorda com a tese weberiana acerca do papel da ética protestante no advento da sociedade capitalista. A Reforma e, em particular, a obra de Calvino, instauram “o reconhecimento do trabalho como valor universal” (Latouche, 2005, p. 76). Doravante, “[...]o exercício de uma profissão e o trabalho não serão uma maldição reservada a alguns [...], mas uma verdadeira *vocação*” (Latouche, 2005, p. 76, grifo do autor) que pode conduzir ao enriquecimento terreno do indivíduo, comprovando, desse modo, seu estatuto de eleito aos olhos de Deus.

De acordo com Latouche, “a ética protestante constitui o momento decisivo para o triunfo da ideologia do trabalho e para a instituição do trabalho no imaginário social” (Latouche, 2005, p. 76). Essa “propaganda trabalhista” não se limitou a transformar as mentalidades dos fiéis protestantes; sua mensagem era “[...] universalista e contribuiu para estabelecer a universalidade do paradigma do trabalho” (Latouche, 2005, p. 76). Em suma, “[...] a individuação do cristão face a Deus converte-se progressivamente na solidão dos cidadãos iguais e indiferenciáveis perante a lei e perante o mercado, incluindo o mercado de trabalho.” (Latouche, 2005, p. 75).

Em terceiro lugar, e de modo semelhante às teses aventadas por Dominique Méda, Latouche preconiza que esse individualismo é a pré-condição necessária para

[...] a emergência da economia e, desse modo, do trabalho. O individualismo [...] implica que a Humanidade seja constituída por uma pluralidade de

átomos idênticos confrontados com uma natureza fundamentalmente hostil. A sobrevivência destas ‘partículas elementares’ passa por uma atividade de luta contra a natureza e de transformação agressiva da mesma. Este combate penoso e universal virá a ser o trabalho. O indivíduo não é, portanto, a pessoa com as suas raízes, a sua história, os seus laços diversos e os seus projetos, mas o ser anônimo com necessidades de que o *homo economicus* é o protótipo (Latouche, 2005, p. 74).

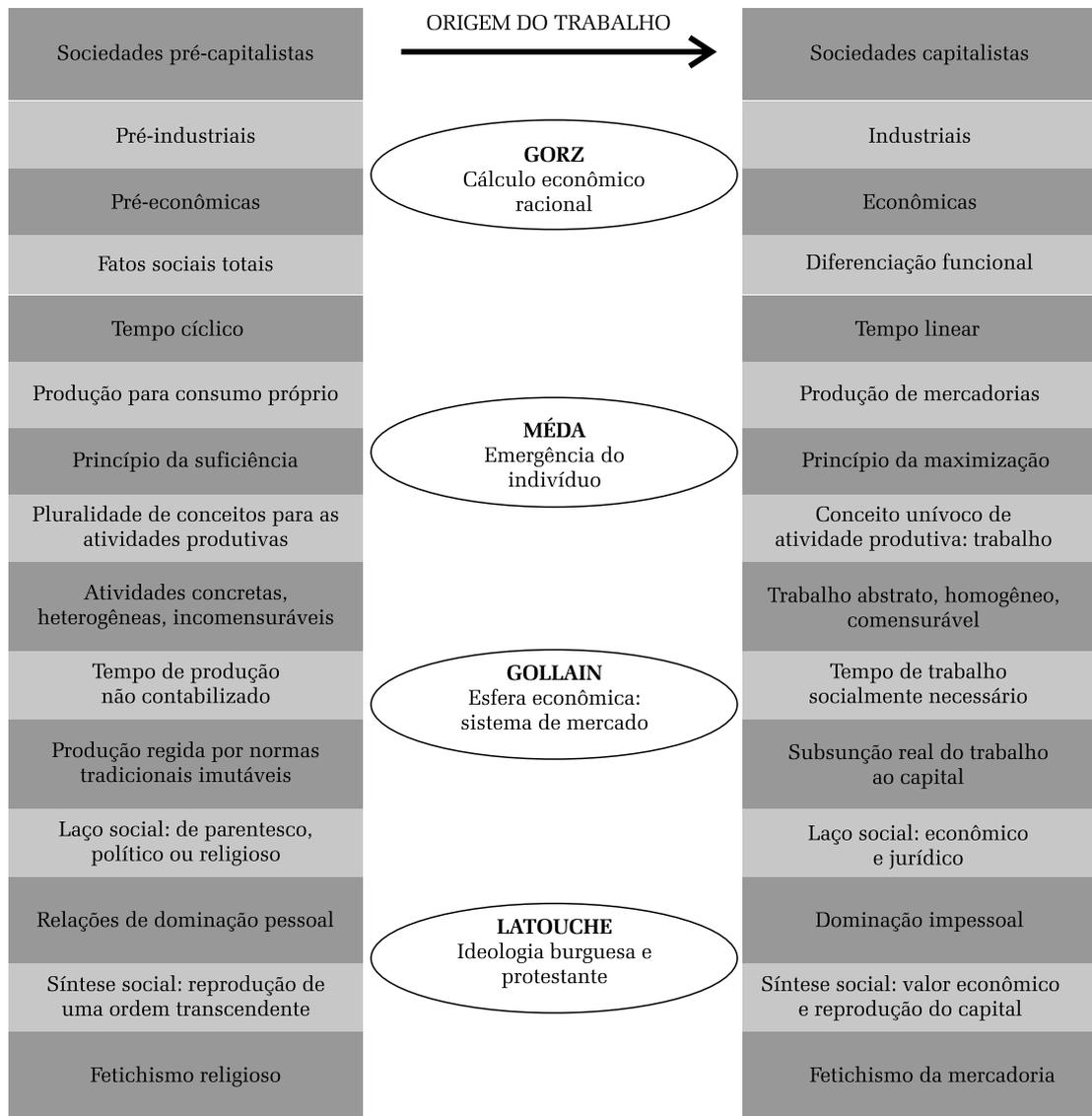
Apenas quando o “universo do *status*” é substituído pelo “universo do *contractus*” é que “o «trabalho» pode aparecer plenamente” (Latouche, 2005, p. 75) como *realidade*, com

um “caráter universal e abstrato” (Latouche, 2005, p. 74). Por conseguinte, “o termo ‘trabalho’, em sua acepção atual, é uma invenção recente” (Latouche, 2005, p. 68). A sociedade capitalista é a primeira *sociedade do trabalho* (Latouche, 2005, p. 74).

ANÁLISE COMPARADA DOS AUTORES

Na Figura 1 estão sintetizadas as principais diferenças entre os modos de (re)pro-

Figura 1 – A invenção do trabalho



Fonte: elaborada pelo autor.

dução das sociedades pré-capitalistas e das sociedades capitalistas. De uma maneira geral, os quatro autores estudados estão de acordo quanto às características fundamentais das sociedades pré-modernas. Assim, trata-se, em primeiro lugar, de sociedades pré-industriais, com um nível de desenvolvimento tecnológico relativamente baixo. Para além disso, são formações sociais pré-econômicas, isto é, sua (re)produção material não constitui uma esfera autônoma desvinculável dos outros momentos da vida social: magia, religião, cultura, etc. Relembrando a definição célebre de Marcel Mauss, pode dizer-se que não existem fatos econômicos mas *fatos sociais totais*.

As sociedades pré-capitalistas são ordenadas por uma noção de tempo cíclico, pontuado pelos ritmos “naturais” ditados pelas estações do ano e pelas inúmeras festividades religiosas, por exemplo. E. P. Thompson (1967, p. 60) fala de um tempo “orientado para as tarefas” concretas realizadas no contexto da família ou da pequena agricultura. A produção para consumo próprio é claramente dominante, tendo por missão responder às necessidades limitadas impostas pelo princípio tradicional da *suficiência*.

Não existe um conceito unívoco para classificar e subsumir as atividades produtivas. Esse fato é justificado pela ausência *real* do trabalho como categoria social. As atividades são vincadamente heterogêneas e regidas por lógicas irredutivelmente diversificadas; elas são incomensuráveis e, por isso, incomparáveis. É completamente estranha a noção de um dispêndio abstrato de energia (o trabalho abstrato) que produz uma objetividade fantasmagórica (o valor econômico). A duração temporal das atividades de (re)produção não é sequer tida em conta, porquanto o seu ritmo obedece a normas tradicionais imutáveis. O progresso técnico é bastante lento e, em alguns casos, quase estacionário.

O laço social está ancorado nas relações de parentesco (sociedades primitivas), nas relações políticas (Grécia e Roma antigas) ou na

comunidade de fiéis (sociedade medieval). Os seres humanos estão inseridos em relações de dominação pessoal e de senhoria que originam uma série de obrigações recíprocas, cuja finalidade é assegurar a reprodução de uma ordem fetichista *transcendente*. Os preceitos de índole religiosa regulam a síntese social.

Gorz, Méda, Gollain e Latouche estão igualmente em sintonia quanto às principais características das sociedades capitalistas (conferir Figura 1). Elas são sociedades industriais com um nível elevadíssimo de desenvolvimento tecnológico e científico. Ademais, as sociedades modernas são sociedades econômicas, ou seja, a (re)produção material da sociedade – que é igualmente uma reprodução das relações sociais de valor – constitui uma esfera *desincrustada*, um sistema de mercado. No contexto da diferenciação funcional hodierna, a esfera econômica possui um claro ascendente sobre as demais esferas de atividade, em virtude da mercadorização das relações sociais.

Nas sociedades capitalistas vigora uma noção de tempo linear e abstrato (Thompson, 1967, p. 57). Tal entendimento do tempo – consubstanciado na sua medição rigorosa ao milésimo de segundo – é indissociável da racionalização, cientificização e sincronização das atividades de produção, assim como da disciplina fabril e da relação estreita entre (tempo de) trabalho e dinheiro. As sociedades modernas são sistemas produtores de mercadorias. Os bens são produzidos com vistas à sua venda no mercado e à obtenção de lucro. O princípio da *maximização* da produção, da produtividade e do lucro norteia a vida social no seu conjunto.

A miríade das atividades produtivas está subsumida no conceito unívoco de trabalho. Esse conceito traduz a uniformidade *real* do trabalho como categoria *econômica*. O trabalho que produz valor econômico é abstrato, homogêneo, instrumental, mensurável e assalariado. A força de trabalho – a capacidade abstrata de dispêndio de energia física e mental – é desvinculável do seu portador e transacionável.

O capitalismo assenta no revolucionamento contínuo das forças de produção, no progresso técnico incessante. A concorrência entre os vários capitais difunde um padrão *objetivo* de produtividade que deve forçosamente ser cumprido: o tempo de trabalho socialmente necessário; a intensidade do trabalho é, pois, elevada. A *subsunção real* do trabalho ao capital resulta na criação de um modo de (re) produção material historicamente específico, adequado ao fim em si mesmo irracional da valorização do valor.

O laço social burguês está ancorado em leis econômicas objetivas e em normas jurídicas abstratas: o indivíduo moderno é um *trabalhador* e um *sujeito de direito*. Para assegurar sua sobrevivência, ele tem de provar que sua força de trabalho é útil para a combustão capitalista. Os seres humanos estão, portanto, inseridos em relações de dominação *impessoais*: seu destino está entregue ao fetichismo da mercadoria, isto é, ao funcionamento quasi-objetivo de *abstracções reais* (valor, dinheiro, trabalho, mercado, capital). O trabalho abstrato e a troca mercantil são as categorias basilares responsáveis pela síntese social capitalista, cuja finalidade é a reprodução alargada do capital.

Finalmente, como se depreende na Figura 1, os quatro autores divergem quanto à razão explicativa aventada para a gênese histórica do trabalho. André Gorz defende que foi a necessidade de calcular os custos da matéria-prima e do trabalho, ou seja, o *cálculo econômico racional* promovido pelos mercadores que, ao conquistar e transformar o modo de produção, esteve na origem do trabalho e de uma sociedade regida pela racionalidade econômica.

Obviamente que o cálculo instrumental acompanhou o devir do trabalho, mas Gorz ignora que, se os produtos não comesçassem a assumir previamente a forma generalizada de mercadorias, então não seria preciso calcular quaisquer “custos”, porque a forma-valor não nortearia a reprodução social. O camponês medieval, por exemplo, não fazia nenhum cálculo econômico porque não vendia seus produtos

– eles não adotavam a forma de mercadorias. É a hegemonização da forma-mercadoria, a sua conquista progressiva da reprodução material e *social* da humanidade, que impõe o domínio quasi-objetivo do valor e do trabalho abstrato, *engendrados por detrás das costas dos indivíduos*. Não foi o cálculo *subjetivo* que criou o valor, o trabalho e as relações mercantis; pelo contrário, foram as relações mercantis que disseminaram o cálculo econômico e a racionalidade instrumental.

Dominique Méda identifica o advento concomitante do indivíduo e do trabalho. Todavia a autora vai mais longe do que isso e defende que o trabalho foi a *resposta* à emergência histórica do indivíduo na esfera pública. Por vezes, Méda parece mesmo sugerir que o trabalho foi uma espécie de *artifício* inventado para integrar socialmente o indivíduo. Essa abordagem parece-me ser equivocada, pois não creio que se possa atribuir o nascimento do indivíduo a uma estratégia consciente, nem que seja possível afirmar categoricamente que o indivíduo *precede* historicamente o trabalhador. É um daqueles casos em que se torna difícil dizer o que surgiu primeiro: o ovo ou a galinha.

Por um lado, as *enclosures* e a expulsão dos camponeses das suas terras criaram uma classe de trabalhadores formalmente *livres*, que são obrigados a vender sua força de trabalho. Por outro lado, é impossível não vislumbrar, na figura do *trabalhador* – do proprietário de si –, o embrião do sujeito de *direito* moderno: o cidadão. Em suma, creio ser mais rigoroso entender o sujeito como uma figura *esquizoide* desde sua origem, cindida entre o *bourgeois* da sociedade civil e o *citoyen* da esfera político-jurídica, recorrendo aos termos propostos por Marx (1993).

Quanto a Françoise Gollain, sua explicação para a “invenção do trabalho” é quase tautológica. A autora nos diz que o trabalho surge na sequência da Revolução Industrial e da constituição de um sistema de mercado autorregulado; o trabalho deve ser apreendido no contexto da formação de uma sociedade *eco-*

nômica. Essa tese não oferece grande contestação. Porém Gollain revela-se incapaz de esclarecer o *porquê* de esse sistema de mercado ter surgido na Europa, numa época histórica específica.¹⁹

Serge Latouche explica o advento do trabalho em termos weberianos: a ideologia da classe burguesa e a ética protestante constituem o “espírito do capitalismo” que fermentou o trabalho. Nesse sentido, o trabalho aparece como o resultado de um processo discursivo que instituiu um novo “imaginário”, de natureza econômica. Por outras palavras, a transformação *real* das atividades produtivas e a criação do trabalho como categoria eminentemente *social* são relegadas para segundo plano na sua análise. A essa visão deve se contrapor que “o discurso econômico acompanhou uma transformação da prática [social, NM] real” (Latouche; Jappe, 2011, p. 13), ou seja, as reflexões dos teólogos, a teoria da economia política e o senso comum da burguesia devem ser entendidos como discursos ideológicos legitimadores de uma *nova realidade social*: a economia.

Pode-se concluir que os quatro autores identificam corretamente um fator particular diretamente ligado à emergência histórica do trabalho. Todavia nenhum desses fatores, tomado isoladamente, é capaz de explicar satisfatoriamente o nascimento da sociedade do trabalho. Anselm Jappe relembra que, nesse âmbito, “existem fatores históricos que, quando permanecem isolados, não conseguem obter uma importância assinalável, mas que, em determinados momentos históricos, começam a se combinar e a superar um certo limiar” (Latouche; Jappe, 2011, p. 15).

Gostaria de sugerir, na sequência de Robert Kurz (1998), que os fatores referidos – cálculo econômico racional, surgimento do indivíduo, mercado e ideologia econômica – podem ser enquadrados num contexto embrionário comum: a chamada “[...] revolução militar” (Parker, 2013), no século XVI, que inaugurou a

era moderna no mundo ocidental. Segundo Jappe, será legítimo afirmar que foi “[...] a revolução das armas de fogo que permitiu superar um certo limiar qualitativo no que se refere à emergência da economia, da sociedade capitalista na Europa.” (Latouche; Jappe, 2011, p. 15).

A guerra converte-se num empreendimento bastante dispendioso. Os canhões e as fortalezas já não podiam ser construídos de modo artesanal, pelo que foram impulsionadas as primeiras manufaturas (Latouche; Jappe, 2011, p. 16). Anselm Jappe explica que os príncipes precisavam obter dinheiro para remunerar

[...] os engenheiros e os operários que fabricavam as armas de fogo e construía as novas fortalezas. Os soberanos tinham, doravante, necessidade de somas avultadas de dinheiro, sendo nesta época que os Estados começam a cobrar impostos cada vez mais elevados sob a forma monetária igualmente para pagar aos novos especialistas desta guerra fora das relações de vassalagem: os soldados, que, segundo a etimologia, são aqueles indivíduos que recebem um soldo para fazer a guerra. O soldado é o primeiro assalariado do mundo moderno, que não deve ser pago em espécie, mas em dinheiro. Soldado que abandona o seu trabalho se não for pago. Encontramos [...] no mercenário e [...] no *condottiere* que organiza os soldados o modelo do trabalho assalariado capitalista [...]. Para financiar esta nova forma de guerra, os Estados começam, portanto, a cobrar os impostos principalmente sob a forma monetária, pressionando os camponeses e os artesãos no sentido de se tornarem trabalhadores para poderem pagar impostos cada vez mais elevados. (Latouche; Jappe, 2011, p. 16).

A gênese da economia e do trabalho deve, pois, ser procurada na revolução militar que deu início a um processo bipartido de monetarização das relações sociais:

1. cobrança de impostos em dinheiro para financiar a nova forma de fazer a guerra; e
2. pressão para que os seres humanos exercessem atividades assalariadas, de modo a conseguirem pagar esses mesmos impostos.

Em súpula, “o capitalismo ocidental nasce [...] com a força destrutiva das armas de fogo [...], porque elas põem em movimen-

¹⁹ Essa questão será abordada um pouco mais à frente.

to uma dinâmica que não tinha sido desejada [...] por nenhuma pessoa, uma dinâmica que se estabelece por trás das costas dos indivíduos” (Latouche; Jappe, 2011, p. 15-16)

CONCLUSÃO: da historicidade do trabalho às relações sociais de fetiche

Neste artigo, demonstrou-se que André Gorz foi pioneiro na proposta da abordagem historicista ao trabalho no mundo francófono, apreendendo-o como uma categoria exclusiva da civilização moderna, uma forma de atividade realizada numa esfera econômica autônoma. Trata-se de uma substância homogênea, abstrata e mensurável que, ao produzir valor econômico, está no cerne da síntese social capitalista.

Outros autores seguiram as pisadas de Gorz. Foram apresentadas as teorias de três desses autores: Dominique Méda, Françoise Gollain e Serge Latouche. Na sequência de uma análise comparada, destacaram-se: i) o entendimento semelhante do modo de funcionamento das sociedades pré-capitalistas, assim como das características basilares da reprodução social capitalista; ii) a divergência quanto aos fatores explicativos do surgimento histórico do trabalho. Foi sugerido que esses fatores explicativos podem ser enquadrados no contexto comum, providenciado pela chamada “revolução militar” (Parker, 2013), que assinala o início da modernidade europeia.

A noção de trabalho como categoria ontológica, trans-histórica, encontra-se disseminada no campo das ciências sociais. Essa ontologia está intimamente associada a uma definição *materializante* do trabalho. Assim, quero concluir este artigo com duas notas adicionais. Em primeiro lugar, recuperando o conceito marxiano de subsunção real, cabe ressaltar que, na modernidade, é criado um modo de (re)produção material *especificamente capitalista*, pelo que a noção de produção “em geral”, materialmente idêntica em todas as formações

sociais, carece de sentido (Machado, 2017). *A economia é um processo de produção de valor econômico e um processo de reprodução material da sociedade capitalista moldado por esse processo de valorização.*

Em segundo lugar, de acordo com a definição materializante trans-histórica, o trabalho e a economia “existiriam [...] independentemente de qualquer relação social” (Freysenet, 1999, p. 1); seriam, portanto, paradoxalmente realidades *pré* ou *associais*. Ora, deve ser salientado que “[...] a produção material é ela mesma um produto totalmente social e histórico, tal como [...] as outras manifestações humanas” (Freysenet, 1999, p. 6). Nesse sentido, o *prius nunca* é a (re)produção material em si mesma²⁰, mas a reprodução *social* que, até hoje, foi sempre a reprodução de certas relações sociais de fetiche.

A história da Humanidade pode, portanto, ser lida como uma *história das relações de fetiche* (Kurz, 2014, p. 63-78). A reprodução material e a correspondente satisfação das necessidades individuais e sociais estão subordinadas à *constituição-fetiche* prevalente numa dada sociedade. Segundo Clément Homs, “[...] a constituição-fetiche [...] é um processo social mediante o qual os homens criam uma estrutura de inter-relações que depois os domina” (Homs, 2012, p. 151). Por outras palavras, “[...] os indivíduos vivem como criadores de relações sociais reificadas que possuem aparentemente a sua ‘vida própria’, relações de que os indivíduos são ao mesmo tempo criadores e criaturas” (Homs, 2012, p. 193). Isso significa que *a reprodução social é a base sobre a qual repousa a reprodução material*. A reprodução material apenas é cumprida na medida em que possibilita a reprodução das relações sociais de fetiche.

Nesse sentido, é o princípio fetichista estruturante que determina o *conteúdo* das necessidades e a *forma* de sua satisfação. Não existe tal coisa como o indivíduo associal,

²⁰ Tal como defende o “materialismo histórico” postulado pelo marxismo tradicional, por exemplo.

isolado, robinsoniano, que procura satisfazer suas necessidades através de um intercâmbio material com a natureza invariável, imutável e trans-histórico. Existem indivíduos inseridos em sociedades *específicas*, que obedecem a um determinado tipo de organização social e que definem aquelas que são consideradas as necessidades individuais nesse contexto histórico particular. A subsistência material dos indivíduos *sociais* está sempre subordinada à reprodução *macrossocial* regida por certo modo de organização fetichista.

Por exemplo, em várias sociedades pré-capitalistas, “antes de poder comer é preciso oferecer a parte consagrada ao deus, antes de se abrigar é preciso construir o templo, etc.” (Homs, 2012, p. 175). De maneira análoga, hoje em dia, a “satisfação das necessidades” é um efeito secundário da síntese social capitalista. A necessidade primordial da sociedade burguesa é a valorização do valor. As necessidades individuais e sociais apenas são satisfeitas na medida em que possibilitarem a reprodução alargada do capital. O indivíduo apenas garante o direito à subsistência e, num nível ainda mais elementar, à sobrevivência física, se provar ser útil para esse processo incessante de valorização, ou seja, se o consumo produtivo de sua força de trabalho for economicamente rentável.

O crescente número de indivíduos *superfluos*, que morrem simplesmente de fome ou de frio, demonstra que, inclusive nas sociedades modernas, na qualidade de sociedades fetichistas, a reprodução material da sociedade não é o fator determinante *apriorístico* da reprodução *social*. Pelo contrário, essa reprodução material apenas é garantida se possibilitar a reprodução social de caráter historicamente específico: a reprodução das relações sociais *de valor*.

Visto que as diferentes civilizações humanas, ao longo da história, são baseadas em relações de fetiche particulares, é impossível construir uma teoria social geral e universalmente aplicável. Aquilo que se exige às ciências sociais e humanas é, ao invés, que construam uma “teoria social-histórica *específica*”

(Homs, 2012, p. 149, *italico nosso*) para cada tipo de sociedade e, por conseguinte, para cada tipo de constituição-fetiche que a estrutura. Nesse contexto, a teorização da sociedade capitalista terá de ser capaz de dar conta de sua excecionalidade histórica como primeira sociedade *econômica* estruturada pelo fetichismo do valor e da mercadoria.

Recebido para publicação em 05 de junho de 2017

Aceito em 25 de julho de 2017

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. *The Human Condition*. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.
- BISCHOFF, M. L'humanité a-t-elle toujours “travaillé”? *Théologiques*, [Montréal], v. 3, n. 2, p. 45-69, 1995.
- BOTELHO, M. *Crise da sociedade do trabalho: teorias em conflito*. 2009. 380 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- CASTEL, R. André Gorz et le travail: une interprétation critique. In: CASTEL, R.; FOUREL, C. (Ed.). *Sortir du capitalisme: le scénario Gorz*. Paris: Le Bord de l'eau, 2013. p. 43-56.
- CHAMOIX, M. Sociétés avec et sans concept de travail. *Sociologie du Travail*, Paris, v. 36, p. 57-71, 2001.
- FREYSSENET, M. *Invention, centralité et fin du travail*. [Paris], 1999. Disponível em: <<http://freysenet.com/files/Invention,%20centralite%CC%81%20et%20fin%20du%20travail.pdf>>. Acesso em: 8 fev. 2017.
- GOLLAIN, F. *Une critique du travail: entre écologie et socialisme*. Paris: Éditions La Découverte, 2000.
- GOLLAIN, F. Penser le travail dans sons historicité: Quelques réponses à Yolande Benarrosh. *Revue du MAUSS*, Paris, n. 18, n. 2, p. 176-195, 2001.
- GOLLAIN, F. André, mon maître: Hommage à André Gorz. *Revue du MAUSS*, Paris, n. 31, p. 545-557, 2008.
- GORZ, A. *Capitalism, Socialism, Ecology*. Londres: Verso, 1994.
- GORZ, A. *Crítica do capitalismo quotidiano (I)*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976a.
- GORZ, A. *Crítica do capitalismo quotidiano (II)*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976b.
- GORZ, A. *Critique of Economic Reason*. Londres: Verso, 1989a.
- GORZ, A. O Despotismo de Fábrica e o seu Futuro. In: GORZ, A. et al. *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*. Porto: Escorpião. p. 87-97.
- GORZ, A. *Ecology as Politics*. Montréal: Black Rose Books, 1980.
- GORZ, A. Ecologie et Socialisme. *Ecologie et Politique*, Paris, n. 24, p. 71-95, 2002.
- GORZ, A. Estratégia Operária e Neocapitalismo. In: GORZ, A. *Reforma e revolução*. Lisboa: Edições 70. 1975a. p. 73-261.

- GORZ, A. et al. *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*. Porto: Escorpião, 1976.
- GORZ, A. *Fondements pour une morale*. Paris: Editions Galilée, 1977.
- GORZ, A. *Farewell to the Working Class: An essay on Post-Industrial Socialism*. Londres e Sydney: Pluto Press, 1982.
- GORZ, A. *Historia y Enajenación*. México: Fondo de Cultura Económica, 1969.
- GORZ, A. *Paths to Paradise: On the Liberation from Work*. Londres e Sydney: Pluto Press, 1985.
- GORZ, A. Prefácio. In: GORZ, A. *Reforma e revolução*. Lisboa: Edições 70. 1975b. p. 7-72.
- GORZ, A. Prefácio. In: GORZ, A. et al. *Divisão social do trabalho e modo de produção capitalista*. Porto: Escorpião. 1976d. p. 7-18.
- GORZ, A. Reforma e revolução. In: GORZ, A. *Reforma e revolução*. Lisboa: Edições 70. 1975c. p. 263-322.
- GORZ, A. *O socialismo difícil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- GORZ, A. Técnica, Técnicos e Luta de Classes. In: GORZ, A. et al. *Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista*. Porto: Escorpião. 1976e. p. 239-284.
- GORZ, A. *The Traitor*. Londres e Nova Iorque: Verso, 1989b.
- GRANTER, E. *Critical Social Theory and the End of Work*. Farnham e Burlington: Ashgate, 2009.
- HOMS, C.A la recherche du reflet (à jamais) perdu de l'économie dans les sociétés précapitalistes – Pour une critique de l'anthropologie économique. 1^{ère} partie: Critique du substantivisme économique de Karl Polanyi. *Sortir de l'économie*, [S.l.], n. 4, p. 140-194, 2012.
- JAPPE, A. *As Aventuras da mercadoria*: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.
- KURZ, R. A origem destrutiva do capitalismo. In: KURZ, R. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes. 1998. p. 239-245.
- KURZ, R. *Dinheiro sem valor*: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política. Lisboa: Antígona, 2014.
- LATOUCHE, S. *L'invention de l'économie*. Paris: Albin Michel, 2005.
- LATOUCHE, S.; JAPPE, A. *Sortir de l'économie? (ou plutôt comment l'économie a été inventée) – Un débat avec Serge Latouche et Anselm Jappe*. 2011. Disponível em: http://sd-1.archive-host.com/membres/up/4519779941507678/Sortir_de_leconomie_Retranscription_de_rencontre_avec_Serge_Latouche_et_Anselm_Jappe_Bourges_2011.pdf. Acesso em: 8 fev. 2017.
- MACHADO, N. A aporia do conceito de trabalho em Marx: uma análise cronológica. 2017. Disponível em: http://www.academia.edu/24166630/A_aporia_do_conceito_de_trabalho_em_Marx_uma_an%C3%A1lise_cronol%C3%B3gica. Acesso em: 23 fev. 2017
- MACHADO, N. De Marx a Illich: economia, ecologia e tecnologia na obra de André Gorz da década de 1970. *Análise Social*, Lisboa, v. 51, n. 2 (219), p. 240-273, 2016a.
- MACHADO, N. A obra gorziana da década de 2000 e a sua relação com a Nova Crítica do Valor. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 13, n. 25, p. 277-304. 2016b.
- MACHADO, N. Três vivas ao proletariado! – Para uma contextualização da obra gorziana da década de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 31, n. 91. 2016c.
- MARX, K. *Capítulo Inédito d' O Capital: resultados do processo de produção imediato*. Porto: Publicações Escorpião, 1975.
- MARX, K. Economic Manuscript of 1861-63. In: MARX, K; ENGELS, F. *Collected Works*. Londres: Lawrence & Wishart: 1988. v. 30.
- MARX, K. A Questão Judaica. In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993. p. 33-73.
- MÉDA, D. Qué sabemos sobre el trabajo? *Revista de Trabajo*, [S.l.], ano 3, n. 4, p. 17-32, 2007.
- MÉDA, D. *Le travail: une valeur en voie de disparation?* 2^{ème}. Paris: Flammarion, 2010.
- PARKER, G. *The Military Revolution: Military Innovation and the Rise of the West, 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- POSTONE, M. *Time, Labor, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx's Critical Theory*. 2nd. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- SILVA, J. *André Gorz: trabalho e política*. São Paulo: Annablume, 2002.
- THOMPSON, E. Time, Work-Discipline, and Industrial Capitalism. *Past and Present*, [S.l.], n. 38, p. 56-97, 1967.

THE “INVENTION OF WORK”: historicity of a concept in the works of André Gorz, Dominique Méda, Françoise Gollain and Serge Latouche

Nuno Miguel Cardoso Machado

After the publishing of *Farewell to the Working Class*, in 1980, the understanding of labor as a historically specific activity peculiar to capitalist modernity is one of the major tenets of the theoretical edifice built by André Gorz. Labor is closely related to the emergence of an economic realm disembedded from society and, as abstract labor, to the irrational end in itself of the valorization of value. In this article, we aim to characterize in detail the evolution of the concept of labor in Gorz’s main works and, then, to compare the gorzian notion of the historicity of labor with the ideas of three francophone authors: Dominique Méda, Françoise Gollain and Serge Latouche. We will assess the similarities and the divergences that exist among the mentioned authors. Finally it will be emphasized that the reasons suggested for the historical emergence of labor can be better grasped in the common embryonic context provided by the “military revolution”, in the 16th century, which marks the beginning of the modern age in the western world.

KEYWORDS: Labor. Gorz. Méda. Gollain. Latouche.

“L’INVENTION DU TRAVAIL”: historicité d’un concept dans les œuvres d’André Gorz, de Dominique Méda, de Françoise Gollain, de Serge Latouche

Nuno Miguel Cardoso Machado

Après la publication de *Adieux au Proletariat*, en 1980, la compréhension du travail, considéré historiquement comme une activité spécifique de la modernité capitaliste, est l’un des piliers de l’édification théorique construite par André Gorz. Le travail est intimement lié à l’apparition d’une sphère économique n’ayant pas de rapport avec la société, et en tant que travail abstrait en soi finalement irrationnel, ni avec la valorisation de la valeur. Dans cet article, nous voulons caractériser en détail l’évolution du concept de travail dans les œuvres principales de Gorz. Ensuite nous comparons cette notion sur l’historicité du travail avec les idées de trois auteurs francophones, à savoir Dominique Méda, Françoise Gollain et Serge Latouche. Nous faisons un relevé analytique des ressemblances et des différences entre les auteurs mentionnés. Enfin, nous pouvons faire remarquer qu’il est plus facile de comprendre les raisons énoncées pour le développement historique du travail dans le contexte embryonnaire commun de la “révolution militaire” du 16^{ème} siècle qui a inauguré l’ère moderne dans le monde occidental.

MOTS-CLÉS: Travail. Gorz. Méda. Gollain. Latouche.

RACIONALIDADE ECONÔMICA, TRABALHO E ECOLOGIA EM ANDRÉ GORZ

*André Langer**

O presente artigo tem por objetivo apresentar a análise crítica de André Gorz sobre o trabalho e a ecologia política a partir da centralidade que o conceito de racionalidade econômica no capitalismo adquire em seu pensamento. Para ele, a extensão ilimitada da racionalidade econômica ao trabalho e à natureza é considerada sem futuro do ponto de vista da sociedade. Gorz reconhece a íntima relação entre a crítica do capitalismo e a tarefa da ecologia política. Outro aspecto presente em sua obra, menos explorado, é a relação entre trabalho e crise ecológica. O capitalismo apropria-se do trabalho ou emprego não apenas para os seus interesses, mas também os transforma em instrumentos de destruição da natureza. Este *paper* objetiva também, fiel ao espírito do próprio Gorz, embora de maneira sucinta, indicar alguns horizontes alternativos.

PALAVRAS-CHAVE: Gorz. Racionalidade econômica. Trabalho. Ecologia política. Capitalismo.

“Nós sabemos que o nosso modo de vida não tem futuro” (Gorz, 1978, p. 18). Essa sentença sobre a nossa civilização não foi pronunciada ontem, mas em meados da década de 70 do século passado. Ela revela uma análise aguda do nosso modo de produzir e de consumir, que moldou um estilo de vida e está se mostrando sem futuro. De lá para cá, ela, infelizmente, não apenas não foi desmentida, como está sendo confirmada pelas subsequentes pesquisas e pela observação de fenômenos naturais e sociais.

O Relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) de 2007, órgão vinculado à Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) e que reúne cientistas do mundo inteiro, somente vem confirmar o que já era perceptível a olho nu. Nele aparecem duas fortes evidências: a primeira, de que o aquecimento global é “inequívoco”; e a segunda, de que ele se deve à interferência humana. A ação humana sobre a Terra, no entanto, não se dá de forma direta, mas mediada

por um sistema (o capitalismo), que privilegia uma determinada racionalidade (econômica, instrumental), com vistas a um *optimum*: a obtenção do máximo de lucro. O resultado é um círculo vicioso que implica a dominação da natureza e a exploração humana através da técnica e do trabalho.

Por isso, na perspectiva de Gorz, a superação da presente crise só se dá pela crítica da racionalidade econômica, ou seja, pela crítica do capitalismo e do trabalho. Quanto a esse aspecto, o autor é considerado um pioneiro, por vincular uma crítica à outra. É preciso ressaltar que sua análise crítica do trabalho se situa numa perspectiva mais ampla, a qual envolve não apenas a economia, mas, fundamentalmente, a sociedade. O horizonte último de Gorz não é a economia, tampouco o capitalismo, mas a sociedade. Ele propugna uma inversão que coloque novamente a sociedade no centro e, portanto, as pessoas, seu “bem viver”, a qualidade de vida e o pleno desenvolvimento de todas suas potencialidades. O ponto de chegada deve ser uma sociedade desalienada. Trata-se de um projeto de sociedade que implica também uma nova antropologia capaz de

* Faculdade Vicentina – FAVI.
Av. Jaime Reis, 531A. Alto São Francisco. Cep: 80510-010
Curitiba – Paraná – Brasil andrelanger15@gmail.com

superar o redutor *homo economicus* e abra espaço para um ser humano com DNA marcado pela convivialidade. Portanto, nas reflexões de Gorz, três campos sempre estão, de uma ou de outra maneira, relacionados: economia, ecologia e sociedade.

A perspectiva inovadora do pensador reside no fato de que ele coloca o trabalho, entendido como princípio organizador de nossa vida e de todo o corpo social, no centro de uma relação com três termos: “instrumento de transformação da natureza, ele [o trabalho] estrutura as nossas sociedades democráticas nos últimos três séculos” (Gollain, 2000, p. 7, grifo do autor). Sendo assim, o trabalho “constitui um objeto privilegiado da crítica de uma ecologia política preocupada com a dupla exploração da natureza e do ser humano, inaugurada pelo capitalismo” (Gollain, 2000, p. 7).

Parte das análises de Gorz centra-se na crítica da sociedade capitalista do crescimento. O capitalismo constitui-se em “um sistema social cujos aparelhos e processos de produção e de reprodução autonomizados ameaçam a existência individual até nas bases naturais da vida” (Gorz, 1991, p. 23). A “produção de mercadorias” esbarra em limites físicos intransponíveis, o que leva à constatação de que “o capitalismo de crescimento está morto, assim como a sociedade de crescimento” (Gorz, 1978, p. 17).

Mas a pergunta é: como chegamos a essa situação? Que barreiras foram transpostas? Que reduções foi preciso impor? Em suma, que novo paradigma vai surgindo? Vamos trazer algumas reflexões com vistas a descortinar algumas das características do paradigma técnico-científico que deu suporte à civilização ocidental.

Antes de proceder a essa análise, apresentamos o objetivo e a estrutura deste artigo. Queremos, nas linhas que seguem, apresentar a análise crítica de André Gorz sobre o trabalho e a ecologia política a partir da centralidade que o conceito de racionalidade econômica, no capitalismo, adquire em seu pensamento. Gorz reconhece a íntima relação entre a crítica do capitalismo e a tarefa da ecologia política, que passa

inevitavelmente pela crítica do trabalho. Uma das características de nosso autor é que ele não se detém nem se contenta apenas com a análise, por mais aguda e interessante que seja. Ela se insere na perspectiva de propor alternativas. Assim, embora de maneira sucinta, indicamos alguns dos seus horizontes alternativos.

O artigo se divide em três partes. A primeira concentra-se na revolução representada pelo surgimento da civilização tecnocientífica e na crise de reprodução que ela implica. A segunda analisa a racionalidade econômica no contexto da “invenção” do trabalho. Consideramos ser essa a parte central da reflexão. O conceito de racionalidade econômica, embora desenvolvido tardiamente, é fundamental para dimensionar corretamente as reflexões de Gorz sobre a ecologia política e o trabalho. A terceira parte, finalmente, propõe, sempre a partir das reflexões do pensador francês, perspectivas de convivência em sociedade e em harmonia com a natureza. O denominador comum é sempre a limitação da racionalidade econômica.

A CIVILIZAÇÃO TECNOCIENTÍFICA

O Ocidente pode ser lido como aquele segmento que realizou, inicialmente, uma mutação na maneira de conceber e de fazer ciência. O conhecimento científico perseguido pela ciência moderna significou uma ruptura com a “ciência-contemplação”, tornando-se menos intervencionista no mundo e mais propenso a compreender as leis naturais e os fenômenos sociais.

Ainda no final do século XVI, Francis Bacon defendia apaixonadamente uma finalidade prática para a ciência, ao desejar sua vinculação com a “indústria”. Dedicava-se à afirmação da ideia “de que o saber devesse produzir seus frutos na prática, de que a ciência devesse ser aplicável à indústria, de que os homens tivessem o dever sagrado de se organizarem para melhorar e para transformar as condições de vida” (Bacon, 1620 apud De Masi, 1999, p. 12).

A grande originalidade da ciência moderna está em que se “propôs não apenas a compreender o mundo ou explicá-lo, mas também transformá-lo” (Santos, 2004, p. 18). Dessa maneira, a ciência moderna quer imiscuir-se mais profundamente no mundo do que qualquer outra forma de conhecimento anterior.

O modelo da ciência não é mais a metafísica ou a retórica, mas a física, que, por sua vez, permite descobrir as causas e as possibilidades da ação transformadora [...] A ciência não tem mais por vocação descobrir a verdade, mas descobrir as causas que permitem ao homem transformar o mundo: conhecer é, de agora em diante, agir. Enfim, esta transformação é orientada não apenas para o artifício, mas, sobretudo, para o artifício útil. A relação de crença e de respeito para com a natureza é substituída por uma relação utilitária (Méda, 1995, p. 80).

Essa tríplice revolução abre caminho para uma civilização que se pretende universal e que assume ares quase prometeicos. Se a ciência moderna se caracteriza por sua utilidade, ela precisa se mostrar útil, desenvolver tecnologias ou bens que tenham serventia para as sociedades e, nesse sentido, provoquem interferências sobre elas e, mais ainda, mediante seus conhecimentos, dominem a natureza. Já o disse esplendidamente bem Descartes, ao formular, nestes termos, o “espírito” da época, cuja execução se encontrava apenas em seus elementos embrionários. Descartes (1991, p. 63) diz:

Pois elas [as noções gerais da Física] me fizeram ver que é possível chegar a conhecimentos que sejam muito úteis à vida, e que, em vez dessa Filosofia especulativa que se ensina nas escolas, se pode encontrar uma outra prática, pela qual, conhecendo a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos cercam, tão distintamente como conhecemos os diversos misteres de nossos artifícios, poderíamos empregá-los da mesma maneira em todos os usos para os quais são próprios, e, assim, nos tornar como que senhores e possuidores da natureza.

A ciência se desenvolve vertiginosamente, abrindo campos e possibilidades inauditos ao gênio e à ação humanos. Mas ela é guiada por uma lógica ou uma racionalidade que pri-

vilegia um viés econômico ou instrumental. Dessa maneira, “a escolha das técnicas, portanto, o sentido em que elas evoluem, é sempre motivada pela preocupação de assegurar ao capital o máximo de poder e de controle” (Gorz, 2000, p. 223) sobre a natureza e o trabalho humano. Historicamente, o projeto humano sempre esteve duplamente marcado: “o projeto de domínio e apropriação da natureza e, ao mesmo tempo, um projeto de controle do homem e da sociedade” (Gollain, 2000, p. 20).

Gradativamente, mergulhamos em sociedades cuja vida é configurada pelo paradigma tecnocrático, que é homogeneizador e unidimensional. A “totalidade da existência humana é marcada pela técnica. A realidade técnica, a produção técnica e seus produtos apresentam-se como o modelo de interpretação da totalidade do ser humano, o critério para o que deve valer como real e verdadeiro” (Oliveira, 2016, p. 131-132). A técnica alça-se à posição de nova natureza, na medida em que a “tecnosfera”, produzida através da técnica moderna, substitui a “biosfera”.

Manifesta-se com clareza para nós que a ‘tecnosfera’, produzida através da técnica moderna, se põe no lugar da ‘biosfera’, que o ser humano encontrou e, por sua vez, só pode ser dominada através de procedimentos tecnológicos. Considerando o significado originário entre os gregos de ‘Physis’ enquanto algo pré-dado, que cresce e se desenvolve por si mesmo independentemente do ser humano, é preciso dizer que temos agora uma nova natureza. O que caracteriza precisamente nossa técnica moderna é que ela se fez ciência, ou seja, se baseia num conhecimento rigoroso das forças da natureza e de suas leis de tal modo que nosso relacionamento atual com a natureza é fundamentalmente marcado pela ciência moderna (Oliveira, 2016, p. 135).

O surgimento da ciência ocidental está, pois, umbilicalmente vinculado ao “desenvolvimento tecnológico ocidental” (Morin, 1996). A lógica econômica emergente é redutora. Progresso é sinônimo de desenvolvimento econômico; desenvolvimento econômico é sinônimo de crescimento econômico; o crescimento econômico é medido pelo aumento do Produto Interno Bruto

(PIB), que, por sua vez, pode ser verificado pelo número de empregos que cria. No entanto, a lógica da quantificação, da matematização, da dominação, revela-se astuta. O progresso é, por natureza, cumulativo e linear, e se traduz de forma quantitativa em detrimento da qualidade.

Essa racionalidade quantificável do desenvolvimento

[...] é irracional. O desenvolvimento ignora que o crescimento técnico-econômico produz subdesenvolvimento moral e psíquico: a hiperespecialização generalizada, a compartimentalização em todas as áreas, o hiperindividualismo e o espírito do lucro geram a perda da solidariedade. O desenvolvimento engendra um conhecimento especializado que é incapaz de compreender os problemas multidimensionais (Morin, 2002, p. 45).

A ecologia política tem como uma de suas tarefas questionar tal concepção de progresso e de desenvolvimento. Um pensamento complexo deve propor progressos também no nível do espírito, não apenas das técnicas ou dos meios de produção. Ou, como diz Morin (1996, p. 98) com certa ironia, “há que fazer um progresso na ideia de progresso”. Reconhecer certas ignorâncias e limites pode ser um progresso na ciência, ao contrário do que se pensava anteriormente.

A noção de progresso, portanto, parece ter perdido seu rumo. Prometeu desenvolvimento integral e entregou crescimento econômico. Vendeu (e continua a vender) a ilusão de que “mais é sempre melhor” ou “quanto mais, melhor” (Gorz, 2003). Em vista desse crescimento contínuo e ilimitado, foram se desenvolvendo uma série de técnicas, produtos e consumos tendo em vista, em primeiro lugar, atender às necessidades de acumulação do capital. “É preciso que quantidades crescentes de capital sejam investidos com lucro, o que exige o consumo de um fluxo crescente de mercadorias e de serviços mercantis”. Para que isso funcione, é preciso induzir “a população a satisfazer suas necessidades com um máximo de consumo e suscitar um máximo de necessidades de consumo mercantis” (Gorz, 1991, p. 172).

CONFLITOS DE REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO

O capitalismo, como sistema, apresenta uma capacidade de reprodução que, por sua dinâmica autonomizada, entra em conflito com a dinâmica da natureza e da humanidade (Beaud, 1997). O capitalismo, informado por uma lógica racional instrumental e marcado pela ânsia de domínio, entranha um conflito de reprodução social, longa e profundamente explorado em suas diversas facetas pelas mais diversas ciências sociais. Quando falamos que o capitalismo se volta contra a humanidade, corremos o risco de uma generalização apresada e incorreta. Por um lado, o capitalismo apresenta uma enorme capacidade de criar riquezas e mercadorias, além de mobilizar, com essa finalidade, poderosos meios técnicos, intelectuais, materiais e financeiros. Por outro, apresenta uma enorme capacidade de ignorar a pobreza e a miséria e de transformar paisagens, sociedades, normas e valores. Os seres humanos não estão colocados da mesma maneira diante desse sistema e não contam com os mesmos recursos para enfrentar suas adversidades. Seria mais correto postular que uma pequena parcela da humanidade, que tem o controle da “máquina capitalista”, usufrui das benesses oferecidas por esse modo de produção e de consumo, em detrimento da exploração, dominação e exclusão do restante da população mundial (Beaud, 1997). A problemática da fome no mundo, o tratamento dado às migrações, o trabalho e suas condições e as desigualdades sociais passam por essa questão.

Outro conflito se dá entre a reprodução do capitalismo (e de parte da Humanidade ligada às suas necessidades e a seus produtos) e a reprodução do planeta. A especificidade do capitalismo consiste em que “somente ele dispõe de uma capacidade de autorreprodução que podemos qualificar como forte, capacidade que permite compreender as disjunções cada vez mais profundas que observamos entre economia e sociedade” (Beaud, 1997, p.

81). A tendência do capitalismo é de autorreproduzir-se de forma autônoma em relação ao meio ambiente e às sociedades.

O capitalismo procura desvincular seu tempo do tempo da natureza:

Com o advento do modo de produção capitalista, fundado sobre a lógica da acumulação, que exige a exploração da maior quantidade possível de matérias-primas, de energia e de trabalho humano no menor tempo possível para produzir o maior número possível de riquezas para o mercado, um umbral foi transposto para além do qual a temporalidade da história humana impôs-se sobre a temporalidade natural (Gollain, 2000, p. 23).

A consequência natural desse processo, cujo objetivo é o crescimento indefinido de riquezas, é a “transposição dos limites” (Gollain, 2000, p. 23) físicos do mundo natural ao qual estamos vinculados. A velocidade das mudanças provocadas pela humanidade com o uso de tecnologias que resistem se submeter ao tempo e ao espaço afeta, ao mesmo tempo, o meio ambiente e os pobres.

Mas, como lembra com justiça Gorz, “a atividade humana encontra na natureza seu limite externo” (Gorz, 1978, p. 19), uma vez que “as sociedades industrializadas vivem da pilhagem acelerada dos estoques, cuja constituição demandou dezenas de milhões de anos” (Gorz, 1978, p. 18). A vontade desenfreada de crescimento econômico, alimentada pelo consumismo, encontra um limite inimaginável até poucas décadas atrás: a capacidade física de o Planeta Terra repor, na mesma velocidade requerida pelo capitalismo, os recursos necessários para satisfazer todos os caprichos de consumo de uma pequena parcela da população mundial. Essa capacidade foi ultrapassada.

O ecossistema natural possui uma capacidade autorregadora e autorreorganizadora que, devido às suas extremas diversidade e complexidade, permite-lhe autorregular-se e evoluir para uma complexidade e uma diversidade crescentes. Essa capacidade de autorregeneração e de autorreorganização é prejudicada por técnicas que tendem a racionalizar e a dominar a natureza, a torná-la previsível e calculável. (Gorz, 2010, p. 25)

O crescimento econômico torna-se um objetivo buscado por si mesmo. Ele é, para o capitalismo, “uma necessidade sistêmica totalmente independente e indiferente à realidade material daquilo que cresce. Ele responde a uma necessidade do capital” (Gorz, 2005, p. 7).

O crescimento econômico, que deveria assegurar a abundância e o bem-estar a todos, faz crescer as necessidades mais rapidamente que sua satisfação, e leva a um conjunto de impasses que não são apenas econômicos: o capitalismo de crescimento está em crise não apenas porque é capitalismo, mas também porque é de crescimento (Gorz, 1978, p. 18).

Por essas razões, Gorz está convencido de que tanto o capitalismo de crescimento como a sociedade de crescimento não têm futuro. Segundo ele, é preciso perguntar-se pelo sentido do crescimento e seu conteúdo. De que crescimento nossas sociedades têm realmente necessidade? Isso porque, para a ciência econômica, interessa apenas o crescimento que ajuda a fazer crescer o PIB, isto é, “o aumento da quantidade de dinheiro trocado, a quantidade de mercadorias compradas e vendidas no decurso de um ano, quaisquer que sejam essas mercadorias” (Gorz, 2005, p. 4).

Karl Polanyi (2000), em sua clássica obra *A grande transformação*, recorrendo a uma perspectiva histórica, mostra que, em sociedades anteriores à nossa, os sistemas econômicos foram organizados não segundo uma economia de mercado, nem com vistas única e primeiramente à obtenção do lucro obtido mediante a racionalização dos meios de produção e de organização do trabalho. Ao contrário, “os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico” (Polanyi, 2000, p. 75).

Mas, a partir do século XVI, os mercados passaram progressivamente a ser mais numerosos e importantes e se constituíram como um mercado autorregulável que, por sua vez, foi lentamente corroendo as demais lógicas e seus valores, para impor os seus. Uma gran-

de transformação se impôs e que consiste no seguinte: “em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (Polanyi, 2000, p. 77). A consequência desse processo é que, em definitivo, “[...] a sociedade humana torna-se um acessório do sistema econômico” (Polanyi, 2000, p. 97). Aqui se encontra o cerne daquilo que Polanyi chama de “grande transformação”. Em tal contexto, a devastação da terra não se apresenta como uma fatalidade, mas “a consequência de um modo de produção” que “exige a maximização dos rendimentos e recorre a técnicas que violam o equilíbrio biológico” (Gorz, 2010, p. 10).

A mundialização da produção, das trocas e da comunicação e, sobretudo, do poder inaudito sobre a natureza, fruto do desenvolvimento tecnológico, conferem à humanidade [...] um estatuto de força geológica planetária (Gollain, 2000, p. 23).

Estudos realizados já nos anos 1960 começam a questionar o futuro e a sobrevivência de um sistema de crescimento indefinido e de expansão ilimitada das mercadorias em um mundo físico limitado. Economistas, como Serguei Podolsky, Georgescu-Roegen e, mais recentemente, Herman Daly, entre outros, têm o atrevimento de questionar, com base em pesquisas da física, os fundamentos da ciência econômica. Resulta que os fundamentos da ciência econômica assentam sobre “analogias e metáforas da mecânica clássica e da física da primeira metade do século XIX” (Cechin, 2010, p. 35). Uma das características de um sistema mecânico é que ele envolve um princípio de conservação, isto é, define-se por uma identidade ao longo do tempo. Esse princípio estabelece que a energia total de um sistema físico isolado é constante. “Não se cria nem se destrói energia, ela apenas se transforma, sem perdas” (Cechin, 2010, p. 34).

Estando a estrutura analítica do paradigma dominante na ciência econômica baseada na metáfora da conservação de energia, disso decorre uma visão de economia tida como uma totalidade. A economia é vista como um circuito

fechado em que nada entra e nada sai, ou seja, desenvolve um metabolismo em que não há entradas (de matéria e energia), nem saídas (resíduos). Está em permanente equilíbrio. Com essas características, a economia se apresenta como uma “máquina de moto-perpétuo, uma máquina capaz de produzir trabalho ininterruptamente, consumindo a mesma energia e valendo-se dos mesmos materiais. Tal máquina seria um reciclador perfeito” (Cechin, 2010, p. 41).

No entanto, há aqui um equívoco: “isso contradiz uma das principais leis da física: a segunda lei da termodinâmica, a lei da entropia” (Cechin, 2010, p. 41). De acordo com essa lei, a energia é dissipativa e, portanto, em qualquer processo de produção, há sempre perdas – a quantidade de energia que entra em qualquer processo não é a mesma que sai.

Essas descobertas no campo da física e da química são fundamentais para a compreensão de qualquer atividade econômica e, mais ainda, para a detecção dos limites da economia capitalista. Emerge uma visão, essa sim real, de que “a economia não é uma totalidade, mas, sim, um subsistema de um sistema maior” (Cechin, 2010, p. 41), o ecossistema. O metabolismo social deve estar referido ao metabolismo da natureza, deve abrir-se a ele; caso contrário, entrará em conflito com ele. O sistema econômico, como qualquer outro sistema, está sujeito às leis da termodinâmica, e precisa levar em consideração essa dependência, isto é, precisa incorporar os cálculos da entropia nos processos de produção.

O capitalismo procedeu a uma separação entre a reprodução material da sociedade e o ecossistema, mas se esqueceu de que não é possível produzir coisa alguma do nada. A produção econômica é obrigada a gastar recursos naturais e a produzir resíduos. Mas, como faltou à ciência econômica essa visão mais abrangente, considerou que

[...] o sistema se reproduz se houver um fluxo suficiente de bens de consumo e bens de capital sendo produzidos e circulando na economia. Capital

e trabalho são os únicos fatores de produção nesses esquemas analíticos, assim, não foi atribuída nenhuma importância para o papel da natureza na explicação da dinâmica capitalista, nem como fonte provedora de recursos, nem como sumidouro de resíduos (Cechin, 2010, p. 43).

A utilização da metáfora mecânica aplicada à economia foi responsável por uma compreensão do processo de produção como um sistema isolado, a-histórico e que não sofre de interferências externas. Sobre essa base irreal se assenta a visão de um crescimento econômico infinito.

A INVENÇÃO DO TRABALHO

Gorz debruça-se a destrinchar a racionalidade econômica que deu origem e sustentação ao paradigma moderno de economia, com as características e impactos que acabamos de ver. Como a racionalidade econômica está estreitamente vinculada à concepção de trabalho a que ela dá origem, vamos, primeiramente, nos deter a analisar as mudanças que ela opera na atividade que, de um modo geral, denominamos de trabalho.

Em nossas sociedades, o trabalho foi alçado a fator estruturante da organização econômica, política e social. Ele se tornou um “fato social total”, pois “estrutura não somente a nossa relação com o mundo, mas também as nossas relações sociais. O trabalho é a relação social fundamental. Está, além disso, no centro da visão de mundo que é a nossa” (Méda, 1995, p. 26).

Uma análise histórica, no entanto, nos leva a perceber que aquilo que comumente chamamos de “trabalho” nem sempre existiu. As sociedades pré-modernas não tinham a mesma relação e concepção do que nós, hoje, chamamos de trabalho. E nem ele ocupava o mesmo lugar que tem para nós. O que nós nos acostumamos a chamar de “trabalho” é uma invenção da modernidade.¹ A forma sob a qual

¹ Sobre a temática da “invenção” do trabalho pela modernidade, cf. Gorz (2003, p. 21-31), Méda (1995, p. 60-91), Gollain (2000, p. 109-122).

o conhecemos e praticamos, aquilo que é o cerne de nossa existência individual e social, foi uma invenção, mais tarde generalizada com o industrialismo” (Gorz, 2003, p. 21).

A natureza do trabalho passou por uma profunda mutação, que alterou sua compreensão, suas características e seu lugar social. A atividade, feita com vistas à satisfação das necessidades vitais, transmutou-se em atividade produtora de mercadorias, em trabalho abstrato. É esse tipo de trabalho que “se tornou a principal fonte de renda que permite aos indivíduos viver, mas que é também uma relação social fundamental [...] e finalmente o meio para alcançar a abundância” (Méda, 1995, p. 8).

Pelo fato de propor que o trabalho seja uma criação do capitalismo, não se quer, evidentemente, afirmar que aquelas atividades realizadas em vista da subsistência física, do atendimento das necessidades básicas da vida individual e social – o que hoje chamamos de trabalho –, não tenham existido. Nessa acepção, o “trabalho” sempre existiu, embora com outras feições nas sociedades pré-capitalistas.

Antes de examinar a transformação na natureza do trabalho operada pelo capitalismo e suas consequências, vamos nos deter a indicar sucintamente os elementos centrais das concepções de trabalho anteriores ao surgimento da modernidade.

Primeiramente, convém recordar que as chamadas sociedades pré-capitalistas² não são sociedades sem trabalho. Mas não são sociedades estruturadas pelo trabalho. Elas não conhecem categorias como economia e trabalho, pelo menos não na concepção da ciência moderna. As pesquisas antropológicas, de grande ajuda para a compreensão do lugar social do trabalho nas sociedades estudadas, concluem que é impossível encontrar, nessas sociedades, um significado semelhante ao termo trabalho. Algumas sociedades nem mesmo têm uma palavra que distingue as atividades produtivas dos outros comportamentos humanos (Méda, 1995).

² Para esse tópico, salvo indicação em contrário, nos fundamentamos em Méda (1995, p. 30-59).

A ideia de necessidades ilimitadas está ausente nessas sociedades, assim como a ideia de acumulação ou de produção acima do necessário para a satisfação das necessidades. Além disso, elas não conhecem o exercício individual ou com intenções puramente individuais da atividade produtiva. Por isso, também o tempo consagrado ao aprovisionamento ou às atividades de reprodução da força física é o mínimo possível. Em suma, “o sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais; os mercados eram apenas um aspecto acessório de uma estrutura tradicional controlada e regulada mais do que nunca, pela autoridade social” (Polanyi, 2000, p. 88). Ou então, os fatos sociais que estruturam essas sociedades não têm uma natureza econômica.

Também entre os gregos não é possível encontrar algo que unifique as atividades produtivas. Entre eles, encontramos uma hierarquia muito rígida na classificação das múltiplas atividades humanas, que são valorizadas em função da maior ou menor semelhança que podem ter com a imobilidade e a eternidade. Hannah Arendt (1989) faz uma distinção entre *vita contemplativa* e *vita activa*. A primeira caracteriza-se pela valorização do pensamento, da contemplação ou da ciência. Já a *vita activa* pode ser dividida em dois grandes ramos de atividades: um primeiro, que abarca a atividade ética e a atividade política, atividades que gozam de grande estima e consideração entre os gregos, porque não apresentam mediação material e potencializam a esfera da liberdade. A essas atividades, opõe-se o conjunto de atividades que nos liga ao reino da necessidade, e que estão situadas no polo mais baixo da hierarquia de valorização. O que chamamos de trabalho identifica-se com esse nível de atividades.

Gorz referencia-se em Hannah Arendt, ao fazer a discussão sobre o conceito de trabalho, especialmente na distinção que a filósofa fez entre “labor” e “work”.³ O labor, para

os gregos, dizia respeito à luta pela sobrevivência física do corpo. Ele estava associado ao seu processo biológico. Havia uma estreita relação entre produção e consumo. Tudo o que é produzido pelo labor é destinado ao consumo imediato, motivo pelo qual não deixa nada atrás de si e é, por isso mesmo, marcado pelo efêmero. Já o “work” (obra) é uma atividade inerentemente solitária e requer a maestria do uso das mãos para produzir objetos que não são intrínsecos ao ciclo vital da espécie. Através dessas atividades, os humanos fabricam uma infinidade de coisas que os rodeiam e passam a constituir a sua mundanidade. A obra combina permanência e liberdade.

Os gregos, além disso, faziam uma rígida distinção entre a esfera privada e a esfera pública. “A esfera privada, aquela da família, confundia-se, pois, com a esfera da necessidade econômica e do trabalho, ao passo que a esfera pública, política, aquela da liberdade, excluía rigorosamente as atividades necessárias ou úteis dos ‘assuntos humanos’” (Gorz, 2003, p. 23), o que reforçava a ideia da superioridade da atividade política em relação ao “trabalho”. “Servil e restrito ao doméstico, o ‘trabalho’, longe de conferir uma ‘identidade social’, era algo que pertencia à existência privada e excluía da esfera pública aquelas e aqueles que a ele se viam assujeitados” (Gorz, 2003, p. 24). Além disso, e esse é um aspecto importante na análise de Gorz, para os gregos, “a esfera do consumo e das necessidades materiais tem um lugar limitado, porque, para eles, as necessidades são limitadas [...], a ideia de felicidade não vem da satisfação de uma série limitada de necessidades” (Méda, 1995, p. 46).

Como se pode ver, também nessa civilização, não encontramos um termo que unifique e dê o significado daquilo que chamamos “trabalho”, embora ele já se apresente como uma atividade distinta de outras atividades.

O século XVIII europeu é testemunha

³ Como observa com acerto Silva (1999, p. 165, na nota n. 2), versão brasileira do livro *A condição moderna*, de H. Arendt, os termos “labor” e “work” “foram traduzidos de maneira, a meu ver, imprecisa, como, respectivamente,

labor e trabalho. A tradução é imprecisa porque, no português, o termo trabalho (do francês “travail”) corresponde originalmente ao que Arendt chama de “labor” e não ao que ela chama de “work”, cujo correspondente seria obra.

de uma revolução de valores, de uma “grande transformação” (Polanyi, 2000) ou ainda de uma “brutal inversão da ordem de valores” (Méda, 1995, p. 74), da qual emergem, entre outras coisas, a concepção e o lugar social conferido ao trabalho em nossas sociedades.

O esforço de reflexão de Adam Smith contribui para a análise das bases da modernidade. O mundo moderno concede à “economia o lugar privilegiado de encontro entre os espaços privado e público, bem como o principal campo de configuração das relações sociais” (Mercure, 2005, p. 115). O “trabalho foi alçado ao patamar de valor fundamental”, e o “vínculo social não é mais considerado como o produto de um pacto social, mas como o resultado de uma harmonia não intencional dos interesses” (Mercure, 2005, p. 116). O trabalho é, para Smith e doravante, essa “[...] potência humana e/ou ‘maquínica’ que permite criar valor” (Méda, 1995, p. 62).

Os novos fundamentos do mundo moderno são constituídos pela emergência da economia e, dentro dela, da transformação das atividades humanas em criação de valores, em que elas próprias são transmutadas em mercadorias e submetidas à marca do tempo (Méda, 1995). A evolução do conceito de trabalho encerra ainda outro aspecto de suma importância para a correta compreensão da análise crítica que Gorz faz a esse respeito: a de que, gradativamente, o trabalho é compreendido como essência do homem. A realização do homem moderno depende, em grande parte, de sua “vinculação ao trabalho, uma vez que ele passa a ser, ao mesmo tempo, fator de sobrevivência, de humanização, de integração social, de autoestima e de utilidade social” (Langer, 2004, p. 22).

Gorz (2000, p. 220) diz que o conceito de trabalho em Hegel

Designa a essência comum da totalidade das atividades pelas quais o sujeito se inscreve e se objetiva na materialidade do mundo, configura o mundo e, ao fazer isso, também produz a si mesmo. O trabalho designa a essência comum do conceber, do fazer, do fabricar e do agir, que até então eram categorias incomensuravelmente distintas.

Essa conceituação de Hegel, reconhece Gorz, é uma revolução filosófica e cultural de extraordinário alcance político. Também em Marx esse acento estará presente: “a essência do homem é o trabalho. O homem só pode existir trabalhando [...] o homem só é plenamente homem, segundo Marx, se imprimir em todas as coisas a marca da sua humanidade” (Méda, 1995, p. 100-101). Em Marx, o trabalho possui uma tríplice qualidade: “de me revelar a mim mesmo, de revelar a minha sociabilidade e de transformar o mundo” (Méda, 1995, p. 104).

Gorz debruçou-se com afinco sobre a análise dessa revolução de valores que a modernidade operou, centrando-se na temática do trabalho como fundamento do vínculo social. Para Gorz, o que chamamos trabalho não se confunde com aquilo que os gregos chamavam de labor, ou *work*. E diz que, se o fazemos, é num “[...] sentido radicalmente diverso do sentido que se empresta à noção de trabalho” (Gorz, 2003, p. 21). Para o capitalismo industrial, a característica mais importante desse trabalho é ser uma atividade que se realiza na esfera pública e não mais na esfera privada (Gorz, 2003).

Partindo da constatação de que o labor e a obra, entre os gregos, não gozavam de boa reputação e eram vistos como algo degradante, como um castigo, como forma de exclusão, como algo que denegria a imagem de ser humano e de cidadão, eles não podiam ser o fundamento do laço social (Langer, 2004). À luz dessa prática social, Gorz (2003, p. 22) enfatiza que o labor jamais pode ser o fundamento da coesão social, pois não é isso que ele realiza: “esse trabalho necessário à subsistência, com efeito, jamais foi fator de integração social. Era, antes, um princípio de exclusão”.

O trabalho, assim como é compreendido e praticado pelo capitalismo industrial, necessita ser transformado em mercadoria, ainda que uma mercadoria muito especial, segundo Polanyi (2000), processo que faz parte da “invenção” do trabalho. Para ser mercadoria, o trabalho precisa de algumas características:

ter preço, isto é, uma atividade passível de ser comprada e vendida em um mercado, além da possibilidade de parte da atividade humana ser destacável de seu sujeito. O trabalho aparece como “uma ‘capacidade’ de que o indivíduo dispõe livremente e com a qual negocia as condições de compra com um empregador” (Méda, 1995, p. 73). Emerge, portanto, um conceito de trabalho imediatamente material, quantificável e mercantil.

A característica fundamental do emprego é ser “uma atividade realizada em vista do intercâmbio mercantil e tornada necessariamente objeto de um cálculo contábil, de maneira que seja realizada o mais eficazmente possível” (Gollain, 2000, p. 112). Desse novo horizonte sociocultural nasce o trabalho entendido como emprego ou como assalariamento:

A característica mais importante desse trabalho – aquele que ‘temos’, ‘procuramos’, ‘oferecemos’ – é ser uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada. É pelo trabalho remunerado (mais particularmente, pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos uma existência e uma identidade sociais (isto é, uma ‘profissão’), inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios, onde a outros somos equiparados e sobre os quais vemos conferidos certos direitos, em troca de certos deveres. O trabalho socialmente remunerado e determinado – mesmo para aqueles e aquelas que o procuram, para aqueles que a ele se preparam ou para aqueles a quem falta o trabalho – é, de longe, o fator mais importante da socialização. Por isso, a sociedade industrial pode perceber a si mesma como uma ‘sociedade de trabalhadores’, distinta de todas as demais que a precederam (Gorz, 2003, p. 21, grifo do autor).

Seguindo esta linha de análise, Gorz está convencido de que a noção de trabalho que emerge no capitalismo industrial não é passível de ser reduzida ao “trabalho” como categoria antropológica ou filosófica (Gorz, 2003). Pelo contrário, é uma categoria histórica (Gollain, 2000). É algo inteiramente diferente daquilo que conheciam as sociedades pré-capitalistas e tradicionais, muitas delas até hoje. Gorz insiste no fato de que há ainda

outra mudança na concepção moderna de trabalho: a de que o trabalho se transmutou de “poïesis”, isto é, de algo que se “faz”, em algo que se “tem” (Gorz, 2004). Ter ou não ter um trabalho significa ter ou não ter um emprego e, por conseguinte, um salário. É essa dimensão que está em crise hoje, com a chamada “crise do trabalho”. Pedimos desculpas por mais uma longa citação, mas ela explicita bem o que nosso autor pensa sobre essa questão.

O ‘trabalho’ é definido, antes de tudo, por ser uma atividade social, destinada a inscrever-se no fluxo das trocas sociais na escala do conjunto da sociedade. Sua remuneração atesta tal inserção, mas ainda não é isso o essencial: o essencial é que o ‘trabalho’ preenche uma função socialmente identificada e normatizada na produção e na reprodução do todo social. E, para preencher uma função socialmente identificável, deve ser ele próprio identificável pelas competências socialmente definidas que aciona conforme certos procedimentos socialmente determinados. Ele deve, em outros termos, ser um ‘ofício’, uma ‘profissão’: isto é, a mobilização de competências institucionalmente atestadas segundo procedimentos homologados (Gorz, 2004, p. 11, grifo do autor).

Para Gorz, a sociedade do trabalho passou a identificar a forma particular de trabalho, o emprego, o assalariamento, com a forma genérica de trabalho. O emprego é sinônimo de trabalho, embora não o seja. Parte do esforço teórico de Gorz consiste em desvincular esses dois sentidos. E isso não é sem consequências, pois permite ao pensador reduzir (e não ampliar) a noção de “trabalho” entendido como emprego e, ao mesmo tempo, perceber que a noção de trabalho abre uma série de outras possibilidades sobre as quais se debruçou, especialmente em *Misérias do presente, riqueza do possível*.

A RACIONALIDADE ECONÔMICA

Mas como se chegou a essa situação? Como o capitalismo industrial foi capaz de “inventar” uma nova e particular noção de trabalho? Que “mágica” foi essa? Para desvendar essa revolução, Gorz analisa as origens da ra-

cionalidade econômica. O capitalismo industrial submete o trabalho a uma racionalidade econômica cuja crítica ocupa um dos lugares centrais na análise de Gorz, desenvolvida especialmente em seu livro *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. E ele o faz recorrendo especialmente a Max Weber e Jürgen Habermas (Gorz 2003; 1991; Silva, 1999).

Para Gorz, a ideia moderna de trabalho é contemporânea do capitalismo manufatureiro. Até por volta de 1850, o capitalismo industrial ainda coexistia com a indústria doméstica na produção têxtil, ou seja, “a ‘produção industrial’ não era, em seu conjunto, regida pela racionalidade econômica” (Gorz, 2003, p. 24). A tecelagem era, para os tecelões domésticos, mais do que um meio de ganhar a vida, “um *modo de vida* regido por tradições, respeitadas – embora pareçam irracionais do ponto de vista econômico – pelos capitalistas” (Gorz, 2003, p. 24, grifo do autor). A esses não passava pela cabeça sequer a possibilidade de racionalizar o trabalho.

No entanto, como a burguesia nascente “não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto, todo o conjunto das relações sociais” (Marx; Engels, 1999, p. 69), esse estado de coisas está para ser transformado radicalmente. Para descrever esse momento revolucionário, Gorz transcreve um longo trecho de *A ética protestante e o ‘espírito’ do capitalismo* de Max Weber. Gorz está interessado em descortinar a manobra ideológica e cultural capaz de transformar camponeses em operários. Segundo Weber, a chave está no surgimento de um “novo espírito”, o “espírito do capitalismo” (Weber, 2004, p. 61). Embora, nesse momento, a forma “capitalista” já possa ser verificada em alguns casos, o “espírito” que animava esses empresários era ainda tradicionalista. Gorz conclui que a “novidade” em tudo isso não está no “interesse” que os capitalistas tinham “em racionalizar a tecelagem, dominar os custos, tornar este custo rigorosamente calculável e previsível graças à quantificação e à norma-

lização de todos os seus elementos (que) nada tinha de novo”, mas em que, em um determinado momento, “os produtores quiseram impô-lo a seus fornecedores”, o que se abstiveram de fazer antes (Gorz, 2003, p. 26).

Em uma análise conclusiva que recorda muito Polanyi, Gorz diz que:

A racionalidade econômica foi por longo tempo contida, não apenas pela tradição, mas por outros tipos de racionalidade, outras finalidades e outros interesses que lhe consignavam limites a não serem ultrapassados. O capitalismo industrial só pôde desenvolver-se a partir do momento em que a racionalidade econômica emancipou-se de todos os outros princípios de racionalidade, para submetê-los a seu único domínio (Gorz, 2003, p. 27).

O “espírito do capitalismo” transgride fronteiras antes mantidas em seus limites e consiste na “sua estreiteza unidimensional, indiferente a qualquer outra consideração além da contábil, pela qual o empreendedor capitalista leva a racionalidade econômica a suas últimas consequências.” (Gorz, 2003, p. 26). Segundo Weber, uma das características fundamentais da economia privada capitalista é “ser racionalizada com base no cálculo aritmético rigoroso, ser gerida de forma planejada e sóbria para o almejado sucesso econômico, contrariamente à existência do camponês” (Weber, 2004, p. 67).

Entretanto, Weber, e Gorz na sua esteira, insistem no fato de que essa racionalidade, do ponto de vista do funcionamento do sistema, da economia, pode ser profundamente “irracional” vista na perspectiva de cada indivíduo. Nem sempre o que é racional para o sistema o é para o indivíduo; e nem sempre o que faz sentido para o sistema faz sentido para o indivíduo; pelo contrário, ambos os sentidos opõem-se profundamente e entram em conflito entre si. Como diz Weber, nessa nova ordem, há uma inversão segundo a qual o ser humano passa a “existir para o seu negócio e não o contrário” (Weber, 2004, p. 62. Cfr. também p. 46).

Gorz avalia que a imposição da racionalidade econômica foi “a tarefa mais difícil que

o capitalismo industrial precisou cumprir” (Gorz, 2003, p. 29). Para isso, teve de vencer duas resistências, que envolvem, respectivamente, o modo de produzir e de consumir.

Primeiramente, o capitalismo, para impor sua racionalidade econômica, precisou constituir um mercado de trabalho. A constituição desse mercado debatia-se com o elemento “irracional” que a racionalidade econômica continha, o que Weber chamaria também de “tradicionalismo”: o trabalhador “não quer ‘por natureza’ ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, mas simplesmente viver, viver do modo como habituado a viver e ganhar o necessário para tanto” (Weber, 2004, p. 53).

O capitalismo industrial precisa vencer as resistências interpostas pelo modo de vida da sociedade em meio à qual ele tenta emergir, travando uma batalha em uma dupla frente: constituir um mercado de trabalho e disciplinar o trabalhador para o regime integral e impositivo da jornada de trabalho. Ele procede à tarefa de tornar calculável tanto o custo do trabalho como seu rendimento. Além disso, transforma o trabalho – atividade por excelência – em uma grandeza material quantificável e destacável da pessoa que o executa. Dedicar-se ao esforço de “distinguir o trabalho (categoria econômica quantificável) da pessoa viva do trabalhador” (Gorz, 2003, p. 29). Abre, dessa maneira, o caminho para transformar o trabalho em mercadoria. Doravante, também o trabalho será encontrado, negociado e trocado no mercado. E está aberto, além disso, o caminho para o trabalho abstrato, base para a compreensão da forma emprego.

A instauração do cálculo contábil é fundamental nesse processo. “Tudo pode ser calculado, e deve ser calculado, se quero ganhar” (Gorz, 2003, p. 109). O cálculo torna-se o critério supremo de avaliação. Determinada atividade vale a pena ser executada ou não, em vista do cálculo das vantagens e desvantagens, sem que se tenha em conta minhas preferências. E o cálculo é sempre o cálculo matemático, frio, imparcial, lógico. Todos os outros

critérios, sociais ou pessoais são relegados a segundo plano (Langer, 2004). A vida passará a ser organizada em função desse cálculo.

Tendo presente especificamente o trabalho, Gorz (2003, p. 110-111) destaca que a predominância da racionalidade econômica se deve a duas condições: primeiro, “o trabalho deve ter por fim a troca mercantil e não o autoconsumo”; segundo, a produção “deve destinar-se à troca em um mercado livre onde produtores sem elos entre si encontram-se na qualidade de concorrentes diante de compradores com os quais não mantêm laço algum”.

Por isso, a racionalização do trabalho consistiu em uma “revolução, uma subversão do modo de vida, uma invenção de algo que nunca existira antes” (Gorz, 2003, p. 30), porque “venceu a resistência das antigas ideias de liberdade e de autonomia existenciais. Fez nascer o indivíduo que, alienado em seu trabalho, também o será em seu consumo” (Gorz, 2003, p. 31).

Em segundo lugar, a necessária produção de mercadorias necessita de sua contrapartida, o consumo. Não basta produzir de maneira mais eficiente se essa produção esbarra em uma mentalidade de uma sociedade acostumada a limitar socialmente as necessidades. Aqui se trava outra batalha de proporções gigantescas: o imperativo de transpor a natureza limitada das necessidades.

Em sociedades pré-capitalistas, “a produção destinada à troca mercantil é, em suma, regida pelo mesmo princípio de ‘suficiência’ que rege a produção para o autoconsumo doméstico” (Gorz, 2003, p. 111). Em Gorz, a categoria do “suficiente” assume capital importância, pois regula o “equilíbrio entre o nível de satisfação e o volume de trabalho em si” e, como tal, “não é uma categoria econômica: é uma categoria cultural, ou existencial” (Gorz, 2003, p. 112). O suficiente é uma categoria estranha à racionalidade econômica, que, ao contrário, só “conhece as categorias do ‘mais’ e do ‘menos’” (Gorz, 2003, p. 112). O cálculo contábil “progressivamente substituiu a ordem tradicional por uma ordem formal de rigor absolutamente

coercitivo” (Gorz, 2003, p. 112). Foi o caráter revolucionário da introdução do cálculo que permitiu “emancipar-se de toda tutela exterior e era gerador de uma ordem cujas leis objetivas não admitiam apelo” (Gorz, 2003, p. 112).

A consequência mais importante é que a racionalidade econômica “separava o trabalho de sua necessidade. A finalidade do trabalho não era mais a satisfação das necessidades” (Gorz, 2003, p. 113). O trabalhador “não produz nada do que consome e não consome nada do que produz” (Gorz, 2003, p. 30). A nova finalidade do trabalho passa a ser a de ganhar o suficiente para poder comprar as mercadorias produzidas pela máquina social. Na medida em que a paixão racionalizadora se autonomiza em relação a qualquer outra finalidade, ela faz aparecer

... uma medida objetiva da eficácia, do esforço e da vitória: o montante do ganho. Vencer não era, portanto, uma questão de apreciação pessoal e de “qualidade de vida”; era mensurável pela quantidade de dinheiro ganho, pela fortuna acumulada. A quantificação fazia surgir um critério irrecusável e uma escala hierárquica que não precisavam ser validadas por nenhuma autoridade, nenhuma norma, nenhuma escala de valores. A eficiência era mensurável e, através dela, a capacidade de um indivíduo, sua virtude: mais vale mais que menos, aquele que consegue ganhar mais vale mais que aquele que ganha menos (Gorz, 2003, p. 113).

Na essência dessa nova lógica está o fato de que a medida quantitativa “não admite nenhum princípio de autolimitação” (Gorz, 2003, p. 113), ignora não apenas a categoria do “suficiente”, mas também aquela do “excesso”. Procedendo assim, “eliminava qualquer critério que permitisse satisfazer-se com o que se possui, com o que se fez, com o que se projetava fazer” (Gorz, 2003, p. 113) e, por conseguinte, leva a sociedade como um todo a substituir o antigo princípio do “isso me basta” pelo novo princípio do “quanto mais, melhor” (Gorz, 2003).

As consequências logo se farão sentir. A crescente produção de mercadorias caminha lado a lado com o seu necessário consumo, que passa a estar a serviço da produção, e

não o contrário. As necessidades de consumo deveriam crescer pelo menos tão rapidamente quanto o aumento da produção de mercadorias (Gorz, 2003). “A eficiência ilimitada na valorização do capital exigia assim o máximo ilimitado de ineficiência na provisão das necessidades e de desperdício no consumo” (Gorz, 2003, p. 115), o que abre margem para uma série de análises críticas de Gorz sobre a questão do consumo e do consumismo. Nesse autor, encontramos uma crítica radical do modelo de consumo, sempre vinculada à crítica do modelo de produção, o que, por sua vez, entrelaça economia, sociedade e natureza.

O sucesso da ideologia do progresso ilimitado, do “crescentismo”, consiste na capacidade que o sistema capitalista tem para alavancar indefinidamente o consumo de mercadorias. Para isso, vale-se de algumas estratégias que incluem o recurso à propaganda (travestir as mercadorias de símbolos), ao aumento da obsolescência dos produtos, à substituição dos consumos e serviços coletivos por consumos e serviços individuais, entre outros (Gorz, 1978, 2010; Latouche, 2009).

Ironicamente, embora o capitalismo industrial, em sua época, tenha superado dois grandes limites – transformar o trabalho em mercadoria, o trabalho concreto em trabalho abstrato e vencer as barreiras do suficiente –, atualmente, o capitalismo financeiro defronta-se com um novo e insuperável limite: o de que sua ânsia de crescimento indefinido esbarra em um limite externo, que é o limite imposto pela disponibilidade dos recursos naturais na proporção, no volume e na velocidade desejados (Gorz, 1978, 2010), o que deflagra a crise de reprodução desse sistema com a natureza, conforme vimos anteriormente.

Um dos objetivos de Gorz é chamar a atenção para a irracionalidade do que se entende por racionalidade econômica. O capital se autonomiza em relação às necessidades reais das pessoas e passa a girar em um circuito que vive para si e não mais para as sociedades a serviço das quais deveria estar (Polanyi,

2000). Na perspectiva da lógica contábil, o que vale é o crescimento do PIB, mesmo que isso se dê à custa de “empregos” que não fazem sentido para aqueles que os “têm”, da falta de saúde ou mesmo da destruição da natureza. O importante é o crescimento da produção e do consumo de mercadorias. “O sistema só poderia mesmo crescer e se reproduzir ao acelerar a destruição e, ao mesmo tempo, a produção de mercadorias” (Gorz, 2010, p. 52).

PERSPECTIVAS: “é preciso ousar o êxodo”

Por isso mesmo, “a racionalidade econômica deve ser limitada” (Gorz, 1999, p. 89), o que se constitui em uma gigantesca obra de imaginação teórico-prática para a qual Gorz também contribui.

É preciso aprender a discernir as possibilidades não cumpridas que dormitam nas dobras do presente. É preciso querer apropriar-se daquilo que se transforma. É preciso ousar o Êxodo. [...] É preciso aprender a enxergar, por detrás das resistências, das disfunções, dos impasses de que é feito o presente, os contornos dessa outra sociedade (Gorz, 2004, p. 9).

Temos a convicção de que o conceito de racionalidade econômica, embora tematizado tardiamente – Gorz o faz apenas em 1988 em *Metamorfoses do Trabalho* –, é central em sua análise do sistema capitalista. E analisa também suas consequências tanto para a questão do trabalho como para a questão do ambiente. São dois campos que foram objeto de reflexão e produção ao longo de sua vida (Langer, 2007). Além disso, Gorz recusa-se a permanecer apenas na análise, embora crítica, do capitalismo. Ele canaliza parte de sua energia para pensar saídas, que têm em comum o fato de requererem a limitação da racionalidade econômica, condição básica e fundamental do seu horizonte utópico. Nos limites deste artigo, apresentamos algumas perspectivas avançadas por Gorz.

Uma primeira perspectiva centra-se na *autolimitação das necessidades*. Gorz está convencido da necessidade de fazer esse debate. Ao mesmo tempo, sabe que essa é uma questão extremamente complexa. Ele parte da constatação de que “todas as necessidades e desejos são necessidades e desejos de mercadorias, ou seja, necessidades de dinheiro. Nós produzimos a riqueza em dinheiro, que, por sua essência abstrata e sem limites, dá origem a necessidades igualmente sem limite” (Gorz, 2010, p. 60). A ideia do “suficiente” – “ideia de um limite para além do qual nós produziríamos e consumiríamos demasiadamente” – “não pertence à economia nem à imaginação econômica” (Gorz, 2010, p. 60), exatamente por ser uma categoria estranha à lógica da racionalidade econômica. Gorz conserva a capacidade de reinserir a discussão no social, no político, no cultural.

Como as necessidades têm algo de relativo, seus limites não podem simplesmente ser impostos, ou sua satisfação se dar pelo acesso ao poder econômico. “Não existe nenhuma norma comumente aceita do suficiente que possa servir de referência à autolimitação. E, no entanto, esta continua a única via não autoritária, democrática, para uma civilização industrial ecocompatível” (Gorz, 2010, p. 36). A norma do suficiente, “na falta de uma base tradicional, deve ser definida politicamente” (Gorz, 2010, p. 37). A autolimitação das necessidades requer um ambiente de “supressão da alienação” (Gorz, 1991, p. 36) e de retomada da utopia, outro tema caro a Gorz.

Ao contrário do que propõe o capitalismo, recorrendo ao uso de uma carga asfixiante de propaganda e publicidade, as “necessidades poderiam ser mais bem satisfeitas por um fluxo menor de produtos, melhores e mais duradouros [...]. Nós poderíamos viver e trabalhar menos e consumir menos, na condição de consumir de outra maneira” (Gorz, 1991, p. 172). Mas isso implica uma mudança de paradigma, que pode ser resumida na divisa “menos, mas melhor” (Gorz, 1991, p. 172).

A perspectiva ética e antropológica subjacente remete a conceitos apagados e esquecidos pela racionalidade econômica, o que induz a uma “religião do crescimento” (Gorz, 2010, p. 30). A mudança do modo de vida assenta-se sobre novas bases. Para se contrapor à lógica dominante do “consumo opulento”, já existem, em nossas sociedades, experiências e construções teóricas que põem em movimento a lógica da sobriedade, da frugalidade, da simplicidade, da gratuidade. São todas maneiras de dizer “isso me basta” e que partem não de uma imposição autoritária, mas são livremente escolhidas.

À luz desse horizonte, compreende-se melhor a adesão de Gorz ao “decrecimento”, que, na sua concepção, significa produzir menos mercadorias. Serge Latouche, economista francês simpático e continuador das ideias de Gorz, endossa essa posição de seu colega francês, pois a “sociedade de crescimento não é sustentável nem desejável” (Latouche, 2006, p. 2). O decrecimento deve ser entendido como necessariamente anticapitalista. Pois, como o crescimento e o desenvolvimento são crescimento da acumulação do capital e desenvolvimento do capitalismo, “o decrecimento é obrigatoriamente um decrecimento da acumulação, do capitalismo, da exploração e da predação” (Latouche, 2009, p. 128) e, por conseguinte, “implica ao mesmo tempo redução quantitativa e transformação qualitativa do trabalho” (Latouche, 2009, p. 117). Ele representa um “imperativo de sobrevivência. Porém, ele supõe uma outra economia, um outro estilo de vida, uma outra civilização, outras relações sociais” (Gorz, 2010, p. 17). Por isso, o decrecimento é uma “boa ideia”, pois “convida a imaginar como viver melhor consumindo e trabalhando menos e de maneira diferente” (Gorz, 2010, p. 57).

O decrecimento da produção de mercadorias e de serviços mercantis deverá ser realizada graças a uma autolimitação das necessidades compreendida ela mesma como uma reconquista da autonomia, isto é, graças a uma reorientação democrática do

desenvolvimento econômico, com redução simultânea da duração do trabalho e extensão, favorecida pelos equipamentos coletivos ou comunitários, das possibilidades de autoprodução cooperativadas ou associativas (Gorz, 1991, p. 38-39).

Podemos imaginar as resistências que uma política de sociedade assim concebida enfrenta em um contexto em que o crescimento econômico – muitas vezes desvinculado do desenvolvimento geral – é um imperativo categórico de sobrevivência, e de como constitui um desafio de difícil aceitação, inclusive para setores da esquerda.

Uma segunda perspectiva diz respeito ao *lugar social concedido ao trabalho*. Uma das questões centrais do pensamento de Gorz diz respeito à análise crítica do trabalho. Diz ele:

É preciso ousar o êxodo da ‘sociedade do trabalho’: ela não existe mais e não será mais restabelecida. [...] É preciso que o “trabalho” perca sua centralidade na consciência, no pensamento, na imaginação de todos. É preciso aprender a vê-lo sob um outro olhar: não mais pensá-lo como algo que possuímos ou não possuímos, mas como algo que fazemos. Precisamos ousar e desejar recuperar a apropriação do trabalho (Gorz, 2004, p. 9).

A peculiaridade de sua abordagem consiste em delimitar o que se entende por trabalho economicamente racional. O trabalho racional, no sentido econômico, de acordo com Gorz, deve preencher quatro requisitos:

- a) criar valor de uso;
- b) ter em vista uma troca comercial;
- c) ser realizado na esfera pública;
- d) ter o tempo como critério de medida da produtividade (Gorz, 2003).

O autor defende que “não basta que uma atividade seja empreendida em vista de sua troca mercantil (de sua remuneração) para que ela seja trabalho no sentido econômico” (Gorz, 2003, p. 137). Ele está na contramão da grande maioria ao propor não uma extensão das atividades englobadas pela noção de trabalho no sentido econômico, mas uma delimitação (Langer, 2007). Ao invés de entregar atividades à lógica do capital, procura arrancá-las dela.

Por trás disso está um determinado projeto de sociedade.

Gorz propõe duas políticas: a primeira diz respeito à diminuição do tempo de trabalho, com vistas a partilhar, entre todos, o trabalho social necessário e aumentar o tempo livre, dedicado ao exercício de atividades não necessariamente econômicas, mas criadoras de relações sociais e cheias de sentido (Gorz, 2004); a segunda diz respeito à defesa incondicional da renda universal de existência (Gorz, 2004, 2005; Langer, 2004). A renda garantida deve tornar possíveis, segundo Gorz, todas “as atividades fora do mercado, fora de compatibilidade e fora de normas, e que não são e não produzem nada de permutável por outra coisa, nada de mensurável e de traduzível em seu equivalente monetário” (Gorz, 2005, p. 75). Baseia-se mais em critérios antropológicos do que econômicos.

Entrelaçada com essa perspectiva está a *ecologia política*. “O reequilíbrio entre trabalho remunerado, de um lado, atividades não remuneradas e lazeres, de outro, é particularmente importante na perspectiva de uma reestruturação ecológica da sociedade” (Gorz, 1991, p. 169), porque há uma relação entre o tempo dedicado ao trabalho remunerado e a tendência ao consumo de mercadorias. Inversamente, “a autolimitação da duração do trabalho, o ‘tempo escolhido’ torna possível a autolimitação da renda e do consumo mercantil, segundo as necessidades e os desejos realmente sentidos por cada pessoa” (Gorz, 1991, p. 170). Consequentemente, “o imperativo ecológico exige um decrescimento da economia, mas esse decrescimento não exige necessariamente *sacrifícios*, mas *renúncias*” (Gorz, 1991, p. 171, grifo do autor).

Uma ecologia política implica “uma mudança de paradigma”, que Gorz resume na divisa “menos, mas mais” (Gorz, 1991, p. 172), que se contrapõe à divisa capitalista de “produzir mais, consumir mais”... Ela tem em vista “reduzir a esfera na qual a racionalidade econômica e as trocas mercantis são desenvolvidas e colocar a serviço de fins societários e culturais não quantificáveis, a serviço do livre desenvol-

vimento dos indivíduos” (Gorz, 1991, p. 173).

Mas Gorz cedo percebeu que o capitalismo, dada sua capacidade de resiliência, poderia assimilar a pressão ambiental e incorporá-la com vistas a seus interesses, tirando proveito, inclusive, da destruição da natureza. Por isso, em um artigo publicado originalmente na revista *Le Sauvage*, em 1974, e depois incorporado ao livro *Écologie et Politique*, fala na ecologia “deles”, contrapondo-a à “nossa”, com objetivos e fins diversos. Ali ele insiste na necessidade de opor à divisa da sociedade capitalista, à “ideologia do crescimento” – “Aquilo que é bom para todos não vale nada. Você só será respeitado se for ‘melhor’ do que os outros” –, esta outra, uma divisa ecológica – “Só é digno de você aquilo que é bom para todos. Só merece ser produzido o que não favorece nem diminui ninguém” (Gorz, 1978, p. 14).

Nesse sentido, a ecologia política deve necessariamente ser anticapitalista e socialista.

Para viver melhor, é preciso daqui em diante produzir e consumir de outra maneira, fazer melhor e mais com menos, eliminando, para começar, as fontes de desperdício (exemplo: as embalagens perdidas, o mau isolamento térmico, a prevalência do transporte rodoviário, etc.) e aumentando a durabilidade dos produtos (Gorz, 1991, p. 194).

Por essa maneira de ser e de pensar de Gorz, a sociedade socialista continua a estar no horizonte de suas utopias; mas o conteúdo do socialismo precisa ser repensado, alargado, ressignificado, pois esse sistema “não é melhor que o capitalismo se ele recorre aos mesmos instrumentos. A dominação total do homem sobre a natureza entranha inevitavelmente uma dominação do homem pelas técnicas de dominação” (Gorz, 1978, p. 28). Pelo contrário, o socialismo deve ser “a resposta positiva à desintegração dos laços sociais sob o efeito das relações mercantis e da concorrência, características do capitalismo” (Gorz, 1991, p. 87).

Recebido para publicação em 05 de junho de 2017

Aceito em 28 de julho de 2017

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. *A condição humana*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.
- BEAUD, M. *Le Basculement du Monde: de la Terre, des Hommes et du Capitalisme*. Paris: La Découverte, 1997.
- CECHIN, A. *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicolas Georgescu-Roegen*. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edusp, 2010.
- DE MASI, D. *A sociedade pós-industrial*. São Paulo: Editora Senac, 1999.
- DESCARTES, R. *Discurso do método: as paixões da alma; meditações; objeções e respostas*. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- GOLLAIN, F. *Une critique du travail: entre écologie et socialisme*. Paris: La Découverte, 2000.
- GORZ, A. *Capitalisme, socialisme, écologie: désorientations, orientations*. Paris: Éditions Galilée, 1991.
- GORZ, A. A crise e o êxodo da sociedade salarial. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, ano 3, n. 31, p. 1-24, 2005.
- GORZ, A. *Ecológica*. São Paulo: Annablume, 2010.
- GORZ, A. *Écologie et politique*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.
- GORZ, A. Entretien avec André Gorz. In: GOLLAIN, F. *Une critique du travail: entre écologie et socialisme*. Paris: La Découverte, 2000. p. 219-242.
- GORZ, A. *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.
- GORZ, A. *Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: Annablume, 2003.
- GORZ, A. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.
- LANGER, A. Os três legados de Gorz. *Revista IHU On-Line*, São Leopoldo, n. 238, p. 32-36, 2007.
- LANGER, A. Pelo êxodo da sociedade salarial: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz. *Cadernos IHU*, São Leopoldo, n. 5, 2004.
- LATOUCHE, S. O decrescimento como condição de uma sociedade convivial. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, n. 56, 2006.
- LATOUCHE, S. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MÉDA, D. *Le travail: une valeur en voie de disparition*. Paris: Aubier, 1995.
- MERCURE, D. Adam Smith: as bases da modernidade. In: MERCURE, D.; SPURK, J. (Org.). *O trabalho na história do pensamento ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 115-136.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MORIN, E. Por uma globalização plural. *CEPAT Informa*, Curitiba, n. 82, p. 41-48, abr. 2002.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. O paradigma tecnocrático. In: MURAD, A.; TAVARES, S. S. *Cuidar da casa comum*. São Paulo: Paulinas, 2016, p. 129-145.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- SANTOS, B. S. Introdução. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 17-56.
- SILVA, J. P. O "Adeus ao Proletariado" de Gorz, vinte anos depois. *Lua Nova*, São Paulo, n. 48, p. 161-174, 1999.
- WEBER, M. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

**ECONOMIC RATIONALITY, WORK AND
ECOLOGY IN ANDRÉ GORZ**

André Langer

This article's objective is to present André Gorz's critical analysis of work and political ecology starting from the centrality that the concept of economic rationality acquires in his thought. To the author, the unlimited extension of economic rationality to work and nature is considered futureless from the viewpoint of society. Gorz recognizes the intimate relationship between criticism of capitalism and the task of political ecology. Another aspect present in his work – the least explored one – is the relationship between work and ecological crisis. Capitalism appropriates work or employment not just for its interests, but also for transforming them into instruments of environmental destruction. This paper also aims to indicate – following the spirit of Gorz, although in a succinct manner – a few alternative horizons.

KEYWORDS: Gorz. Economic rationality. Labor. Political ecology. Capitalism.

**RATIONALITÉ ÉCONOMIQUE, TRAVAIL ET
ÉCOLOGIE CHEZ ANDRÉ GORZ**

André Langer

L'objectif de cet article est de présenter l'analyse critique d'André Gorz sur le travail et l'écologie politique. Notre point de départ est la centralité que le concept de rationalité économique dans le capitalisme acquiert dans sa pensée. Selon lui, l'extension illimitée de la rationalité économique au travail et à la nature est considéré sans avenir du point de vue de la société. Gorz reconnaît l'étroite relation existante entre la critique du capitalisme et la tâche de l'écologie politique. Un autre aspect présent dans son œuvre, et beaucoup moins exploré, est la relation entre le travail et la crise écologique. Le capitalisme s'approprie le travail ou l'emploi non seulement pour les soumettre à ses intérêts mais aussi les transforme en instruments de destruction de la nature. Cet article veut aussi, bien que de manière succincte mais fidèle à l'esprit de Gorz, donner quelques alternatives pour de nouveaux horizons.

MOTS-CLÉS: Gorz. Rationalité économique. Travail. Ecologie politique. Capitalisme.

ANDRÉ GORZ, PELA INCONDICIONALIDADE DA RENDA¹

Françoise Gollain *

André Gorz partilhou com defensores da renda de existência o diagnóstico segundo o qual o atual sistema de redistribuição não está adaptado à flexibilidade e à precarização do emprego como um dado estrutural de mercado de trabalho. Entretanto, além do desejo de remediar essas disfunções e de assegurar uma segurança existencial a cada um, ele concebia a outorga de uma renda garantida a todos como *um* dos instrumentos de uma transformação radical e emancipadora. Nessa perspectiva, a renda de existência está articulada a duas séries de medidas: redução do tempo de trabalho e expansão das atividades autônomas. O exame do lugar acordado a cada um dos termos desse tríptico permite perceber a significativa mudança de Gorz para um degrau mais elevado da incondicionalidade da renda. Para além dessa virada, buscamos ressaltar a permanência de seu projeto político (e filosófico) fundamental: restringir as relações mercantis e avançar para uma sociedade caracterizada por formas de cooperação não mercantis.

PALAVRAS-CHAVE: André Gorz, Existencialismo. Incondicionalidade da renda.

INTRODUÇÃO

Partilhando com numerosos defensores da renda de existência (RE) o diagnóstico segundo o qual o atual sistema de redistribuição não está adaptado à flexibilidade e à precarização do emprego, que constituem um dado estrutural do mercado de trabalho, Gorz almejava remediar essas disfunções, manter uma segurança existencial, e conceber a outorga de uma renda garantida a todos como *um* dos instrumentos de uma transformação social radical e emancipatória. Contrariamente a numerosas discussões que ainda abordam essa reivindicação da garantia de renda de maneira isolada, para o autor, ela está necessariamente articulada a duas séries de medidas: alcançar uma melhor partilha do trabalho social entre todos e promover uma verdadeira multiatividade, compreendendo uma proporção crescente de atividades que ele qualificou como “autôno-

mas”. O exame do lugar acordado a cada um dos termos desse tríptico – renda de existência, redução do tempo de trabalho, expansão das atividades autônomas – permite-nos demonstrar a mudança significativa da visão de André Gorz para um degrau mais elevado da incondicionalidade da renda de existência na segunda metade dos anos 1990. Dedicamo-nos, não obstante, a realçar a identidade de seu projeto político (e filosófico) fundamental para além desse giro importante: restringir as relações mercantis e avançar para uma sociedade caracterizada pelo primado de formas de cooperação não mercantis.

A promoção ativa por Gorz da renda de existência se inscreve no quadro de uma filosofia sartriana da liberdade² e foi inspirada pelos textos mais visionários de Marx, notadamente os *Grundrisse*.³ Ele retoma a tese marxiana segundo a qual o desenvolvimento das forças produtivas e, em particular, o aumen-

* The Open University.
PO Box 197. Milton Keynes. MK7 6BJ. United Kingdom.
fgollain@yahoo.co.uk

¹ Traduzido do francês por Josué Pereira da Silva. Publicação original: “André Gorz, vers l’inconditionnalité du revenu”, *L’Économie politique*, 67, juillet 2015, p. 52-64.

² Para uma abordagem inicial de sua obra, ver Fourel & Gollain (2013); Fourel (2012), Gollain (2014), Gorz (2008) (conjunto de textos que ele mesmo selecionou); Gorz (2015) (textos inéditos em francês apresentados por Willy Gianinazzi).

³ Ou *Manuscripts de 1857-1858*, La Dispute/Éditions Sociales, 2011.

to dos ganhos de produtividade ligado àquilo que denominou revolução “microeletrônica”, depois “informacional”, engendra uma redução inexorável do número global de horas trabalhadas. Mas o fato de toda mutação tecnológica ter historicamente sido seguida de um crescimento da demanda, e, portanto, da produção, tendo por consequência compensar largamente os efeitos sobre o emprego dos ganhos de produtividade⁴, não significa que isso seja desejável em termos ecológicos e como desenvolvimento individual. A própria lógica do capitalismo – aquela de uma dinâmica de crescimento infinito – impede-o de responder, em termos emancipatórios, a essa eliminação progressiva do trabalho humano do processo de produção. Cabe, pois, a um movimento verdadeiramente socialista apoderar-se desse processo e torná-lo instrumento de uma sociedade de tempo liberado, tudo isso em ruptura profunda com a valorização do trabalho e da produção que impregnou as tradições operária e marxista.

Essa tomada de posição resolutamente antiprodutivista conduziu-o a formular a combinação de RE, redução do tempo de trabalho (RTT) e atividades autônomas, como a peça mestra de uma utopia ecossocialista que responde à dupla preocupação com a equidade e com a autolimitação das necessidades (Gollain, 2014).

DISTRIBUIR A RENDA E DIVIDIR O TRABALHO: crítica da alocação universal

Compreendemos, então, que ele estigmatizou a “versão de direita” da renda garantida, após sua primeira expressão sob a revolução industrial na Grã-Bretanha com a experiência da Speenhamland de 1795,⁵ pela qual se tratava de tornar socialmente tolerável uma

extensão da indigência. Na esteira de Milton Friedman⁶ nos Estados Unidos, a preferência dos liberais foi a de se desembaraçar do burocratismo do Estado providência e geralmente dos entraves ao livre jogo do mercado de trabalho para o qual se podia encontrar um equilíbrio dito natural. Como o jogo da oferta e da demanda não garantia um salário suficiente, preconizou-se um sistema de imposto negativo, que autoriza os empregadores a gerir a mão de obra com uma flexibilidade máxima.⁷

A partir da publicação de *Adeus ao Proletariado* em 1980, André Gorz sustenta que a outorga de um verdadeiro “salário cidadão” implicaria reconhecer que, com o impulso dos meios científicos e técnicos, a quantidade de trabalho fornecida por cada um de nós pouco tem a ver com a quantidade de riquezas produzidas, o que é cada vez mais difícil de mensurar.

O *montante* de renda deve, em consequência, ser dissociado da *duração* do trabalho fornecido individualmente. Nessa perspectiva, uma RE de esquerda deveria ser a remuneração – seja adiantada, seja diferida – da participação de cada cidadão no processo social de produção.

Três anos mais tarde, *Les Chemins du paradis* apresenta uma reflexão sobre as condições práticas de sua implementação. Ali, Gorz (1983a) preconiza retornar ao que era a norma no início do século XVIII, ou seja, a uma duração média do trabalho assalariado de 1000 horas por ano, correspondendo a cerca de 20 mil a 30 mil horas durante uma vida.⁸ Ele propõe um sistema de tiragem pelo qual a cada período de trabalho correspondia certo número

⁶ *Capitalisme et Liberté*, Editions A contre-courant, 2010 [1962].

⁷ Um imposto negativo foi aventado na França, no início dos anos 1970, por dois conselheiros de Valéry Giscard d'Estaing, Lionel Stoleru e Christian Stoffaës.

⁸ Corresponde a 10 ou 15 anos em tempo integral. Ele se baseava, à época, em uma RTT anual em torno de 3% para atingir 900 horas de trabalho por ano ao fim do século XX. Depois, em 1989, ele se dedica a um exame detalhado de vários cenários possíveis de RTT em função de diferentes variáveis: crescimento, ganhos de produtividade, salários, desemprego (Gorz, 1991, p. 185-214).

⁴ Objeção dirigida por Denis Clerc (Gorz, 1984).

⁵ Da paróquia do mesmo nome, na qual se concedia aos mais pobres um complemento de renda estabelecido em função do número de filhos e do preço dos cereais.

de pontos que, em seguida, daria direito a um período dado de não trabalho pago. À medida que a parte do salário direto tende a se reduzir, a função da RE é assegurar, de maneira crescente, a distribuição das riquezas socialmente produzidas. Seu financiamento repousaria num imposto sobre o consumo do tipo TVA,⁹ que incide nos preços em função de prioridades sociais e ecológicas. Paralelamente, Gorz imagina, já nessa época, a adoção de diferentes tipos de moeda, que não podem ser entesouradas, destinados às trocas de serviços locais. Ele insistirá, até o fim, sobre a necessidade de políticas adaptadas em matéria de educação, de formação, de urbanismo e de organização do território, assim como de uma política fiscal reelaborada para fazer da RE um dispositivo liberador. A RTT deverá resultar da elaboração de objetivos diferenciados, segundo os diferentes ramos de atividade, em função de suas necessidades de mão de obra. Consequentemente, a passagem a uma verdadeira renda social será progressiva, mas ela permitirá avançar para uma sociedade menos organizada em torno do trabalho assalariado.

Entretanto, a afirmação de uma relação de reciprocidade entre direito à renda e direito ao trabalho, combinada com um dever de trabalhar, assim como a centralidade da temática da redução voluntária do tempo de trabalho – “[...] trabalhar menos para todos trabalharem e se ativarem por eles mesmos” (Gorz, 1980, p. 11) – separaram a versão gorziana inicial de outros cenários de esquerda, tais como aqueles dos cristãos-sociais, ou dos libertários, que reivindicavam uma alocação universal e afirmavam um direito econômico baseado numa cidadania não fundada na participação no processo de produção.

Com efeito, Gorz rejeitava ferozmente, no curso desse primeiro período, o princípio de uma desconexão entre a renda e o *trabalho em si mesmo*. Essa desconexão parecia-lhe reduzir a solidariedade a um assunto fiscal e institucionalizava a desconexão para tornar

⁹ Imposto sobre valor agregado. N. do T.

tolerável a dualização entre economia e sociedade. O trabalho, no sentido econômico do termo, faz-se objeto de uma troca mercantil *na esfera pública*. Por consequência, ele afeta os indivíduos não somente no que se refere a uma utilidade, mas igualmente no que diz respeito ao pertencimento e ao reconhecimento sociais. Portanto, é na medida em que o trabalhador não estabelece *relações pessoais e privadas* com seus empregadores ou seus clientes que ele é fator de emancipação. Em outros termos, o trabalho remunerado insere-o, como indivíduo social, em geral, no circuito das trocas econômicas e sociais e contribui, assim, para combater o fechamento da esfera privada (particularmente para as mulheres).

Em outras palavras, qualquer que seja o nível das técnicas, trabalhar é uma necessidade inerente a toda sociedade e “ninguém deve portar o fardo da necessidade por conta dos outros e ninguém, portanto, deve ser dispensado de carregar sua parte” (Gorz, 1991, p. 176); isso seria contrário ao espírito de justiça numa sociedade não escravista. Convém, então, reparti-lo equitativamente, de maneira a que o pertencimento e a passagem contínua entre as duas esferas da sociedade, a do trabalho autônomo ou assalariado e a das atividades autônomas, previnam contra a segregação social e favoreçam o desenvolvimento individual. Essa representação dicotômica dos espaços e tempos sociais se reporta, especificamente, à oposição estabelecida por Marx entre esfera da necessidade e esfera da liberdade, cuja correspondência Gorz percebeu em Ivan Illich: uma esfera da heteronomia distinta e aquela da autonomia. A segunda é constituída de atividades que trazem em si mesmas seu próprio fim, na medida em que elas têm “um caráter facultativo, não mercantil e não econômico” (Gorz, 1987, p. 36).

Como veremos agora, a posição de André Gorz sobre a renda garantida vai, em seguida, evoluir em resposta a duas mutações maiores do trabalho: o impacto da revolução digital assim como a degradação contínua da relação salarial.

PELA INCONDICIONALIDADE

Na segunda metade dos anos 1990, a redução do tempo de trabalho como alavanca de uma saída da sociedade salarial passa ao segundo plano de sua política (de liberação) do tempo. Gorz afirma que uma problemática de redução do tempo integral semanal ou anual já não é pertinente para os trabalhadores independentes e mesmo para os cada vez mais numerosos trabalhadores temporariamente desempregados. No início dos anos 2000, ele constata que a precariedade crescente do emprego anulou o potencial liberador da política de RTT na França. A contração do volume anual total de trabalho ocasionado pelas leis Aubray conferiu um controle do tempo, não aos assalariados, mas aos empregadores. Nesse contexto, ele é levado a colocar, de forma crescente, a ênfase sobre uma necessária permanência da renda como condição indispensável de uma autonomia existencial e continua a denunciar a falta de sentido da valorização do trabalho a qualquer preço.

Trata-se, ao contrário, de articular o sentido potencialmente liberador das contradições e dificuldades presentes: a “busca de sentido” (1988) que atravessa seus escritos testemunha sua relação não determinista no que se refere à evolução histórica. A possibilidade de mudança reside numa *inversão do sentido*, reitera ele com a publicação de *Misères du présent: richesse du possible*: à medida que a

[...] figura central do precário é [...] potencialmente a nossa; é a ela que se trata de civilizar e de reconhecer no duplo sentido da palavra para que, da condição de submetida, ela possa se tornar um modo de vida escolhido, desejável, socialmente controlado e valorizado, fonte de culturas, de liberdades e de socialidades novas; para que ela possa se tornar o direito para todos de escolher as descontinuidades de seu trabalho sem se submeter à descontinuidade de renda (Gorz, 1997, p. 90).

A partir desse momento, Gorz critica as medidas que têm como efeito aumentar a condicionalidade da renda social. Ele toma po-

sição contra o *workfare* pregado inicialmente pelos neoliberais da Escola de Chicago e colocado em prática pelo governo Clinton, depois progressivamente em países da Europa, que consiste no acúmulo de uma renda de base e de uma renda do emprego assalariado, cuja remuneração é igualmente insuficiente. Dentro desse espírito, ele ataca diversas políticas europeias que obrigam o candidato a um emprego a aceitar uma série de formações que substituem o verdadeiro emprego que a sociedade é incapaz de lhe fornecer, mas cuja função é perpetuar a ficção de uma incapacidade de empregabilidade dos interessados.

De maneira assaz significativa, ele igualmente estigmatiza o princípio da outorga de uma renda de base em contrapartida ao cumprimento de atividades benevolentes, como é preconizada por Ulrich Beck ou Claus Offe na Alemanha, ou ainda pelo norte-americano Jeremy Rifkin, assim como pelo relatório Boissonnat, publicado pelo *Commissariat général du plan*¹⁰, que propunha o cumprimento de trabalho obrigatório no terceiro setor. Gorz considerava esse projeto a ilustração perfeita da vontade do Capital e do Estado de controlar o tempo liberado do trabalho e de administrá-lo como prolongamento funcional da vida de trabalho. Não somente as atividades desinteressadas perdem, assim, seu sentido, mas ainda “a condicionalidade transforma a renda de base em salário, o benevolato em quase emprego” (Gorz, 1998, p. 35).

Gorz se junta, finalmente, aos partidários de fórmulas contra as quais ele anteriormente se resguardava,¹¹ defendendo doravante a atribuição da “[...] alocação universal e incondicional de uma renda básica acumulável com o rendimento de um trabalho.” (Gorz, 1997, p. 140).

¹⁰ *Le Travail dans vingt ans*, La Documentation française (Boissonnat, 1995).

¹¹ Notadamente Alain Caillé, diretor de *La Revue du MAUSS*, Jacques Robin, animador da revista *Transversales sciences/cultures*, assim como Philippe Van Parijs, membro da BIEN (Basic Income European Network, tornada em 2004, Basic Income Earth Network). Conforme Van Parijs apud Fourel (2012) e Caillé e Fourel (2013).

Mais precisamente, essa RE, independentemente da ocupação de um emprego, só pode se tornar emancipadora sob a condição de ser: 1) *verdadeiramente incondicional*, “pois somente a sua incondicionalidade poderá preservar a incondicionalidade das atividades que apenas têm sentido caso forem cumpridas por si mesmas” (Gorz, 1997, p. 144); *suficiente*, porque, caso contrário, ela teria por efeito incitar a uma busca constante de emprego de má qualidade – devido à desregulamentação e à degradação geral da relação salarial –, em lugar de permitir uma arbitragem entre uso mercantil e não mercantil do tempo (nenhum montante é, todavia, indicado); 2) *atrelada a verdadeiras possibilidades de autoprodução*, sob pena de não ser mais que um salário da inatividade forçada.

Precisaremos, adiante, os motivos dessa reviravolta concernente ao caráter incondicional da RE.

A VIRADA DO IMATERIAL

A consideração contínua do impacto da revolução informacional sobre as mutações do trabalho incitou André Gorz a subscrever a tese da passagem a um “capitalismo imaterial”, ou ainda “capitalismo cognitivo”¹², coerente com as previsões de Marx (2011) que, nos *Grundrisse*, antecipa a mutação atual do capitalismo: “O desenvolvimento do capital fixo indica a que grau o saber social geral, o conhecimento, tornou-se força vital produtiva imediata e, por conseguinte, até que ponto as condições do processo vital da sociedade [são] elas próprias passadas ao controle do intelecto geral”.

Com a mutação pós-fordista, as atividades geradoras de valor para o capital requerem não somente os conhecimentos formais, uma

¹² Sobre a corrente do mesmo nome reunida em torno das revistas *Futur antérieur*, depois *Multitudes*. Cf. Gollain, 2010. Citamos, entre outros, Jean-Marie Vincent, Antonio Negri, assim como Carlo Vercellone com quem as convergências são numerosas. Cf. Vercellone in Fourel, 2012 e Caillé & Fourel, 2013.

troca e uma gestão de fluxos de informações, mas também os saberes informais e competências pessoais dos indivíduos, como a aptidão a colaborar, a criatividade, etc. – tudo que, para Gorz, participa da “produção de si”. A autonomia é, doravante, instrumentalizada, colocada a serviço da empresa, pois a prescrição delimitada ao lugar e ao tempo de trabalho tende a ser substituída por uma prescrição de toda a subjetividade. De outra parte, o caráter cada vez mais central dessa “inteligência coletiva” confirma seu diagnóstico emitido uma quinzena de anos antes: o tempo de trabalho visível ou imediato é ínfimo em relação àquele que é consagrado a produzir conhecimentos, saberes e competências mais amplas da força de trabalho. Com a criação de riquezas mercantis distribuindo cada vez menos salários, é preciso que essas riquezas sejam repartidas de outra forma: uma alocação incondicional “[...] é a melhor e a mais adaptada a uma evolução que torna o nível geral dos conhecimentos, *knowledge*, a força produtiva principal” (Gorz, 1997, p. 144).

A adesão tardia de Gorz à incondicionalidade da RE testemunha, em realidade, uma coerência *vis-à-vis* suas opções mais fundamentais anunciadas a partir dos anos 1980: dentro desse novo contexto, face ao terreno ganho pelas lógicas mercantis e burocráticas, assim como ao nível da existência cotidiana e das atividades econômicas, ele respondeu exigindo um patamar mais importante de incondicionalidade na produção – produção de si, de bens e de serviços –, atualizando sua concepção das atividades autônomas.

Essa concepção extensiva da incondicionalidade decorre de uma tomada de posição antifuncionalista e antieconomicista.

Herdeiro de Edmund Husserl e da Escola de Frankfurt, ele se diz dedicado a revelar “[...] o sentido irracional da racionalização econômica, a desrazão da razão instrumental, a aplicação do cálculo, da quantificação, da busca de rendimento máximo às atividades, cujo sentido ela anula ou perverte” (Gorz, 2015, p. 33). Ao argumentar que o sentido profundo

das metamorfoses atuais do trabalho reside na liberação do tempo, permitida pelo desenvolvimento dos ganhos de produtividade, Gorz dirigiu notadamente uma crítica veemente ao desenvolvimento dos serviços à pessoa por meio de uma extensão ilegítima do princípio da racionalidade. Apresentado como um “jazi-go do emprego”, esse novo setor repousa na cisão entre uma transbordante minoria ocupando os empregos estáveis e o número crescente de serviços mal pagos a quem os primeiros se subempregam, em atividades que deveriam constituir o “trabalho para si”; ou seja, atividades através das quais nós nos apropriamos de nosso corpo e de nossa existência (cozinhar, cuidar da higiene, se ocupar das crianças, levar o cachorro a passear, etc.).

De uma maneira geral, sua tardia adesão à alocação universal repousa no argumento ético-filosófico que já fundamentava, em primeira versão, sua política do tempo: contra o “pneconomismo”, ele firma o caráter insuperável da dicotomia entre uma lógica econômica que, justamente, tem em vista *economizar* – o tempo, entre outros – e uma lógica de vida que preside a um *dispêndio* de tempo que tem como fim ele próprio. “Em lugar da ‘economia dual’¹³, é preciso querer o estreitamento da esfera do econômico e a expansão máxima do domínio onde o cálculo econômico não tem lugar pela simples razão de que o tempo ali não é escasso, sendo ele próprio o tempo da vida” (Gorz, 1987, p. 36), adiantava Gorz já em 1987. Uma década depois, ele insiste: à medida que, com o advento do capitalismo cognitivo, a fronteira entre trabalho e não trabalho se esfuma do ponto de vista do processo de produção, tal fronteira tampouco subsiste do ponto de vista de seus fins respectivos. No trabalho imediato e diretamente produtivo, as capacidades de autonomia, de imaginação e de comunicação são colocadas em prática *em vista de um resultado que depende da racionalidade instrumental*,

[...] mesmo que atividades cujos fins são elas mesmas não sejam meio para qualquer outra coisa. A cooperação produtiva não é nem jogo, nem prática gratuita de uma arte. A interação e a comunicação têm nela um sentido fundamentalmente diferente daquele que tem em um balé, uma equipe esportiva, um debate político ou um diálogo amoroso. Não é por serem mais produtivos que os sujeitos desenvolvem suas faculdades nessas últimas atividades. É porque eles as desenvolvem ali, que a produtividade de sua força de trabalho aumenta (Gorz, 1998, p. 33).

Essa é a razão pela qual, em sua argumentação, não se trata mais agora de remunerar os indivíduos em virtude de sua contribuição sob as diversas formas à sociedade (mesmo fora da empresa), mas, ao contrário, de sustentar o desenvolvimento de “individualidades ricas” (Marx) irredutíveis à sua função produtiva. André Gorz distingue duas concepções de renda de existência: “aquela que vê nela o meio de subtrair a vida ao imaginário mercantil e ao trabalho total, e aquela que, ao contrário, vê nela uma remuneração do tempo fora do trabalho, cuja contribuição à produtividade do trabalho tornou-se decisiva” (Gorz, 2003, p. 30). Sua preferência pela primeira concepção denota um antiutilitarismo radical: “[...] liberando a produção de si, dos constrangimentos da valorização econômica, a renda de existência deverá facilitar o pleno desenvolvimento incondicional das pessoas para além do que é funcionalmente útil à produção” (Gorz, 2003, p.31). Seu valor heurístico é apontar para uma sociedade de cultura e não mais de trabalho, uma sociedade de um tempo livre, pleno de sentido, na qual cada um poderá *se ativar e não trabalhar*.

RENDA DE EXISTÊNCIA CONTRA CAPITALISMO FINANCEIRO

Em seus escritos da última década, Gorz retoma as reflexões presentes desde 1983, relativas à redução surpreendente dos custos unitários de produção, ligada ao desenvolvimento das tecnologias da informação: a redução da quantidade de trabalho necessário à produção

¹³ Esse termo, utilizado nos anos 1980, remete à cisão da economia em dois setores: o setor competitivo, de um lado, e aquele dos “pequenos trabalhos”, de outro.

de um volume dado de mercadorias se traduz numa diminuição proporcional de seu valor mercantil.¹⁴ O capitalismo não se perpetua a não ser sobre bases fictícias cada vez mais precárias: o desenvolvimento da indústria financeira, assim como uma série de mecanismos de apropriação para assegurar um monopólio, tal como a proliferação de patentes correspondendo à elevação do poder de uma economia da renda, cujas fontes constituem, em realidade, os bens comuns.

Sublinhando a contradição entre valor e riqueza (não econômica), ele põe em relevo as potencialidades oferecidas pela situação presente.

De uma parte, há os bens “comuns” ou “riquezas primeiras”, cujo valor intrínseco e não mercantil – a terra, as sementes, o genoma, os bens culturais, as competências e os saberes pessoais, etc. – não se prestam, fundamentalmente, a uma utilização privativa mercantil. De outra parte, a produtividade, multiplicada pelas técnicas de produção contemporâneas, conduz a uma riqueza social inaudita. Com o advento das tecnologias digitais, é doravante possível, para as comunidades no mundo inteiro, se reapropriarem do trabalho; em outros termos, produzir riquezas verdadeiras (diferenciadas das mercadorias), resultantes de atividades realmente autônomas, segundo uma lógica que encontra sua figura exemplar no modelo cooperativo e não mercantil do *software* livre.

É, finalmente, na perspectiva de “uma economia da gratuidade”, isto é, dentro da qual predominam a produção e o consumo fundados na reciprocidade e na partilha, que ele vislumbrou a atribuição de uma renda garantida, de maneira a “abrir uma brecha” pela qual se poderia preparar “um êxodo da sociedade do trabalho e da mercadoria” (Gorz, 2007). Isso, conforme alertava, com a condição de deixar o terreno da economia para se colocar no da an-

tieconomia. “A reivindicação de uma renda suficiente deve marcar a importância crescente, virtualmente preponderante, dessa outra economia criadora de riquezas intrínsecas, nem mensuráveis, nem intercambiáveis” (Gorz, 2003, p. 100). Dito de outra forma, “... pensada até o limite de suas implicações, a alocação universal de uma renda social suficiente equivale a uma *partilha* das riquezas socialmente produzidas” (Gorz, 1997, p. 148).

Dentro dessa perspectiva, essa renda não decorre de uma lógica redistributiva, mas deve ser entendida como *renda primária*. A RE poderia tomar a forma de uma moeda de distribuição teorizada por Jacques Duboin,¹⁵ sugeriu ele, cada vez mais convencido de que uma moeda de consumo específica, “[...] criada e distribuída segundo critérios políticos [...] pode evitar a implosão de um sistema de meios de pagamentos” (Gorz, 2003, p. 56).

PENSAR NO LONGO PRAZO

Embora a RE permaneça, por si mesma, imanente ao capitalismo, André Gorz sempre adiantou, no entanto, que é preciso reivindicá-la dentro de uma perspectiva que transcenda o sistema. A veia libertária que marca sua obra é, evidentemente, reforçada em suas últimas reflexões, mantendo uma distância crítica de sua parte em relação aos debates detalhados e concretos nos quais ele participou ativamente, tanto na Alemanha, quanto na França, até a metade dos anos 1990:

Eu não penso que a renda de existência possa ser introduzida gradual e pacificamente por uma reforma decidida ‘do alto’ [...] [a nova moeda] será criada ‘de baixo’, carregada por uma onda profunda, ao mesmo tempo em que as redes de cooperativas comunais de autoprodução (de ‘*high-tech self-providing*’, segundo a fórmula de Bergmann¹⁶) em res-

¹⁴ Influenciado pela corrente marxista da “crítica do valor”, particularmente Robert Kurz e Moishe Postone. A página [HTTP://palim-psao.over-blog.fr](http://palim-psao.over-blog.fr) de Anselm Jappe, representante francês da corrente “crítica do valor”, é um bom ponto de partida para uma exploração desse debate.

¹⁵ Jacques Duboin (1878-1976), pai do “abundancismo”. Funda, em 1935, o jornal *La Grande Relève*; ele desenvolve ali sua concepção de uma “economia distributiva”. Cf. a contribuição de Marie-Louise Duboin-Mon apud Fourel (2012).

¹⁶ Frithjoff Bergmann impulsionou as práticas de autopro-

posta a uma conjunção de diferentes formas de crise que nós sentimos se agravar; crise de energia e crise monetária seguida do afundamento do sistema de crédito (Gorz, 2008, p. 154).

Em suas últimas análises, ele mantinha sua confiança nas práticas esboçadas por diferentes movimentos alternativos, tais como as experiências cooperativas conduzidas notadamente na Argentina e no Brasil. Ao manter sua posição central no tríptico já apresentado, a extensão das atividades não regidas pela racionalidade econômica, preconizada durante seu primeiro período, se enunciava agora como “a utopia de autoprodução comunal cooperativa”, inspirada pelo ecologista anarquista Murray Bookchin.

Não duvidamos que esse anticapitalismo radicalizado, que não visa apenas a simplesmente delimitar a racionalidade econômica, mas sair inteiramente do mercado, do trabalho-emprego, da mercadoria, possa ser considerado desconcertante e de uma aplicação imediata e problemática por certos tomadores de decisões progressistas, profissionais engajados ou militantes enraizados. A par de sua qualidade visionária, esses escritos são, não obstante, de natureza a alimentar a função essencial da imaginação teórica e política que não é estranha às ciências sociais. “Na ausência de perspectivas de longo prazo, as questões do curto prazo são sempre conservadoras.” (Gorz, 1983b, p. 5).

Recebido para publicação em 05 de junho de 2017
Aceito em 31 de julho de 2017

dução, desde técnicas mais rudimentares até as técnicas digitais, em seus “centros para o novo trabalho”, inicialmente entre os desempregados e entre populações empobrecidas nos Estados Unidos.

REFERÊNCIAS

- BOISSONNAT, Jean. *Le Travail dans vingt ans*. La Documentation française, Editions Odile Jacob, 1995. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=WdDU9F6yFR4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 14 nov. 2017.
- CAILLÉ, A.; FOUREL, C. (Ed.). *Sortir du capitalisme: le scénario Gorz*. Lormont: Le Bord de l'Eau, 2013.
- FOUREL, C. (Ed.). *André Gorz: un penseur pour le XXIe siècle*. Paris: La Découverte, 2012.
- FOUREL, Christophe; GOLLAIN, Françoise. « André Gorz, penseur de l'émancipation », *La Vie des idées*, 3 décembre 2013. ISSN : 2105-3030. URL : <http://www.laviedesidees.fr/Andre-Gorz-penseur-de-l.html>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalisme et Liberté*. Paris: Leducs éditions. 2010. [1962]
- GOLLAIN, F. L'apport d'André Gorz au débat sur le capitalisme cognitif. *Revue du MAUSS*, Paris, v. 35, n. 35, p. 297-314, 1^{er} semestre 2010.
- GOLLAIN, F. *André Gorz pour une pensée de l'écocapitalisme*. Neuvy-en-Champagne: Le Passager Clandestin, 2014.
- GORZ, A. *Adieux au prolétariat. Au-delà du socialisme*. Paris: Éditions Galilée, 1980.
- GORZ, A. *Les chemins du Paradis: L'agonie du Capital*. Paris: Éditions Galilée, 1983a.
- GORZ, A. Entretien: Les Chemins du paradis. *Alternatives économiques*, [S.l.], juil. 1983b, p. 5-6.
- GORZ, A. Emploi et revenu, un divorce nécessaire? Entretien avec Denis Clerc. *Alternatives économiques*, [S.l.], p. 15-17, juil. 1984.
- Gorz, A. Allocation universelle: version de droite et version de gauche. *Revue du MAUSS*, Paris, n. 22, p. 31-40, sept. 1987.
- GORZ, A. *Métamorphoses du travail: Quête du Sens*. Critique de la raison économique. Paris: Galilée, 1988.
- GORZ, A. *Capitalisme, Socialisme, Ecologie: Désorientations, Orientations*. Paris: Galilée, 1991.
- GORZ, A. *Misères du présent: Richesse du possible*. Paris: Galilée, 1997.
- GORZ, A. Misères du présent. Richesse du possible. Entretien avec Carlo Vercellone, Patrick Dieuaidé et Pierre Péronnet, *Alice*, n. 1, p. 31-35, sept. 1998,.
- GORZ, A. *L'immatériel: Connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée, 2003.
- GORZ, A. Richesse sans valeur, valeur sans richesse. *Cadernos IHU Ideias*, São Leopoldo, n. 31, 2005.
- GORZ, A. Penser l'exode de la société du travail et de la marchandise, *Mouvements*, [S.l.], v. 50, n. 2, p. 95-106, juin 2007.
- GORZ, A. *Écologica*. Paris: Galilée, 2008.
- GORZ, A. *Le Fil rouge de l'écologie*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2015.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política*. Supervisão editorial Mário Duayer; tradução Mário Duayer, Nálío Schneider 9colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). Boitempo, 2011.

**ANDRÉ GORZ, TOWARDS THE
UNCONDITIONALITY OF INCOME**

Françoise Gollain

In keeping with fellow advocates of the guaranteed income, André Gorz considered our present benefit system to be ill-adapted to the volatility and insecurity of the labour market. He held, however, the allocation of an income guaranteed to all, as *one* of the tools of an emancipatory radical social transformation, well beyond a mere remedy to the dysfunctions of the current system. Such an income should be coupled with two series of measures: reduction of working hours, and the development of 'autonomous activities'. We will consider the importance of these three elements to account for a significant shift in Gorz's works which will lead him to lend his support to a more radical form of universal and unconditional income in his last decade. We will stress that his philosophical and political project remained unchanged throughout this evolution: to undermine the dominance of market-based relationships and progress towards a society characterised by relationships of cooperation.

KEY-WORDS: André Gorz. Existentialism. Unconditionality of basic income.

**ANDRÉ GORZ, VERS LA INCONTIONNALITE DU
REVENUE**

Françoise Gollain

André Gorz partageait avec avocats du revenu d'existence le diagnostic selon lequel l'actuel système de redistribution n'est pas adapté à la flexibilité et à la précarisation de l'emploi qui constituent une donnée structurelle du marché du travail. Cependant, au-delà du désir de remédier à ces dysfonctionnements et d'assurer une sécurité existentielle à chacun, il concevait l'octroi d'un revenu garanti à tous comme *l'un* des instruments d'une transformation sociale radicale et émancipatrice. Dans cette perspective, le revenu d'existence est articulé à deux séries de mesures: réduction du temps de travail et expansion des activités autonomes. L'examen de chacun des termes de ce triptyque nous permettra de rendre compte de l'évolution significative de Gorz vers un degré plus élevé d'inconditionnalité du revenu. Nous nous attacherons à mettre en exergue l'identité de son projet politique (et philosophique) fondamental par-delà ce tournant: faire dépérir les rapports marchands et avancer vers une société caractérisée par de formes de coopération non marchandes.

MOTS-CLÉS: André Gorz. Existencialisme. Inconditionnalité du renvenu.

NOTA SOBRE O CONCEITO DE “REFORMAS REVOLUCIONÁRIAS” DE ANDRÉ GORZ

*Josué Pereira da Silva**

Este artigo discute a relevância contemporânea do conceito de “reformas revolucionárias”, elaborado por André Gorz na década de 1960 e por ele retomado em seus escritos mais recentes. Minha tese aqui é que tal conceito continua atual e tem sido apropriado, direta ou indiretamente, por outros teóricos sociais contemporâneos, ainda que, muitas vezes, esses últimos utilizem uma linguagem diferente. Para tanto, começo por apresentar, em linhas gerais, os contornos do conceito. Em seguida, mostro como ele foi utilizado por Gorz ao longo de seus escritos; e, por fim, eu o discuto a partir dos trabalhos de outros autores, focando em alguns temas dos debates contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: André Gorz. Reformas revolucionárias. Tempo de trabalho. Renda básica.

INTRODUÇÃO

A revolução microeletrônica permite produzir quantidades crescentes de mercadorias com um volume decrescente de trabalho, de sorte que cedo ou tarde o sistema deve chegar a seus limites internos. O capitalismo que se automatiza até à morte deverá buscar sobreviver por uma distribuição de poder de compra que não corresponde ao valor de um trabalho. (Gorz, 2007b)¹

Somente uma economia liberada da lei do valor pode colocar a produção a serviço do desenvolvimento humano, em vez de pôr os homens a serviço da produção de mercadorias. (Gorz, 2007a)

Entre as diversas contribuições de André Gorz para a teoria social crítica, o conceito de “reformas revolucionárias” destaca-se, em particular, por ser um articulador de praticamente toda sua produção teórica. Ele foi elaborado durante a década de 1960 para responder aos impasses da estratégia até então dominante no movimento operário europeu daque-

la época, que, segundo Gorz (1964), oscilava entre o reformismo social democrata, que se contentava em gerir o “neocapitalismo”, e o esquerdismo, que acenava com um longínquo futuro socialista, sem se preocupar em mostrar o caminho para lá chegar. Com isso, ficava-se entre o conformismo adaptativo de um e o radicalismo inconsequente do outro, criando um impasse que só contribuía para enfraquecer e paralisar as lutas operárias em direção ao socialismo. Foi com o objetivo de superar tal impasse que Gorz se debruçou sobre o tema, principalmente nos três livros que publicou durante a década de 1960: *Stratégie Ouvrière et Néocapitalisme* (1964),² *Le Socialisme Difficile* (1967)³ e *Réforme et Révolution* (1969),⁴

² Publicado no Brasil pela Zahar Editores, em 1968, como *Estratégia Operária e Neocapitalismo*. Doravante citado aqui como Gorz, 1968a.

³ Publicado no Brasil pela Zahar Editores, também em 1968, como *O socialismo difícil*. Doravante citado aqui como Gorz, 1968b.

⁴ Esse livro é composto pela primeira parte de *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, o terceiro capítulo de *O socialismo difícil*, intitulado “reforma e revolução”, além de um longo e importante prefácio de 46 páginas, no qual Gorz aprofunda sua análise sobre temas como necessidades, conquista do poder pela base e as funções do partido revolucionário. Esse livro não foi traduzido no Brasil (Gorz, 1969).

* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Departamento de Sociologia. Rua Cora Coralina, 100 – Cidade Universitária Zeferino Vaz. Barão Geraldo. Cep: 13083-896. Campinas – São Paulo – Brasil. josueps@unicamp.br

¹ A tradução desse e de outros textos citados aqui diretamente da língua francesa é minha.

cujos títulos são, aliás, bem indicativos de seu propósito de superar a suposta dicotomia entre reforma e revolução.

Esses textos serão minha fonte privilegiada para apresentar seu conceito de “reformas revolucionárias”, objeto da primeira parte do presente artigo (I). Mas, embora sua elaboração tenha se dado, como mencionei antes, na década de 1960, sua ideia de “reformas revolucionárias” está presente em textos posteriores, como procuro mostrar na segunda parte deste artigo, recorrendo a suas análises de dois temas importantes e interligados em seus escritos posteriores: a redução generalizada do tempo de trabalho e a renda social garantida (II). A escolha desses temas tem o objetivo de fundamentar a tese, anunciada acima, de que o conceito de “reformas revolucionárias” medeia toda a obra de Gorz, tornando-se uma espécie de unificador metodológico de suas formulações teóricas e políticas. Para indicar sua atualidade, procuro, em minhas considerações finais (III), fazer algumas aproximações entre o conceito gorziano de “reformas revolucionárias” e algumas formulações similares, elaboradas por outros autores contemporâneos no âmbito da teoria social crítica, ainda que, muitas vezes, as terminologias utilizadas para tanto por esses últimos não coincidam com aquela utilizada por Gorz.⁵

O CONCEITO DE “REFORMAS REVOLUCIONÁRIAS”

Gorz inicia sua formulação do conceito de “reformas revolucionárias” indagando sobre a possibilidade de se impor soluções anti-

capitalistas no interior do próprio capitalismo, sem que tais soluções sejam logo incorporadas pelo sistema:

Seria possível no *interior* do capitalismo – isto é, sem havê-lo previamente demolido – impor soluções anti-capitalistas que não sejam logo incorporadas e subordinadas ao sistema? É a velha pergunta sobre ‘reforma e revolução’. Era (ou é) primordial quando o movimento tinha (ou tem) escolha entre a luta por reformas ou a insurreição armada. Este não é mais o caso na Europa ocidental. Eis por que a pergunta não mais possui a forma de uma alternativa: refere-se apenas à possibilidade de ‘reformas revolucionárias’, isto é, reformas que se encaminham no sentido de uma transformação radical da sociedade. (Gorz, 1968a, p. 12)

Essa indagação remete, segundo Gorz (1964, p. 12), para “a velha questão sobre ‘reforma e revolução’”, questão que orienta sua análise subsequente sobre o tema e à qual ele responde nos seguintes termos:

Não é necessariamente reformista uma reforma reivindicada não em função do que é possível no quadro de um sistema e de uma gestão dados, mas *do que deve ser tornado possível* em função das necessidades e das exigências humanas [...] O que é próprio de uma luta por reformas não reformistas – por reformas anticapitalistas – é que esta luta não faz depender, de critérios capitalistas de racionalidade, *a validade e o direito tradicionalmente consagrado das necessidades*. Ela não se determina em função do que *pode ser*, mas do que *deve ser*. (Gorz, 1968a, p. 13, grifo do autor)

Antes de continuar apresentando sua análise da questão, devemos lembrar aqui que Gorz não é o primeiro autor a se preocupar com a relação entre reforma e revolução. Ainda no final do século XIX, Rosa Luxemburg, no livro intitulado *Reforma, Revisionismo e Oportunismo*, escrito para polemizar com os chamados revisionistas no interior da social democracia alemã de então, entre os quais se destaca Eduard Bernstein, lidou com a mesma questão.⁶

⁶ Ver, a propósito, como Rosa Luxemburg inicia o prefácio de seu mencionado livro: “Pode então a social-democracia ser contra as reformas? Pode opor-se a revolução social, a transformação da ordem existente, que constitui a sua finalidade, às reformas sociais? Certamente não. A luta cotidiana pelas reformas, pela melhoria da situação do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas, constitui mesmo para a

⁵ Utilizo aqui a expressão teoria social crítica num sentido lato, que não necessariamente se confunde com a concepção mais estrita de teoria crítica, conforme a tradição frankfurtiana. Alguns estudiosos costumam usar a expressão Teoria Crítica, com maiúsculas, para se referir a essa última, enquanto utilizam minúsculas para se referir às outras tradições críticas. Eu prefiro não utilizar esse critério por duas razões: uma é ausência de unidade interna na própria tradição frankfurtiana; a outra se refere à intensa interlocução entre os autores associados a essa última e autores de outras tradições que também se auto-definem como teóricos críticos. Ver também, a respeito: Silva (2008, p. 35-52; 2017).

Mas eu não entrarei aqui nas formulações de Rosa Luxemburg. A menção a ela é apenas para, inicialmente, deixar claro que Gorz não é o primeiro a tratar do tema e, em segundo lugar, chamar a atenção para o fato de que as formulações de Gorz da década de 1960, sem esquecer os diferentes contextos em que os dois escreveram, podem também se aproximar, em alguma medida, das concepções defendidas por Rosa Luxemburg em sua época.

O que é relevante para Gorz, na distinção entre uma reforma reformista e uma reforma não-reformista – isto é, uma reforma revolucionária e anticapitalista – são os critérios nos quais ela se baseia. Se a adoção de uma dada reforma se dá em função de critérios capitalistas de racionalidade, com objetivo de reproduzir o sistema, o qual, com o tempo, tende a acomodá-la, então tal reforma seria facilmente classificada como reformista. Mas, ao contrário, se a reforma é resultado de uma luta para impor limites à racionalidade capitalista e se baseia em critérios de prioridade social e humana, então se trata de uma reforma anticapitalista e, portanto, revolucionária. Ao opor os dois tipos de reformas, Gorz se refere a ambas a partir de duas estratégias. Uma denominada “reformismo neocapitalista”, associado às chamadas reformas reformistas, que são concebidas para melhor gerir o capitalismo, tendência que Gorz identificava com a social democracia europeia de então. A outra estratégia, a de reformas revolucionárias, ele definia como socialista.

A estratégia socialista de reformas que ele propunha partia, inicialmente, de um diagnóstico da nova situação – o neocapitalismo –, na qual não seria mais possível imaginar a pertinência da antiga estratégia inspirada na ideia de que a classe operária nada tinha a perder além de seus grilhões. Nessa nova situação, segundo Gorz (1964), o capitalismo teria con-

social-democracia, o único meio de travar a luta de classe proletária e trabalhar no sentido da sua finalidade, isto é, a luta pela conquista do poder político e supressão do assalariado. Existe para a social-democracia um laço indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução, sendo a luta pelas reformas o meio, mas a revolução social o fim.” (Luxemburg, 1970, p. 7).

seguido acomodar muitas das reivindicações do movimento operário, propiciando-lhe, pela inserção na sociedade de consumo, condições de vida bem diferentes daquela condição de miséria material vivenciada pelos trabalhadores do início da revolução industrial. Gorz considerava, então, que apenas uma pequena parte, cerca de ¼, da população trabalhadora dos países centrais do capitalismo, ainda vivia excluída do mercado de consumo e era, ademais, constituída basicamente por setores marginalizados, cuja posição no processo produtivo não permitia que se a considerasse um sujeito relevante de transformação social anticapitalista (Howard, 1972; Münster, 2008; Rodrigues, 2009; Silva, 2011).

Em tal situação não daria mais para derivar uma estratégia de transformação anticapitalista apenas da urgência em satisfazer as *necessidades vitais* do proletariado, pois essas já tinham, em grande medida, sido atendidas pelo neocapitalismo europeu e norte-americano. Assim, a luta pela transformação socialista impunha a elaboração de uma estratégia nova, ancorada nas *novas necessidades* qualitativas, que faziam parte dos anseios dessa “nova classe operária”, mais qualificada e mais exigente.

Por isso, ele também considerava pertinente elaborar mais em torno da categoria necessidade, que estava, na verdade, na base de toda sua análise da nova situação. Partindo, então, da formulação de Marx (apud Gorz, 1969, p. 14), segundo a qual “o homem é um ser histórico cujas faculdades e necessidades se desenvolvem sem que seja possível assinalar a esse desenvolvimento um limite”, Gorz (1969, p. 14) afirma que “da mesma forma que as modalidades da produção e da reprodução da vida, as necessidades são sempre socialmente e historicamente determinadas. E isto, mesmo que se trate de necessidades biológicas”. Por essa razão, em vez de distinguir entre necessidades vitais e necessidades históricas, ele prefere, conforme o texto citado a seguir, a distinção entre necessidades e exigências:

Nós reservamos o termo *necessidade* (*besoin*) aos fins, cuja busca está diretamente ligada à produção e à reprodução da vida. Por ‘exigências’ (*exigences*), em revanche, nós designaremos os fins que os indivíduos perseguem não mais sob o império da ‘necessidade natural’, mas por seu próprio movimento, em vista da realização autônoma de suas faculdades intelectuais, artísticas, afetivas, criativas [...]. Exigências são necessidades adquiridas, históricas, que se desenvolvem correlativamente às faculdades intelectuais, artísticas, criativas e exigem imperiosamente poder se realizar pela produção de objetos que as confirmem. (Gorz, 1969, p. 14-15, grifo do autor)⁷

Portanto, para sensibilizar os trabalhadores qualificados daqueles países para a luta revolucionária, não bastava apelar para reivindicações de natureza quantitativa, como aumento de salário e redução da jornada de trabalho; precisava-se, além disso, saber quais os seus anseios e desejos de natureza existencial que o neocapitalismo não seria capaz de atender. Era, assim, da insatisfação manifesta nas

diversas mobilizações da nova classe operária com a divisão capitalista do trabalho, com a separação entre concepção e execução das atividades, com o controle capitalista do processo de trabalho, enfim, com a condição de alienação no trabalho que se devia partir para elaborar uma nova estratégia de transformação anticapitalista. Tratava-se, pois, de uma estratégia que deveria ser capaz de ligar as demandas cotidianas mais elementares dos trabalhadores com as reivindicações mais abrangentes, de prazo mais longo, em direção ao socialismo. Daí serem elas reformas não reformistas, ou reformas revolucionárias, que desafiavam a velha dicotomia entre reforma e revolução.

Mas, para elas não serem reabsorvidas pelo sistema, isto é, para serem efetivamente revolucionárias, afirma Gorz (1968a, p.14),

tais reformas supõem uma modificação do relacionamento das forças; supõem que os trabalhadores conquistem poderes [...] suficientes para abrir, para conservar abertas e para ampliar no seio do sistema das orientações existentes um número suficiente de brechas que abalem o capitalismo em seus suportes. Supõem reformas de estruturas.⁸

Ao considerar, por outro lado, que existia o risco de esses poderes serem absorvidos e subordinados pelo capitalismo, Gorz (1968a, 13-14) afirma que “a subordinação não é inevitável”, questão que o leva a formular também sobre a categoria poder, distinguindo entre poder subalterno e poder autônomo.

Ele chama de *poder subalterno*

a associação ou a participação dos trabalhadores em uma política e uma gestão econômica que os induzem a dividir a responsabilidade *no nível dos resultados e da execução*, interditando-os simultaneamente a se envolverem *com as decisões e critérios em virtude dos quais essa política e essa gestão foram decididas*. (Gorz, 1968a, 15, grifo do autor).

Trata-se, nesse caso, de uma situação na

⁸ Gorz (1968a, p. 14, grifo do autor) também procura deixar claro o que ele entende por reformas de estrutura: “A reforma de estrutura é, por definição, uma reforma *aplicada ou controlada por aqueles que a reclamam*. Quer seja agrária, universitária, imobiliária, regional, administrativa, econômica, etc., a reforma de estrutura comporta *sempre* o nascimento de novos centros de poder democráticos.”

⁷ Ao escrever sobre as novas necessidades ou exigências, Gorz remete ao texto da médica e militante comunista italiana Laura Conti, “Les conditions de développement culturel en Union Soviétique”, publicado na revista *Les Temps Modernes*, em outubro de 1963. Em seu texto, Conti analisa as condições de desenvolvimento cultural na então União Soviética, comparando, primeiro, o desenvolvimento da cultura artística, literatura e pintura, ao desenvolvimento da ciência naquele país, para concluir que o desenvolvimento das primeiras era bem mais lento que da segunda. Em segundo lugar, para aprofundar sua compreensão do problema, ela compara os dois desenvolvimentos na União Soviética com os respectivos desenvolvimentos nos países capitalistas. Sua conclusão, nessa segunda comparação, era de que, nos países capitalistas, ocorria o inverso: as artes se desenvolviam mais rapidamente que as ciências. Para fazer esse tipo de análise, ela recorre ao conceito marxiano de necessidades, contrapondo as necessidades fundamentais às necessidades históricas, para derivar, daí, o conceito de necessidades histórico-fundamentais. Esse último resulta da historização das necessidades fundamentais decorrente do progresso social. Daí ela falar em três tipos de necessidades, vitais (ou fundamentais), históricas e histórico-fundamentais, essa última significando necessidades históricas que se tornaram fundamentais (Conti, 1963). Ao se referir ao texto de Conti, Gorz não o comenta; mas, ao preferir a distinção entre necessidades e exigências, em vez de distinguir entre necessidades fundamentais e necessidades históricas, ele parece querer se diferenciar da interpretação da autora italiana, pelo menos em nuance, realçando que as chamadas necessidades fundamentais também são, em algum sentido, históricas (Gorz, 1969). Por outro lado, creio que estes comentários esclarecem também a dúvida de Willy Gianinazzi (2016, p. 77), quando se refere ao fato de eu não distinguir, em meu livro sobre Gorz (Silva, 2011), entre *besoin* e *nécessité*. Embora não tenhamos, de fato, na língua portuguesa, uma palavra com a mesma rica polissemia da francesa *besoin* ou da inglesa *need*, atribuo ao fato de meu texto ter sido escrito originalmente em inglês, onde se traduz normalmente *besoin* por *need*. Ao vertê-lo para o português, eu simplesmente traduzi *need* por *necessidade*, sem me preocupar em esclarecer *tais nuances*.

qual os trabalhadores podem participar da execução de uma política, sem, no entanto, participarem na elaboração das premissas que a fundamentam e das quais são apenas cúmplices.

Bem diferente, no entanto, é o caso do *poder autônomo*, que Gorz assim define:

O poder dos trabalhadores de colocar em causa, através dos efeitos das modalidades de execução as próprias premissas de uma política e de uma gestão; de colocá-las em causa, mesmo por antecipação, graças ao poder de controle sobre todos os dados em virtude dos quais a política de gestão é elaborada. Semelhante poder autônomo constitui um primeiro passo para a subordinação das *exigências da produção* às *exigências humanas*, tendo como última perspectiva a conquista do poder de autogestão. (Gorz, 1968a, 15, grifo nosso)⁹

Mas essa concepção de poder autônomo, Gorz (1968a, p. 15) acrescenta, “não pode limitar-se à contestação meramente negativa”. Numa estratégia socialista de reformas, portanto, a alternativa está entre essas duas formas de poder. E somente partindo do poder autônomo seria possível alcançar a hegemonia da classe trabalhadora, do sujeito revolucionário. Assim, ele concluía, que “o que precisamente diferencia uma reforma de espírito reformista de uma reforma de espírito não reformista é a questão do poder operário” (Gorz, 1968a, p. 40). Todo esse processo requer, ainda, além do controle do processo de trabalho na fábrica, mediações outras que incluem o sindicato e o partido revolucionário (Gorz, 1968b, 1969). Enfim, como ele mesmo sintetiza:

Na prática, o que distingue uma estratégia socialista de reformas de um reformismo neocapitalista de tipo socialdemocrata é menos cada uma das reformas preconizadas e mais cada um dos objetivos programáticos, ou seja: 1º a presença ou ausência de vínculos orgânicos entre as diversas reformas; 2º a cadência e as modalidades de sua execução; 3º a vontade ou ausência de vontade de colocar em prática novas ações de ruptura do equilíbrio provocado pelas primeiras ações reformadoras. (Gorz, 1967, p. 75).

Como se pode ver, a estratégia socialista

⁹ Tradução modificada.

de reformas assentava-se no controle do processo produtivo pelo sujeito revolucionário – o proletariado – que, organizado em sindicatos e no partido revolucionário, encabeçaria o processo de transformação social em direção ao socialismo.¹⁰

Durante as décadas de 1970 e 1980, no entanto, importantes pressupostos dessa estratégia mudaram em decorrência, principalmente, da análise que ele faz da nova situação, marcada pelo desemprego em massa, provocado, em grande medida, pelas mudanças tecnológicas poupadoras de trabalho, o que ele chamou de revolução microeletrônica. Essa última, segundo Gorz (1983, p. 73), “deve ser compreendida num duplo sentido: a) a quantidade de trabalho necessário decresce até se tornar marginal na maior parte das produções materiais e das atividades de organização; b) o trabalho não implica mais um face a face do trabalhador com a matéria”.

Assim, sobretudo a partir de 1977, o conjunto de textos que Gorz publicou indica um novo diagnóstico de época que o leva a rever várias de suas posições anteriores. Seu livro *Adieux au prolétariat*,¹¹ de 1980, talvez seja o melhor indicador das mudanças em suas formulações teóricas e políticas. Além do significativo “adeus ao proletariado”, que dá título ao livro – que causou “frisson” entre os marxistas mais ortodoxos –, chama a atenção, no livro, o uso de expressões como títulos de capítulos: “a impossível apropriação coletiva”; “o proletariado como decalque do capital”; “poder operário?”; e assim por diante. E isso deve, provavelmente, ter provocado algum efeito em sua concepção de reformas revolucionárias. É o que veremos a seguir.

REDUÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO E RENDA SOCIAL GARANTIDA

Na década de 1960, durante a elaboração do conceito de reformas revolucionárias, Gorz considerava as lutas pela redução do tem-

¹⁰ Para uma leitura diferente da que empreendo aqui, ver Amorim (2009).

¹¹ *Adieux au prolétariado*.

po de trabalho e por aumento de salários como reivindicações de natureza quantitativa (Gorz, 1969).¹² Se a estratégia socialista de reformas de então estava fundamentada basicamente em reivindicações de natureza qualitativa, decorrentes das novas necessidades históricas e existenciais, as mencionadas reivindicações quantitativas tinham, no máximo, um lugar secundário no conjunto de tal estratégia de reformas não reformistas, da mesma forma que elas pouco contribuiriam para afirmar o poder autônomo da classe operária, uma vez que podiam ser perfeitamente assimiladas pelo neocapitalismo e seu modelo de consumo.¹³ Portanto, considerando que “as necessidades coletivas encontravam-se [...] objetivamente em contradição com a lógica do desenvolvimento capitalista”, a estratégia socialista de reformas devia comportar a contestação radical do sistema nos âmbitos “econômico, político e cultural” (Gorz, 1968a, p. 101).

Mas, como já escrevi antes, a situação mudou; e também mudou a posição de Gorz a respeito da redução do tempo de trabalho. A primeira manifestação dessa mudança de posição em relação ao tema da redução do tempo de trabalho aparece em seu livro de 1977, *Écologie et Liberté*, assinado Michel Bosquet, pseudônimo mais utilizado como jornalista e nos escritos sobre ecologia, mas trazendo André Gorz entre parênteses. Entre as sete teses que servem de conclusão ao livro, no qual ele também fala, pela primeira vez, em utopia dualista – formada pelas esferas da autonomia e da heteronomia¹⁴–,

¹² Para uma visão mais geral sobre “tempo individual e tempo social” na obra de Gorz, ver Silva (2009).

¹³ Em suas palavras, “não é mais no nível das únicas necessidades de consumo que se situa a linha de rotura revolucionária entre as classes”, porque o capitalismo moderno “pode reassimilar tanto os aumentos nominais de salários quanto as reduções de horário, sem que os lucros ou, sobretudo, o poder dos monopólios sejam atingidos, sem que a classe operária, através de vitórias reivindicativas, aumentem coisa alguma seu poder” (Gorz, 1968a, p. 31).

¹⁴ A utopia dualista, formada pelas esferas das atividades autônomas e a esfera das atividades heterônomas, inspira-se claramente no Marx do (1967, p. 814-831) terceiro volume de *O Capital*, onde esse último fala em reino da liberdade e reino da necessidade. Gorz desenvolve sua concepção de sociedade dualista nos livros *Adieux au prolétariat* (Adeus ao proletariado, 1980), e *Métamorphoses du travail: Quête du Sens* (*Metamorfoses do trabalho*, 1988).

a sexta tese inicia-se assim: “Estando o trabalho social limitado às produções socialmente necessárias, a redução do tempo de trabalho poderá caminhar junto com a expansão das atividades autônomas e livres” (Gorz, 1977, p. 94). Desde então, em seus quatro livros subsequentes, o tema da redução do tempo de trabalho passa a ser um objeto central de suas teorizações (Gorz, 1980, 1983, 1988, 1991).

O texto a seguir, de *Adieux au prolétariat*, talvez seja o que manifesta de forma mais clara essa mudança de posição em relação à importância da redução do tempo de trabalho em suas formulações: “O mesmo trabalho que [...] é corveia quando realizado cotidianamente e em tempo integral, torna-se um tempo entre outros quando, repartido para a população inteira, é realizado em apenas quinze minutos por dia.” (Gorz, 1980, p. 146). O trabalho, mesmo sendo heterodeterminado, deixaria de ser “corveia” se sua duração ocupasse apenas um tempo residual na vida dos indivíduos; então, a almejada autonomia poderia também ser alcançada fora da esfera do trabalho, no tempo livre tornado predominante. Como se vê, essa posição é bem diferente daquela que Gorz sustentava na década de 1960, quando depositava sua esperança de transformação social no poder autônomo da classe operária, assim como na apropriação coletiva do processo produtivo pelo proletariado.

Na avaliação de Gorz, essa apropriação coletiva tornou-se agora impossível, seja devido à complexidade dos aparelhos produtivos e de gestão (Gorz, 1980), seja pelos efeitos da chamada revolução microeletrônica que aboliria o trabalho (Gorz, 1983). É esse o contexto no qual ganha sentido uma política de redução generalizada do tempo de trabalho, tema de muitos debates nas décadas de 1980 e 1990, da qual Gorz é um dos principais proponentes. Na verdade, para Gorz e também para muitos outros autores, a redução do tempo de trabalho necessário era, então, uma evidência e decorria, em grande medida, do aumento de produtividade permitido pelas transformações tec-

nológicas e pelas novas políticas de gestão.¹⁵

Como teórico crítico, Gorz procurava contrapor-se à tendência em curso, na qual o Capital se apropriava dos ganhos de produtividade, deixando aos trabalhadores reais ou potenciais todo o prejuízo das rápidas transformações, traduzido em desemprego em massa. Daí a necessidade de uma estratégia (nova) que permitisse distribuir os ganhos de produtividade para toda a sociedade. E essa estratégia passava pela redução planejada do tempo de trabalho, o que, para Gorz, era a única saída para evitar a dualização da sociedade entre o grupo cada vez menor de empregados permanentes em tempo integral e a crescente massa de desempregados, subempregados e trabalhadores em tempo parcial (Gorz, 1983, 1988, 1991). Na visão de Gorz, uma redução substancial do tempo de trabalho transformaria o trabalho em apenas uma atividade entre outras e contribuiria para solapar as relações de dominação baseadas na ética produtivista do trabalho, partilhada pela direita e pela esquerda ortodoxa (Gorz, 1988). Por outro lado, ele também estava ciente de que sua crítica convergia com os resultados de algumas pesquisas recentes que indicavam a crescente desafeição de setores mais jovens da população francesa em relação ao trabalho assalariado como fonte de identidade social (Adret, 1977; Rousselet, 1974; Schehr, 1999).

Embora tivesse ciência do crescente número de autores que viam, na redução do tempo de trabalho, uma possível saída para o desemprego em massa, Gorz sabia também que a maneira como colocar em prática tal política era objeto de importantes controvérsias, não só entre os proponentes da esquerda, mas também entre esquerda e direita. Por isso, ele procurou delinear resumidamente os cinco pontos que considerava polêmicos numa polí-

tica de redução do tempo de trabalho:

Conforme a forma adotada, a redução do tempo de trabalho pode, com efeito, reduzir as desigualdades ou aumentá-las; aumentar a insegurança ou a segurança; ser um fator de inserção ou de exclusão social. Ela pode ser: 1) igual para todos ou diferenciada; 2) geral ou seletiva; 3) calculada à escala da semana, do ano ou da vida; 4) ser *acompanhada* de aumento, *de manutenção* ou de *redução da renda*; 5) *romper*, *abrandar* ou *manter o elo entre direito ao trabalho e direito à renda*. Suas modalidades implicam escolhas fundamentais de sociedade. (Gorz, 1988, p. 232-233, grifo nosso)

Após delinear-los, Gorz aprofunda a análise desses pontos tanto em seu livro *Métamorphoses du travail: Quête du Sens*, de 1988, quanto no livro seguinte *Capitalisme, Socialisme, Ecologie: Désorientations, Orientations*, de 1991, que tem um capítulo dedicado à elaboração do que ele intitula “a redução do tempo de trabalho como contrato social”, no qual apresenta, de forma elaborada, os contornos de sua proposta (Gorz, 1991, p. 185-214; Silva, 2011, p. 174-184).

Ainda no que se refere aos cinco pontos da citação acima, a posição de Gorz em relação aos três primeiros é bastante clara: a redução do tempo de trabalho deve ser igual para todos, ela deve ser geral e calculada com uma escala que possibilite maior autonomia aos indivíduos nos seus planos de vida. Já no tocante aos pontos quatro e cinco, a questão é um pouco mais complexa porque envolve também o segundo tema a ser discutido nesta parte do artigo: a renda social garantida. É dela que trato a seguir.

* * *

Gorz começa a discutir o tema da renda social garantida ainda no início da década de 1980, num artigo escrito em dezembro daquele ano e denominado “Nove teses para uma esquerda futura” (Gorz, 1981). Ali encontramos sua primeira menção à renda social, que ele discute já em conexão com sua proposta de redução do tempo de trabalho. No mencionado

¹⁵ O debate sobre tempo de trabalho na França durante as décadas de 1980 e 1990 é muito amplo e já tratei dele em outros lugares (Silva, 1996, 2011). Aqui, refiro-me apenas a dois livros que considero simbolicamente importantes para aquele debate: *Travailler deux heures par jour*, do coletivo Adret (1977), e *La révolution du temps choisi*, de Jacques Delors (1980).

artigo, logo transformado em prefácio à segunda edição de *Adieux au prolétariat*, ele assim se expressa a respeito do tema:

A gestão social da abolição do trabalho supõe que se ponha fim à confusão que sob a influência do keynesianismo se instalou entre ‘direito ao trabalho’ e 1º. direito a um emprego assalariado; 2º. *direito a uma renda*; 3º. direito à criação de valores de uso; 4º. direito de acesso aos instrumentos que permitem criar os valores de uso. (Gorz, 1981, p. 1544, grifo nosso)

Desde então, nos três livros publicados a seguir, ele desenvolve a análise sobre a renda social garantida (Gorz, 1983, 1988, 1991). Mais precisamente, ele concebia a renda social garantida como uma forma de financiar a redução do tempo de trabalho. Ou seja, a renda social garantida, na forma de um “segundo cheque”, permitiria que se reduzisse o tempo de trabalho sem redução de salário.¹⁶ Entretanto, para ele, a renda social garantida devia manter o vínculo com o trabalho socialmente necessário, mesmo que esse último fosse exercido em curta duração. O texto citado a seguir exemplifica bem o que ele pensava a respeito:

Não é, portanto, a garantia de uma renda independente de todo trabalho que se encontrará no centro de um projeto de esquerda, mas o *vínculo indissolúvel entre direito à renda e direito ao trabalho. Cada cidadão deve ter o direito a um nível de vida normal; mas cada um e cada uma deve também ter a possibilidade (o direito e o dever) de fornecer à sociedade o equivalente-trabalho do que ele ou ela consome: o direito, em suma, de “ganhar sua vida”; o direito de não depender para sua subsistência da boa vontade dos que tomam as decisões econômicas. Esta unidade indissolúvel do direito à renda e do direito ao trabalho é para cada um e cada uma a base de sua cidadania.* (Gorz, 1988, p. 253 grifo do autor)

Portanto, até então ele defendia a manutenção do vínculo da renda garantida com o trabalho socialmente necessário, por considerar esse último um direito político de participar da produção social.¹⁷

¹⁶ A expressão segundo cheque ele toma de empréstimo a Guy Aznar (Silva, 2011).

¹⁷ Ver também, sobre o direito ao trabalho como um direito político, Gorz (1992, 1994).

É somente a partir de 1997, com o livro *Misérias do presente, riqueza do possível*, que ele revê sua posição a respeito do tema e adere à tese da desvinculação entre renda e trabalho, conforme suas próprias palavras: “por muito tempo, recusei a ideia de uma renda social que permita ‘viver sem trabalhar’” (Gorz, 1997, p. 139).¹⁸ No quarto capítulo desse livro, intitulado “Sair da sociedade salarial”, ele apresenta quatro razões para justificar sua mudança de posição, aderindo à ideia de incondicionalidade da renda social. Resumidamente, elas se referem, em primeiro lugar, à emergência do imaterial, objeto de seu livro seguinte, escrevendo que “quando a inteligência e a imaginação (*general intellect*) tornam-se a principal força produtiva, o tempo de trabalho deixa de ser a medida do trabalho.” (Gorz, 1997, p. 140), o qual deixa de ser mensurável. O segundo argumento é a defesa de uma incondicionalidade capaz de fortalecer o vínculo social. Em terceiro lugar, a alocação universal da renda é, para ele, a proposta que melhor se adapta às condições de uma economia na qual o conhecimento se torna a força produtiva principal. Por fim, ela é também a que melhor responde à situação de uma economia na qual a crescente produtividade do trabalho se traduz em crescente excedente da força de trabalho.¹⁹

Em síntese, ele assim resume sua nova posição:

Uma das funções da alocação universal é [...] fazer do direito ao desenvolvimento das faculdades de cada um o direito incondicional a uma autonomia que transcende sua função produtiva e existe por e para ela mesma no plano moral (autonomia de julgamento de valor), político (autonomia da decisão concernente ao bem comum), cultural (invenção de estilos de vida, modelos de consumo e arte de viver), existencial (capacidade de cuidar de si, em vez de abandonar aos especialistas e autoridades o

¹⁸ Para uma análise mais detalhada dessa mudança de posição, ver: Silva (2011, p. 174-184, 2014a, p. 63-83); para uma boa síntese em português da abordagem de Gorz sobre o conceito de trabalho, ver Langer, 2004.

¹⁹ Sobre sua abordagem a respeito do imaterial, ver Silva (2014c). Ainda em relação ao debate sobre o imaterial, vale confrontar duas outras leituras: Amorim, (2009) e Camargo (2011).

cuidado de decidir o que é bom para cada um de nós). (Gorz, 1997, p. 145)²⁰

No mesmo livro, Gorz também delinea os contornos do que seria uma sociedade de multiatividade e aponta os caminhos possíveis para sair da sociedade do trabalho assalariado. Assim, no mesmo espírito das reformas revolucionárias preconizadas por ele na década de 1960, ele propõe o seguinte conjunto articulado de políticas específicas que permitiria:

1. garantir a todos uma renda incondicional e suficiente;
2. redistribuir o trabalho e liberar o tempo, de modo a facilitar o controle individual e coletivo sobre o tempo;
3. favorecer o florescimento de novas sociabilidades e formas de cooperação e de troca que reforcem os vínculos sociais (Gorz, 1997, p. 121-178).

Na base dessas propostas há um fio condutor, anunciado pelo título “Sair da sociedade salarial” que ele dá ao quarto capítulo de seu livro *Misères du présent: Richesse du possible*²¹ de 1997.²² Para sair da sociedade salarial, isto é, do capitalismo, é preciso, segundo Gorz, *aprofundar-se* na análise crítica das categorias que lhe dão fundamento: a forma mercadoria e a chamada lei do valor (Silva, 2014c).

Esse é o sentido de sua crítica da racionalidade econômica, elaborada principalmente no livro *Metamorfoses do trabalho* de 1988, mas que é o verdadeiro pano de fundo de suas discussões a respeito tanto do tempo de trabalho, a partir de 1977, como da renda

²⁰ Uma contraposição do texto que acabo de citar com o de *Metamorfoses do trabalho*, já citado na página anterior, deixa clara a referida mudança de posição a respeito do vínculo (ou não) entre trabalho e renda.

²¹ Misérias do presente. Riqueza do possível.

²² Vale lembrar que, dez anos depois, em 2007, após um intenso intercâmbio intelectual com os textos de alguns autores vinculados à chamada “nova crítica do valor”, principalmente Robert Kurz e Moishe Postone, Gorz escreve dois outros textos, os últimos que publicou em vida, com títulos ainda mais sugestivos: “Crise, decrescimento e saída do capitalismo” (Gorz, 2010, p. 67-76), e “A saída do capitalismo já começou” (Gorz, 2010, p. 25-42). Willy Gianinazzi considera o último dos dois o mais kurziano texto de Gorz (Gianinazzi, 2016, p. 331-335). Para a relação de Gorz com as formulações daqueles autores, ver também Machado (2016).

social garantida, a partir de 1981. Nos dois casos, mesmo considerando suas mudanças de posição ao longo dos anos, a crítica radical às categorias capitalistas é a tônica de seus diagnósticos de época.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme prometi no início deste artigo, devo tratar agora de outros autores cujas formulações permitem estabelecer pontes com o conceito de reformas revolucionárias de Gorz. Entre os diversos autores, cujas formulações poderiam se aproximar das de Gorz, decidi me limitar, por economia de espaço, aos cinco que me pareceram mais apropriados.

Começo com Claus Offe, que tem se debruçado sobre vários temas semelhantes aos que ocupam a reflexão de Gorz. A propósito, vejo muita afinidade nas análises críticas de André Gorz e de Claus Offe a respeito dos seguintes temas: crítica do trabalho sob o capitalismo, diagnóstico sobre a irreversibilidade do desemprego, proposição de reduzir o tempo de trabalho, apoio a alguma versão de renda social garantida, apoio a atividades que escapam à lógica da mercadoria e defesa da ecologia política. Assim, embora haja muitas diferenças tanto em suas trajetórias profissionais (Gorz foi jornalista e filósofo autodidata, Offe seguiu uma carreira acadêmica como professor universitário e pesquisador) como entre o marxismo existencialista de Gorz e o marxismo analítico de Offe, eles partilharam, durante as décadas de 1980 e 1990 pelo menos, importantes afinidades nas análises sobre os temas acima. Por outro lado, mesmo Offe não utilizando a terminologia de Gorz no que diz respeito às reformas revolucionárias, percebe-se que há muito em comum quando se olha o conteúdo das proposições dos dois (Offe, 1984, 1985, 1995; Offe e Heinze, 1992). A propósito, o conjunto de medidas de política social – redução do tempo de trabalho, instituição de uma renda básica universal e incentivo aos chama-

dos círculos cooperativos – proposto por Offe, sobretudo no texto de 1995, intitulado “Full Employment: Asking The Wrong Question?” (1995), é muito parecido com as propostas formuladas por Gorz no livro *Misères du présent: Richesse du possible*, de 1997 e já citadas: redução do tempo de trabalho, alocação universal de uma renda de existência sem vínculo com o trabalho e o incentivo às chamadas atividades autônomas. Isso é, a meu ver, suficiente para mostrar a semelhança de ambos nas abordagens de alguns importantes temas contemporâneos (ver também Silva, 2008).

Embora em escala menor que no caso de Offe, o também marxista analítico Eric Olin Wright é outro autor cujas proposições partilham, em grande medida, o mesmo conteúdo das proposições de Gorz (Wright, 2006a; 2006b). Isso pode ser dito pelo menos em relação a temas como socialismo e renda básica, que, tratados conjuntamente, sugerem a mesma dinâmica de mudança social anticapitalista que a concepção gorziana de reformas revolucionárias. Foi também Wright que alertou Nancy Fraser (2003, p. 108, nota. 91) a respeito da origem gorziana da expressão via média de “reformas revolucionárias”, que utiliza em alguns de seus escritos, conforme ela mesma reconhece em um de seus textos. De toda forma, penso que eles, Wright e Gorz, se aproximam mesmo é pela prioridade que ambos dão à dimensão social no embate com a dimensão propriamente econômica.

Já Alain Caillé, outro partidário da renda social garantida, divide com Gorz a preferência pelo convivalismo de Ivan Illich e a preocupação em proteger o vínculo social dos efeitos da economia de mercado. No entanto, em vez de falar em crítica à racionalidade econômica como Gorz, Caillé (2000, 2013, 2014) fala em antiutilitarismo, termo que dá nome ao movimento (MAUSS)²³ do qual é fundador e

um dos principais teóricos.²⁴ Aliás, é o próprio Gorz, em seu livro de 1997, que reivindica tal aproximação, quando justifica sua adesão à incondicionalidade da renda de existência, referindo-se à ideia de “incondicionalidade forte” defendida por Caillé (Gorz, 1997, p. 144).

Mas é Nancy Fraser quem utiliza explicitamente a expressão “via média de reformas não reformistas”, quando delinea os contornos de sua teoria da justiça em debate com Axel Honneth (Fraser, 2003: 79). E, ainda que, na ocasião, não tenha se referido a Gorz, o primeiro exemplo que ela dá de uma reforma não reformista é a renda básica incondicional. Ademais, em seu texto “From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a ‘Post-Socialist’ Age” (Fraser, 1995), mesmo não falando explicitamente em reformas não reformistas, ela apresenta um modelo bidimensional de justiça cuja dinâmica de mudanças sociais se encaixa claramente no perfil das chamadas reformas revolucionárias.

A propósito, ela elabora um modelo analítico que é bem ilustrativo. O modelo, na forma de um quadro, é articulado em torno das palavras-chave *Redistribuição* e *Reconhecimento*, dispostas em linhas e contrapostas a outras duas palavras, *Afirmação* e *Transformação*, dispostas como colunas. Com isso, temos uma matriz cujos intercruzamentos entre linhas e colunas permitem-lhe classificar as políticas de redistribuição e de reconhecimento como afirmativas ou transformativas, exemplificando-as com situações reais. Assim, na primeira linha, onde cruzam *Redistribuição* e *Afirmação*, ela põe o *Estado de bem-estar liberal*, enquanto no cruzamento de *Redistribuição* com *Transformação*, situa o *Socialismo*; na segunda linha, no cruzamento de *Reconhecimento* com *Afirmação*, situa-se o *Multiculturalismo dominante*, e, quando *Reconhecimento* cruza com *Transformação*, temos *Desconstrução*. A análise do quadro deixa claro que reconhecimen-

²³ Mouvement Anti-Utilitariste en Science Social (movimento antiutilitarista nas ciências sociais). Em relação à proximidade entre as formulações de Gorz e de Caillé, vale conferir o artigo do último: “Au-delà du marxisme et du capitalisme” (Caillé, 2013), no qual ele analisa criticamente as ideias de Gorz.

²⁴ Já discuti, em outro texto, as teorias de Alain Caillé, de Nancy Fraser, de Boaventura de Sousa Santos, assim como de Axel Honneth, em termos do conceito gorziano de reformas revolucionárias (Silva, 2017).

to e redistribuição, quando concebidos como políticas afirmativas, identificadas com o Estado de bem estar liberal e o multiculturalismo dominante, podem ser facilmente concebidas como reformas reformistas; mas, se ambos são avaliados pelo prisma da transformação, resultando em socialismo e desconstrução, as políticas de reconhecimento e de redistribuição podem ser facilmente identificadas com as reformas não reformistas ou revolucionárias. No primeiro caso, temos políticas compensatórias que não mexem nas estruturas de dominação ou exploração; no segundo, entretanto, temos políticas que visam a mudanças radicais na situação vigente (Fraser, 1995).²⁵

Outro traço das formulações de Fraser (1989) que guarda proximidade com as de Gorz diz respeito ao tema das necessidades, do qual ela se ocupa já em seu primeiro livro, *Unruly Practices*, em especial no último capítulo, intitulado “Struggle over Needs: Outline of a Socialist-Feminist Critical Theory of Late Capitalist Culture” (1989, p. 161-187). Porém, diferentemente de Gorz, que formula suas proposições de estratégia operária com base no conceito de novas necessidades, o objetivo de Fraser é criticar a imposição de necessidades pré-definidas pelos formuladores de políticas públicas, sem que o entendimento do que são as necessidades tenha sido objeto de debate democrático com os afetados por tais políticas. Ademais, como teórica do feminismo, desigualdade de gênero é um tema central em sua produção teórica e política, enquanto ele aparece apenas de forma tangencial nas formulações de Gorz.

Boaventura de Sousa Santos, autor cujas formulações parecem-me as que mais se aproximam da ideia gorziana de reformas revolucionárias, também introduz um tema que, embora não seja estranho às preocupações de Gorz, não ocupa o centro de suas reflexões: o colonialismo. Da mesma forma que Gorz, San-

tos (2006, p. 420-422) também critica a clivagem entre reforma e revolução presente na história da esquerda europeia. Mas esse não é um tema central de suas formulações teóricas e políticas. Suas formulações giram, na verdade, em torno da crítica ao eurocentrismo e ao colonialismo.

Proponente de uma Epistemologia do Sul, centrada em ecologias como contraponto ao cânone da ciência moderna, Santos (2000) desenvolve uma ácida crítica ao que ele denomina “razão indolente”, que seria característica da ciência ocidental moderna. A razão indolente, segundo Santos, é formada basicamente por dois subtipos: a razão metonímica, que toma a parte pelo todo, promovendo, com isso, o desperdício de experiências, enquanto a razão proléptica, o outro subtipo, assenta-se numa restrita concepção de tempo linear, que contrai o presente e expande indefinidamente o futuro. Em outras palavras, enquanto a primeira é responsável por um universalismo abstrato, que ignora o que se faz fora do mundo europeu e norte-americano, incluindo aí as formas não oficialmente científicas de saber, a segunda alimenta uma ideia de progresso que amarra o resto do mundo aos valores dominantes dos centros hegemônicos do capitalismo.

Em contrapartida, sua Epistemologia do Sul é formada por uma sociologia das ausências, que faz emergir as experiências silenciadas, e uma sociologia das emergências, que procura despertar a consciência emancipatória, ampliando o presente e contraindo o futuro, de forma a despertar as subjetividades rebeldes. Trabalhando para ampliar o presente e identificar o potencial emancipatório das lutas cotidianas, a sociologia das emergências pretende contribuir para o desenvolvimento de subjetividades rebeldes presentes nos movimentos sociais. Mas, para o bem ou para o mal, os movimentos sociais não constituem um sujeito unitário ou macrossujeito à maneira do proletariado ao qual Gorz se dirigia na década de 1960. Tampouco se pode atribuir a eles a missão histórica de instaurar o socialis-

²⁵ Ver, anteriormente, na nota de rodapé número 9, onde Gorz escreve sobre reformas de estrutura, como, nesse quesito, há semelhança entre os dois autores.

mo como se atribuía anteriormente ao proletariado. Aliás, esses movimentos sociais, muitas vezes, nem mesmo partilham uma pauta comum de reivindicações. Santos (2006) acredita, porém, que, cada um à sua maneira, eles lutam por emancipação, ou, mais propriamente, por emancipações, já que o entendimento do que é emancipação pode diferir de um movimento social a outro. Por isso mesmo, a sociologia das ausências e a das emergências precisam ser completadas pelo que ele denomina trabalho de tradução, que, segundo Santos (2006) e Silva (2014b), é a forma de construir interinteligibilidade entre os diversos movimentos

É com base nessa Epistemologia do Sul que Santos (2016) desenvolve sua crítica do capitalismo contemporâneo, ou neoliberalismo, que aponta, fundamentalmente, em três direções: democratização, desmercantilização e descolonização. As críticas do colonialismo, da mercantilização desenfreada e da democracia representativa existente são, portanto, objetos privilegiados de suas análises e propostas para a esquerda contemporânea, exemplificada pelo Fórum Social Mundial de Porto Alegre, que é, para Santos (2005, 2006), um importante locus articulador e sujeito possível de uma globalização contra-hegemônica. Assim, ele também se coloca entre os autores que priorizam a crítica radical à atual expansão ilimitada das relações mercantis. Ora, se a crítica à mercantilização desenfreada das relações sociais aproxima a abordagem de Santos da de Gorz, o que mais chama a atenção, na comparação entre as duas abordagens, é a preocupação de ambos em estabelecer vínculos entre os problemas cotidianos e as mudanças sociais mais amplas. Para tanto, Gorz utiliza a terminologia das reformas revolucionárias, enquanto Santos recorre à metáfora do alargamento do presente para nele encontrar os potenciais emancipatórios, aparentemente inexistentes, mas que estariam apenas adormecidos ou tornados invisíveis pela razão indolente. É, pois, na experiência das lutas cotidianas, que ambos, Gorz e Santos, se apoiam para dar sentido às lutas por

emancipação. Nunca é demais acrescentar os vínculos que os dois tinham com as formulações de Ivan Illich e sua ideia de convivialidade, hoje recuperada por Alain Caillé. Assim, a despeito das terminologias distintas, há muito em comum em suas formulações.

* * *

Voltando a Gorz, pode-se dizer que (1) a redução generalizada do tempo de trabalho e (2) a garantia de uma renda social incondicional são, doravante, objetivos fundamentais de uma política emancipatória porque elas se tornaram condições necessárias na busca da autonomia individual e coletiva. No entanto, elas, em si mesmas, não são garantidoras de autonomia, podendo mesmo ser reabsorvidas pelo sistema. Por essa razão, ele as concebia como meios que, ao diminuírem a importância do vínculo com o mercado de trabalho assalariado, possibilitam (3) o florescimento de atividades autônomas, capazes de reforçar os vínculos sociais e de contribuir para o desenvolvimento de uma esfera livre das relações mercantis. As três políticas formam, conjuntamente, uma proposta unitária de mudança social anticapitalista.

Tal proposta, concebida no mesmo registro das reformas revolucionárias, atendia, em vários sentidos, às exigências de seu diagnóstico do presente. Em primeiro lugar, num contexto de desemprego estrutural e tecnológico, a redução generalizada do tempo de trabalho e a garantia de renda social incondicional são as formas de dar continuidade à lógica da “desmercadorização” da força de trabalho, que caracterizava alguns modelos de Estado de bem estar (Esping-Andersen, 1990), contrapondo-se, assim, à lógica da “desmercadorização” perversa, típica das políticas neoliberais que o faziam simplesmente excluindo os trabalhadores reais ou potenciais do mercado de trabalho (Offe, 1985). Em segundo lugar, com a redução do trabalho socialmente necessário,

decorrente das inovações tecnológicas e das novas formas de gestão, ambas poupadoras de trabalho, a tradicional solução da crise de desemprego pela via do crescimento econômico torna-se cada vez menos plausível, porque o crescimento econômico não mais se traduz em crescimento ou manutenção do nível de empregos. Mas, além de implausível, o combate ao desemprego por meio do crescimento econômico pode também não ser desejável, principalmente se produzir efeitos danosos para o ambiente natural. É justamente esse o sentido da crítica ao produtivismo, conforme suas reflexões em torno da ecologia política (Gorz, 2010; Gollain, 2000; Münster, 2008). Dessa forma, sua análise indica que a autonomia ou emancipação deve ser buscada não na esfera do trabalho assalariado, mas em atividades que permitam a autogestão da vida.

Também não é demais lembrar que, na década de 1960, quando Gorz elaborou pela primeira vez a ideia de reformas revolucionárias, suas propostas tinham um claro destinatário: o proletariado, sobretudo dos países europeus de então. Depois de seu “adeus ao proletariado” em 1980, suas propostas deixaram de ter aquele destinatário anterior privilegiado. Mas, para serem efetivas, as propostas atuais não podem deixar de considerar possíveis destinatários. E, durante esse período pós-adeus ao proletariado, Gorz referiu-se a alguns deles, indo desde a “não classe de não trabalhadores”, no livro de 1980, até às comunidades *hackers*, em escritos mais recentes (Gorz, 2010; Gianinazzi, 2016). Creio que aqui, na verdade, sua referência são os movimentos sociais mais recentes, cujas pautas de reivindicações podem convergir em certos aspectos com suas proposições, entre os quais se destacam os movimentos ecológicos ou verdes, com os quais ele manteve sempre uma forte interlocução, constituindo, portanto, claros destinatários de sua teoria. Enfim, para concluir, creio que o conceito de reformas revolucionárias elaborado por Gorz na década de 1960 continua sendo um útil instrumento para a análise crítica do

capitalismo e suas mazelas, assim como uma bússola a indicar caminhos possíveis e plausíveis para sua superação.

Recebido para publicação em 05 de junho de 2017
Aceito em 25 de julho de 2017

REFERÊNCIAS

- ADRET. *Travailler deux heures par jour*. Paris: Éditions du Seuil, 1977.
- AMORIM, H. *Trabalho Imaterial: Marx e o debate contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CAILLÉ, A. *Anthropologie du don. Le tiers paradigme*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000.
- CAILLÉ, A. Au-delà du marxisme et du capitalisme. In: CAILLÉ, A.; FOUREL, C. (Ed.). *Sortir du capitalisme: Le scénario Gorz*. Lormont: La Borde de L'eau, 2013. p. 189-198.
- CAILLÉ, A. *Anti-utilitarisme et paradigme du don. Pour quoi?* Lormont: La Borde de L'eau, 2014.
- CAMARGO, S. *Trabalho imaterial e produção cultural: a dialética do capitalismo tardio*. São Paulo: Annablume, 2011.
- CONTI, L. Les conditions du développement culturel en Union Soviétique. *Les Temps Modernes*, [S.l.], n. 209, p. 707-719, 1963.
- DELORS, J. (Dir.). *La révolution du temps choisi*. Paris: Éditions Albin Michel, 1980.
- ESPING-ANDERSEN, G. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- FRASER, N. Struggle over Needs: Outline of a Socialist-Feminist Critical Theory of Late Capitalist Culture. In: FRASER, N. *Unruly Practices*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989. p. 161-187.
- FRASER, N. From Redistribution to Recognition? Dilemmas of Justice in a 'Post-Socialist' Age. *New Left Review*, [London], n. 212, p. 68-95, 1995.
- FRASER, N. Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In: FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*. London; Verso, 2003. p. 7-109.
- GIANINAZZI, W. *André Gorz: Une vie*. Paris: La Découverte, 2016.
- GOLLAIN, F. *Une critique Du travail: Entre écologie et socialisme*. Paris: Éditions La Découverte, 2000.
- GORZ, A. *Stratégie ouvrière et néocapitalisme*. Paris: Éditions du Seuil, 1964.
- GORZ, A. *Le socialisme difficile*. Paris: Éditions du Seuil, 1967.
- GORZ, A. *Estratégia operária e neocapitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968a.
- GORZ, A. *O socialismo difícil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968b.
- GORZ, A. *Réforme et révolution*, Paris, Éditions du Seuil, 1969.
- GORZ, A. *Écologie et liberté*. Paris: Galilée, 1977.

- GORZ, A. *Adieux au prolétariat. Au-delà du socialisme*. Paris: Galilée, 1980.
- GORZ, A. Néf thèses pour une gauche future, *Les Temps Modernes*, Paris, n. 416, p.1541-1554, 1981.
- GORZ, A. *Les chemins du Paradis: L'agonie du Capital*. Paris: Galilée, 1983.
- GORZ, A. *Métamorphoses du travail: Quête du Sens*. Critique de la raison économique. Paris: Galilée, 1988.
- GORZ, A. *Capitalisme, Socialisme, Ecologie: Désorientations, Orientations*. Paris: Galilée, 1991.
- GORZ, A. On the difference between Society and Community, and why basic income cannot by itself confer full membership of either. In: VAN PARIJS, P. (Ed.). *Arguing for basic income*. London: Verso, p. 178-184. 1992.
- GORZ, A. Revenu minimum et citoyenneté: Droit au travail vs. droit au revenu. *Futuribles*, [S.l.], n. 184, p. 49-60, 1994.
- GORZ, A. *Misères du présent: Richesse du possible*. Paris: Galilée, 1997.
- GORZ, A. *Limmatériel: Connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée, 2003.
- GORZ, A. Penser l'exode da la société du travail et de la marchandise. *Mouvements*, [S.l.], n. 50, juin/août 2007b. Disponível em: <<http://mouvements.info/spip.php?article 65>>. Acesso em: 4 dez. 2007a.
- GORZ, A. Crise mondiale, décroissance et sortie du capitalisme, *Entropia*, [S.l.], n. 2, p.51-59, 2007b.
- GORZ, A. *Écologica*. Paris: Galilée, 2010.
- HOWARD, D. New Situation, New Strategy: Serge Mallet and André Gorz. In: HOWARD, D.; KLARE, K. E. (Ed.). *The Unknown Dimension: European Marxism since Lenin*. New York, Basic Books, 1972. p. 388-413.
- LANGER, A. Pelo êxodo da sociedade salarial. A evolução do conceito de trabalho em André Gorz. *Cadernos IHU*, São Leopoldo, RS, ano 2, n. 5, 2004.
- LUXEMBURG, R. *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970
- MACHADO, N. M. C. A obra de Gorz da década de 2000 e a sua relação com a nova crítica do valor. *Revista Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 13, n. 25, p. 277-304, 2016.
- MARX, K. *Capital*. New York: International Publishers, 1967. v. 3
- MÜNSTER, A. *André Gorz ou le Socialisme difficile*. Clamecy: Nouvelles Éditions Lignes, 2008.
- OFFE, C. *Contradictions of the Welfare State*. Cambridge: MIT Press, 1984.
- OFFE, C. *Disorganized Capitalism*. Cambridge: MIT Press, 1985a.
- OFFE, C. Full Employment: Asking the wrong question? *Dissent*, [S.l.], p. 77-81, 1995.
- OFFE, C. et al. Time, Money, and Welfare-State Capitalism. In: KEANE, J.(Ed.). *Civil Society and the State*. London: Verso, 1988. p. 221-243.
- OFFE, C; HEINZE, R. G. *Beyond Employment: Time, Work and the Informal Economy*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.
- RODRIGUES, I. J. Estratégia operária e neocapitalismo, *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 51-64, 2009.
- ROUSSELET, J. *L'Alergie au travail*. Paris: Éditions du Seuil, 1974.
- SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, B. de S. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SANTOS, B. de S. *O fórum social mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.
- SCHEHR, S. *La vie quotidienne des jeunes chômeurs*. Paris: PUF, 1999.
- SILVA, J. P. da. *André Gorz: trabalho e política*, 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.
- SILVA, J. P. da. André Gorz e renda básica: uma história de conversão crítica. In: SILVA, J. P. da. *Por que renda básica?* São Paulo: Annablume, 2014a. p. 63-83.
- SILVA, J. P. da. Epistemologia do sul como teoria crítica? nota crítica sobre a teoria da emancipação de Boaventura de Sousa Santos. Trabalho apresentado ao 40º Encontro Anual da Anpocs, 2014. Caxambu, MG. Caxambu, MG, 2014b.
- SILVA, J. P. da. O que é crítico na sociologia crítica? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 93, p. 1-18, 2017.
- SILVA, J. P. da. Tensão entre tempo social e tempo individual. *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 35-50, 2009.
- SILVA, J. P. da. *Três discursos, uma sentença: tempo e trabalho em São Paulo – 1906/1932*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 1996.
- SILVA, J. P. da. Tempo de trabalho e imaterialidade na teoria social de André Gorz. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 70, p. 101-113, 2014c.
- SILVA, J. P. da. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.
- WRIGHT, E. O. Basic Income as a Socialist Project. *Basic Income Studies*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-11, 2006a.
- WRIGHT, E. Compass Points, *New Left Review*, London, n. 41 p. 93-124, 2006b.

NOTE ON THE CONCEPT OF 'REVOLUTIONARY REFORMS' OF ANDRÉ GORZ

Josué Pereira da Silva

The article deals with the contemporary relevance of the concept of “revolutionary reforms”, formulated by André Gorz in the 1960s, and resumed in his more recent writings. My thesis here is that such concept remains actually valid, and it has been, direct or indirectly, appropriated by other social-theorists, though sometimes using a different language. To develop my argument, I begin by presenting the contours of the concept. Then, I show how Gorz uses it along with his writings. And to conclude, I discuss it through the works of other authors by focusing on some themes of contemporary debates.

KEY WORDS: André Gorz. Revolutionary reforms. Labor time. Basic Income.

NOTE SUR LE CONCEPT DE 'RÉFORMES RÉVOLUTIONNAIRES' D'ANDRÉ GORZ

Josué Pereira da Silva

L'article s'occupe de la rélevance contemporaine du concept gorzian de “réformes révolutionnaires” qu'il avait formulé pendant les années 1960s, et qu'il reprendre dans ses derniers écrits. La thèse que je veux défendre ici c'est que ce concept est encore actuel et qu'il a été approprié par d'autres théoriciens contemporaines, même s'ils employent un langage différent. Pour développer mon argument, je commence en présentant les traits du concept. En suite, je montre comment Gorz use le concept dans ses écrits pendant le temps. Pour conclure, je discute le concept en lui confrontant avec les travaux d'autres auteurs à l'aide de quelques thèmes contemporains.

MOTS-CLÉS: André Gorz. Réformes révolutionnaires. Temps du travail. Revenu social garanti.

POLÍTICAS SOCIALES Y ORGANIZACIONES POPULARES EN ARGENTINA (2003-2011): mediación social y movilización política en los barrios periféricos de Buenos Aires

POLÍTICAS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES POPULARES NA ARGENTINA (2003-2011): mediação social e mobilização política nos bairros periféricos de Buenos Aires

*Arnaud Trenta**

El artículo se inscribe en los debates en torno a las rupturas y continuidades entre los gobiernos nacionales argentinos de las últimas décadas a partir del análisis de las políticas sociales focalizadas de lucha contra la pobreza. La investigación examina particularmente las relaciones entre las organizaciones sociales y el Estado durante los dos primeros gobiernos kirchneristas (2003-2011) y se focaliza en la ejecución de un programa de inclusión social denominado “Ingreso Social con Trabajo”, que apunta a la creación de cooperativas de trabajo en barrios carenciados. Los resultados de la encuesta empírica exhiben cierta continuidad en el diseño y la implementación de las políticas sociales entre los años 1990 y 2000 a través del modelo de transferencias condicionadas de ingreso. De igual manera, ilustra una reconfiguración de las relaciones entre las clases populares y el Estado a través de la alianza política entre el gobierno nacional y las organizaciones sociales.

PALABRAS-CLAVES: Políticas sociales. Organizaciones sociales. Clases populares. Kirchnerismo. Argentina.

Este artigo se inscreve nos debates sobre as rupturas e continuidades entre os governos nacionais argentinos das últimas décadas a partir da análise das políticas sociais focalizadas de luta contra a pobreza. A pesquisa examina particularmente as relações entre as organizações sociais e o Estado durante os dois primeiros governos kirchneristas (2003-2011) e focaliza a execução de um programa de inclusão social denominado “Renda social com trabalho”, que aponta para a criação de cooperativas de trabalho em bairros carentes. Os resultados da enquete empírica revelam certa continuidade das políticas sociais entre os anos 1990 e 2000 por meio do modelo de transferências condicionadas de renda, manifestada tanto em seu delineamento como nas práticas de execução, que outorgam um poder discricionário aos intermediários. Do mesmo modo, ilustra uma reconfiguração das relações entre as classes populares e o Estado por meio de aliança política entre o governo nacional e as organizações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas sociais. Organizações sociais. Classes populares. Kirchnerismo. Argentina.

INTRODUCCIÓN

Junto con los gobiernos de Lula en Brasil, de Evo Morales en Bolivia y de Hugo Chávez en Venezuela, la Argentina de los Kirchner ha jugado un rol preponderante en la reconfiguración política e ideológica de América Latina a principios del año 2000. La emergencia de nuevos liderazgos y de gobiernos preocupados por la cuestión social signó el fin del famoso “Consenso de Washington”, cuyo proyecto neoliberal aspiraba a reducir las funciones del Estado, la privatización y la desregulación de la economía nacional, al igual que la apertura al mercado mundial (Williamson, 1990). El ac-

ceso al poder de aquellos dirigentes se manifestó – con matices según los contextos nacionales –, en la rehabilitación del rol del Estado como actor central de la regulación económica y social, y en varias reformas que apuntaban a la reducción de la pobreza y la inclusión de los sectores marginales.

A través de este Estado redimensionado, que contó con un crecimiento económico fuerte, la pareja Kirchner pudo llevar a cabo, en Argentina, una serie de políticas sociales en los campos del trabajo, de la educación, de la salud y de la asistencia, cuyos resultados generan controversias en los ámbitos académicos, políticos y mediáticos en torno a si resultaron eficaces para reducir la desigualdad (Andre-nacci; Falappa, 2008; Coraggio, 2011; Cortés; Kessler, 2013; Lo Vuolo, 2010; Kessler, 2014; Zarazaga, 2014). Una de las principales pre-

* Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Instituto de Ciencias Humanas, Sociales y Ambientales (INCIHUSA-CCT). Ruiz Leal s/n, 5500. Mendoza – Argentina. atrenta@mendoza-conicet.gob.ar

guntas en torno a la década kirchnerista planteada en los medios académicos es saber en qué medida las políticas públicas implementadas constituyen una ruptura con la década anterior, caracterizada por la reducción de la protección social, la desregulación de la economía y el crecimiento de las desigualdades. Si la ruptura con el neoliberalismo de los años 90 es evidente en el registro discursivo, resulta más complejo analizar los cambios a nivel de los programas institucionales y las prácticas de los actores en la puesta en marcha de las políticas sociales impulsadas por los gobiernos de Néstor y Cristina Kirchner. Por ello, el artículo se interroga sobre los cambios y continuidades en las políticas sociales vinculadas al desempleo y la pobreza durante las últimas décadas, tomando como terreno de investigación un distrito del conurbano bonaerense.

El objetivo principal es analizar las relaciones entre el Estado y las organizaciones sociales en el marco de políticas de inclusión que se focalizan en los barrios populares. El análisis se inscribe en el campo de los estudios sobre las reconfiguraciones del Estado social en el contexto de debilitamiento de la sociedad salarial y de crisis del Estado de Bienestar (Castel, 1995; Esping-Andersen, 1990; Merklen, 2009) que se manifiesta a partir de los años 70 en las sociedades europeas, norteamericanas y latinoamericanas a través de la reducción del perímetro de intervención del Estado y el auge de las organizaciones de la sociedad civil. Este cambio profundo ha sido interpretado a partir de varios conceptos como los de “Mixed economy of Welfare” (Kamerman, 1983) o de “État-réseau” (Rosanvallon, 2004), que vienen a subrayar las nuevas relaciones que unen el Estado con las organizaciones sociales frente al retorno de la cuestión social. Bajo estos nuevos paradigmas, las políticas sociales son comprendidas como una configuración de relaciones complejas que mixturán una diversidad de organizaciones públicas y privadas dentro de las cuales las institucionales subnacionales y las

organizaciones sociales juegan un rol fundamental en la definición e implementación de políticas locales, particularmente en los intersticios dejados por las medidas nacionales (Brodiez-Dolino, 2013).

En Argentina, durante los años 80-90, los gobiernos como las organizaciones internacionales sostuvieron e incentivaron el desarrollo de las llamadas ONG, o “tercer sector” (Roitter, González Bombal, 2000; Thompson, 1995), con el objetivo de fomentar intermediarios locales para la implementación de las políticas focalizadas de “lucha contra la pobreza” (Prévôt-Schapira, 1996). Este enfoque, más técnico que militante, fue resistido desde los años 2000 a partir del cuestionamiento al modelo neoliberal y de los crecientes bolsos de pobreza. Luego de la crisis de 2001, un conjunto de organizaciones sociales surgidas al calor de la protesta social han mantenido una intensa actividad en los barrios populares, mayoritariamente en relación con las políticas sociales que brindan una asistencia material o monetaria a individuos en situación de vulnerabilidad y (o) implementan servicios y bienes colectivos en territorios relegados (Pérez, Natalucci, 2012; Quirós, 2011; Vommaro, 2017). Lejos de resumirse a una lógica clientelista (Vommaro; Combes, 2016), esta diversidad de organizaciones conforma redes de solidaridad en los territorios populares y participa de la puesta en marcha de las políticas sociales.

Estas relaciones entre el Estado y las organizaciones sociales, en el marco de las políticas de inclusión, sugieren una serie de interrogantes sobre el diseño, la implementación y los usos de las políticas sociales en territorios específicos: ¿Cómo se articulan las distintas escalas del Estado y qué vínculo tienen con las organizaciones implantadas en los territorios populares? ¿Qué autonomía tienen las organizaciones sociales frente a las instituciones políticas que financian los programas sociales? ¿Quiénes deciden, y con qué criterios, la elección de los beneficiarios de

las políticas sociales? ¿Cuáles son los usos de las políticas sociales a nivel territorial? ¿Cuáles son las prácticas asociativas y las formas de participación en los espacios públicos locales?

En vistas a responder tales preguntas, el examen se basa en la actividad social y política de la organización social llamada *Movimiento Evita* y se focaliza en su rol en la definición e implementación del programa “Ingreso Social con Trabajo”. Este programa, lanzado en 2009, depende de la política pública “Argentina Trabaja” del Ministerio de Desarrollo Social de la Nación y consiste en sustentar la creación de cooperativas en territorios populares que agrupan los trabajadores desocupados más alejados del mercado. La organización *Movimiento Evita* como la política social “Argentina trabaja” ocuparon un lugar central en la acción gubernamental de los Kirchner, lo que permite movilizar distintas escalas de análisis desde lo local y hacia lo nacional.

El trabajo de campo se realizó entre 2009 y 2011, en una ciudad del primer cordón del conurbano bonaerense, donde una organización del *Movimiento Evita* administraba varias cooperativas. El enfoque anclado en lo local permitió observar la articulación de las políticas públicas diseñadas en distintos niveles estatales, las prácticas de mediación de las organizaciones sociales a nivel territorial y los usos que los beneficiarios le otorgan al financiamiento público. Para dar cuenta de las representaciones y prácticas que los actores locales desarrollan en el marco de esta política social, se utilizó el método etnográfico, a partir de la realización de observaciones en el territorio extendidas en el tiempo y de 15 entrevistas en profundidad.¹ A ello se agregó información proveniente de las administraciones públicas y de la prensa provincial y nacional.

¹ Por un compromiso con los entrevistados, se ha omitido sus nombres en el presente artículo.

La primera parte del artículo expone el contexto histórico en el cual se inscriben las políticas sociales y las prácticas de los actores, a partir de la literatura existente. La segunda parte analiza la génesis de la organización local del *Movimiento Evita* y las formas de trabajo y empleo al interior de las cooperativas. La tercera parte se focaliza en el manejo de los recursos institucionales por parte de los referentes del *Movimiento Evita* para constituir una red territorial de militancia y generar movilizaciones políticas a la escala local y nacional.

DEL MOVIMIENTO DE TRABAJADORES DESOCUPADOS AL MOVIMIENTO KIRCHNERISTA

El Movimiento de Trabajadores Desocupados

A principios de los años 2000, tuvo lugar una reconfiguración de las relaciones entre el Estado y las organizaciones sociales a partir del debilitamiento de los sindicatos tradicionales y el auge de las organizaciones territoriales. Durante la década del 90 y bajo el gobierno de Carlos Menem, las organizaciones sindicales no opusieron una fuerte resistencia a las reformas estructurales de la economía (Murillo, 2005); por ello, las organizaciones de base que conformaron el movimiento de trabajadores desocupados fueron las que encarnaron la revuelta popular en contra del orden neoliberal y manifestaron la importancia de la matriz territorial en las movilizaciones populares (Kessler; Svampa; González Bombal, 2010). El movimiento de trabajadores desocupados tuvo un doble origen: por un lado, se vinculó con los levantamientos populares que tuvieron lugar en provincias del interior, como Santiago del Estero en 1993 y Neuquén en 1996, donde los trabajadores desocupados reclamaron el pago de los salarios o la creación de empleos ante las administraciones provinciales. Durante estas movilizaciones, surgió una nueva modalidad en el repertorio de acción colectiva de los sectores populares, defi-

nida por la afirmación de la identidad “piquetera”, el corte de rutas como modo de acción, la asamblea como forma de organización y el trabajo como tipo de demandas (Delamata; Armesto, 2005; Svampa; Pereyra, 2003).

Por otro lado, el autodefinido movimiento piquetero se conformó a partir de las organizaciones sociales radicadas desde los años 80 en los territorios pauperizados del conurbano bonaerense, que importaron la acción colectiva piquetera al centro neurálgico del país y permitieron desarrollar el movimiento de trabajadores desocupados a escala nacional. Estas organizaciones adicionaron al flamante movimiento social sus propios modelos de militancia, íntimamente ligados al trabajo en los barrios, y orientaron las demandas hacia planes sociales (Merklen, 2009). Muy heterogéneo en su composición, el movimiento piquetero desarrolló tres grandes orientaciones políticas distintas: una orientación sindical que favorece la negociación y la institucionalización; una orientación partidaria ligada a los partidos de izquierda y la competencia electoral; y una orientación autonomista que prioriza el anclaje territorial y la confrontación con los poderes públicos (Svampa; Pereyra, 2003).

Las respuestas del gobierno de Menem ante el estrepitoso aumento del subempleo y desempleo, lo cual trepó como producto de la crisis del Tequila a un 18%, y las consecuentes movilizaciones que pusieron en jaque la gobernabilidad, se dieron a través del plan “Trabajar”, lanzado con ayuda del Banco Mundial en 1996. En principio, este plan consistía en otorgar un módico salario mensual² por un lapso de seis meses a los desempleados que no percibían ninguna indemnización, a cambio de la realización de un trabajo comunitario. De acuerdo a la literatura existente, este plan se caracterizó por una ambigüedad entre seguro de desempleo, asistencia pública y clientelismo político (Svampa; Pereyra, 2003). Los recursos financieros seguían un circuito descendente

que se puede sintetizar de la siguiente manera: el gobierno nacional decidía el reparto de recursos entre diferentes provincias; los gobiernos de provincias determinaban las municipalidades concernientes y establecían las ayudas asignadas; los intendentes recibían finalmente las sumas acordadas para los diferentes individuos que estiman ser los beneficiarios. La selección de los beneficiarios se realizaba en las escalas más bajas de la administración. El poder discrecional de los dirigentes políticos y la cantidad limitada de planes sociales³ tuvieron como efecto la consolidación de las redes clientelares ya presentes en barrios carenciados (Auyero, 2001; Levitsky, 2005), pero, a la vez, reforzaron las organizaciones piqueteras, que optaban por una relación conflictiva con los dirigentes políticos y reclutaban nuevos miembros que querían obtener los beneficios del plan “Trabajar”. Al agrupar los subsidios de sus miembros, estas organizaciones se erigían localmente en interlocutoras ineludibles de los poderes públicos. El número de cortes de ruta pasó así de 100 en 1997 a 500 en 2000 y 1400 en 2001 (Lodola, 2005).

Luego de la crisis de 2001, la tasa de pobreza alcanzó al 42,3% de los hogares y 54,3% de la población (Rodríguez Enríquez, Reyes, 2006). El crecimiento de la pobreza se tradujo en un aumento del número de beneficiarios de los planes sociales, que pasó de 140.000 en 1997 a 1.300.000 en octubre de 2002 (Svampa; Pereyra, 2006), con la puesta en marcha del programa “Jefes y Jefas de hogares desocupados” (JJHD), que cubría una mayor fracción de población y conservaba el mismo circuito de financiamiento. Al igual que las políticas de transferencias condicionadas de ingreso que se difundieron en la región latinoamericana a partir de las primeras experiencias mexicanas y brasileñas (Merrien, 2014), el programa JJHD agregó como condicionalidades la escolarización y la vacunación de los niños, lo que puede

³ Entre 1996 y 2001, el promedio anual del plan “Trabajar” fue de 130 millones de pesos, lo que permitía cubrir alrededor del 20% de los desocupados (Lodola, 2005).

² 200 pesos por mes al inicio, es decir, la mitad de la canasta familiar básica.

ser visto como una forma de patronazgo hacia los sectores populares y de moralización de los pobres (Ceballos, Lautier, 2013; Lautier, 2013).

El Movimiento Kirchnerista

Hacia fines de 2002, las movilizaciones de trabajadores desocupados y otras organizaciones surgidas al calor de la crisis como las asambleas barriales ya mostraban disociaciones y desacuerdos que permiten observar los límites en torno a la unificación de la protesta social. Su desarticulación se acompaña de una creciente demanda de “normalización institucional” por parte de varios sectores sociales, la cual se manifiesta durante las elecciones de abril 2003 con la reafirmación del dominio político de los partidos tradicionales. Con solo el 22,04% de los votos y gracias a la renuncia de Carlos Menem al ballotage, Néstor Kirchner accede a la presidencia de la República con una legitimidad débil, producto de su escaso margen de sufragios. Sus primeras medidas a favor de los Derechos Humanos le permitieron reactivar un movimiento social clave en el periodo democrático y ganar el apoyo de numerosos intelectuales y organizaciones civiles. De esta manera, Kirchner operó también a favor de un desplazamiento de la conflictividad hacia el problema de los Derechos Humanos que tiende a ocultar la cuestión social todavía vigente.

Frente a las organizaciones piqueteras, Néstor Kirchner actuó de manera ambigua y buscó controlar la protesta social atendiendo a distintas tácticas. Por un lado, el gobierno ejerció una represión en contra de las organizaciones autonomistas o ligadas a partidos de izquierda, que se tradujo en miles de aprehendidos (Svampa, 2008). Esta represión policial y judicial se vinculó con una campaña mediática de deslegitimación de los piqueteros, orquestada tanto por el gobierno como por los grandes medios de comunicación. Por otro lado, el gobierno llevó adelante una cooptación de las agrupaciones que tenían una mayor orientaci-

ón sindical, la cual desembocó en la formación de un bloque de organizaciones populares apoyando la acción del nuevo jefe de Estado. Esta cooptación en el seno del gobierno se concretizó particularmente en la participación de esas organizaciones en la puesta en marcha de las políticas sociales en los territorios pauperizados y en la vinculación de sus cuadros en la administración pública nacional y provincial (Merklen, 2006; Perelmiter, 2012).

Entre 2003 y 2005, mientras las organizaciones piqueteras autonomistas o izquierdistas seguían enfrentando al Estado y pidiendo planes sociales, muchas otras de orientación sindical respondieron al llamado de Néstor Kirchner de incorporarse a la acción gubernamental y emprendieron la conformación de un movimiento social kirchnerista. Este cambio en las relaciones entre el Estado y las organizaciones populares territoriales se manifestó también a nivel identitario, ya que las agrupaciones cooptadas dejaron de referirse a la identidad piquetera y a la resistencia característica del periodo neoliberal para proyectarse en el nuevo ciclo político iniciado por Néstor Kirchner, que retomó la cultura militante de los años 70 y la tradición nacional-popular del peronismo (Perez; Natalucci, 2012).

El Movimiento Evita

El *Movimiento Evita* se constituyó, en 2005, en el marco de este proceso, gracias al reagrupamiento de numerosas organizaciones sociales de orientación sindical. Su trayectoria está asociada a la de su máximo referente, Emilio Pérsico, quien participó, desde 2003, en la constitución de una alianza con el gobierno nacional y en la coordinación de las organizaciones que conformaron el espacio militante kirchnerista. Consignatario de los textos emblemáticos del proyecto de unificación y canalización del movimiento social,⁴ Pérsico fue

⁴ Durante el año 2004, la constitución del “Frente de Organizaciones Populares”, y luego del “Frente Patria para Todos”

el principal instigador de un reagrupamiento de distintas organizaciones sociales que dio luz, en 2005, a la fundación del *Movimiento Evita*, que se caracteriza por valorar la figura del militante. Opuesta a la figura del “puntero”⁵ que simboliza las prácticas clientelares y la usurpación de los recursos públicos, la figura del militante está definida a partir de “un compromiso con una organización cuyo objetivo es construir un proyecto político que pueda modificar el orden social instituido total o parcialmente” (Natalucci, 2012, p. 45). Desde esta perspectiva, que se aproxima a la tradición nacional-popular, la finalidad de la militancia no es garantizar la autonomía de las organizaciones sociales frente al poder político, sino vincularlas al poder para participar en la conformación de un nuevo orden sociopolítico.

La identificación con Néstor y Cristina Kirchner y el proyecto político que lideran está presente en las instancias nacionales y locales del *Movimiento Evita*. En la organización local estudiada, los responsables han vivido, en carne propia, los procesos de pauperización durante los años 80 y 90, y los gobiernos kirchneristas representan, para ellos, una verdadera esperanza de cambio social, al buscar poner fin a un complejo sistema de desigualdades. La trayectoria de la referente local del *Movimiento Evita* ilustra este cambio de perspectiva en relación a los objetivos y razones de su militancia. Nació en la villa 31 de Retiro y creció en el barrio Ejército de los Andes, en Ciudadela, que forma parte de los barrios más estigmatizados del conurbano – llamado peyorativamente Fuerte Apache (Kessler, 2012) –, por lo que su origen militante se vincula a la lucha por una vivienda

da lugar a las siguientes declaraciones: “La Hora de los Pueblos”; “Por la recuperación del Trabajo y la Justicia Social. Fuerza Compañero. Presidente Néstor Kirchner”; “Declaración Política del Frente de Organizaciones Populares”; “Diez puntos para la unidad de las fuerzas populares”.

⁵ La palabra puntero tiene una connotación peyorativa y denomina un referente barrial que “trabaja” para un político al nivel territorial. Su propio hogar sirve usualmente de base a su organización sociopolítica que realiza la mediación entre el vecindario y la política (reclamos de vecinos, distribución de bienes de primera necesidad, movilización a favor del “patrón” político, etc.).

digna y legal. Después de veinte años de movilización dedicados a los problemas de subsistencia en situaciones críticas, empezó, a partir del 2003, a militar por el mejoramiento del trabajo, de la educación, de la salud, etc. Esta referente local describe la llegada al poder de los Kirchner como una nueva etapa de la democracia, que pone fin a la resistencia del periodo neoliberal:

Con todo el proceso del neoliberalismo, lo que nos llevó fue a cada uno refugiarnos en su hogar para sostenerlo. Porque había desocupación, había muchas crisis... Toda la época del neoliberalismo fue una época mucho más dura porque cerraban las fabricas, había mucha desesperación... A raíz de esta nueva etapa de la democracia, que empezó en 2003, hubo como más perspectivas, como una esperanza nueva de que podemos juntarnos y volver a hacer militancia... es decir cambiar la realidad de mucha gente, no solamente por mí, sino de los que están peor. Pasar de la resistencia a la construcción, y no estar más en el piquete, en el corte de ruta, a pedir las cosas básicas. Parar de sobrevivir y luchar por otra cosa: el trabajo digno, la salud, la educación⁶ (*Movimiento Evita*).

La militancia en el *Movimiento Evita* procuró construir puentes entre el Estado y los sectores populares que permitieran prolongar la acción pública hacia las poblaciones que necesitaban ayuda social. En el momento del lanzamiento oficial del movimiento, el 9 de mayo de 2006 en el Luna Park, los discursos insistían sobre la necesidad de una mediación de las organizaciones sociales para cumplir los objetivos de inclusión que perseguían las políticas públicas.⁷ El leitmotiv del *Movimiento Evita*, “No hay proyecto nacional sin movimiento nacional”, evoca, de igual manera, la alianza necesaria entre las organizaciones sociales y el Estado. Esta alianza se viabilizó a través de la incorporación de líderes sociales en las administraciones provinciales y nacionales, como es el caso de Emilio Pérsico, que fue nombrado subsecretario del gabinete del gobernador de la provincia de Buenos Aires

⁶ Entrevista con la referente local del Movimiento Evita.

⁷ Pagina 12 y La Nación, 10 de mayo de 2006.

y de otros cuadros del *Movimiento Evita* que fueron electos diputados en las legislaturas provinciales o en el Congreso nacional. El sentimiento de pertenencia a una misma fuerza política que une las organizaciones territoriales a la cima del Estado está también presente en los relatos de los militantes locales que ponen de relieve la gestión de las cooperativas del programa “Ingreso social con Trabajo” para demostrar su participación efectiva en el poder.

El gobierno ha dado mucho a las organizaciones sociales como la nuestra... organizaciones políticas actualmente... somos parte, de una cierta manera, del Estado. Tenemos cooperativas. (*Movimiento Evita*).

LA MEDIACIÓN DE LAS ORGANIZACIONES POPULARES EN LAS POLÍTICAS SOCIALES

Nuevas conflictividades y especialización del Movimiento Evita

La relación orgánica entre el *Movimiento Evita* y el gobierno nacional se fue reforzando luego del fuerte conflicto del campo en 2008. Durante los cuatro meses de crisis en torno al proyecto de la ley 125, cuyo objetivo era generar un fondo de redistribución social a partir de un aumento de los impuestos a las exportaciones de la soja, los grupos agropecuarios movilizaron un amplio espectro de actores, desde los grandes propietarios de la Sociedad rural hasta los pequeños productores de la Federación agraria, y recibieron el apoyo de las clases medias porteñas y del interior, a pesar de los múltiples cortes de ruta. Más allá del fracaso del proyecto de ley de Cristina Kirchner, esta crisis puso a la luz la incapacidad de las organizaciones kirchneristas para generar movilizaciones masivas de apoyo al gobierno. El *Movimiento Evita* con otras organizaciones y con el apoyo del gobierno participó en la creación de la Corriente Nacional de la militancia para paliar esta carencia. Esta preocu-

pación fue un caldo de cultivo para generar nuevas prácticas que permitieran movilizar a los actores en torno de un objetivo común.

En este contexto de reorganización de la movilización kirchnerista, la dirección nacional de la organización decidió focalizar su acción hacia el problema del trabajo y los sectores más vulnerables, ya que confiaban en su rol integrador. Esta especialización del *Movimiento Evita* se concretizó particularmente en su participación en la elaboración y puesta en marcha de políticas públicas que apuntaron al desarrollo de una economía social (Natalucci, 2012). En 2009, los militantes del *Movimiento Evita* ocuparon un rol central en la definición y realización del programa “Ingreso Social con Trabajo”, cuyo primer objetivo fue generar 100.000 empleos genuinos a favor de quienes no trabajaban ni recibían algún tipo de subsidio. Según la documentación oficial, los beneficiarios debían cumplir 40 horas de trabajo por semana y percibirían un sueldo mensual bruto de 1500 pesos.⁸ Esta política social se focalizó sobre las poblaciones más alejadas del mercado de trabajo y sobre los territorios más pobres del país, particularmente en las comunas del conurbano bonaerense.

La creación de cooperativas para trabajadores desocupados radicados en barrios carenciados por medio de una política social presenta ciertos puntos de contacto con la experiencia piquetera de los años 90 y 2000, cuando estas organizaciones gestionaban los subsidios de los planes “Trabajar” y “JJHD” para sus miembros y realizaban trabajos comunitarios en sus barrios. Con el programa “Ingreso social con trabajo”, los miembros de las cooperativas trabajaban igualmente en sus barrios o municipios para mejorar el espacio urbano local, tal como veredas, plazas públicas o edificios comunitarios. La diferencia notable entre ambas experiencias es que el nuevo programa proviene de un acuerdo entre

⁸ En 2009, el ingreso supera el salario mínimo fijado a 1240 pesos en diciembre de 2008 y 1400 pesos en agosto de 2009.

el gobierno y los dirigentes sociales afiliados al kirchnerismo, cuando, durante la crisis del 2001, la demanda y gestión de planes sociales se efectuaba de manera conflictiva entre el Estado y una multitud de organizaciones locales.

El desarrollo de una economía social y sus organizaciones desde el Estado y por medio de políticas públicas genera una serie de preguntas en torno a la génesis y la organización de las cooperativas, la elección de los beneficiarios y las posibilidades de perpetuar las cooperativas y los empleos a partir de la actividad económica creada. El análisis de las prácticas locales de los militantes del Movimiento Evita en el territorio estudiado permite distanciarse del relato oficial sobre los alcances de las políticas sociales y esclarecer las distintas relaciones que se establecen entre las organizaciones sociales y el poder político en este marco institucional.

Constitución del Movimiento Evita a nivel local

El territorio estudiado se ubica en el primer cordón del conurbano hacia el oeste de la ciudad de Buenos Aires. Su población alcanza los 340 000 habitantes, con una presencia mayor de las categorías de empleados y obreros que representan el 67% de la población activa.⁹ A pesar de contar con algunos asentamientos y otros barrios muy precarios, la ciudad no fue el escenario de grandes movilizaciones piqueteras durante la época de crisis de 2001. El territorio local estuvo estrechamente vinculado al poder municipal, cuyo máximo representante fue electo en 1991 y reelegido sucesivamente hasta 2015 con porcentajes de votos superiores al 50%. Este dirigente, que contaba con una larga trayectoria en el Partido Justicialista y la Unión Obrera Metalúrgica, fue uno de los principales aliados del gobernador Eduardo Duhalde durante los años 90 y participó activamente al proceso de territorialización de la política durante esta época (Ollier, 2010). Para

⁹ Fuente: Indec, Censo 2010.

los militantes locales del *Movimiento Evita*, el intendente y sus agrupaciones representaban la “vieja clase política corrupta”, contra la cual querían diferenciarse. Por eso no prestaban colaboración con el poder municipal, ni con las redes territoriales del peronismo.

De esta forma, el grupo de militante nodal del *Movimiento Evita*, en este distrito, no provenía ni de una organización piquetera, ni del partido peronista. El reclutamiento primigenio se realizó por fuera de la militancia histórica del peronismo. El mismo se constituyó paulatinamente a partir de 2005, cuando la dirección nacional del *Movimiento Evita* se puso en contacto con una ex militante de un partido de izquierda para crear una organización en este territorio. Esta militante sigue siendo la referente local y cuenta cómo el grupo se fue armando progresivamente a partir de vínculos militantes y personales.

Cuando empezamos el *Movimiento Evita*... Primero se conectaron conmigo. Me encontré con una compañera, militamos juntas antes... Empezamos las dos, empezamos a militar y ver lo que se podía hacer en los barrios... nos encontramos con viejos militantes, con otros... y bueno, al final del año, hicimos una juntada con 30 compañeros. No se quedaron todos, no eran todos militantes... Pero bueno, nuestros hijos se agregaron, yo tengo 4 hijos bastante jóvenes que se incorporaron y después sus amigos también vinieron (*Movimiento Evita*).

Durante cuatro años, se constituyó este núcleo del movimiento a escala local, que tenía actividades esporádicas y había logrado reclutar un número acotado de militantes, vinculados a relaciones interpersonales. Pero la situación cambió radicalmente en 2009 con la puesta en marcha del programa “Ingreso social con trabajo”, que atrajo nuevos recursos al territorio. Emilio Pérsico fue el responsable de la conducción de este programa financiado por el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación, que derivó la mayor parte de los fondos hacia el *Movimiento Evita*.¹⁰ En el ter-

¹⁰ Este fenómeno generó tensiones con otras organizaciones sociales del movimiento kirchnerista.

itorio estudiado, la primera versión del programa logró la creación de un total de 25 cooperativas, que contaban con 16 trabajadores cada una. Dentro de este conjunto, 12 estaban gestionadas por los dirigentes del *Movimiento Evita*. Las restantes dependían de las redes políticas del intendente. En conclusión, las organizaciones territoriales que no estaban en manos del intendente alcanzaban el manejo de 192 subsidios, y competían por lograr una mayor disponibilidad de recursos frente a las redes gestionadas por la comuna. Hacia fines de 2009, el crecimiento de la organización fue exponencial.

La magnitud de los recursos fue en aumento: en 2010, el Movimiento gestionó más de 1000 subsidios a través cooperativas de mayor envergadura, que alcanzaban los 60 trabajadores y, en algunos casos, los 300 trabajadores. La organización se nutrió y densificó. Por ello, produjo distintas jerarquías de adherentes al Movimiento: a nivel local, participaban 30 cuadros militantes que ejercían altas responsabilidades en gestión del Programa, alrededor de 100 simpatizantes comprometidos fuertemente con la organización, que participaban de las movilizaciones del grupo. A estos militantes y simpatizantes se sumaban los miles de trabajadores de las cooperativas a cargo de la organización local del *Movimiento Evita*.

La elección de los beneficiarios del programa Ingreso Social con Trabajo

De manera similar a los planes “Trabajar” y “JJHD”, el programa “Ingreso Social con Trabajo” no cubría la totalidad de los beneficiarios potenciales,¹¹ lo que imponía una se-

¹¹ En un archivo de 2012 titulado Rendimos cuentas, el Ministerio de Desarrollo Social de la Nación avanza un número de 500.000 beneficiarios, pero sin explicitar la elaboración de esta cifra. En esta misma época, análisis mirando la situación socioeconómica desde la perspectiva de la heterogeneidad social subrayaban el crecimiento de un conjunto heterogéneo compuesto por trabajadores precarios, informales, con ingresos bajos, desocupados, subocupados, beneficiarios de planes sociales, sobreocupados con bajos ingresos, que alcanzan en total a la mitad de la población económicamente activa (Kessler, 2014).

lección de los demandantes a partir de criterios más o menos explícitos. Por un lado, la ley definía quienes podían recibir esta ayuda: aquellos que no tenían trabajo ni percibían cualquier subsidio. Por otro lado, los militantes agregaban otros criterios propios, en sintonía con las estrategias locales y nacionales del *Movimiento Evita*, como, por ejemplo, privilegiar en el proceso selectivo a los jóvenes que tenían por lo menos dos hijos. Los militantes repartían también los cupos de manera tal que cubrieran todas las zonas populares del municipio. La selección de los beneficiarios se realizaba a través de relaciones personales de los militantes, que actuaban principalmente en sus propios barrios con la legitimidad del conocimiento íntimo del vecindario;

Nos coordinamos con nuestros compañeros de cada barrio, que son los que eligen aquellos que vamos a anotar. Nosotros hemos dividido el número de cupos por barrio. Lo que hacemos es discutir un criterio: primero que el no tenga trabajo... Después el que tenga más hijos... Prioridad tienen los jóvenes... Todo este tipo de cosas. Entonces discutimos un criterio y después cada compañero, en su barrio, conoce a los vecinos y sabe la ansiedad que tienen. Por ejemplo, en el barrio de Joaquín, es él que va a saber a quién tiene que anotar. Otro compañero va a saber a quien anotar en su barrio y los otros también. Entonces el criterio que usamos es repartir el poder y que los vecinos tengan el poder de decir: ‘tengo 30 cupos, yo sé a quién les voy a proponer’. El compañero del barrio dice también: ‘este puede ser presidente, este puede ser capataz... este coordinador’ (*Movimiento Evita*)

Las informaciones anteriores muestran que los militantes del *Movimiento Evita*, en tanto mediadores de políticas sociales, disponían de un poder discrecional que se asemejaba a las situaciones vividas bajo los gobiernos de Carlos Menem, Fernando de la Rúa y Eduardo Duhalde. Al igual que los planes “Trabajar” y “JJHD”, los subsidios del programa “Ingreso Social con Trabajo” son facultativos, condicionados a contraprestaciones, como el trabajo comunitario, y focalizados sobre poblaciones y territorios particulares. Los discursos de los

militantes, en sintonía con el relato oficial, insistían sobre la creación de “empleos genuinos” y el sentimiento de dignidad que se iba recuperando gracias al trabajo en las cooperativas, pero la naturaleza de las obras realizadas y la escasez financiera del subsidio contrastan con el énfasis del discurso sobre la dimensión laboral. Este programa puso a luz una cierta continuidad de las políticas de lucha contra el desempleo y la pobreza entre los gobiernos Kirchner y los anteriores, dado que los mediadores sociales o políticos seguían gozando de un poder discrecional para distribuir ayudas condicionadas y que los principios de justicia para elegir a los beneficiarios se definían localmente, sin referencia a derechos sociales universales.

Adaptación local del dispositivo y uso de las cooperativas

La relativa informalidad en torno al uso de los recursos del programa “Ingreso Social con trabajo” dejaba un alto margen de manobra a los individuos para adaptar el dispositivo a las situaciones concretas que enfrentaban. Los militantes podían redefinir las reglas y los objetivos del dispositivo a partir de su práctica de mediación, a fin de resolver los problemas de los beneficiarios. En esta perspectiva, los responsables locales del *Movimiento Evita* no gestionaban las cooperativas focalizándose en los objetivos de la actividad y producción económica, sino que las consideraban como espacios de socialización que permitían a trabajadores desocupados de iniciar o prolongar un proceso de inserción profesional. De este modo, la etnografía sobre este territorio exhibe que la organización modificó el criterio de la desocupación y la reglamentación del horario laboral para que los beneficiarios pudieran tener otro trabajo y acumular los sueldos:

El ingreso es de 1340 pesos... y eso no es suficiente. ¡Necesitamos el triple! Pero trabajan seis horas...

o cuatro horas. Nosotros, acá, trabajamos un poco menos para que puedan tener horas para trabajar afuera (*Movimiento Evita*)

La modificación de las reglas del dispositivo a partir de las prácticas de mediación puede ser vista también como una forma de experimentación cuyo resultado puede cambiar el marco institucional. La estrecha alianza entre el *Movimiento Evita* y el gobierno nacional permite prever que existía un estrecho diálogo entre los actores que definían las políticas sociales y aquellos que las implementaban en los territorios. La misma adaptación de los horarios laborales, que existía desde 2009 en el distrito estudiado, se institucionalizó a partir de 2012 con un cambio de las remuneraciones y condicionalidades. Se agregó, además, una serie de incentivos: al ingreso básico se adicionaban mensualmente retribuciones de 300 pesos por una alta productividad, y de 250 pesos por una presencia regular en puestos de trabajo. Si bien los criterios en torno de una alta productividad no eran explícitos para otorgar la prima, los de la presencia regular se establecían en la cumplimentación de cuatro horas diarias, es decir, una medida que ya estaba en vigencia en las cooperativas analizadas. Según la presidenta de la Nación, Cristina Kirchner, este mejoramiento en los subsidios se concibe como una recompensa para los trabajadores más meritorios.¹² Al acumular el subsidio de base con las primas de productividad y de presencia, un beneficiario de esta política social percibía alrededor de 2000 pesos netos mensuales, es decir, el equivalente de un salario mínimo en 2012, por una contraparte de cuatro horas de trabajo por día.

¹² Ver el artículo titulado “Mejoras en los planes Argentina Trabaja” en el diario La Nación publicado el 29 de febrero del 2012.

LAS COOPERATIVAS COMO RECURSOS DE UNA RED DE MILITANCIA

Constitución de Una Red Territorial

La relación entre el *Movimiento Evita* y el gobierno nacional no se resume tan solo en la puesta en marcha de políticas sociales. Como lo señalamos en la primera parte, la crisis del campo puso al descubierto una falla del kirchnerismo en cuanto a las movilizaciones masivas y provocó la creación de una Corriente Nacional de la Militancia, de la cual participó el *Movimiento Evita*. En el territorio estudiado, esta voluntad de fomentar la militancia en los barrios populares a fin de ampliar la capacidad de movilización se manifestó a través las múltiples actividades que generaron los militantes en torno a las cooperativas.

Para reclutar los responsables de cada cooperativa,¹³ los dirigentes locales del *Movimiento Evita* escogieron a los candidatos que se comprometían para militar en los barrios y realizar actividades comunitarias, adicionando nuevos criterios a los ya descriptos en el apartado anterior. De este modo, la organización pudo movilizar ampliamente a los habitantes e instalar comedores, centros de jubilados, centros culturales, clubes deportivos, murgas, puestos sanitarios, talleres de alfabetización, etc. Como muchas redes sociopolíticas, los militantes aseguraron también la distribución de productos alimentarios de base a las familias más desfavorecidas. En 2010, la organización afinó su perfil asociado a la política y hubo una especialización en torno a la actividad a partir de una división del trabajo político: la treintena de personas que ocupaban cargos de responsabilidad al interior de la organización se reunían una vez por semana para coordinar las múltiples tareas. Dentro de

¹³ Las cooperativas tienen su propia personería jurídica y están inscriptas en el Registro nacional de las organizaciones de la sociedad civil. Los estatutos deben precisar como información mínima los apellidos del presidente y secretario de la organización. Las obras realizadas por las cooperativas son dirigidas por un capataz.

este conjunto, grupos de tres a cinco personas tenían a cargo tareas específicas, tales como: la coordinación de la relación entre las cooperativas y el *Movimiento Evita*; la vinculación con las instituciones públicas, especialmente el municipio; la búsqueda de financiamientos públicos para tareas comunitarias (provincia, Nación, PNUD, etc.); el desarrollo de actividades asociativas en las áreas de salud, educación, vejez, cultura, deporte, etc. Este núcleo, que describía un compromiso elevado con la organización, planificaba una reunión mensual, con el objeto de reagrupar a los simpatizantes que militaban en los barrios populares y se identificaban con el *Movimiento Evita*, la cual reunía un centenar de personas.

Con el fin de paliar el descrédito que sufría la actividad política e incitar a los jóvenes de la comuna a participar en las tareas comunitarias, los militantes creaban, de igual manera, asociaciones civiles cuyos objetivos explícitos se limitaban a acciones concretas que se llevan adelante. Así, cuatro jóvenes militantes fundaron la asociación civil Colectivo Popular para la Liberación, con el objeto de generar un espacio de participación por fuera del *Movimiento Evita*, es decir, sin etiquetas políticas. Esta asociación les permitió movilizar otros jóvenes de la comuna, generalmente provenientes de clases medias, para los talleres de alfabetización y las animaciones culturales. La creación de estas asociaciones civiles fue un vehículo para movilizar jóvenes desvinculados de la política, iniciando un proceso de politización a través del cual pudieron transformar su participación asociativa puntual en un compromiso militante, en sintonía con el *Movimiento Evita*. Un extracto de entrevista permite observar este tipo de movilización asociada a una “política de juventud”:

Empezamos a convocar a los jóvenes por cadenas de mails, a través de blogs, páginas de Internet, por la radio... Preguntamos quién quería ser voluntario para la alfabetización. Y eso, no lo hicimos desde el *Movimiento Evita* porque... El *Movimiento Evita* es un movimiento peronista y aquí, para muchos,

el peronismo está ligado a la vieja política, a la corrupción. Entonces, nos dijimos: 'construyamos un espacio para los jóvenes que no quieran identificarse con el *Movimiento Evita*, pero que quieran solamente hacer una actividad solidaria'. Así, hay muchos jóvenes que vinieron, como 30, 40! De golpe hay 30 y 40 que aparecieron en ese barrio donde nadie quiere entrar... Y muchos se acercaron después al movimiento [Evita], muchos de esos jóvenes (*Movimiento Evita*).

Movilizaciones de apoyo al gobierno nacional

La gestión de las cooperativas y el trabajo militante en los barrios permitieron que la organización local del *Movimiento Evita* construyera una red territorial a fin de movilizar centenas de vecinos para distintos actos políticos. Algunos actos estaban asociados a momentos propios de la liturgia peronista, como la celebración del día de la lealtad,¹⁴ o la conmemoración de la muerte de Eva Perón (Plotkin, 2012). Otros estaban vinculados a la política nacional, y los simpatizantes eran convocados para manifestaciones de apoyo al gobierno en momentos de confrontación con la oposición, como fue el caso, en 2009, con la ley de matrimonio igualitario, que reconoce el derecho a matrimonio entre personas del mismo sexo, y la ley de medios, que apuntaba a limitar los monopolios en el sector mediático. La valoración de estas movilizaciones era doble. Primero, eran testimonios de la adhesión al proyecto político y lealtad a los líderes Néstor y Cristina Kirchner. Segundo, eran demostraciones de su capacidad a movilizar masivamente a favor del gobierno. La referente local relata cómo invitaba a los "compañeros" a participar en esas movilizaciones y en qué medida el número de participantes era importante para negociar más cupos con las dirigencias nacionales:

Cuando hay marchas... Puede ser por muchas ra-

zones, una movilización por el aniversario de la muerte de Evita o para apoyar al gobierno porque le esta presionando mucho la derecha... Para todo, nosotros apoyamos. Entonces decimos: 'Compañeros, nosotros vamos el martes a hacer esta marcha, ¿quién quiere venir? El que quiere venir, tiene el día libre. El que no, va a trabajar'. Y listo, no hay una presión, porqué antes se decía mucho acá que al que iba se lo pagaba, en el micro. [...] Pero decimos también: "si vamos a hacer una marcha por la conmemoración de la muerte de Evita, y en vez de ser 30 de Tres de Febrero somos 300, Tres de Febrero va a tener otra consideración al momento de plantearse: '¿bueno a quien le damos cupos de trabajo?'. Bueno, entonces, no hay una presión efectiva, del tipo 'yo no te pago si no venís'. Yo doy esa explicación a los compañeros y eso hace que, muchas veces, se va tomando conciencia. Antes movilizábamos un micro y ahí, por ejemplo, para la última marcha, ífuimos con 14 micros! ¡14 micros! Para nosotros, es un gran crecimiento (*Movimiento Evita*)

No obstante, además de estas "utilidades" explícitas, las movilizaciones tenían un valor simbólico muy elevado: eran momentos de politización que permitían a los participantes de apropiarse, compartir y renovar culturas e identidades políticas.

Inscripción en el juego político local

Esta capacidad de movilización de los habitantes de barrios populares jugó un rol importante en las relaciones de fuerza con los intendentes del conurbano de Buenos Aires. En 2009, luego de la derrota de Néstor Kirchner y el Frente para la Victoria en las elecciones legislativas, la candidatura a presidente de Néstor Kirchner quedó indefinida, y Eduardo Duhalde representaba, entonces, un competidor serio en la interna del peronismo. En vistas de esa posible disputa y sabiendo que el intendente del territorio estudiado era un aliado de Duhalde, los militantes locales del *Movimiento Evita* participaron de una plataforma política agrupando a otras organizaciones peronistas (La Cámpora, Peronismo militante, Descamisados) y corrientes del Partido comunista y del

¹⁴ El día de la lealtad peronista conmemora, cada 17 de octubre, la movilización popular del año 1945 que exigió la liberación de Juan Domingo Perón y selló la íntima relación entre el peronismo y las clases populares.

Partido socialista bajo la óptica de montar una lista electoral local y liderar la campaña de Kirchner en el territorio:

La idea de esta plataforma política es la de formar un espacio en el territorio, de fortificar un espacio que pueda el día de mañana entrar en competencia electoral con los sectores que hay acá... que son más bien de derecha y que están en el poder hace 20 años. Lo que pasa es que si Kirchner decide jugar con el Partido Justicialista, con los intendentes del conurbano, lo vamos a apoyar. Si hay lugares donde podemos pelear por un mejor candidato, vamos a pelear. Todo depende de cómo será la situación y es diferente para cada territorio (*Movimiento Evita*)

Las tensiones entre el intendente y los militantes del *Movimiento Evita* fueron recurrentes desde la puesta en marcha del programa “Ingreso social con trabajo”. Esta situación conflictiva se hizo aun más presente, ya que es la municipalidad la que pagaba los sueldos de las cooperativas y proveía las herramientas y vestimentas de trabajo. Los militantes cuestionaban el funcionamiento de los servicios administrativos y los bloqueos provocados por los dirigentes municipales para ralentizar la actividad de las cooperativas. Con el fin de solucionar estos “obstáculos burocráticos”, la coordinación nacional del *Movimiento Evita* creó, en 2010, la federación de cooperativas Todos Unidos, que vinculaba, de forma directa y sin mediación municipal, las organizaciones de más de 300 trabajadores con los ministerios de desarrollo social de la Nación y de la provincia de Buenos Aires.

En consecuencia, a través de las organizaciones sociales kirchneristas, tales como el *Movimiento Evita*, el gobierno nacional intervino directamente en los territorios del país sin pasar por las distintas escalas del Estado. La militancia que reclutaban estas organizaciones en los barrios populares permitía igualmente al gobierno nacional de competir con las redes territoriales de los intendentes, particularmente aquellos del conurbano bonaerense.

CONCLUSIÓN

Las relaciones entre las organizaciones territoriales y el Estado se modificaron sustancialmente con la asunción de Néstor Kirchner a la presidencia de la Nación. Fue a partir de ese momento que se inició un proceso que conflujo en una estrecha alianza entre el gobierno nacional y las organizaciones sociales: aquellas que encontraron un eco favorable a su llamado conformaron el espacio militante kirchnerista. El rol de estas organizaciones sociales bajo el mandato de Néstor Kirchner se conformó, principalmente, a partir de la mediación de políticas sociales focalizadas en territorios y poblaciones de alta vulnerabilidad. El *Movimiento Evita* se constituyó en este contexto y concentró su acción en el conurbano bonaerense a favor de los sectores más pobres.

Luego de la crisis del campo en 2008, que debilitó el gobierno de Cristina Kirchner, se operó una reorganización de la movilización kirchnerista de la cual participó de forma muy activa el *Movimiento Evita*. El análisis de las actividades de una organización local en el marco del programa “Ingreso social con trabajo” ilustra la variedad de prácticas que realizaron los mediadores y beneficiarios a nivel local. Por un lado, los militantes reclutaban vecinos de barrios carenciados para conformar las cooperativas y distribuir los subsidios. Por otro lado, desarrollaban actividades comunitarias en los barrios y constituyeron redes de militancia que les permitían movilizar los habitantes para actos políticos.

A pesar del relato oficial sobre la dignidad del trabajo y la creación de empleo genuino, el tipo de actividades y la escasez del ingreso asemejan esta política social a los planes “Trabajar” y “JJHD”, puestos en marcha durante el periodo neoliberal. El programa “Ingreso social con trabajo” se inscribe en el modelo de políticas de transferencias condicionadas de ingreso, muy difundido en América Latina durante los años 1990 y 2000. La referencia a los valores de la economía social y el cooperativis-

mo, en los discursos militantes, se concretizó escasamente en las prácticas de los actores, ya que las organizaciones sociales vinculadas con el *Movimiento Evita* revestían una escasa autonomía, tanto frente a la dimensión operativa ofrecida por el municipio como por la dependencia de las disposiciones y financiamiento del gobierno nacional. La mediación efectuada por los militantes demostró una adaptación del dispositivo, que transformó las cooperativas en espacios transitorios de socialización e inserción laboral.

Otra continuidad con el periodo anterior se observa en cuanto al modo de transferencia de los subsidios. El número de cupos del programa fue muy inferior al número de los posibles beneficiarios, lo que impuso una selección de los candidatos a partir de criterios definidos en parte por la ley, en parte por los mediadores. El poder discrecional de los mediadores, hayan sido militantes sociales o políticos, pone en cuestión el régimen de acción pública. Sin referencia a un derecho social universal, la transferencia de subsidios se inscribió en el marco de un régimen de favores con el riesgo de fomentar relaciones de dependencia. A partir de esta modalidad de transferencia, se plantea una diferencia marcada con otra política social planificada en ese mismo momento, la "Asignación Universal por Hijo", que limita los intermediarios entre el Estado y el ciudadano, y cuyo presupuesto se asigna en su totalidad a los beneficiarios sujetos a un criterio de base.

Las redes de militancia que el *Movimiento Evita* conformó, en los territorios populares, a partir de los recursos del programa "Ingreso social con trabajo", ilustran la permanencia de imbricaciones entre los lazos asociativos y políticos. Los militantes territoriales movilizan a los habitantes para apoyar el proyecto encarnado por Néstor y Cristina Kirchner. No obstante, el rol de las organizaciones populares territoriales y su legitimidad, en el periodo kirchnerista, contrastan fuertemente con la década anterior. La reactivación de la tradición

nacional-popular y el movimentismo han consolidado los vínculos entre la cúpula del Estado y las organizaciones sociales, y han generado circuitos alternativos a las distintas administraciones estatales descentralizadas. Estas redes sociopolíticas permitieron al gobierno nacional intervenir directamente en los territorios populares a través de políticas sociales focalizadas e influir sobre la vida política local, generando una competencia política entre los dirigentes de distintas escalas estatales. Finalmente, el caso del *Movimiento Evita* y el programa "Ingreso social con trabajo" pone de relieve el rol central de las organizaciones populares en el diseño y la puesta en marcha de las políticas de inclusión durante los gobiernos kirchneristas, aunque el predominio de una lógica partidaria en las relaciones entre el Estado y las organizaciones sociales parece favorecer la construcción de poder a nivel central y no la autonomización del espacio asociativo a nivel local.

Recebido para publicação em 10 de maio de 2016
Aceito em 11 de setembro de 2017

REFERENCIAS

- AUYERO, J. La política de los pobres: las prácticas clientelitas del Peronismo. Buenos Aires: Manantial, 2001.
- BRODIEZ-DOLINO, A. *Combattre la pauvreté*. Paris: CNRS Éditions, 2013.
- CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Gallimard, 1995.
- CEBALLOS, M.; LAUTIER, B. Les CCTP en Amérique Latine. Entre modélisation internationale et conjonctures politiques nationales, *Revue Tiers Monde*, Paris, v. 214, n. 2, p. 219-245, 2013.
- CORAGGIO, J. L. La présence de l'économie sociale et solidaire et son institutionnalisation en Amérique Latine. *États généraux de l'ESS*, Paris, 17 al 19 jun. 2011.
- CORTÉS, R.; KESSLER, G. Políticas, ideas y expertos en la cuestión social de la Argentina democrática (1983-2012). *Revista de Indias, Huelva*, n.º 257, p. 239-264, 2013.
- DELAMATA, G.; ARMESTO, M. Construyendo pluralismo territorial. Las organizaciones de desocupados del Gran Buenos Aires en la perspectiva de sus bases sociales. En: DELAMATA, G. *Ciudadanía y Territorio: Las relaciones políticas de las nuevas identidades sociales*. Buenos Aires: Espacio, 2005. p. 105-155.
- ESPING-ANDERSEN, G. *The Three Worlds of Welfare*

- Capitalism. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- FALAPPA, F.; ANDRENACCI, L. La política social de la Argentina democrática (1983-2008). Los Polvorines: UNGS, 2008.
- KAMERMAN, S. The new mixed economy of Welfare: Public and private, Social work, [S.l.], v. 28, n. 1, p. 5-10, 1983.
- KESSLER, G. Las consecuencias de la estigmatización territorial. Reflexiones a partir de un caso paradigmático. Espacios en blanco, [Buenos Aires] v. 22, n. 1, p. 165-198, 2012.
- KESSLER, G. Controversias sobre la desigualdad: Argentina 2003-2013. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2014.
- KESSLER, G.; SVAMPA, M.; GONZÁLEZ BOMBAL, I. Reconfiguraciones del mundo popular: El Conurbano Bonaerense en la postconvertibilidad. Buenos Aires: Prometeo, 2010.
- LAUTIER, B. Gouvernement moral des pauvres et dépolitisation des politiques publiques en Amérique latine. Tiers monde, Paris, n. 214, p. 169-186, 2013.
- LEVITSKY, S. La transformación del justicialismo: Del partido sindical al partido clientelista, 1983-1999. Buenos Aires, Siglo XXI, 2005.
- LO VUOLO, R. El Programa Argentina Trabaja y el modo estático de regulación de la cuestión social en el país. Documentos del CIEPP, Buenos Aires, n. 76, p. 1-20, 2010.
- LODOLA, G. Protesta popular y redes clientelares en la Argentina: el reparto federal del plan trabajar (1996-2001). Desarrollo Económico, Buenos Aires, v. 44, n. 176, p. 515-536, 2005.
- MERKLEN, D. Une nouvelle politicit  pour les classes populaires: Les piqueteros en Argentine, Tumultes, Paris, n. 27, p. 173-197, 2006.
- MERKLEN, D. Quartiers populaires, quartiers politiques. Paris: La Dispute, 2009.
- MERRIEN, F. X. Réformer et étendre les régimes de protection sociale des pays émergents d'Amérique latine : entre héritage institutionnel et réception d'idées. Revue française des affaires sociales, Paris, n. 3, p. 14-29, 2014.
- MURILLO, M. V. Sindicatos, coaliciones partidarias y reformas de mercado en América Latina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.
- NATALUCCI, A. Los movimentistas. Expectativas y desafíos del Movimiento Evita en el espacio kirchnerista (2003-2010). En: PEREZ, G.; NATALUCCI, A. Vamos las bandas: Organizaciones y militancia kirchnerista. Buenos Aires: Trilce, 2012. p. 27-53.
- OLLIER, M. M. Atrapada sin salida: Buenos Aires en la política nacional, 1916-2007. San Martin: UNSAM Edita, 2010.
- PEREZ G., NATALUCCI A. Vamos las bandas: Organizaciones y militancia kirchnerista. Buenos Aires: Trilce, 2012.
- PLOTKIN, M. El día que se invent  el peronismo: La construcción del 17 de octubre. Buenos Aires: Sudamerica, 2012.
- PR V T-SCHAPIRA, M. F. Las políticas de lucha contra la pobreza en la periferia de Buenos Aires, 1984-1994. Revista Mexicana de Sociología, Mexico, v. 58, n. 2, p. 73-94, 1996.
- QUIRÓS, J. El porqu  de los que van. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.
- RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, C.; REYES, M. F. La política social en la Argentina post-convertibilidad: políticas asistenciales como respuesta a los problemas de empleo. Documentos del CIEPP, Buenos Aires, n. 55, p. 1-73, 2006.
- ROITTER, M. GONZÁLEZ BOMBAL, I. Estudios sobre el sector sin fines de lucro en Argentina. Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 2000.
- ROSANVALLON, P. Le modèle politique français: La société civile contre le jacobinisme de 1789   nos jours. Paris, Seuil, 2004.
- SCHUSTER, F et al. Tomar la palabra: estudios sobre protesta social y acción colectiva. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- SVAMPA M. Cambio de época: movimientos sociales y poder político. Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.
- SVAMPA, M.; PEREYRA, S. Entre la ruta y el barrio: La experiencia de las organizaciones piqueteras. Buenos Aires: Biblos, 2003.
- SVAMPA, M.; PEREYRA, S. La política de los movimientos piqueteros. En: . SCHUSTER F et al. Tomar la palabra: Estudios sobre protesta social y acción colectiva. Buenos Aires, Prometeo, 2006. p. 343-364.
- THOMPSON, A. Políticas públicas y sociedad civil en Argentina. Documentos del CEDES, Buenos Aires, n. 113, p. 1-64, 1995.
- VOMMARO, G. Política popular en tiempos de economías postindustriales: trabajo territorial y economía moral en la Argentina reciente. Revista Pós Ci ncias Sociais, São Luís, v. 14, p. 77-98, 2017.
- VOMMARO, G. COMBES, H. El clientelismo Político, desde 1950 hasta nuestros días. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.
- WILLIAMSON, J. What Washington means by policy reform. En WILLIAMSON, J. Latin. American adjustment: How much has happened? Washington: Institute for International Economics, 1990.
- ZARAZAGA, R. Política y necesidad en Programas de Transferencias Condicionadas: la Asignación Universal por Hijo y el Programa de Inclusión Social con Trabajo Argentina Trabaja. En: ACUÑA, C. El Estado en acción. Buenos Aires: Siglo XXI, 2014. p. 71-107.

SOCIAL POLICIES AND POPULAR ORGANIZATIONS IN ARGENTINA (2003-2011): social mediation and political mobilization in the suburbs of Buenos Aires

Arnaud Trenta

Incorporated in the debates about ruptures and continuities between Argentine governments of the last decades, the article analyzes the social policies focused on the fight against poverty. The paper examines in particular the relationship between the State and grassroots organizations during first Kirchnerist governments (2003-2011) and the implementation of a social inclusion program called “Social Income with Labor”, which aims to create worker cooperatives in high-poverty neighborhoods. On one hand, the results show a continuity of social policies design and implementation during the 1990s and 2000s through the model of conditional cash transfers programs, that grant a discretionary power to the brokers. On the other hand, the research illuminates the reconfiguration of working class relations with the State through the political alliance between the national government and grassroots organizations. The methodology is based on interviews and observations of a local organization of the Evita Movement that manages numerous cooperatives of the program “Social Income with Work” in a district of Buenos Aires suburb.

KEYWORDS: Social Policies. Grassroots Organizations. Working Class. Kirchnerism; Argentina.

POLITIQUES SOCIALES ET ORGANISATIONS POPULAIRES EN ARGENTINE (2003-2011): médiation sociale et mobilisation politique dans les quartiers périphériques de Buenos Aires

Arnaud Trenta

L'article s'inscrit dans les débats sur les ruptures et continuités des politiques gouvernementales en Argentine au cours des dernières décennies, à partir de l'analyse des politiques de lutte contre la pauvreté. La recherche examine particulièrement les relations entre l'État et les organisations associatives durant les deux premiers gouvernements kirchneristes (2003-2011) et se focalise sur la mise en œuvre de la politique d'inclusion sociale dénommée “Revenu social par le travail”, qui vise la création de coopératives de production dans les quartiers paupérisés. Les résultats de la recherche empirique démontrent une certaine continuité du design et de l'implémentation des politiques sociales entre les années 1990 et 2000, à travers le modèle des programmes de transferts monétaires conditionnels. La recherche montre également une reconfiguration des rapports au politique des classes populaires qui se manifeste par l'alliance des organisations territoriales avec le gouvernement national. La méthodologie repose sur la réalisation d'entretiens et d'observations auprès d'une organisation locale du Mouvement Evita qui gère de nombreuses coopératives du programme “Revenu social par le travail” dans une ville de la banlieue de Buenos Aires.

MOTS-CLÉS: Politiques sociales. Associations. Classes populaires. Kirchnerisme. Argentine.

LA RESOCIALIZACIÓN COMO FIN DE LA PENA – una frustración en el sistema penitenciario y carcelario colombiano¹

A RESSOCIALIZAÇÃO COMO FINAL DA PENA – uma frustração no sistema penitenciário e prisional colombiano

Norberto Hernández Jiménez *

En este trabajo, se analiza la resocialización como fin principal de la pena privativa de la libertad en Colombia, durante su fase de ejecución. Para esto, se contextualiza la difícil situación por la que atraviesa el sistema penitenciario y carcelario colombiano que, conforme a lo declarado por la Corte Constitucional, se adecúa a un estado de cosas inconstitucional, donde la dignidad humana de las personas privadas de la libertad se encuentra seriamente comprometida. Dentro de esta realidad, que involucra un marcado hacinamiento carcelario, que, a su vez, propicia un ambiente de violencia, corrupción y desigualdad, la oferta y el acceso a los programas de resocialización son limitados, lo que impide la rehabilitación del individuo. La prueba de fuego en busca del cumplimiento de este fin no es superada, al observar como un gran porcentaje de los reclusos vuelve a prisión, dentro del fenómeno de la reincidencia.

PALABRAS CLAVE: Resocialización. Rehabilitación. Fines de la pena. Hacinamiento carcelario. Reincidencia.

Neste trabalho, analisa-se a ressocialização como a finalidade principal da pena privativa de liberdade na Colômbia, durante sua fase de execução. Para isso, contextualiza-se a difícil situação que o sistema penitenciário e carcerário colombiano atravessa, o qual, conforme foi declarado pela Corte Constitucional, se caracteriza por uma situação institucional em que a dignidade humana das pessoas privadas de liberdade se encontra seriamente comprometida. Dentro dessa realidade, que comporta uma significativa superlotação carcerária, a qual, por sua vez, propicia um ambiente de violência, corrupção e desigualdade, a oferta e o acesso aos programas de ressocialização são limitados, o que impede a reabilitação do indivíduo. O desafio da busca do cumprimento dessa finalidade é não superado, pois se observa que uma grande percentagem dos reclusos volta para a prisão, configurando o fenômeno da reincidência.

PALAVRAS-CHAVE: Ressocialização. Reabilitação. Finalidades da pena. Superlotação carcerária. Reincidência.

INTRODUCCIÓN Y HORIZONTE METODOLÓGICO

Una vez proferida la sentencia contentiva de una pena privativa de la libertad y en el evento que la persona afectada con la decisión adversa a sus intereses no haya sido beneficiada con alguna de las modalidades que permiten su excarcelación, aquella deberá ser recluida en un establecimiento de penitenciario en

calidad de condenada. La legislación nacional² establece que, desde este momento – que hace parte de la fase de ejecución de la pena –, se tendrá en cuenta la prevención especial y la reinserción social, siendo el fin fundamental, en este escenario, la *resocialización*. Aunque este objetivo no está consagrado constitucionalmente como ocurre en otras latitudes,³ el principio de resocialización es consustan-

² Cfr. artículos 4º del Código Penal (en adelante CP) y 9º del Código Penitenciario y Carcelario (en adelante CPC).

³ En este aspecto, es preciso exaltar la consagración constitucional española, en cuanto a la función de reeducación y inserción penal (artículo 25.2 Constitucional), a pesar del obstáculo edificado por la jurisprudencia constitucional, al interpretar este precepto Para un análisis completo sobre el tema, ver Urías (2001). Considera este autor que la jurisprudencia en torno a este aspecto comienza en un auto de 1984, en donde se advierte que el mandato constitucional del artículo 25-2 solo es una guía para orientar la política penal y penitenciaria, pero que de allí no se derivan derechos subjetivos (Urías, 2001, p. 57). Ver también las siguientes providencias: ATC 780/1986; STC 2/1987; STC 81/1997; STC 75/1998 y STC 91/2000]. Por su parte, el artículo 27-3 de la Constitución Italiana contempla también que las penas deberán encaminarse a la reeducación del condenado, existiendo interpretaciones del Tribunal Constitucional que tampoco favorecen la consagración constitucional (Urías, 2001, p. 50).

* Universidad Libre y Universidad de los Andes
Carrera 7, n. 22-86, Piso 3. Bogotá. n.hernandez29@uniandes.edu.co

¹ El presente artículo fue desarrollado durante la estancia de investigación (2015-2016) en la Universitat Pompeu Fabra (Barcelona), en virtud de la pasantía del doctorado en derecho, financiada por la Universidad de los Andes (Bogotá). Debo agradecer a la Universitat Pompeu Fabra por brindarme un ambiente propicio para la investigación y escritura de este documento, junto con una biblioteca extraordinaria: *El dipòsit de les aigües*.

cial al esquema de Estado Social de Derecho implementado en la Constitución Política de 1991 (Rueda, 2010, p. 137). De lo anterior se desprende que, dentro de los modelos punitivos para la elección del castigo, Colombia –siguiendo el mandato del Pacto Internacional de Derechos Civiles y Políticos (artículo 10-3), que se integra a nuestra Constitución por vía del bloque de constitucionalidad –, adopta un estándar ideológicamente dirigido hacia la rehabilitación del penado, buscando que el individuo no vuelva a delinquir en el futuro, para lo cual se deben atacar los factores específicos que lo vinculan con la comisión de delitos (Cid, 2009, p. 30).

Sea oportuno advertir que el modelo rehabilitador excluye la prisión como primera opción (Cullen; Gilbert, 1981 apud Cid, 2009, p. 30), atendiendo a que privilegia la resocialización del individuo, lo cual ocurre de mejor manera en libertad, dejando aquella reservada a la imposibilidad de realizar el tratamiento rehabilitador sin el internamiento.

La aplicación del modelo rehabilitador en Colombia es preponderantemente intramural, lo cual se adscribe a la paradoja de pretender educar para la libertad con ausencia de esta (Mir Puig, 1989, p. 38). En esta misma corriente, Zaffaroni (apud Carranza, 2012, p. 46) asimila la imposibilidad de socializar la vida en libertad dentro de la prisión con la enseñanza de la natación en una piscina sin agua. También Garland (2005, pp. 81-82 y 86), al describir las finalidades de la pena dentro del welfarismo penal, consideraba a la prisión como contraproducente para la reforma del sujeto y su corrección.

Matthews (2011, p. 330), citando a Cullen y Gilbert (1982), resalta las siguientes características de este modelo:

1. La rehabilitación es el único fin de la pena que obliga al Estado a ocuparse de las necesidades y bienestar de los presos;
2. La ideología de la rehabilitación supone una racional respuesta a la idea conservadora de que el incremento de la presión punitiva reduce el crimen;

3. La rehabilitación continúa recibiendo un considerable apoyo por la opinión pública como uno de los principales objetivos del sistema de En relación con el principio de resocialización, ha señalado nuestra Corte Constitucional que: “Es imperioso recordar que el esfuerzo por la resocialización del delincuente y por su incorporación a la vida en sociedad después de su castigo se traduce en beneficios para la comunidad. Por el contrario, abandonar tal enfoque hace que el sistema penitenciario y carcelario se convierta en un sistema multiplicador de conflictos que genera más y “mejores” delincuentes (la cárcel como universidad del delito), lo que finalmente termina siendo más costoso para el conglomerado social” (Sentencia T-762 de 2015, M.P. Gloria Ester Ortiz Delgado).⁴ En esta misma providencia, más adelante, se enfatiza que, si no se permite la resocialización real de los condenados, no se reduce la reincidencia.

Para llevar a cabo este mandato de optimización, deben brindarse algunas condiciones mínimas que se desprenden de las interpretaciones de la Carta Internacional de Derechos del Comité de Derecho Humanos de Naciones Unidas⁵ y las interpretaciones de la Carta Interamericana de Derechos Humanos hechas por la Comisión Interamericana de Derechos Humanos,⁶ que son impostergables y, por ende, de inmediato e imperativo cumplimiento. Estos requerimientos se relacionan, a continuación:

1. Derecho de los reclusos a ser ubicados en locales higiénicos y dignos;
2. Derecho de los reclusos a contar con insta-

⁴ Las referencias que, dentro de este texto, se hagan a las decisiones judiciales (sentencias) precedidas por los literales C- y T- corresponden a sentencias de constitucionalidad y de tutela, respectivamente, proferidas por la Corte Constitucional de Colombia. Las siglas M.P. se utilizan para designar al Magistrado que elaboró la ponencia o el proyecto de fallo.

⁵ Cfr. Caso de Mukong contra Camerún, 1994, citado en la sentencia T-388 de 2013, M.P. María Victoria Calle Correa.

⁶ Cfr. Casos de Thomas (J) contra Jamaica, párrafo 133, 2001; Baptiste contra Grenada, párrafo 136, 2000; Knights contra Grenada, párrafo 127, 2001; y Edwards contra Barbados, párrafo 195, 2001, citados en la sentencia T-388 de 2013, M.P. María Victoria Calle Correa.

- laciones sanitarias adecuadas a sus necesidades y al decoro mínimo propio de su dignidad humana;
3. Derecho de los reclusos a recibir ropa digna para su vestido personal;
 4. Derecho de los reclusos a tener una cama individual con su ropa de cama correspondiente en condiciones higiénicas;
 5. Derecho de los reclusos a contar con alimentación y agua potable suficiente y adecuada;
 6. Derecho a tener una adecuada iluminación y ventilación del sitio de reclusión;
 7. Derecho a recibir implementos necesarios para el debido aseo personal.
 8. Derecho de los reclusos a practicar, cuando ello sea posible, un ejercicio diariamente al aire libre;
 9. Derecho de los reclusos a ser examinados por médicos a su ingreso al establecimiento y cuando así se requiera;
 10. Derecho de los reclusos a recibir atención médica constante y diligente;
 11. Prohibición de las penas corporales y demás penas crueles, inhumanas o degradantes;
 12. Derecho de los reclusos a acceder a material de lectura;
 13. Derechos religiosos de los reclusos.

Teniendo como base lo anterior, el presente trabajo analiza las condiciones en las que se encuentra el sistema, así como el funcionamiento del tratamiento penitenciario en Colombia, con miras a establecer si aquellos son aptos para alcanzar el principio rector de la resocialización (Rueda, 2010, p. 135). Para esto, (i) se describe la situación penitenciaria colombiana junto con una breve mirada comparada con el caso español, fruto del trabajo de campo en las cárceles de ambos países; luego las (ii) características del tratamiento penitenciario que inicia con el ingreso del individuo a prisión, para inmediatamente después, (iii) ahondar, en el estudio de la resocialización en este contexto, con los diferentes programas ofertados, los beneficios a favor del penado y los índices de reincidencia registrados.

Para este fin, se acude al análisis cuan-

titativo a partir de estadísticas oficiales (Larrauri, 2015, p. 43), teniendo siempre presente las limitaciones que lleva consigo este método y la fiabilidad de los datos, que son asumidos con cautela y, por ende, confrontados con la poca información existente, expuesta tanto por organismos públicos de estirpe independiente (Corte Constitucional⁷ y Defensoría del Pueblo⁸), como por particulares – entre estos la academia –, que complementan los primeros y, en algunos casos, los contrastan. Los documentos oficiales fueron obtenidos de las bases de datos de la Corte Constitucional,⁹ el Departamento Nacional de Planeación,¹⁰ el Ministerio de Justicia y del Derecho¹¹ y el Instituto Nacional Penitenciario y Carcelario (en adelante INPEC),¹² este último con estadísticas actualizadas a 30 de abril de 2016.¹³ Por otra parte, el informe estadístico de marzo de 2016 y el informe de rendición de cuentas del año 2014, ambos del INPEC, fueron suministrados por el coordinador del Grupo de Derechos Humanos de la Dirección General de esa entidad.¹⁴ En

⁷ La Corte Constitucional pertenece a la Rama Judicial del Poder Público en Colombia y es una corporación a la que el constituyente primario le confió la guarda de la integridad y supremacía de la Constitución Política. A pesar de hacer parte del Poder Público, su actuación es independiente.

⁸ La Defensoría del Pueblo es la entidad encargada de la promoción, el ejercicio y la divulgación de los derechos humanos en Colombia. Acorde con el artículo 281 de la Constitución Política (modificado por el acto legislativo 2 de 2015), el Defensor del Pueblo adquiere una autonomía frente al Procurador General de la Nación.

⁹ Documentos disponibles on line: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/relatoria/>>. Acceso en: 20 mayo 2016.

¹⁰ Documentos disponibles on line: <<https://colaboracion.dnp.gov.co/CDT/Conpes/Econ%C3%B3micos/Pol%C3%AAdtica%20penitenciaria%20y%20carcelaria.pdf>>. Acceso en: 20 mayo 2016.

¹¹ Documento disponible on line: <<https://www.minjusticia.gov.co/Portals/0/sala%20de%20prensa/documentos/Lineamientos%20sistema%20penitenciario%20%20Consulta%20WEB.pdf>>. Acceso en: 20 mayo 2016. (

¹² Dentro de los parámetros de descentralización que rigen la estructura administrativa en Colombia, el INPEC es un establecimiento público adscrito al Ministerio de Justicia y del Derecho, al cual se encuentra encomendada la función de administrar el sistema penitenciario y carcelario.

¹³ Documentos disponibles on line: <<http://www.inpec.gov.co/portal/page/portal/Inpec/Institucion/Estad%EDsticas/Estadísticas/Estad%EDsticas>>. Acceso en: 20 mayo 2016.

¹⁴ Agradezco a Pedro Elías Castañeda Quitián haberme facilitado esta información que, sumado a la tecnología de la información, hizo posible acortar la distancia entre Barcelona y Bogotá, permitiendo el recaudo y análisis de estos

lo que respecta a los informes de los organismos particulares fueron obtenidos a través de la consulta en las páginas web de los mismos.¹⁵

Por su parte, en el análisis de la situación carcelaria se emplea una metodología cualitativa, fruto de la observación participante en las cárceles colombianas durante más de cuatro años y su confrontación superficial con una visita realizada a un establecimiento de reclusión en la ciudad de Barcelona.

LA SITUACIÓN PENITENCIARIA COLOMBIANA Y UNA BREVE MIRADA COMPARADA CON EL CONTEXTO ESPAÑOL

En las últimas décadas, las cárceles colombianas han sido el escenario propicio para el debate constitucional sobre el respeto de los derechos fundamentales de los reclusos, dentro de un ambiente que se encuentra en *crisis* (Iturralde, 2011, p. 112).¹⁶ Tanto en sentencias judiciales como en informes de organismos oficiales y particulares, se ha descrito la difícil situación por la que atraviesan los establecimientos de reclusión, cuyo índice de hacinamiento supera el 56%,¹⁷ frente a los cupos carcelarios existentes.

En estas condiciones, no solo se dificulta la satisfacción de algunas necesidades básicas, relacionadas con el espacio, la alimentación y, en general, el modo de subsistencia, sino que, además, se entorpece el cumplimiento de la resocialización como fin primordial dentro de la fase de ejecución de la pena privativa de la libertad.

datos, para efectos de completar este artículo.

¹⁵ Una de las limitantes de estos informes es que su actualización no traspasa la frontera del año 2012, a pesar de las fluctuaciones en los últimos años sobre el tema, que incluso han ameritado nuevos pronunciamientos de la Corte Constitucional al respecto.

¹⁶ El término traspasa el ámbito local, con miras a describir la institución carcelaria en otros contextos. Ver Matthews (2003, p. 317 y 334).

¹⁷ Fuente: Estadísticas INPEC “Población interna en Establecimientos de Reclusión y Regionales. Abril 30 de 2016”

Así, la inexistencia de cupos carcelarios que empujan al individuo privado de la libertad a ocupar los lugares destinados para el tránsito común e incluso aquellos establecidos para el aseo y la evacuación de las necesidades fisiológicas, convirtiéndolos en su zona de descanso y donde pernoctan, se fusiona con el obstáculo para acceder a los programas de resocialización (GDIP, 2010, p. 34), convirtiéndose la cárcel en un depósito de personas (Acosta, 1996, p. 90; Baratta, 1990, p. 1; Matthews, 2003, 63; Sozzo, 2007, p. 104),¹⁸ que, contrario a la idea rehabilitadora, destruye al preso y hasta a su familia (Coyle, 2005, p. 163).

Dentro del sistema progresivo contemplado en el régimen penitenciario colombiano, los programas de resocialización están ideados, no solo para que la persona privada de la libertad tenga una actividad al interior del establecimiento de reclusión y eventualmente reporte algunos beneficios económicos por el trabajo desarrollado, sino también para generar un puente hacia la vida en libertad, con la aprehensión de algún arte u oficio que le permita devengar recursos por fuera de los muros de la cárcel, desarrollando una actividad legal que lo aleje de la comisión de delitos, especialmente aquellos de contenido patrimonial. Pero, al no tener acceso a los mismos, la cárcel se convierte en un lugar apto para el ocio improductivo que, en definitiva, ratifica la idea de que el condenado, al llegar allí, se gradúa con honores, dentro de un escenario catalogado como la *universidad del crimen* (Sampedro, 1998, p. 109), donde el que no sabe aprende y el que sabe aprende más.¹⁹

Así, comparar el tratamiento que se le da a los presos, con el de los animales, para describir las condiciones carcelarias a las que se ven sometidos los individuos privados de

¹⁸ En el mismo sentido, el Informe de la Defensoría del Pueblo “Análisis sobre el actual hacinamiento carcelario y penitenciario en Colombia” del año 2003.

¹⁹ En el mismo sentido, hay la sentencia T-388 de 2013, M.P. María Victoria Calle Correa. De esta manera “... la delincuencia aparece como una solución cultural (una forma de adquirir prestigio) a un problema estructural (la falta de estatus debida a la escasez de medios económicos)” (Larrauri, 2015, p. 71)

la libertad en Colombia y en otras partes del mundo, no es tan descabellado ni irrespetuoso.

En este sentido y recurriendo al contexto evidenciado en otras latitudes, algunas voces afirman que Sudáfrica trataba a los presos como animales (Mandela, 1994, p. 187).²⁰ En nuestra jurisprudencia constitucional se advierte algo similar: “La deshumanización de las personas en los actuales contextos carcelarios es evidente. Las condiciones en que son mantenidas las personas privadas de la libertad, por ejemplo, suelen ser relacionadas con las condiciones en que existen algunos de los animales relegados en nuestra sociedad a los lugares de suciedad.” Sentencia T-388 de 2013, M.P. María Victoria Calle Correa.

Además de las condiciones en las que viven, no deben pasarse por alto las estructuras arquitectónicas en las que aquellos son encerrados. Recordemos que las características fundamentales del panóptico de Bentham son: 1. Inspección central, 2. Minucioso dispositivo de seguridad, 3. Celda como unidad de alojamiento de varios individuos, 4. Paredes interiores formadas por una reja, que permiten la visibilidad plena y 5. Principio de clasificación moral (García, 1957, p. 594). Estas características pueden vislumbrarse en mayor o menor medida en los zoológicos y en las cárceles. Al respecto, señalaba Foucault (1976, p. 207) que

Bentham no dice si se inspiró, para su proyecto, en la casa de fieras que Le Vaux había construido en Versalles: primera colección zoológica cuyos diferentes elementos no estaban, según era tradicional, diseminados en un parque: 312 en el centro, un pabellón octogonal que, en el primer piso, sólo tenía una estancia, el salón regio; en todos los lados se abrían anchas ventanas que daban a siete jaulas (el octavo lado se reservaba a la entrada), donde estaban encerradas diferentes especies de animales.

Con lo anterior, se prioriza la seguridad sobre el tratamiento (González Sánchez, 2012, p. 368), saliendo mejor librados los semovientes en cautiverio, frente a los condenados a una

²⁰ En sentido similar, ver Crespo y Bolaños (2009, p. 69) para el caso venezolano y Matthews (2011, p. 314) en referencia a las condiciones carcelarias en Uruguay

pena privativa de la libertad – por lo menos en la longitud del espacio al cual se encuentran conminados. Estos últimos, a pesar de su calidad de individuos de la especie humana, son rebajados a ese contexto.

En sentido similar, expresan Melossi y Pavarini (1987, p. 191) que la cárcel es el “*parque zoológico*” de todas las especies criminales y, sin duda, allí se puede encontrar un “*cóctel*” de internos de la más variada naturaleza (Téllez, 1996, p. 596), cuyas condiciones en la actualidad pueden ser valoradas como deplorables e infrahumanas, por lo menos dentro del ámbito nacional, rotulando este escenario como *dantesco*, de la misma manera que, de antaño, lo ha hecho nuestra Corte Constitucional.²¹

Perspectiva Judicial

La Corte Constitucional colombiana, ha declarado, en tres oportunidades, el estado de cosas inconstitucional²² en nuestras prisiones (Sentencias T-153/98, T-388/13 y T-762/15), ante la violación masiva y sistemática de los derechos fundamentales de los reclusos. Para adoptar la primera de estas providencias, se visitaron dos establecimientos carcelarios ubicados en las ciudades de Bogotá y Medellín. Allí se encontraron, entre otros hallazgos, po-

²¹ Cfr., por todas, las sentencias T-847 de 2000, M.P. Carlos Gaviria Díaz, T-1096 de 2004, M.P. Manuel José Cepeda Espinosa y con ponencia de la Magistrada María Victoria Calle Correa las sentencias T-412 de 2009 y T-388 de 2013.

²² Para establecer que una situación fáctica se adecúa al estado de cosas inconstitucional, la Corte Constitucional ha fijado los siguientes criterios: (i) la vulneración masiva y generalizada de varios derechos constitucionales que afecta a un número significativo de personas; (ii) la prolongada omisión de las autoridades en el cumplimiento de sus obligaciones para garantizar los derechos; (iii) la adopción de prácticas inconstitucionales, como la incorporación de la acción de tutela como parte del procedimiento para garantizar el derecho conculcado; (iv) la no expedición de medidas legislativas, administrativas o presupuestales necesarias para evitar la vulneración de los derechos; (v) la existencia de un problema social cuya solución compromete la intervención de varias entidades, requiere la adopción de un conjunto complejo y coordinado de acciones y exige un nivel de recursos que demanda un esfuerzo presupuestal adicional importante y (vi) si todas las personas afectadas por el mismo problema acudieran a la acción de tutela para obtener la protección de sus derechos, se produciría una mayor congestión judicial. Sentencia T-025 de 2004, M.P. Manuel José Cepeda Espinosa. En el mismo sentido, ver Rodríguez (2010, p. 445).

zos de aguas negras cerca de rebosar; la sección de enfermería y sanidad se encontraba destinada parcialmente para albergar presos con perfil de máxima seguridad, percibiéndose adicionalmente malos olores; los internos habitaban túneles húmedos y oscuros, que no tienen ventilación ni luz y los baños habían sido adaptados como dormitorios. Durante la visita nocturna, se percibieron olores fétidos, poca ventilación y escasa iluminación; los internos dormían en los pasillos y en las letrinas e, incluso, las personas que adelantaron la diligencia, pisaron algunas cabezas de internos durante el transcurso de la inspección.

Con base en lo anterior, se concluyó que las condiciones en las que vivían los internos de estos establecimientos carcelarios eran inhumanas y no se compaginaban con el principio de la dignidad humana, sin que en estas condiciones se pueda cumplir en debida forma con los presupuestos establecidos para el tratamiento penitenciario.²³ Adicionalmente, en el fallo de tutela, se determinó que esta situación era pregonable no solo de estos establecimientos carcelarios, sino de todos los demás que integran el sistema penitenciario y carcelario colombiano.

Se describen, adicionalmente, las falencias estructurales de la infraestructura carcelaria, ante la evidencia encontrada, que afecta tanto los servicios de acueducto y alcantarillado, como el de electricidad. Dentro de este entorno se constata que (i) existe hacinamiento, (ii) no hay separación de los internos por categorías (con base en este aspecto se vulnera, además, la presunción de inocencia al no separar sindicados y condenados), (iii) no se cumple con la función de resocialización y (iv) impera la violencia. Lo anterior constata la vulneración y amenaza de los derechos de los reclusos, que si bien, algunos de ellos pueden restringirse y limitarse, en cumplimiento de la pena privativa

de la libertad, derechos como la vida e integridad personal, la dignidad, la igualdad, la libertad religiosa, el derecho al reconocimiento de la personalidad jurídica, a la salud y al debido proceso, y el derecho de petición, permanecen incólumes, a pesar del encierro.

La situación evidenciada en las decisiones judiciales posteriores (Sentencias T-388 de 2013 y T-762 de 2015) no varía significativamente en cuanto a la descripción fáctica, aunque se reconoce el esfuerzo realizado por el Gobierno Nacional en procura de enfrentar esta problemática, diferenciándose, por ende, la situación del año 1998 con la de los años 2013 y 2015, en que ya no existe un abandono. Confluyen las providencias citadas en afirmar que las condiciones en las que se encuentra el sistema penitenciario colombiano no permiten llevar a cabo el proceso de resocialización de los reclusos. Esto se compagina con la retribución que lleva implícita la pena y la demanda de algunos sectores de la sociedad, tendiente a que el efecto del delito sea *pudrirse* en la cárcel (Birckbeck, 2003, p. 44; Garland, 2005, p. 301; Gerez, 2009, p. 513; Pérez, 2012, p. 5), resultado que fácilmente podría concretarse en las condiciones en las que se encuentra el sistema penitenciario y carcelario colombiano. Sin embargo, esta no parece ser la teleología que inspira el internamiento de un penado, como quedara anotado algunas líneas más arriba.

Perspectiva personal comparada

Una vez analizadas las fuentes indirectas, hasta aquí descritas, en este punto se hará una narrativa personal, apoyada en los diarios de campo levantados como investigador, en virtud de las visitas a las cárceles colombianas y la comparación de estas con una cárcel en Cataluña.²⁴ Lo primero que debe anotarse está relacionado con la entrada al penal y el esquema de seguridad para el acceso al mismo.

²⁴ Esto último, con ocasión de la visita realizada el día 26 de abril de 2016 al centro penitenciario Brians 1.

²³ Señala expresamente la Corte Constitucional que “las cárceles colombianas se caracterizan por el hacinamiento, las graves deficiencias en materia de servicios públicos y asistenciales, el imperio de la violencia, la extorsión y la corrupción, y la carencia de oportunidades y medios para la resocialización de los reclusos.” Sentencia T-153 de 1998, M.P. Eduardo Cifuentes Muñoz.

En Colombia, gracias a la colaboración de los funcionarios del INPEC, por el trabajo conjunto desplegado durante varios años, contamos con un acceso preferencial que nos evita largas filas, pero no nos exceptúa del procedimiento de reseña (que deja los dedos untados de tinta durante toda la visita), la imposición de varios sellos en los brazos (en algunas cárceles, como *La Modelo* de Bogotá, con tinta invisible, mientras que, en la reclusión de mujeres *El Buen Pastor*, nuestras extremidades terminan adornadas por animalitos que requieren de un importante tiempo de asepsia, para ser eliminados) y el cacheo superficial para evitar el ingreso de elementos prohibidos (en las cárceles *La Picota* de Bogotá y en *El Pedregal* de Medellín, se suma a este procedimiento el sometimiento ante un binomio canino para la detección olfativa de sustancias prohibidas). En contraste con lo anterior, en *Brians 1*, llegamos hasta los patios y las celdas sin la realización de ninguno de estos procedimientos, debiendo solamente entregar el documento de identificación a cambio de un *sticker* de color naranja que contiene la leyenda de “*visitante*” y que tuvimos que colocar en nuestro pecho.

Todas las puertas son eléctricas, similar a como funciona el sistema de seguridad en la Cárcel de alta seguridad de Combita en Boyacá, pero, en esta prisión catalana, el personal penitenciario se encuentra reducido sustancialmente y reemplazado por la tecnología.²⁵ Otra observación importante es que, en esta cárcel, solo alojan personas condenadas. Por supuesto que en Colombia contamos con establecimientos de reclusión con esta misma destinación y los denominamos penitenciarias,²⁶ pero, en la

²⁵ A pesar de esta información que fue suministrada por el funcionario que nos acompañó en la visita, solo logramos identificar unas cuantas cámaras de seguridad durante el recorrido.

²⁶ La diferenciación entre cárcel y penitenciaría obedece a los criterios legales consagrados en los artículos 21 y 22 del CPC. En el mismo sentido Téllez (1996, pp. 601-602 y 620). Mientras que la cárcel es para los sindicados, la penitenciaría es para los condenados. En este documento no se acude a la diferenciación técnica anotada y se utilizan indistintamente los términos, “cárcel”, “penitenciaría”, “penal” o “centro de reclusión”, recurriendo de manera preponderante al primero de estos vocablos.

práctica, no hemos podido lograr la separación efectiva entre condenados y sindicados,²⁷ lo que, por contera, vulnera la presunción de inocencia de estos últimos, como se anotaba con anterioridad.

A medida que nos adentramos al corazón de *Brians 1*, el olfato no responde igual a como ocurre en algunas cárceles de Colombia, en donde se mezcla el olor a comida, el hedor de las aguas residuales y los humos provenientes del consumo de estupefacientes. Por supuesto que, en las prisiones españolas, hay consumo de estupefacientes, pero la amplitud de los espacios, por lo menos en este centro penitenciario en especial, no permite la concentración de los olores, a diferencia de lo que ocurre en las cárceles colombianas. Igual acontecía en algunos centros de detención de la Unión Soviética, en donde no había ventilación y casi siempre se percibían malos olores (Christie, 1993, p. 82).

Es preciso decir que *Brians 1* es impecable por todos los rincones destinados para nuestro recorrido, y la sensación, en su interior, es incluso mejor que la de algunos colegios distritales en Colombia, que se encuentran abandonados. Los muros se encuentran adornados con trabajos de los reclusos y, para evitar confusiones del lector, se debe advertir que no se está haciendo referencia a grafitis. *Brians 1* no padece hacinamiento.²⁸ Las celdas se encuentran destinadas para dos (2) personas y todavía tienen cupos. Se suma a esto que cada habitación tiene televisor y baño. En las cárceles colombianas, el mismo espacio está destinado, en algunas ocasiones, para seis (6) y ocho (8) personas, e incluso algunos internos deben pernoctar en los corredores (lo que ellos llaman dormir en carretera) y los más desafortunados son empujados a los baños, donde en vez de un osito de felpa, comparten la noche

²⁷ En otras cárceles de España, acontece igual (González Sánchez, 2012, p. 391).

²⁸ En otras cárceles españolas, ciertamente existe sobrecapacidad (González Sánchez, 2012, pp. 367-368)

con roedores.²⁹ Los baños son comunales y hay un televisor en el patio.

Siguiendo con la misma temática de los cupos carcelarios, en las cárceles colombianas es inevitable ver brazos y piernas colgando de los barrotes, como si se tratara de un bazar de carne humana.³⁰ No ocurre lo mismo en este centro penitenciario que adicionalmente cuenta con dos canchas de baloncesto dentro de un módulo (patio) y otros espacios comunes, que en las cárceles colombianas no alcanzan a la mitad de esta longitud. Como si esto fuera poco, cuentan con un polideportivo dotado, en debida forma, para realizar prácticas deportivas. Dentro de la visita incluso nos comentan que, en el centro penitenciario aledaño (*Brians2*), hay piscina, pero que, por la crisis económica, debió ser cerrada. Esto no impide que muchos condenados se presenten voluntariamente a estos establecimientos, con miras a purgar su pena al interior de los mismos, en virtud de las buenas condiciones que presentan.

Adicionalmente, los reclusos en este establecimiento español cuentan con unas habitaciones cómodas para la visita conyugal, entregándoles un juego de sábanas y preservativos; mientras que, en el contexto colombiano, los reclusos deben turnarse la celda para que cada uno de ellos pueda estar con su pareja, sin ninguna especie de profilaxis en los tendidos que utilizan. En *Brians 1* también existen unos cuartos que tienen la estructura de una sala donde las personas que no van a sostener relaciones sexuales pueden reunirse a conversar (visitas *vis a vis*). Los comedores están habilitados y la comida se sirve directamente de la olla y no en baldes, como ocurre en Colombia, en donde los comedores están cerrados. Los presos cuentan con lavadora, mientras que, en

Colombia, deben interponer acciones de tutela (recurso de amparo) para que les garanticen el suministro de agua.³¹

Al final de la visita, nos llevaron a donde inicia el tratamiento penitenciario, que, en el ámbito colombiano, correspondería a la fase de observación. Para esto están destinadas unas celdas especiales en donde aguardan la visita del médico que diagnosticará su estado de salud. Aunque este mandato está consagrado en la legislación colombiana, muchas veces no se cumple, y la fase de observación se extiende por meses, mientras que en *Brians 1*, exageradamente, puede alcanzar los 5 días.

Seguramente si comparamos *Brians 1* con las prisiones nórdicas,³² la experiencia igualmente resultará asombrosa, o incluso, si no se conoce ninguna cárcel, entrar a esta prisión catalana por primera vez, termina siendo impactante. En todo caso, esta perspectiva comparada sirve para la reflexión sobre la funcionalidad de la cárcel en el contexto colombiano, dentro de un ambiente denigrante que imposibilita la resocialización.

INGRESO A LA PRISIÓN Y TRATAMIENTO PENITENCIARIO EN COLOMBIA

Desde la llegada del interno al establecimiento de reclusión, comienza el tratamiento penitenciario, con la fase de observación y diagnóstico, que implica verificar la validez de la orden judicial emitida, la cual debe venir acompañada con su identificación (plena identidad),³³ procediendo a la reseña del sujeto

³¹ En el mismo orden, en algunas cárceles españolas, el agua no es potable (González Sánchez, 2012, p. 356).

³² Para citar un ejemplo, en Noruega, las celdas son individuales (Christie, 1993, pp. 44-45).

³³ Una vez realizada la captura, se deben confrontar las huellas dactilares del individuo con el archivo existente en la Registraduría Nacional del Estado Civil, con miras a disipar cualquier duda sobre su identidad y la eventual existencia de homónimos o exhibición de documentos falsos (lo que se conoce en el argot carcelario como "chapas"), razón por la cual dicha comparación va más allá del simple cotejo de un documento de identidad.

²⁹ En algunas cárceles de Estados Unidos, las condiciones también son deplorables de antaño: "La pintura de las paredes está descascarada; hay filtraciones de agua, los vidrios de las ventanas están rotos; no hay suficiente luz, hay cucarachas, ratas, ratones, hormigas y mosquitos; las almohadas y los colchones están sucios y mohosos, y no tienen funda de plástico; el calor en verano es insuportable y el frío en invierno es muy intenso" (Christie, 1993, p. 97).

³⁰ La metáfora es de Foucault (1976, p. 261).

(identificación decadactilar, alfabética, biográfica, morfológica y fotográfica).³⁴ Culminado lo anterior, se hace el registro del individuo en el Sistema de Información de Sistematización Integral del Sistema Penitenciario y Carcelario (en adelante SISIPEC³⁵) y tras ser requisado, se le retiran todos los objetos personales, los cuales serán entregados a quien el individuo manifieste o depositados donde señale el reglamento interno. En caso de ser depositados, se expide un recibo que será entregado a la persona privada de la libertad.³⁶ Concluido lo anterior, se realiza un examen médico para verificar su estado físico, las patologías y demás afecciones.³⁷ Con base en esto, se elabora la ficha médica correspondiente.

Al interno se le debe suministrar la información apropiada sobre el régimen del establecimiento de reclusión al que está ingresando (derechos, deberes, normas disciplinarias, procedimientos para formular quejas y reclamaciones),³⁸ haciéndole entrega de un ejemplar impreso del reglamento disciplinario interno.³⁹ Igualmente se debe garantizar que, a la mayor brevedad posible, la persona privada de la libertad cuente con la oportunidad de comunicar a sus familiares donde se encuentra.

Superado lo anterior, el interno es alojado al interior del sitio de reclusión y, muy a pesar del pensamiento lógico acerca de que, en la prisión, se restringen al máximo las actividades de los individuos, sometidos al control del Estado bajo la privación de la libertad, la

realidad muestra que el manejo del poder se encuentra radicado en cabeza de determinados grupos que imponen sus reglas y coordinan el funcionamiento del establecimiento (García-Pablos de Molina, 1988, p. 41; García-Borés, 2003, p. 389), debiendo el interno adaptarse a esta subcultura carcelaria (Crewe, 2012, pp. 32-38; Echeverri, 2010, p. 158, Matthews, 2003, p. 82-90).⁴⁰

Ahondando sobre este tema,⁴¹ Sykes y Messenger (1960, p. 5) advierten que: “a pesar del número y diversidad de la población reclusa, se observa que tales grupos poseen un sorprendente y compenetrado sistema de valores. Este sistema de valores de los prisioneros comúnmente toma la forma de un explícito código, cuyas breves normas sirven de guía y control para la conducta de los internos en su relación con otros internos y con los custodios.”

Ahora bien, el sistema penitenciario colombiano es de carácter progresivo (Acosta, 1996, p. 45-46; Rueda, 2010, p. 73; Téllez, 1996, p. 621) y el tratamiento que se brinda a la persona privada de la libertad busca prepararla para que, en el futuro, viva en paz con los demás miembros de la sociedad,⁴² respetando los bienes jurídicos protegidos por el legislador. Pregonar que nuestro país tiene un sistema progresivo demanda el cumplimiento de tres características, en especial (Guillamondegui, 2010, p. 42):

1. División del tiempo de la sanción penal en partes con un contenido propio y diferente en alguno de sus elementos;
2. Avance o retroceso del sentenciado durante esas etapas, grados o periodos mediante una valoración actualizada e individual del condenado;

³⁴ De conformidad con lo establecido en el artículo 56 del CPC

³⁵ De acuerdo con la Resolución 3670 de 2011 (INPEC), el aplicativo misional SISIPEC se adopta como única fuente de información. La calidad de la información recae en cabeza de los directores de los establecimientos.

³⁶ De conformidad con lo establecido en el artículo 60 del CPC. De manera similar ocurre en el sistema penitenciario español (Albinyana y Cervera, 2014, pp. 122-123).

³⁷ Esto se encuentra regulado en el artículo 61 del CPC y guarda correspondencia con los lineamientos establecidos por el principio 24 del Conjunto de Principios para la protección de todas las personas sometidas a cualquier forma de detención o prisión, adoptado por la Asamblea General de la Organización de Naciones Unidas (ONU) en su resolución 43/173, de 9 de diciembre de 1988.

³⁸ Cfr. Artículo 58 CPC

³⁹ Sentencia T-793/08, M.P.: Humberto Antonio Sierra Porto.

⁴⁰ “La ausencia de un sentido del deber entre los reclusos, la falacia de la coerción, la patética colección de recompensas o castigos para inducir la complicidad, las presiones para corromper al guardia disfrazadas de amistad, reciprocidad y transferencia de obligaciones institucionales a los reclusos de confianza son más bien defectos estructurales del sistema de poder de la prisión que problemas individuales” (Sykes, 1997, p. 61).

⁴¹ Ver también Clemmer (1958)

⁴² En sentido similar, ver sentencias T-1670 de 2000, M.P. Carlos Gaviria Díaz, T-213 de 2011, M.P. Gabriel Eduardo Mendoza Martelo

3. Posibilidad de la incorporación social del condenado antes del agotamiento del tiempo fijado para la pena en la sentencia.⁴³

Estas características se consagran en abstracto dentro de las fases de tratamiento, en donde se modula el programa de resocialización, junto con las actividades que se desarrollan dentro de las mismas y los permisos a

Cuadro 1 – Fases de tratamiento penitenciario y características

FASES DE TRATAMIENTO	CARACTERÍSTICAS
Observación, diagnóstico y clasificación del interno	Esta primera fase inicia desde el momento en que el condenado llega a la prisión y se realiza el proceso de identificación y registro, determinándose su lugar de reclusión al interior de la penitenciaría (distribución interna), así como los programas requeridos para desarrollar su proceso resocializador. Para este efecto, se tienen en cuenta tanto la naturaleza del delito por el cual fue condenado, como su edad, género, personalidad y su perfil criminológico, en lo que atiende a criterios de reincidencia. ⁴⁴ La duración de esta fase está comprendida entre uno y 3 meses ⁴⁵
Alta seguridad	Comprende el período cerrado de reclusión. ⁴⁶ Desde esta fase se deben desarrollar actividades de resocialización.
Mediana seguridad	Comprende el período semiabierto. Para acceder a esta fase, se deben haber desarrollado actividades de resocialización de manera exitosa, así como haber observado buen comportamiento durante el tiempo de privación de la libertad, que debe superar la tercera parte de la pena. La característica fundamental del período semiabierto radica en la posibilidad de obtener permisos de salida del establecimiento de reclusión, hasta por 72 horas
Mínima seguridad	Es el período abierto. Se deben haber superado las 4/5 partes de la pena. En esta fase, se amplía la baraja de permisos a los cuales puede hacerse acreedor el interno, pudiendo salir del establecimiento de reclusión por períodos que comprenden el fin de semana e incluso alcanzan los 15 días.
De confianza	Coincidirá con la libertad condicional. Es decir, que se ha superado el requisito objetivo para acceder a este subrogado (3/5 partes de la pena), pero el mismo pudo ser negado por otras circunstancias. ⁴⁷ En esta fase, el interno puede acceder a los beneficios de libertad y franquicia preparatoria. ⁴⁸

Fuente: Elaboración propia con base en el artículo 153 del CPC.

⁴³ De antaño, señalaba Dorado (1915, p. 305) que una de las particularidades de esta clase de sistema es poder reducir la duración de las condenas.

⁴⁴ Cfr. Artículo 63 CPC.

⁴⁵ Artículo 10, Resolución 7302 de 2005 (INPEC).

⁴⁶ De conformidad con el artículo 10 de la Resolución N° 7302 de 2005, deberán permanecer en fase de Alta Seguridad “aquellos internos(as) que presenten algunas de las siguientes situaciones. Desde el factor objetivo: 1. Condena por delitos que el legislador excluye de manera taxativa. 2. Presenten requerimientos por autoridad judicial. 3. Presenten notificación de nueva condena. 4. No hayan cumplido con una tercera parte (1/3) de la pena impuesta, en el caso de justicia ordinaria o del 70% de la pena impuesta en el caso de justicia especializada. 5. Registren acta de seguridad que restrinja su movilidad para evitar atentados contra la vida e integridad de otras personas o de sus bienes. Desde el factor subjetivo: 1. Presenten elevados niveles de violencia. 2. No asuman normas que permitan la convivencia en comunidad. 3. Sean insensibles moralmente y presenten trastornos severos de personalidad. 4. No hayan participado, de manera activa y responsable, en el Sistema de Oportunidades. 5. Por concepto del psiquiatra, deban recibir atención y tratamiento especializado dadas las limitaciones de su estado de salud mental. 6. Aquellos internos que, a juicio de la Junta de Distribución de Patios y asignación de celdas, deban estar reclusos en lugares de alta seguridad conforme al parágrafo del artículo 17 del Acuerdo 0011 de 1995, con tratamiento especial.”

⁴⁷ Algunos de los factores por los cuales puede resultar negada la libertad condicional es por no adjuntarse todos los documentos requeridos para este efecto, por la gravedad de la conducta y por el mal comportamiento en el establecimiento de reclusión. Para un estudio empírico al respecto, ver Hernández (2015).

⁴⁸ Cfr. Artículo 144 CPC.

los que puede acceder el interno, dependiendo de esta clasificación. Así, el sistema penitenciario colombiano consagra las fases indicadas en el Cuadro n. 1.

Como regla general para el ascenso entre fases, se debe haber observado una buena conducta durante el tiempo de reclusión así como acreditar la participación en actividades de resocialización. En las primeras tres fases, son obligatorios los programas de educación penitenciaria encaminados a la resocialización del interno, sin que se excluya el trabajo, que adicionalmente es considerado como obligatorio.⁴⁹ Estos programas son impartidos bajo la misma teleología resocializadora⁵⁰ y se exceptúan de obligación de laborar a las personas mayores de 60 años, las mujeres durante los 3 meses anteriores al parto y el mes siguiente

⁴⁹ Lo mismo ocurre en el sistema penitenciario español (Albinyana; Cervera, 2014, p. 264).

⁵⁰ En este sentido, ver sentencias T-601 de 1992, M.P. Eduardo Cifuentes Muñoz, C-394 de 1995, M.P. Vladimiro Naranjo Mesa, T-1093 de 2005, M.P. Clara Inés Vargas Hernández, T-429 de 2010, M.P. Juan Carlos Henao Pérez y T-286 de 2011, M.P. Jorge Ignacio Pretelt Chaljub.

al mismo y quienes padezcan una enfermedad que les imposibilite la realización de alguna actividad laboral.⁵¹ Como se observa en el Cuadro 1, la clasificación, en estas fases, es importante para efectos de acceder a beneficios y permisos administrativos,⁵² siendo competencia del Consejo de Evaluación y Tratamiento (en adelante CET) de cada establecimiento de reclusión la decisión de promover al interno, en las distintas fases del sistema progresivo, lo cual, en muchas oportunidades, se demora hasta un año y le imposibilita al interno gozar de los beneficios, a pesar de cumplir con los requisitos para este efecto (Colombia, 2014, p. 44, 89, 111, 113).

LA RESOCIALIZACIÓN DEL CONDENADO EN COLOMBIA

De conformidad con lo señalado por el organismo que administra el sistema penitenciario y carcelario colombiano, la resocialización es una “técnica de tratamiento clínico que pretende cambiar la conducta del interno. Volver a socializarse, lo que significa aprender las expectativas sociales e interiorizar normas de conducta. Resocializarse es volver a valer como ser social conforme quiere la sociedad. Esto implica reconocimiento. La técnica que se maneja es el cambio de actitud y de valores. Se confunde con el cambio de delincuente en un buen interno(a).” (Colombia, 2016, p. 11).⁵³

A continuación, se señalan los elementos fundamentales que hacen parte de la idea

⁵¹ Cfr. Artículo 83 CPC. Tampoco es obligatorio para quienes ostenten la calidad de presos políticos (Sentencia T-429 de 2010, M.P. Juan Carlos Henao Pérez)

⁵² Muchas veces, estos beneficios no son tramitados por los establecimientos de reclusión (Ministerio de Justicia y del Derecho, 2014, p. 91), lo que imposibilita su contacto con el exterior.

⁵³ En sentido similar, ver Acosta (1996, p. 147). Muñoz Conde (1982, p. 138) considera que “la resocialización debe consistir en hacer aceptar al delincuente las normas básicas y generalmente vinculantes que rigen una sociedad. Una parte importante, aunque no exclusiva, de esas normas está formada por las normas penales, así que el objetivo de la resocialización sería el respeto y la aceptación por parte del delincuente de las normas penales, con el fin de impedirle cometer en el futuro nuevos delitos”.

de resocialización dentro del tratamiento penitenciario colombiano.

1. Es un tratamiento que se brinda al condenado tras la sentencia de responsabilidad penal;
2. Este tratamiento le permitirá retornar a la sociedad con el conocimiento del actuar errado y la concientización por el respeto a las normas establecidas por la sociedad;
3. El tratamiento genera un bloqueo frente a la comisión de nuevos delitos en el futuro.⁵⁴

De manera operativa, este proceso se obtiene a través del trabajo,⁵⁵ el estudio, la disciplina, la instrucción, la cultura, el deporte, la recreación y las relaciones de familia (Colombia, 2015, p. 55).⁵⁶ Asimismo, para preparar al individuo hacia el tránsito a la vida en libertad, se le deben ofrecer opciones de contacto con la sociedad extramuros, por lo que adquieren importancia los diferentes permisos y beneficios penitenciarios, que le permiten salir de la prisión con anterioridad al cumplimiento de la pena (Rueda, 2010, p. 138). Se desprende de lo anterior que básicamente son tres las actividades que desempeñan los internos dentro de los programas de resocialización, que, a su vez, les permiten redimir pena por trabajo, estudio y enseñanza.⁵⁷ Pero incluso señala la legislación penitenciaria, que se puede redimir pena por actividades literarias, deportivas, artísticas y en comités de internos, las cuales se asimilan al estudio.⁵⁸

En este sentido, se debe advertir que la

⁵⁴ Es un proceso que elimina los incentivos para la comisión de actividades ilegales (Dejong, 1997, p. 561).

⁵⁵ “... el trabajo ha sido históricamente el hecho central del encarcelamiento; oscilando, por una parte, entre las formas productivas y comercializadas de la industria, y las estrategias de capacitación y rehabilitación, por la otra” (Matthews, 2003, p. 71)

⁵⁶ Sobre este aspecto en particular, ver las sentencias T-274/05, T- 1275/05 y T-572/09, M.P. Humberto Antonio Sierra Porto.

⁵⁷ En el mismo sentido, ver el documento CONPES 3828 (2015, p. 44). Los documentos CONPES son elaborados por el Consejo Nacional de Política Económica y Social de Colombia y se encargan de planear todos los aspectos relacionados con el desarrollo económico y social del país. El documento CONPES citado trata sobre la política penitenciaria y carcelaria en Colombia.

⁵⁸ Cfr. Artículo 99 CPC.

redención de pena no es un beneficio ni un subrogado (mecanismo sustitutivo de la pena), sino una expresión de la dignidad humana y un instrumento por medio del cual el Estado ofrece al penado la posibilidad de resocializarse. Además de percibirse una remuneración⁵⁹ como contraprestación por el trabajo realizado, esta clase de actividades repercuten en el descuento del tiempo impuesto como pena privativa de la libertad. Desde esta perspectiva, resulta interesante detenerse brevemente en el análisis de las prohibiciones consagradas por el Código de la Infancia y la Adolescencia (Ley 1098 de 2006) para sujetos condenados por determinados delitos cometidos en contra de personas menores de 14 años. Esta norma consagra que, en esta clase de delitos, no procede ningún beneficio, ni subrogado judicial o administrativo. No obstante lo anterior, esta restricción no es aplicable para la redención de pena como derecho que tiene el condenado (Sentencia T-718/15, M.P. Jorge Iván Palacio). En el mismo sentido lo ha señalado la Corte Suprema de Justicia (Sala Penal), en sentencia del 2 de julio de 2015 [STP-8442 (80488)],⁶⁰ considerando la redención de pena como un derecho a partir de la interpretación de la reforma contenida en el artículo 64 de la Ley 1709 de 2014.⁶¹

En la Tabla anterior se puede observar que las tres modalidades con las que se puede optar por la redención de pena exigen la realización de la actividad durante dos días, a cambio de un día de pena privativa de la libertad. La diferencia radica en el tiempo contabilizado para efectos de acreditar los dos días de trabajo, estudio y enseñanza, ya que, en el primer caso, se deberán emplear 16 horas, mientras que, en el segundo, 12 horas y, en el tercero, 8 horas, resultando más benéfico enseñar que trabajar con el objetivo de descontar pena. Sin embargo, esta última actividad no reporta beneficios económicos en calidad de remuneración, como si lo hace la primera. Uno de los problemas que se presenta para el reconocimiento de esta redención de pena es que la competencia se encuentra atribuida a los Juzgados de Ejecución de Penas y Medidas de Seguridad, cuyo trámite suele ser demorado (Colombia, 2014, p. 89).

En la Tabla 2, se observan los datos relacionados con las personas privadas de la libertad que han podido participar de estas actividades, que además de contribuir a su proceso de resocialización, les reportan beneficios relacionados con el descuento del tiempo efectivo de pena privativa de la libertad que deben pagar, pudiendo también acceder a permisos de salida en virtud de esta reducción e, incluso, obteniendo una remuneración, que, aunque incipiente, puede ser de utilidad para su subsistencia en prisión o la colaboración con las necesidades que demandan sus hogares.

El INPEC afirma que, para marzo de 2016, el 48.6% (44.744) de la población interna realizó trabajos en las áreas industrial, artesanal, agropecuaria y de servicios administrativos (al interior de los establecimientos de reclusión, ejecutando actividades orientadas al embellecimiento y mantenimiento del establecimiento), 49,4% (45.559) asistió a los programas educativos, “construyendo la base fundamental para su resocialización” y el 2.0% (1.843) se desempeñó como instructor dentro del establecimiento. Concluye que el 75.5% de

Tabla 1 – Actividades de redención de pena, descuentos e intensidad horaria

REDENCIÓN DE PENA	DESCUENTO PUNITIVO	INTENSIDAD HORARIA
Trabajo	2 x 1	8 horas = 1 día
Estudio	2 x 1	6 horas = 1 día
Enseñanza	2 x 1	4 horas = 1 día

Fuente: Elaboración propia con base en los artículos 82, 97 y 98 del CPC.

⁵⁹ Esta remuneración, que, a veces del artículo 86 CPC, debe ser equitativa, no necesariamente corresponde al salario mínimo legal, a menos que se trabaje con un tercero que haya contratado con el establecimiento de reclusión, caso en el cual las condiciones deben ser similares a las que existen para el trabajo libre (Sentencia T-429 de 2010, M.P. Juan Carlos Henao Pérez).

⁶⁰ M. P. José Luis Barceló Camacho.

⁶¹ En el mismo sentido, ver el informe del Ministerio de Justicia y del Derecho (2014, p. 38).

Tabla 2 – Población de internos ocupados en trabajo, estudio y enseñanza por generación - (Abril 30 de 2016)

REGIONALES ⁶²	TRABAJO		ESTUDIO		ENSEÑANZA		TOTAL Hombres	TOTAL Mujeres	TOTAL
	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres	Hombres	Mujeres			
Central	14749	983	16068	1002	700	44	31517	2029	33546
Occidente	7588	720	7525	750	283	30	15366	1500	16866
Norte	4865	283	4167	124	182	13	9214	420	9634
Oriente	5429	498	4067	267	164	24	9660	789	10449
Noroeste	3640	483	5277	520	150	16	9067	1019	10086
Viejo Caldas	5500	522	5031	591	204	35	10735	1178	11913
TOTAL	41741	3519	42135	3254	1683	162	85559	6935	92494

Fuente: SISIPPEC WEB. INPEC, Estadísticas Abril de 2016.

la población interna participó de estos programas de resocialización (INPEC, 2016, p. 41). En todo caso, estas cifras pueden ser inexactas,⁶³ ya que no se distingue entre los reclusos que realizan más de una actividad, es decir, que estudian un día y trabajan otro, siendo tabulada esta información sin discriminar la duplicidad, lo que puede terminar afectando el monto global.

Adicionalmente y aceptando el porcentaje de internos que participaron en programas de resocialización, que supera las tres cuartas partes (3/4) de la población reclusa, esta actividad continúa sin beneficiar a la totalidad de los internos, como se describía desde el informe sombra presentado al CDH de las Naciones Unidas en respuesta al sexto informe de Colombia (GDIP, 2010, p. 32), a pesar de que, en la actualidad, se evidencia cierta mejoría. No obstante, los datos estadísticos no brindan información cualitativa que si es recogida en el informe sombra relacionado, con base en entrevistas realizadas a funcionarios del INPEC, donde se señala que los programas no son adecuados y existe carencia de personal docente capacitado para el ejercicio de esta labor, que, en últimas, es suplida por los propios internos (GDIP, 2010, p. 32). La misma situación se replica frente a las demás actividades. El

mismo Ministerio de Justicia y del Derecho (2014, p. 77) advierte sobre la carencia de formación especializada de los funcionarios que intervienen en el tratamiento penitenciario y la carencia de fundamentación sobre el tópico de la resocialización. En este último informe, también se consagran datos cualitativos, fruto de las visitas realizadas a los establecimientos de reclusión, evidenciando que, en estos, existen altos niveles de desocupación por parte de los internos. Se suma a esto la carencia de elementos para llevar a cabo tanto las actividades laborales como las educativas (Colombia, 2014, p. 80).

En el mismo sentido, la Defensoría del Pueblo indica que “la incapacidad resocializadora del estado colombiano adquiere mayor dimensión al observar el parágrafo del artículo 144 del Código Penitenciario y Carcelario, el cual supedita el fin principal de la pena privativa de libertad a las disponibilidades del personal y de la infraestructura de los centros de reclusión, lo que no se cumple en la actualidad”.⁶⁴ En virtud de lo anterior, la Corte Constitucional concluye que “el Sistema Carcelario actual no dispone de parámetros comunes y claros sobre los programas de resocialización, como consecuencia del abandono que ha tenido la reinserción social de quien ha cometido un delito, en la Política Criminal.” (Sentencia T-762 de 2015).

Esta situación no es novedosa si anali-

⁶² El INPEC agrupó los establecimientos carcelarios en función de la zona en la que se encuentran situados dentro del territorio nacional.

⁶³ “Las estadísticas carcelarias están sujetas a problemas de exactitud en la obtención de datos [...] esto puede afectar la calidad de los datos” (Matthews, 2003, p. 135).

⁶⁴ Informe del 22 de junio de 2015, citado en la sentencia T-762 de 2015, M.P. Gloria Stella Ortiz Delgado.

zamos el informe del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos (2001, p. 79), en donde se establece que el sistema penitenciario colombiano no cumple con el fin resocializador, en la medida que existen altos índices de reincidencia y altos niveles de violencia carcelaria, así como drogadicción y proliferación de bandas criminales al interior de los muros, lo que, a su vez, propicia y favorece la corrupción y la victimización de la población reclusa. Varios de estos aspectos permanecen estables, como se expone en el informe del Ministerio de Justicia y del Derecho (2014, p. 77).

Adicionalmente, el documento CONPES 3828 (Colombia, 2015, p. 8) reitera que la infraestructura es insuficiente para la implementación del programa de resocialización y que esto no es un problema reciente sino de varios años atrás, lo que se ratifica en el tiempo, con el estudio de la sentencia T-153 de 1998 y el informe de la ONU anteriormente relacionado y los documentos más recientes analizados. A su vez, el mismo documento (COLOMBIA, 2015, p. 46), con base en el informe del Ministerio de Justicia y del Derecho (2014), señala las siguientes falencias:

- Las actividades de tratamiento penitenciario para la resocialización no tienen enfoque productivo y competitivo;
- Se cuenta con escasa participación privada;
- Existen debilidades en la articulación del modelo educativo para la población privada de la libertad con las políticas de educación nacional;
- Hay una capacidad limitada para la implementación del modelo educativo para la población privada de la libertad;
- Existe una baja interacción con los ámbitos familiar, comunitario y social en los programas de atención social y tratamiento penitenciario;
- Se presentan debilidades en los procesos de evaluación y tratamiento a la población privada de la libertad.

Tanto el informe del Ministerio de Jus-

ticia y del Derecho (2014, p. 79), como el documento CONPES y la sentencia T-762, estos últimos del año 2015, muestran un panorama desfavorable en materia de resocialización al interior de los establecimientos de reclusión del país, poniendo en jaque el cumplimiento de esta función, ante la ausencia de una infraestructura apta para la consecución de este fin, la carencia de personal capacitado para el desarrollo de los programas y la poca efectividad de los mismos.

Por otra parte y con base en los elementos inicialmente señalados dentro de este acápite, que hacen parte de la idea de resocialización, deberá evaluarse el fenómeno de la reincidencia como factor fundamental de este proceso.⁶⁵ En la siguiente Tabla se observa la tasa de reincidencia de la población reclusa en Colombia.

Con base en la información tabulada y teniendo presente que la población privada de la libertad, para abril de 2016, alcanza el número de 122.016,⁶⁶ se puede afirmar que más del 14% de la población interna en Colombia es reincidente. Es decir que, a pesar de haber ingresado con anterioridad a un establecimiento de reclusión y recibir el tratamiento contemplado dentro del sistema progresivo penitenciario, este no funcionó, por lo menos en lo que atiene al objetivo de bloquear la futura comisión de delitos.

Aunque esta cifra no parece tan alarmante, siendo cautelosos con la información que arrojan estas estadísticas, es preciso advertir que, en un informe del año 1989 del Ministerio de Justicia y del Derecho, en el que se empleó una encuesta para establecer el índice de reincidencia, se anota que el 27,067% de la población condenada se encuentra en esta situación; sin embargo, el 35% de los condenados no respondió la encuesta. Esto permite reflexionar seriamente en retrospectiva, ya que

⁶⁵ Las tasas de reincidencia también se presentan como evidencia de que la cárcel no cumple como un eficiente disuasivo específico (Matthews, 2003, p. 140).

⁶⁶ Fuente: Estadísticas INPEC “Población interna en Establecimientos de Reclusión y Regionales. Abril 30 de 2016”

Tabla 3 – Reincidencia Población de internos (Abril 30 de 2016)

REGIONALES	ALTAS		TOTAL ALTAS	DOMICILIARIAS		TOTAL DOMICILIARIAS	VIGILANCIA ELEC-TRÓNICA		TOTAL VIGILANCIA ELEC-TRÓNICA	TOTAL GENERAL
	Hombres	Mujeres		Hombres	Mujeres		Hombres	Mujeres		
Central	4971	342	5313	726	115	841	200	19	219	6373
Occidente	2476	170	2646	424	69	493	42	3	45	3184
Norte	1068	19	1087	323	44	367	38	3	41	1495
Oriente	1270	65	1335	239	30	269	15	7	22	1626
Noroeste	1819	121	1940	413	47	460	79	0	79	2479
Viejo Caldas	1881	145	2020	300	72	372	71	2	73	2471
TOTAL	13485	862	13347	2425	377	2802	445	34	479	17628

Fuente: SISIPEC WEB. INPEC, Estadísticas Abril de 2016.

resulta dudoso que, con el paso de los años, hasta la fecha, se haya logrado bajar más de 10 puntos porcentuales la ocurrencia de este fenómeno, a lo que se suma la cifra negra registrada, que también puede existir en la actualidad. Esto último, atendiendo a que los datos contenidos en la Tabla 3 son elaborados con base en el aplicativo SISIPEC, el cual solo fue implementado hasta enero de 2009. Por esta razón, los índices de reincidencia ofrecidos por el INPEC no arrojan una información certera sobre el fenómeno de la reincidencia respecto de personas que hayan sido privadas de la libertad antes del año 2009 y nuevamente se hayan encontrado en esta situación con posterioridad a esta fecha límite.

La Defensoría del Pueblo ha conceptuado sobre la fiabilidad de la información suministrada por el INPEC para evaluar conceptos como número de personas recluidas, rangos de edad, actividades de resocialización desarrolladas, entre otros. Sin embargo, no son fiables en lo concerniente con la capacidad real de los establecimientos.⁶⁷ Respecto a la reincidencia, aunque la Corte Constitucional, en la sentencia T-762 de 2015, no hace ninguna observación sobre la fiabilidad de los datos aportados por el INPEC, si advierte sobre la necesidad de crear un sistema donde quede señalada esta situación, junto con sus causas, con miras a identificar los problemas del proceso de resocialización. Es decir, que se carece de información certera y además que el cumplimiento

⁶⁷ Informe del 22 de junio de 2008, citado en la sentencia T-762 de 2015, M.P. Gloria Stella Ortíz Delgado.

de esta función no ha sido satisfecho, siendo uno de los factores que conllevan a pregonar el estado de cosas inconstitucional en las prisiones del país.

CONCLUSIONES

Las legislaciones contemporáneas tienden a consagrar una miscelánea de fines de la pena,⁶⁸ dentro de los cuales se encuentra la resocialización, que opera fundamentalmente durante la fase de ejecución de la misma (Bacigalupo, 1978, p. 16, apud Luzón, 1979, p. 21). Esta teoría *polifuncional*,⁶⁹ con mayor acento en la reeducación (Baratta, 1989, p. 202), se edifica sobre la intención de que la pena corrija al delincuente (Lastres, 1887, p. 114). A pesar de lo anterior, esta teleología suele quedarse en el discurso (Rusche; Kirchheimer, 1984, p. 72),⁷⁰ ya que, en muchas oportunidades, por lo menos dentro del contexto nacional, los programas de reeducación son insufi-

⁶⁸ Para el caso colombiano, ver el artículo 4º del CP, que consagra los siguientes fines: prevención general, retribución justa, prevención especial, reinserción social y protección al condenado.

⁶⁹ En el mismo sentido, ver Ferrajoli (2009, p. 263) y Roxin (1997, p. 93).

⁷⁰ “La resocialización e inserción social, por lo menos en lo que concierne a América Latina y específicamente a Colombia, es de carácter discursivo, en la medida en que no hay una correspondencia real u operativización clara y precisa de las acciones que se implementen para su consecución, dado que aún persiste la concepción de la política criminal antigua en el funcionamiento real del sistema penitenciario (Universidad Nacional de Colombia-INPEC 2012, p. 122).

cientes⁷¹ o poco efectivos, cumpliendo la pena otras funciones distintas a la especialmente encomendada por el constituyente y los legisladores durante esta fase del proceso.⁷² En este sentido, se perpetúan los fines retributivos y neutralizadores (Baratta, 1990, p. 2), dentro de un proyecto “*securitario*” (Sozzo, 2007, p. 104), que fácilmente se cumple en las condiciones del sistema penitenciario colombiano, junto con el llamado de atención a la sociedad para evitar la comisión de delitos y ratificar la confianza en la vigencia de la norma. Es decir, que se persiguen los fines respecto de quienes no han delinquido (Zaffaroni; Alagia; Slokar 2000, p. 53), junto con aquellos negativos que recaen en cabeza del condenado, sacrificando su corrección.⁷³ En este contexto, muchos consideran que, en el sistema penitenciario colombiano, la resocialización ocupa un lugar subalterno, convirtiéndose la cárcel en una herramienta de venganza pública que se utiliza para devolver la confianza en la justicia penal (Fernández, 2010, p. 92).

Dentro del sistema penal colombiano, la respuesta favorita del legislador, ante la trasgresión de los bienes jurídicos tutelados a través de la comisión de delitos, ha sido el encarcelamiento, como muestran los datos estudiados en el cuerpo de este trabajo.

No obstante lo anterior y advirtiendo que el objetivo de este trabajo no estaba circunscrito a criticar la legitimidad de la cárcel como institución, sino a indagar, si dentro de la misma, puede llevarse a cabo el proyecto de resocialización – como mandato legalmente establecido, siguiendo los instrumentos internacionales que regulan la materia y hacen parte del bloque de constitucionalidad –, los resultados encontrados, no son positivos. Desde la base del tratamiento penitenciario, que corresponde a las diferentes fases por las que asciende progresivamente el condenado, existen impedimentos para concretar la resocialización, ya que, según lo afirmado por el Ministerio de Justicia y del Derecho, la labor del CET es parsimoniosa, por carencia de personal especializado e incluso por escasez de implementos de secretaria, lo que conlleva a que muchos internos no puedan superar las fases de mayor seguridad para lograr así acceder a permisos y programas de resocialización.

Adicionalmente y como se observa en los hallazgos, tanto la infraestructura como el personal destinado para los programas de resocialización son insuficientes o mal capacitados, teniendo incluso los condenados, en algunas oportunidades, que suplir la ausencia de capacitadores al interior de los distintos programas. Tampoco cuentan con los implementos necesarios para adelantar las actividades de resocialización habilitadas en el respectivo penal. A su vez, los programas ofertados no son los más adecuados para preparar su retorno a la libertad. Esto se agrava dentro del contexto de hacinamiento narrado al interior de este trabajo, en donde ante la imposibilidad de participar en los programas de resocialización (Ver Tabla 2), al interno no le queda otro camino que inscribirse en los cursos informales de la *universidad del delito*, que siempre cuenta con cupos disponibles. De conformidad con lo anterior, la situación de hacinamiento no solo dificulta la vida de la persona condenada al interior de los muros carcelarios, sino que también imposibilita su desarrollo personal por

⁷¹ Dentro del sistema penitenciario español, también se hace esta crítica (González, 2012, pp. 369-371).

⁷² En el mismo sentido, ver la sentencia C-261 de 1996, M.P. Alejandro Martínez Caballero, que, al respecto, señala: “Sin embargo, a pesar de esas inevitables tensiones y discusiones, lo cierto es que, durante la ejecución de las penas, debe predominar la búsqueda de resocialización del delincuente, ya que esto es una consecuencia natural de la definición de Colombia como un Estado social de derecho fundado en la dignidad humana (CP art. 1º), puesto que el objeto del derecho penal, en un Estado de este tipo, no es excluir al delincuente del pacto social, sino buscar su inserción en el mismo. Por ello, es lógico que los instrumentos internacionales de derechos humanos establezcan esa función resocializadora del tratamiento penitenciario. Así, de manera expresa, el artículo 10 numeral 3º del Pacto de Derechos Civiles y Políticos de las Naciones Unidas, aprobado por Colombia por la Ley 74 de 1968, consagra que el régimen penitenciario consistirá en un tratamiento cuya finalidad esencial será la reforma y la readaptación social de los penados”. Congruentes con lo anterior, ver las sentencias C-144 de 1997, M.P. Alejandro Martínez Caballero, T-528 de 2000, M.P. Fabio Morón Díaz y C-194 de 2005, M.P. Marco Gerardo Monroy Cabra.

⁷³ En el mismo sentido, ver Garland (2005, pp. 42, 51 y 287).

fuera de ellos y lo invita al retorno, ante la inevitable tentación de la reincidencia, motivada por la falta de oportunidades y la ausencia de concientización de los parámetros socialmente establecidos.

En materia de redención de pena y beneficios administrativos, se encuentra el interno con el obstáculo burocrático, que, en oportunidades, genera una tal anquera desde el mismo establecimiento de reclusión que no realiza los trámites necesarios para que se estudie su situación. Cuando los hace, la suerte del interno queda en manos de un Juez de Ejecución de Penas y Medidas de Seguridad, que, en virtud de la expansión del sistema, cuenta con una carga significativa de trabajo y no resuelve oportunamente las solicitudes que hacen las personas que se encuentran privadas de la libertad.

La insuficiencia institucional traspasa las fronteras del perímetro carcelario. Debido a la crisis del sistema que imposibilita la implementación de programas al interior de la cárcel, sería osado esperar el seguimiento del condenado una vez recobre la libertad. A pesar que existen directivas al respecto, pero se carece de recursos para su implementación (Colombia, 2014, p. 79). No quiere esto decir que la imposibilidad fáctica se corresponda con la finalidad perseguida, ya que el proceso de resocialización requiere de un acompañamiento intramuros y extramuros, este último olvidado dentro del contexto colombiano. De esta manera, el individuo afronta la sociedad como un huérfano más, que, en virtud del encarcelamiento, pudo haber roto los escasos lazos con que contaba y se enfrenta al rechazo de la sociedad por su pasado penal, lo que le dificultará la consecución de un trabajo y lo llevará hacia al delito, con el *riesgo profesional* de volver a la cárcel, ratificándose, de esta manera, el fracaso de la resocialización.

Recebido para publicação em 20 de maio de 2016
Aceito em 25 outubro de 2017

REFERENCIAS

- ACOSTA, D. *Sistema integral de Tratamiento Progresivo Penitenciario*: Reflexión en torno a la construcción de un modelo de atención a internos. Bogotá: INPEC, 1996.
- ALBINYANA, J.; CERVERA, S. *Vida en prisión*: guía práctica de derecho penitenciario. Madrid: Ferratas, 2014.
- ANTONY, C. Mujeres invisibles: las cárceles femeninas en América Latina. *Nueva Sociedad*, San José, n. 208, p. 73-85, 2007.
- ARIZA, L. Reformando el infierno: los tribunales y la transformación del campo penitenciario en América Latina. In: ARIZA, L.; ITURRALDE, M. *Los muros de la infamia. Prisiones en Colombia y en América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2011. p. 18-108.
- ARIZA, L.; ANGEL, C. *En el corazón del buen pastor*: la apropiación del discurso de los derechos humanos en el contexto penitenciario colombiano. *Revista de antropología y arqueología*, Bogotá, n. 23, p. 45-64, 2015.
- ARIZA, L.; ITURRALDE, M. Una perspectiva general sobre mujeres y prisiones en América Latina y Colombia. *Revista de derecho público*, Santiago de Chile, n. 35, p. 1-25, 2015.
- ARIZA, L.; ZAMBRANO, R. Cárcel Kapurúa. Las rutas del encarcelamiento de indígenas en Colombia. *Revista jurídica de la Universidad de Palermo*, Buenos Aires, año 13, n. 1, p. 157-181, 2012.
- BARATTA, A. *Resocialización o control social: por un concepto crítico de "reintegración social" del condenado*. Ponencia presentada en el seminario "Criminología crítica y sistema penal", organizado por Comisión Andina Juristas y la Comisión Episcopal de Acción Social. Lima, del 17 al 21 de Septiembre de 1990. Traducción de Mauricio Martínez. Disponible en: <http://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/articulos/a_20120608_01.pdf>. Acceso en: 20 mayo 2016).
- BARATTA, A. *Criminología crítica y crítica del derecho penal*. México: Siglo XXI editores, 1989.
- BIRCKECK, C. Tres enfoques necesarios para la victimología. *Revista Cenipec*, Mérida, n. 22, p. 33-66, 2003.
- CARLEN, P. *Women's imprisonment. A study in social control*. London: Routledge & Kegan Paul, 1983.
- CARRANZA, E. Situación penitenciaria en América Latina y el Caribe ¿Qué hacer? *Anuario de derechos humanos*, Santiago, n. 8, p. 31-66, 2012.
- CERVELLÓ, V. Las prisiones de mujeres desde una perspectiva de género. *Revista General de Derecho Penal*, [S.l.], n. 5, p. 1-24, 2006.
- CHRISTIE, N. *La industria del control del delito: ¿La nueva forma del holocausto?* Traducción de Sara Costa. Buenos Aires: Editores del Puerto, 1993.
- CID, J. *La elección del castigo*. Barcelona: Bosch, 2009.
- CID, J. El sistema penitenciario en España. *Jueces para la democracia*, [S.l.], n. 45, p. 15-27, 1999.
- CLEMMER, D. *The Prison Community*. New York: Rinehart & Winston, 1958.
- COYLE, A. *Understanding prisons: Key issues in policy and practice*. Glasgow: Open University Press, 2005.
- CRESPO, F.; BOLAÑOS, M. Código del preso: acerca de los efectos de la subcultura del prisionero. *Capítulo criminológico*, v. 37, n. 2, p. 53-75, 2009.
- CREWE, B. *Prison culture and the prisoner society*. En: CREWE, B.; BENNET, J. (Ed.). *The prisoner*. Oxford: Routledge, 2012. p. 17-45.

- CULLEN, F.; GILBERT, K. *Reaffirming Rehabilitation*. Cincinnati: Anderson Publishing, 1982.
- DEJONG, C. Survival Analysis and Specific Deterrence: Integrating Theoretical and Empirical Models of Recidivism. *Criminology*, Columbus, v. 35, n. 4, p. 561-575, 1997.
- DORADO, P. *El derecho protector de los criminales*. Madrid: Librería General de Victoriano Suárez, 1915.
- ECHEVERRI, J. La prisionalización, sus efectos psicológicos y su evaluación. *Pensando Psicología*, Envigado, v. 6, n. 11, p.157-166, 2010.
- FERNÁNDEZ, W. *Derechos fundamentales en el actual sistema penal acusatorio*. En: POSADA, J. (Ed.). *III Simposio Internacional Penitenciario y de Derechos Humanos*. Medellín: Universidad de San Buenaventura, 2010. p. 87-92.
- FERRAJOLI, L. *Derecho y razón: Teoría del garantismo penal*. Madrid: Trotta, 2009.
- FOUCAULT, M. *Vigilar y castigar: Nacimiento de la prisión*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1976.
- GARCÍA, C. El panóptico de Bentham. *Revista de Estudios Penitenciarios*, Madrid, n. 129, p. 570-599 1957.
- GARCIA-BORÉS, J. *El impacto carcelario*. En: BERGALLI, R.(Coord.) *Sistema penal y problemas sociales*. Valencia: Tirant to Blanch, 2003. p. 362-404
- GARCIA-PABLOS MOLINA, A. La supuesta función resocializadora del derecho penal: utopía, mito e eufemismo. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, t. 32, Fasc. 3, p. 645-700, 1979.
- GARLAND, D. *La cultura del control Crimen y orden social en la sociedad contemporánea*. Traducción de M. Sozzo. Barcelona: Gedisa, 2005.
- GEREZ, M. *Estrategias discursivas y políticas del dispositivo punitivo*. En: CONGRESO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y PRÁCTICA PROFESIONAL EN PSICOLOGÍA, 1.; XVI JORNADAS DE INVESTIGACIÓN QUINTO ENCUENTRO DE INVESTIGADORES EN PSICOLOGÍA DEL MERCOSUR, 16., 2009, Buenos Aires. *Acta...* Buenos Aires: Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, 2009. p. 511-514.
- GIORDANO, P.; CERNKOVICH, S.; RUDOLPH, J. Gender Crime and Desistance: Toward a Theory of Cognitive Transformation. *The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 107, n. 4, p. 990-1064, 2002.
- GONZÁLEZ SÁNCHEZ, I. La cárcel en España: Mediciones y condiciones del encarcelamiento en el siglo XXI. *Revista de derecho penal y criminología*, [Madrid], 3ª Época, n. 18, p. 351-402, 2012.
- GUILLAMONDEGUI, L. *Resocialización y semilibertad*. Buenos Aires: Editorial B de F, 2010.
- HERNÁNDEZ, N. El pago de la multa y la ley 1709 de 2014. Análisis de la libertad condicional y los sistemas de vigilancia electrónica antes del tránsito legislativo. *Sistema penal & Violencia*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 116-141, 2015.
- ITURRALDE, M. Prisiones y castigo en Colombia: La construcción de un orden social excluyente. En: ARIZA, L.; ITURRALDE, M. *Los muros de la infamia: Prisiones en Colombia y América Latina*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2011. p. 110-194
- LARRAURI, E. *Introducción a la criminología y al sistema penal*. Madrid: Trotta, 2015.
- LASTRES, F. *Estudios Penitenciarios*. Madrid: Jiménez Gil Editor, 1887.
- LIEBLING, AL.; PRICE, D.; SHEFER, G. *The prison officer*. Londres: Routledge, 2011.
- LIEBLING, A.; ARNOLD, H. *Prisons and their Moral Performance: A Study of Values, Quality, and Prison Life*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- LUZÓN, D. M. *Medición de la pena y sustitutivos penales*. Madrid: Instituto de Criminología de la Universidad Complutense de Madrid, 1979.
- MANDELA, N. *Long Walk to Freedom*. London: Little Brown & Company, 1994.
- MATTHEWS, R. Una propuesta realista de reforma para las prisiones de Latinoamérica. *Política criminal*, Santiago, v. 6, n. 12, p. 296-338, 2011.
- MATTHEWS, R. *Pagando tiempo: Una introducción a la sociología del encarcelamiento*. Barcelona: Bellaterra, 2003.
- MELOSSI, D.; PAVARINI, M. *Cárcel y fábrica: Los orígenes del sistema penitenciario (Siglos XVI-XIX)*. Traducción de Xavier Massimi. México: Siglo XXI editores, 1987.
- MIR PUIG, S. ¿Qué queda en pie de la resocialización? *Eguzkilore*, [S.l.], n. 2, p. 35-41, 1989. Número extraordinario.
- MUÑOZ CONDE, F. La resocialización del delincuente: Análisis y crítica de un mito. En: MIR, S. (Ed.). *Política criminal y reforma del derecho penal*. Bogotá: Temis, 1982. p. 131-154.
- NORZA, E. et al. Descripción de la criminalidad femenina en Colombia: factores de riesgo y motivación criminal. *Criminalidad*, Bogotá, v. 54, n. 1, p. 339-357, 2012.
- PÉREZ, W. ¿Nos repugna realmente la prisión? Un recordatorio abolicionista. *Revista diálogos de derecho y política*, Medellín, n. 8, año 3, p. 1-18, 2012.
- RODRÍGUEZ, C. ¿Cuándo cesa el estado de cosas inconstitucional del desplazamiento? Más allá del desplazamiento como superar un estado de cosas inconstitucional. En: RODRÍGUEZ, C. (Coord.). *Más allá del desplazamiento: Políticas, derechos y superación del desplazamiento forzado en Colombia*. Bogotá: Universidad de los Andes, 2010.
- ROXIN, C. *Derecho Penal, Parte General*. Madrid: Civitas, 1997.
- RUEDA, M. *Función de ejecución de penas y medidas de seguridad*. Bogotá: Consejo Superior de la Judicatura (Sala Administrativa) y Escuela Judicial Rodrigo Lara Bonilla, 2010.
- RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. *Pena y estructura social*. Traducción de Emilio García. Bogotá: Temis, 1984.
- SAMPEDRO, J. *Apuntes sobre la resocialización en el sistema penitenciario colombiano*. *Eguzkilore*, n. 12, p. 107-111, 1998. Número extraordinario.
- SAMPSON, R.; LAUB, J. *Crime in the Making: Pathways and Turning Points through Life*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- SPARKS, R.; BOTTOMS, A.; HAY, W. *Prisons and the Problem of Order*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- SOZZO, M. ¿Metamorfosis de la prisión? Proyecto normalizador, populismo punitivo y "prisión-depósito". *Revista Latinoamericana de Seguridad ciudadana*, Quito, n. 1, p. 88-116, 2007.
- SYKES, G. *The society of captives: A study of a maximum security prison*. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- SYKES, G.; MESSENGER, S. The Inmates social system. En: CLOWARD, Richard A. *Theoretical studies in social organization of the prison*. United States of America: Social Science Research Council, 1960. p. 5-20.
- TÉLLEZ, A. Derecho penitenciario colombiano: Un aproximación desde la experiencia española. *Anuario de derecho penal y ciencias penales*, Madrid, v. 49, n. 2, p. 591-625, 1996.

URÍAS, J. El valor constitucional del mandato de resocialización. *Revista española de derecho constitucional*, Madrid, n. 63, p. 43-78, 2001.

ZAFFARONI, E.; ALAGIA, A.; SLOKAR, A. *Derecho Penal: Parte General*. Buenos Aires: Ediar, 2000.

JURISPRUDENCIA

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-601 de 1992, M.P. Eduardo Cifuentes Muñoz.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia C-394 de 1995, M.P. Vladimiro Naranjo Mesa.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia C-261 de 1996, M.P. Alejandro Martínez Caballero.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia C-144 de 1997, M.P. Alejandro Martínez Caballero.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-153 de 1998, M.P. Eduardo Cifuentes Muñoz.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-528 de 2000, M.P. Fabio Morón Díaz.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-847 de 2000, M.P. Carlos Gaviria Díaz.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-1670 de 2000, M.P. Carlos Gaviria Díaz.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia C-157 de 2002, M.P. Manuel José Cepeda Espinosa.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-025 de 2004, M.P. Manuel José Cepeda Espinosa.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-1096 de 2004, M.P. Manuel José Cepeda Espinosa.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia C-194 de 2005, M.P. Marco Gerardo Monroy Cabra.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-274/05, M.P. Humberto Antonio Sierra Porto.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-1093 de 2005, M.P. Clara Inés Vargas Hernández.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-1275/05, M.P. Humberto Antonio Sierra Porto.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-393/08, M.P. Humberto Antonio Sierra Porto.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-412 de 2009, M.P. María Victoria Calle Correa.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-572/09, M.P. Humberto Antonio Sierra Porto.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-429 de 2010, M.P. Juan Carlos Henao Pérez.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-286 de 2011, M.P. Jorge Ignacio Pretelt Chaljub.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-213 de 2011, M.P. Gabriel Eduardo Mendoza Martelo.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-338 de 2013, M.P. María Victoria Calle Correa.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-718/15, M.P. Jorge Iván Palacio.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Constitucional, Sentencia T-762 de 2015, M.P. Gloria Stella Ortíz Delgado.

COLOMBIA, Rama Judicial del Poder Público, Corte Suprema de Justicia, Sala Penal, Sentencia del 2 de julio de 2015 [STP-8442 (80488)], M.P. Jose Luis Barceló Camacho.

ESPAÑA. Tribunal Constitucional, Sentencia ATC 780/1986.

ESPAÑA. Tribunal Constitucional, Sentencia STC 2/1987.

ESPAÑA. Tribunal Constitucional, Sentencia STC 81/1997.

ESPAÑA. Tribunal Constitucional, Sentencia STC 75/1998.

ESPAÑA. Tribunal Constitucional, Sentencia STC 91/2000.

NORMAS

COLOMBIA. Asamblea Nacional Constituyente, Constitución Política de 1991.

COLOMBIA. Congreso de la República, Ley 65 de 1993 (Código Penitenciario y Carcelario).

COLOMBIA. Congreso de la República, Ley 599 de 2000 (Código Penal).

COLOMBIA. Congreso de la República, Ley 1098 de 2006 (Código de la Infancia y la Adolescencia).

COLOMBIA. Congreso de la República, Ley 1709 de 2014.

ESPAÑA. Cortes Generales, Constitución Española de 1978.

ITALIA, Asamblea Constituyente, Constitución Italiana de 1947.

INFORMES Y OTROS DOCUMENTOS

ALTO COMISIONADO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LOS DERECHOS HUMANOS. *Informe Centros de reclusión en Colombia: Un estado de cosas inconstitucional y de flagrante violación de derechos humanos*, 2001.

COLOMBIA. Consejo Nacional de Política Económica y Social - CONPES 3828. *Política penitenciaria y carcelaria en Colombia*, 2015.

COLOMBIA. Defensoría del Pueblo. *Informe: Análisis*

sobre el actual hacinamiento carcelario y penitenciario en Colombia, 2003.

COLOMBIA. Instituto Nacional Penitenciario y Carcelario - INPEC. Oficina asesora de Planeación. Grupo de estadística. *Informe estadístico marzo de 2016*.

COLOMBIA. Instituto Nacional Penitenciario y Carcelario - INPEC. Resolución 7302 de 2005.

COLOMBIA. Instituto Nacional Penitenciario y Carcelario - INPEC. Resolución 2392 de 2006.

COLOMBIA. Instituto Nacional Penitenciario y Carcelario - INPEC. Resolución 8619 de 2013.

COLOMBIA. Ministerio de Justicia y del Derecho . *Plan de desarrollo y rehabilitación del sistema penitenciario nacional*. Bogotá: Imprenta Nacional de Colombia, 1989.

COLOMBIA. Ministerio de Justicia y del Derecho . Dirección de Política criminal y penitenciaria. *Lineamientos para el fortalecimiento de la política penitenciaria en Colombia*. Bogotá: CYE Consult, 2014.

GRUPO DE DERECHO DE INTERÉS PÚBLICO. *Situación carcelaria en Colombia*: Informe sombra presentado al CDH de las Naciones Unidas en respuesta al sexto informe de Colombia. Documento de trabajo # 1. Bogotá: Universidad de los Andes, 2010.

ORGANIZACIÓN DE NACIONES UNIDAS. Asamblea General, resolución 43/173, de 9 de diciembre de 1988, Conjunto de Principios para la protección de todas las personas sometidas a cualquier forma de detención o prisión

UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA. Instituto Nacional Penitenciario y Carcelario - INPEC. *Estados de arte de los procesos de evaluación y caracterización de la población interna*. Convenio interadministrativo n. 138 de 2011. Director-Editor: José Ignacio Ruiz Pérez, 2012.

**RESOCIALIZATION AS END OF SENTENCE – A
frustration with the Colombian penitentiary and
prison system**

Norberto Hernández Jiménez

This article analyses resocialization as the main finality of deterrent sentencing in Colombia during its execution phase. To this end, the article contextualizes the difficult situation that the penitentiary and prison systems of Colombia withstand, which, as the Constitutional Court declared, constitutes an institutional situation that compromises the human dignity of deterred persons. Within this reality – comprising a significant prison overcrowding, which, in its turn, fosters an environment of violence, corruption and inequality –, offers and access to resocialization programs are scarce, impeding the rehabilitation of individuals. This context hinders the fulfilling of this finality, for it is observed that a great percentage of released felons returns to prison, configuring the phenomenon of recidivism.

KEYWORDS: Resocialization. Ends of sentence. Prison overcrowding. Recidivism.

**LA RESOCIALISATION COMME FIN DE PEINE –
Une frustration dans le système pénitentiaire et à
l'univers carcéral en Colombie**

Norberto Hernández Jiménez

Dans cette recherche, la resocialisation est analysée en tant qu'objectif principal de la peine de détention en Colombie pendant sa phase d'exécution. Pour ce faire, il faut remettre en contexte la situation difficile dans laquelle se trouve le système pénitentiaire et carcéral colombien. Comme l'a déclaré la Cour Constitutionnelle, il se caractérise par une situation institutionnelle où la dignité humaine des personnes privées de liberté est gravement compromise. Au sein de cette réalité, qui inclut un surpeuplement carcéral important favorisant lui-même un environnement de violence, de corruption et d'inégalité, l'offre et l'accès aux programmes de resocialisation sont limités, ce qui est une entrave à la réadaptation de l'individu. Le défi qui consiste à réaliser cet objectif n'est pas atteint car on observe qu'un pourcentage important de détenus retourne en prison, ce qui caractérise un phénomène de récidive.

MOTS-CLÉS: Resocialisation. Finalités de la punition. Surpeuplement carcéral. Récidive.

EM TORNO DA CIVILIZAÇÃO LUSO-TROPICAL: a contribuição de Gilberto Freyre à sociologia da imigração no Brasil¹

Márcio de Oliveira *

Rigorosamente, não há uma *sociologia da imigração* na obra de Gilberto Freyre. Contudo o fenômeno da imigração não está ausente das análises sobre o modelo freyriano de amálgama e sobre os processos de miscigenação social e racial. Está presente ainda em conferências e livros sobre a *civilização luso-tropical*, em seu interesse e viagens por outras culturas e países. Ele pode ser observado ainda em sua atuação parlamentar em defesa da lusofonia durante a Assembleia Constituinte de 1946. Esse *paper* discute a contribuição de Freyre à sociologia da imigração no Brasil, em relação à discussão mais geral sobre o luso-tropicalismo. Colocando em perspectiva comparada as definições sobre o luso-tropicalismo e as análises dos processos de assimilação, conclui-se que os estudos nos quais Freyre analisa aspectos da imigração foram contrapartida decisiva para o desenvolvimento de suas ideias sobre a *civilização luso-tropical*, além de constituírem importantes contribuições para a sociologia da imigração no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Gilberto Freyre. Sociologia da imigração. Imigração. Assimilação. Civilização luso-tropical.

INTRODUÇÃO

Gilberto Freyre (1900-1987) tratou do fenômeno da imigração em momentos distintos de sua obra. Fez menções ao estrangeiro em *A história de um engenheiro francês no Brasil* (1941), *Inglês no Brasil* (1948) e *O Brasil em face das Áfricas negra e mestiça* (1962), ou ainda em *O Brasileiro entre outros hispanos* (1975). Em sua atuação política, como deputado eleito pela União Democrática Nacional (pelo estado de Pernambuco), defendeu os direitos dos naturalizados e propôs a transnacionalidade afro-luso-brasileira, como projeto de lei à Constituição de 1946. Enfim, em diversos livros e conferências sobre a *civilização luso-tropical*, são recorrentes as passagens dedicadas à questão imigrante e às práticas assimiladoras (biológicas e culturais) luso-brasileiras.

Do mesmo modo, Freyre se viu às voltas (por vezes, às turras) com o fenômeno da imi-

gração em momentos históricos particularmente delicados. No período do entreguerras, em *O mundo que o português criou* (1940),² estendeu a hipótese, desenvolvida em *Casa Grande & Senzala*, sobre as consequências vantajosas dos imigrantes portugueses em relação aos europeus “puros, dólico-louros” – a ausência de preconceito e plasticidade – nas sociedades coloniais portuguesas. Antes mesmo disso, em *Sobrados e Mucambos*, Freyre (1968b, p. 344, tomo 1) havia abordado tanto a “assimilação da técnica do europeu [...] pelo mulato da terra” quanto analisado a “sistemática da miscigenação no Brasil”, prevendo, então, a “penetração da cultura brasileira por elementos de origem italiana, germânica, polonesa e síria” (Freyre, 1968b, p. 658, tomo 2). Em *Região e Tradição* (originalmente de 1941),³ ao abordar o impacto da abolição, Freyre analisou a substituição dos escravos por colonos imigrantes nas fazendas de São Paulo. Em um *tour de force* explícito,

* Universidade Federal do Paraná. Departamento de Sociologia.

Rua General Carneiro, 460. Centro. Cep: 80060-150. Curitiba – Paraná – Brasil. marciodeoliveira62@gmail.com

¹ Registro aqui meu agradecimento à leitura cuidadosa e propositiva dos pareceristas indicados pela revista.

² Temos aqui a reunião, em livro, de conferências realizadas no *Kings College* (Londres) e nas universidades de Lisboa, Coimbra e Porto em 1937. Para a edição de 1940, as conferências foram revistas pelo autor.

³ Esse livro é a compilação de vários artigos publicados entre os anos de 1910 e 1930.

referiu-se ao papel regionalmente diferenciado dos imigrantes na formação da cultura nacional, ao dizer que o Nordeste, em consequência da “desvantagem” de não ter recebido os novos imigrantes, tornou-se “refúgio da alma do Brasil” (Freyre, 1968,⁴ p. 197-198).⁵

Os processos sociais de integração e de miscigenação, comumente relacionados à sociologia da imigração, estão presentes em livros como *Ordem e Progresso* (1959) e *O luso e o trópico* (1961). Da mesma forma, Freyre publicou, em 1971, *Nós e a Europa Germânica: em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX*, quando retornou ao tema da cultura e da imigração alemã no Brasil, assunto que já havia abordado 31 anos antes em *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* (1940).⁶ Finalmente, em *Novo Mundo nos Trópicos* (1972), afirmou, sem ambiguidade, que a assimilação do outro era característica principal da sociedade brasileira, assumindo como fundamentais os processos sociais clássicos presentes em sociedades imigrantistas.

Não obstante as evidências acima, a questão da imigração parece secundária na vida e na obra freyriana. Dentre seus intérpretes, reunidos por Kominsky, Lépine e Peixoto (2003), apenas Seyferth dedicou espaço à questão. No capítulo intitulado “Nacionalismo e imigração no pensamento de Gilberto Freyre”, contudo, a questão da imigração não é central, mas secundária, tendo sido analisada aí no âmbito do tema maior da nacionalidade que está “[...] contido em alguns trabalhos de Gilberto Freyre e sua contraposição com ideologias e identidades étnicas avessas à assimilação e miscigenação [...]” (Seyferth, 2003, p.

155). Em outro trabalho, agora dedicado à contribuição das ciências sociais brasileiras ao fenômeno da imigração, Seyferth (2004) aparentemente concorda com a tese da inexistência de uma sociologia da imigração na obra de Gilberto Freyre, da qual cita apenas dois trabalhos – *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira e Região e tradição* –, não estabelecendo, nesse texto, relações entre a dimensão assimilacionista e miscigenadora das práticas sociais no Brasil com os processos sociais de igual monta, típicos de sociedades imigrantistas. Já no trabalho sobre o caráter multidisciplinar dos estudos da imigração no Brasil, Seyferth (2007) não faz nenhuma referência à contribuição de Freyre. Além disso, não há referências teóricas aos conceitos clássicos da sociologia da imigração, tais como assimilação,⁷ aculturação ou integração⁸ no livro dedicado à sociologia como ciência (*Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*, de 1945). Em conclusão, não há razões para se falar em um Freyre, sociólogo da imigração, porém, como demonstro, o mestre pernambucano analisou processos de assimilação e fez referências ao fenômeno da imigração a partir de situações empíricas bem específicas, o que nos coloca diante do seguinte paradoxo.

De um lado, temos a importância conferida aos processos de miscigenação, aos contatos inter-raciais e à civilização de tipo transnacional e, de outro, o fato de o autor não ter dedicado trabalho específico à imigração, mormente quando se sabe que pensou nacional e globalmente a sociedade brasileira. Além disso, o período que Freyre passou nos Estados Unidos e suas constantes referências ao culturalismo de Franz Boas ou ao trabalho de William Thomas e Florian Zaniecki (sobre o

⁴ Para efeitos deste trabalho, utilizamos a segunda edição desse livro, publicada em 1968. A passagem encontra-se no capítulo “Aspectos de um século de transição no Nordeste do Brasil”, publicado originalmente em 1926.

⁵ De forma paradoxal, sobretudo para alguém que assinalou a migração da cultura portuguesa para o Brasil, o nordestino foi ali descrito com cores carregadas do sedentarismo dos engenhos.

⁶ As datas entre parênteses indicam o ano em que as referidas obras foram publicadas originalmente.

⁷ O conceito de assimilação foi, contudo, assunto de uma entrevista, como é analisado abaixo.

⁸ Assinalo, contudo, que o conceito de integração está presente no título de diversas conferências proferidas após a publicação desse livro, como, por exemplo, “Integração de raças autóctones e de culturas diferentes da europeia na comunidade luso-tropical: aspectos gerais de um processo” (inserida em *O luso e o trópico*, 1961), onde está, inclusive, definido.

qual retornamos) sugerem familiaridade tanto com o tema da interpenetração cultural quando com aquele da imigração. Por que, então, não estendeu essa preocupação e conhecimento ao Brasil, dedicando à imigração brasileira estudo específico? O presente artigo retoma essa questão, demonstrando que o fenômeno da imigração é efetivamente importante na obra de Freyre, em especial (embora não apenas) quando relacionado às análises que fez sobre a *civilização luso-tropical*. Para isso, analisamos os trabalhos *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira* (1980b) e *Nós e a Europa Germânica: em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX* (1987). Além desses trabalhos, analisamos os discursos pronunciados durante a Assembleia Constituinte de 1946 e os livros ou conferências *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas* (1940), *Região e Tradição* (1968a), *Integração Portuguesa nos Trópicos* (1966), *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje* (1960) e *O Luso e o Trópico* (1961). Como demonstramos a seguir, nesses trabalhos, há passagens e referências sobre o tema da imigração, em especial sobre o caráter assimilador e assimilado do português, que são essenciais ao desenvolvimento das análises sobre o luso-tropicalismo e constituem importante contribuição à sociologia da imigração no Brasil.

A CULTURA AMEAÇADA E A EUROPA GERMÂNICA

O título da conferência pronunciada por Freyre, “Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira”,⁹ faz pensar que, naquele ano de 1940, pouco depois de iniciada a Segunda Guerra Mundial, havia uma ameaça militar ao Brasil, Portugal ou mesmo às colônias portuguesas. A conferência havia sido promovida pelo Go-

⁹ Conferência pronunciada no Gabinete Português de Leitura, cidade do Recife, no dia 2 de junho de 1940.

verno Português, presidida pelo Cônsul Geral de Portugal e, apesar de ter sido realizada no Brasil, foi organizada no âmbito das comemorações do “III Centenário da Fundação de Portugal” (*Restauração de 1640*). Falar, portanto, em ameaça da cultura luso-tropical no Brasil, justamente o país onde residia a maior colônia portuguesa, diante de membros do governo português, embora pudesse soar exagerado, não era incoerente. Porém, o texto tinha também outro interlocutor: o geólogo e botânico alemão Reinhard Maack (1892-1969)¹⁰ e seu artigo, *The Germans of South Brazil: a German view* (1939), citado por Freyre (1980, p. 61-64) e sobre o qual ele já havia escrito para o jornal *O Estado de São Paulo* no mês de abril daquele mesmo ano de 1940.

Em seu artigo, Maack (1939) afirma que os cidadãos germânicos residentes no sul do Brasil estariam organizando associações nacional-socialistas no intuito de demonstrar solidariedade ao nazismo. As análises de McCann Jr. (1995), Magalhães (1998) e Lopes (2008) mostram que, efetivamente, Hitler se interessou pelo Cone Sul e fez planos para os descendentes germânicos que aí viviam. Porém até que ponto Freyre estava ciente de tudo isso? O fato é que, citando rapidamente o trabalho de Maack, conferiu grande crédito às suas análises. Estaria realmente ameaçada a cultura luso-brasileira no sul do Brasil. Em trabalho publicado naquele mesmo ano de 1940, no primeiro número da *Revista de Imigração e Colonização*,¹¹ o major Aristóteles de Lima Câmara, embora de postura claramente anti-imigrante, sugere outra interpretação desse mesmo artigo de Maack. Em um pequeno

¹⁰ Viveu desde 1923 em Curitiba, onde faleceu. Trabalhou na Universidade Federal do Paraná e no Museu Paranaense. Foi considerado o “mais paranaense de todos os alemães”. Em Curitiba, foi homenageado com o “Bosque Reinhard Maack”, fundado em 1989, e com a Rua Reinhard Maack. Ver ainda Oliveira (1996) e o sítio www.reinhard-maack.de

¹¹ A revista circulou entre 1940 e 1955 em quatro números por ano, com exceção dos anos 1950 e 1952, nos quais publicou apenas dois números, e 1955, em que publicou apenas um número. Foi editada pelo Conselho de Colonização e Imigração (Decreto 406, de 4 de maio de 1938), subordinado à Presidência da República, cuja função era gerir a política imigratória brasileira.

artigo intitulado “Os alemães no Sul do Brasil (ponto de vista brasileiro)”,¹² Câmara (1940, p. 33) afirma que a análise de Maack errava ao ligar os alemães e descendentes que vivem no sul do Brasil ao nazismo: “não há tal”. Ao contrário de Freyre, Câmara afirma que não havia nem mesmo problemas de integração. Para provar sua afirmação, reproduziu uma carta com o pedido de cidadania brasileira que “centenas de estrangeiros” endereçaram às autoridades (Câmara, 1940, p. 34). Embora reconhecendo certo isolamento e autonomia em algumas colônias, mormente no Vale do Itajaí (estado de Santa Catarina), mostra que alguns descendentes – Lauro Muller e Felipe Schmidt – destacaram-se na vida nacional. Rebatendo pouco a pouco os argumentos de Maack, Câmara concluiu seu artigo citando passagem do próprio Maack, para quem “[...] as gerações mais novas de teuto-brasileiros, sendo cidadãos do Brasil, se entusiasmam grandemente com a ideia de um Brasil maior, e nenhuma acusação pode ser mais injusta que a de lhes atribuir ideias de separatismo” (Câmara, 1940, p. 43).

Em novo artigo, publicado na citada *Revista de Imigração e Colonização* e escrito conjuntamente com o engenheiro e bacharel em Direito Arthur Hehl Neiva (1909-1969), após viagem que ambos realizaram a diversas colônias de imigrantes (alemãs e japonesas) localizadas nas regiões sudeste e sul do Brasil, Câmara e Neiva (1941) apresentam uma radiografia da realidade encontrada. Afirmam, inicialmente, que, devido ao histórico descaso dos governos brasileiros, havia claros elementos desnacionalizadores, como o lar, a escola, a igreja e as associações.¹³ Resistir à perda da identidade havia se tornado uma prática legítima e necessária. Além disso, tanto as iniciativas governamentais alemãs quanto as iniciativas de religiosos alemães haviam construído

uma imagem positiva dos imigrantes e, em sentido contrário, negativa dos brasileiros, embora essas não necessariamente atentassem ou ameaçassem a soberania nacional. Apesar disso, os autores, “dada a gravidade do momento internacional” (ou seja, antevéspera da Segunda Guerra Mundial), propõem ações de nacionalização, cujo objetivo seria “fazê-los amar e respeitar o Brasil [...] sem que sejam feridos os interesses econômicos dessas zonas” (Câmara; Neiva, 1941, p. 107-108). O problema era tão somente adaptá-los “ao meio nacional”.¹⁴

Seyferth (2004, p. 8) estranha que um autor “[...] assumidamente pluralista, como Gilberto Freyre, tenha condenado o germanismo do Sul em nome da unidade nacional”. Nos círculos imigrantes germânicos, não era incomum manter-se próximo da cultura alemã, advogando a justeza da identidade teuto-brasileira. Isso não implicava, porém, recusar-se à assimilação ou à nacionalização. Contudo, naquele contexto dos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, estava difundido o temor em relação à integridade do território brasileiro,¹⁵ fato que apenas legitimava as ideias contidas na conferência. Não há evidências que demonstrem o conhecimento de Freyre sobre os trabalhos de Câmara e (ou) de Arthur Neiva,¹⁶ nem mesmo sobre os planos nazistas para o Brasil. Seyferth (2003, p. 165) afirma, sem apresentar dados precisos, que esse texto seria uma reação de Freyre aos princípios nazistas. Em uma entrevista ao *Diário de Pernambuco*, quando questionado sobre o que lhe parecia ser a capacidade de assimilação da cultura brasileira, tomando a imigração alemã como referência, Freyre (1942, p. 5) apresenta outro argumento:

A língua alemã falada por colonos alemães no Sul ra-

¹⁴ Essas ações seriam finalmente organizadas no interior da chamada *Campanha de Nacionalização*, conjunto de decretos publicados entre 1938 e 1940, que visavam à nacionalização compulsória de estrangeiros e à erradicação dos chamados “quistos étnicos”. Para maiores detalhes, ver Ribeiro (2012).

¹⁵ Para uma análise sobre a agenda do nazismo para a América do Sul, ver Lopes (2008).

¹⁶ Temos aqui, efetivamente, fatos históricos concomitantes e não relações histórico-causais.

¹² A expressão “ponto de vista brasileiro” é uma inequívoca resposta ao artigo de Maack, que traz, em seu subtítulo, a expressão “*A german point of view*”.

¹³ Para uma análise detalhada do relatório de Câmara e Neiva e das ações de religiosos alemães no sul do Brasil, ver Schulze (2014, p. 115-138).

pidamente se enche de palavras portuguesas. Velhas festas do catolicismo luso-brasileiro como a da laranja, em Santa Catarina, acabam atraindo colonos alemães de formação protestante. Entretanto, esse poder de assimilação correrá o risco de tornar-se de todo ineficiente cada vez que o imigrante se encontre em condições econômicas e higiênicas largamente superiores às do brasileiro velho. Foi para esse ponto que chamei a atenção dos meus amigos do Rio Grande do Sul e de Santa Catharina, inclusive os interventores dos dois Estados que me dão a impressão de administradores atentos aos problemas sociais mais sérios do governo e não apenas aos burocráticos e urbanísticos.

As autoridades precisavam manter-se atentas aos “problemas sociais mais sérios”, ou seja, aos impasses que obstruíam “o poder de assimilação” da cultura luso-brasileira, sempre que o colono alemão se encontrasse “em condições econômicas e higiênicas largamente superiores ao brasileiro velho”. O temor em relação à não miscigenação entre os grupos imigrantes e o “brasileiro velho” aparece aí relacionado ao desequilíbrio econômico regional entre as áreas imigrantes e “brasileiras”. Para setores intelectuais e grupos militares, a relativa homogeneidade étnica das colônias de imigrantes, nos estados do Sul, era conhecida, alardeada, até justificando os decretos nacionalizadores (Magalhães, 1998). Mas, ao fim e ao cabo, se cuidada fosse a questão econômico-sanitária, Freyre não parece duvidar do sucesso da cultura brasileira em assimilar a cultura alemã ou italiana. Por isso a ameaça apresentada na conferência, pronunciada dois anos antes da entrevista talvez se explique tanto pelo contexto bélico de então quanto pela comemoração do IIIº Centenário da Restauração.

Em relação às ideias de Freyre sobre a colonização alemã, deve-se lembrar de que o impasse no citado “poder de assimilação” da cultura luso-brasileira no sul do país já havia sido apontado em artigos publicados no *Diário de Pernambuco* durante o ano de 1939, posteriormente republicados no citado capítulo (Narcisismo gaúcho), em formato aparentemente condensado. Vale assinalar, porém, que o conhecimento de Freyre sobre o Rio Grande

do Sul não foi resultado de ampla pesquisa. Como afirma Silveira ([200-]), Freyre não dedicou “mais do que alguns ensaios ao Rio Grande do Sul”. Dois deles parecem ter sido frutos de viagens consecutivas, realizadas em 1939 e 1940, a primeira delas a convite do interventor do estado do Rio Grande do Sul, Cordeiro de Farias, no exato momento da deflagração da citada *Campanha de Nacionalização*. Segundo Nedel (2007, p. 86), o interesse político dos gaúchos com esse convite era “[...] se fazerem representar, a qualquer preço, dentro de limites luso-brasileiros.” Esse desejo se ajustava como uma luva às ideias que o próprio Freyre desenvolveria não apenas nos artigos “gaúchos”, mas também em sua tese sobre o luso-tropicalismo.¹⁷ No primeiro dos artigos, *Narcisismo gaúcho*, Freyre demonstra inequívoco apreço pela singularidade gaúcha. Porém, ao analisar os processos de assimilação entre as populações antigas e as imigrantes, é relativamente ambíguo. Ora afirma que os adventícios se assimilavam ao peso da cultura dos “donos da terra”, ora diz que a falta de “poder de assimilação” estava no “...desequilíbrio entre condições de vida das duas populações – a tradicionalmente brasileira, e a neobrasileira [...]” (Freyre, 1968a, p. 250). O desequilíbrio em questão era rodoviário – falta de estradas –, mas também de assistência sanitária e social. A insuficiente malha rodoviária produziria isolamento. Se acaso esse “desequilíbrio” se acentuasse, “antropologistas ligeiros e sociólogos ainda mais levianos” poderiam interpretar as distâncias socioeconômicas entre as duas populações como uma superioridade “eugênica” das ditas “raças puras” (Freyre, 1968a, p. 250). Tem-se aí uma clara análise de processos de assimilação em realidade marcada por forte contingente imigrante. Contudo, desse momento do texto em diante, Freyre muda o registro e analisa o carnaval aí praticado. Apresenta, então, aque-

¹⁷ Palhares-Burke (2005) inventariou com maestria as influências intelectuais de Freyre, tanto brasileiras quanto estrangeiras. É interessante pensar também na importância das influências fortuitas (frutos de viagens, encontros etc.), muito embora essas últimas sejam seguramente muito mais dificilmente avaliáveis.

las características regionais “genuínas” que ele via em risco de descaracterização no âmbito de processos nacionalizadores, fato semelhante àquele encontrado no carnaval da “Praça Quinze” (Rio de Janeiro). Como compreender o final do texto? O fenômeno da imigração não valeria como tal, mas apenas como antessala ao resgate do tema da regionalidade?

O segundo artigo sobre o Rio Grande, intitulado “Sugestões para o Estudo Histórico e Social do Sobrado no Rio Grande do Sul”, deveu-se à segunda viagem ao estado, em 1940, e possibilitou ao autor apresentar ideias para o estudo do sobrado gaúcho.¹⁸ Além disso, nessa segunda viagem, Freyre proferiu, durante o III Congresso de História e Geografia,¹⁹ a conferência “Continente e Ilha”, quando retomou suas ideias sobre a assimilação dos imigrantes no sul do Brasil. Após fazer referências às “ilhas de colonização”, ou seja, às cidades, Freyre (1943, p. 27-28) afirma que o “sentido de continente”, ou seja, de unidade, deveria prevalecer sobre os “excessos da ilha” sem, contudo, abafá-las. Referindo-se a Porto Alegre e à cultura gaúcha, assim se exprime:

Que se sintam aqui, como em nenhuma outra cidade grande do Brasil, o *gaúcho*, no pitoresco como no essencial de sua cultura, inclusive culinária; o *missioneiro*; a influência chamada indistintamente *castelhana*; a influência dessas duas ricas culturas pós-lusitanas a que o Rio Grande do Sul e o Brasil já devem tanto: a influência *alemã* e a influência *italiana*. Que um estrito critério de uniformidade de cultura ou de singularidade nacional ou histórica ou, ainda, de suficiência continental de valores e estilos de vida, não abafe nem procure abafar as influências mais recentemente europeias nem impedir que elas se alonguem saudavelmente em valores

¹⁸ É possível aqui traçar um paralelo entre a análise do sobrado gaúcho e aquela realizada sobre a “re-europeização” que representou a introdução do sobrado no espaço urbano no início do século XIX, fruto da abertura dos portos e da chegada de novos europeus às principais cidades brasileiras. Tanto naquele momento quanto no início do século XX, o sobrado apresentava-se como forma híbrida, que misturava as novas formas arquitetônicas europeias (fruto da imigração então recente) com as antigas habitações portuguesas.

¹⁹ Segundo consta na edição de 1943, quando foi publicada, a “conferência foi lida no Salão de Conferências da Biblioteca do estado do Rio Grande do Sul, no dia 19 de novembro de 1940” (Freyre, 1943).

neobrasileiros (Freyre, 1943, p. 53, grifo do autor).

Nesse ano de 1940, Freyre apresenta argumentos próximos do multiculturalismo atual, oscilando entre a importância da regionalidade e da nacionalidade, embora sempre em proveito do projeto luso-brasileiro. A comparação das análises do gaúcho com aquelas dedicadas ao nordestino é ilustrativa. Em *Região e Tradição*, no capítulo dedicado ao *narcisismo gaúcho*, Freyre (1968a) defende, sem citar referência alguma, a mesma tese já apresentada na conferência “Continente e Ilha”: o “gaúcho atual” seria um elemento híbrido, consequência da assimilação dos imigrantes alemães e italianos (Freyre, 1968a, p. 243). O nordestino, por sua vez, é descrito como avesso ao nomadismo, e “estranhamente sensível às suas raízes” (Freyre, 1968a, p. 128). Numa palavra, nada seria mais oposto à mobilidade conceitual do migrante do que o nordestino, exemplo inverso do gaúcho, novamente definido como *neobrasileiro*.

Freyre realizaria ainda outras viagens ao Rio Grande do Sul até o ano de 1969. Além desses contatos e escritos, ofereceu-se, no que foi atendido, a fazer o prefácio da obra “A contribuição teuta à formação da nação brasileira”.²⁰ Apesar disso e de ter sido convidado a presidir²¹ o Iº Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros em 1963, aí não compareceu, tendo apenas enviado seu discurso. Finalmente, no livro *Nós e a Europa Germânica: Em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX* (Freyre, 1987), retorna ao tema com outro teor, ao reunir ali um conjunto de ensaios, inéditos na sua maioria. Falando sobre a presença germânica no Brasil como um todo, logo na “Introdução”, Freyre (1987, p. 33-34) adverte o leitor:

Nos meados do século XIX, a cultura da Europa

²⁰ No prefácio dessa obra, afirma o contrário, ou seja, que foi convidado, no que é corrigido em nota de rodapé pelo próprio autor, Oberacker Jr.

²¹ De fato, foi o “presidente de honra” do colóquio. O convite teria sido uma forma de agradecer a Freyre sua sugestão para a realização do colóquio.

germânica projetou-se sobre o Brasil meridional de modo, sob alguns aspectos, considerável; mas sem que deixasse aquela Europa de receber do Brasil – produtor de tabaco, de café de cacau, de excelentes madeiras de marcenaria – influências que lhe modificariam hábitos e que lhe inspirariam novas perspectivas do trópico e até novos modos de artistas de tratarem o material, das suas respectivas artes, de origem brasileira.

Freyre opõe aí, sem nuances, dois blocos culturais. A cultura brasileira não se deixa dominar, antes influencia. Nesse livro, não há análise de processos reais de interação, mas apenas comentários gerais sobre as contribuições positivas do imigrante alemão – “colaborador valioso”, diz Freyre –, trazidas para uma cultura brasileira considerada como consolidada de norte a sul do país. Não obstante a apologia tradicional da cultura brasileira, Freyre incita o leitor ao estudo de personagens históricos, como a milionária Elizaberth Lundgren, ou literários, como a “*fraulein* governante” de Mário de Andrade, em *Amar verbo intransitivo*. Cita ainda o Meyer do livro *Inocência*, além de outros personagens que eram objeto de estudo nos “Colóquios de Estudos Teuto-brasileiros”, organizados na cidade de Porto Alegre.

Dos nove capítulos que compõem o livro, quatro são dedicados aos contatos de Pernambuco com a “Europa germânica”. No capítulo sobre Graça Aranha – “um germanizado que se desgermanizou”, Freyre tenta compreender as origens da posição germanista do escritor. No capítulo sobre o historiador Alfredo de Carvalho, a análise recai sobre as influências germânicas e suas consequências. Mesclados às impressões subjetivas de sua infância na cidade de Recife, os exemplos se repetem. É o estilo ensaístico do autor, recheado de referências ora históricas, ora literárias. De uma forma geral, contudo, são análises particulares sobre aspectos mais particulares ainda, em evidente descompasso com os temores da “cultura ameaçada” de 1940.

No IIº Colóquio de Estudos Teuto-brasileiros, Freyre volta a fazer novas referências à cultura e à imigração alemã no Brasil. Dessa

última feita, porém, já em 1974, tratou apenas de abrir esse segundo colóquio, realizado em Recife, fazendo referências a ilustres alemães, germanófilos brasileiros e obras literárias cujo assunto geral era a imigração ou a cultura alemã no Brasil. Concluiu sua conferência inaugural de forma positiva, enfatizando o novo campo de estudos que se abria cada vez mais: “O elemento alemão na formação cultural do Brasil continua, sob vários aspectos, assunto virgem para sociólogos brasileiros da Cultura, da Arte, das Letras. É assunto magnífico” (Freyre, 1974, p. 11).

Finalmente, em 1980, no prefácio da 2ª edição de *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*, Freyre surpreendeu ao apresentar o livro como um “clamor filosófico”. Defendeu a “resistência” da cultura luso-brasileira ao “imperialismo cultural, representado por cultura centro-europeia, na qual se encarnaram valores e desígnios opostos aos social e culturalmente luso-brasileiros” (Freyre, 1980b, p. 16). Da ameaça nazista de 1940, passando, contudo, pelas positivas contribuições germânicas dos anos 1970, em 1980 a cultura luso-brasileira voltava a ser objeto de genéricas ameaças estrangeiras, então relacionadas ao imperialismo europeu.

Se a imigração alemã ora contribuía, ora ameaçava, o mesmo não pode ser dito da imigração italiana. As referências a essa imigração estão em *Ordem e Progresso* (1962).²² Demograficamente, os italianos foram o grupo mais importante na virada dos séculos XIX ao XX, como bem notou Freyre (1962). Diferenciando claramente os dois grupos de imigrantes (alemães e italianos), Freyre afirma que a imigração italiana havia sido particularmente importante e bem-vinda, porque havia barrado, em parte, a influência germânica e reforçado o caráter

²² Oliveira (2003) afirma que, nesse livro, Freyre continua a desenvolver a tese da desagregação da sociedade patriarcal brasileira e, embora traga novidades, como o uso da história oral, inscreve-se no quadro maior do debate sobre modernidade e tradição que marcou o final dos anos 1950 e início dos anos 1960.

[...] latino e católico, em particular, da civilização que aqui vinha se desenvolvendo, de certo modo ameaçadas pela presença alemã tanto no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, como em São Paulo e no Espírito Santo. Verificou-se esse reforço étnico-cultural em período agudo de despreço, da parte do brasileiro médio, pelas suas origens hispano-católicas – particularmente luso-católicas – sob a sedução de evidências de superioridade técnica de anglo-saxões e alemães, predominantemente protestantes: superioridade interpretada pela gente simplista de então, até na França, como absoluta ou total (Freyre, 1962, p. 335).

A imigração italiana, também ela, tem valor relacional e funcional: é positivamente avaliada porque, sendo latina, se opunha “às seduções de superioridade” de anglo-saxões e germânicos. Reconhece-se, ali, a posição do autor em relação ao fenômeno da imigração: tudo e todos que supostamente reforçavam o padrão luso-brasileiro eram bem-vindos.

Tomando esses trabalhos em seu conjunto, pode-se afirmar a existência de uma sociologia da imigração na obra de Gilberto Freyre? Rigorosamente falando, não. Segundo Seyferth (2000), o projeto regionalista é mais importante do que a questão migratória em Freyre. Nele, a preocupação central era a nacionalização excessiva das manifestações culturais regionais. É possível enquadrar os escritos gaúchos nessa perspectiva, deslocando-os da temática imigrante *stricto sensu*. Segundo Nedel (2007, p. 86), o Rio Grande do Sul serve para Freyre como efeito-demonstração da eficácia do processo colonizador português na América. Era o exemplo acabado da capacidade lusa de assimilação das correntes migratórias europeias. A cultura portuguesa no sul do Brasil, frente aos desafios da grande imigração para a região, revelaria ainda mais sua qualidade assimiladora já comprovada no Nordeste. Não obstante a posição das autoras, as contribuições analisadas revelam profundo conhecimento teórico e razoável familiaridade empírica com o tema da imigração. A título de exemplo, não há diferença entre as teses assimilacionistas de Freyre e àquelas defendidas

por alguns teóricos de Chicago. Todas elas são, ainda, muito próximas das que estão presentes nas páginas da *Revista de Imigração e Colonização*. Em termos cronológicos, os escritos de Freyre sobre o fenômeno da imigração acompanham o momento político-institucional do país de 1946 – quando apresentou projetos como deputado constituinte – até 1972, quando publicou *O luso e o trópico*. Talvez devido à importância dos objetivos práticos perseguidos durante esse período, a contribuição teórica pareça menos relevante. O fundamental, porém, é a ideia principal que Freyre defende constantemente: o fenômeno da imigração não se bastava, antes servia. Funcionava como espécie de trampolim para alcançar outros objetivos. Se quisermos pôr nesses termos, trata-se de uma sociologia da imigração teoricamente robusta, porém limitada a apenas uma questão que, aparentemente, muito incomodava. Seu objetivo era prático e normativo: a imigração alemã poderia ameaçar, caso não fosse controlada. Era bem-vinda, se assimilada. Já a imigração italiana foi positivamente analisada, porque, frente às supostas ameaças germânicas ou superioridades anglo-saxônicas, os italianos revigoravam a cultura lusa nos trópicos.

A IMIGRAÇÃO E A CIVILIZAÇÃO LUSO-TROPICAL

Os escritos sobre imigração, em Freyre, ganham especial relevo quando confrontados à tese geral da *civilização luso-tropical*. A compreensão dessa civilização pode ser resumida numa expressão: capacidade de assimilação. Freyre sempre defendeu a tese segundo a qual todos os imigrantes vindos ao Brasil seriam assimilados ao padrão luso-brasileiro. A cultura imigrante ou o próprio imigrante seria, assim, apenas um elo a mais na eterna expansão do mundo criado pelo português. Em consequência, vale insistir, não havia razões para se interessar, de perto, por qualquer um dos grupos imigrantes, tomando-os isoladamen-

te. A “ameaça à cultura luso-brasileira”, para além do contexto da Segunda Guerra, pode ser compreendida, em sentido contrário, como a defesa do projeto *civilização luso-tropical*. Em que momento, porém, teria surgido o luso-tropicalismo? Segundo o próprio Freyre, surgiu durante as diversas conferências proferidas na Europa nos anos 1930, no *King’s College*. O sentido geral delas foi inicialmente sintetizado em *O mundo que o português criou* (1940). Segundo o próprio autor, após sua criação, a expressão teria sido discutida por diversos especialistas. Foi retomada em diversas outras conferências ainda na década 1950, em particular na conferência “Uma cultura moderna: a luso-tropical”, proferida em Goa (Índia) em 1951,²³ e em *Integração Portuguesa nos Trópicos*, publicado originalmente como livro em 1958 (Freyre, 1960, p. 9-36). Exatamente entre o primeiro livro de 1940 e as conferências e livros dos anos 1950, se situa a atuação política de Freyre na Constituinte de 1946.

O objetivo geral dos trabalhos que Freyre dedica à questão – *O mundo que o português criou*, *Aventura e Rotina*, *Integração portuguesa nos trópicos*, *Ordem e Progresso*, *O luso e o trópico* e *Novo mundo nos trópicos* – era compreender a diferença dos métodos da colonização portuguesa daqueles de outros europeus.²⁴ Dessa diferença advinha a singularidade da *civilização luso-tropical*. Seria demasiado resgatar aqui todos os momentos do livro em que Freyre apresenta e (ou) exemplifica sua expressão. Analisando, por exemplo, a “política de assimilação do Português”, afirma que ela coincidiu com a “política de catequese da Igreja”, como demonstram os “métodos de assimilação recomendados por Gregório I a Santo Agostinho”. Mas a particularidade cristã ibérica lentamente afastou os portugueses dos outros europeus, fazendo-os lograr sucesso onde aqueles teriam fracassado. Nesse pequeno li-

²³ Publicado em “Um brasileiro em terras portuguesas”, 1953.

²⁴ O próprio Freyre (1961, p. 11) afirma que os livros *Um brasileiro em terras portuguesas*, *Aventura e Rotina*, *Integração portuguesa nos trópicos* e o próprio *O luso e o trópico* foram tentativas de compreender aquela diferença de métodos.

vro, que não chega a 100 páginas, encontra-se a tese do português com “... seu passado étnico, ou antes, cultural de povo indefinido entre a Europa e a África”. Como se sabe, Freyre viajou à África apenas ao final de seu mandato na Câmara Federal. Portanto, ainda que seminal, *O mundo que o português criou* é livro fundamentalmente ensaístico. A título de exemplo, Freyre apresentava, aí, a sociedade brasileira como “um processo de alongamento de uma cultura antiga numa nova” (Freyre, 1940, p. 32). A cultura lusa, no Brasil, tinha mantido, da matriz portuguesa, a citada capacidade de assimilação. É fundamentalmente “transnacional” e apresenta “vigor híbrido” (Freyre, 1940, p. 55). Naquele momento, porém, as evidências empíricas da capacidade assimiladora lusitana tinham como lastro apenas as observações feitas durante a viagem ao Rio Grande do Sul, quando apresentou o processo de “abrasileiramento” dos colonos europeus.

No extremo sul do Brasil, onde acabo de estar em viagem de contato rápido com a gente e a paisagem daquela região neobrasileira, impressionaram-me certas evidências de abrasileiramento, do alemão e de outros colonos, pelo gesto, pelo ritmo de andar, pela prática de atos tradicionalmente brasileiros (Freyre, 1940, p. 33).

Citando Durkheim, acredita Freyre estarmos diante da pressão do social sobre o indivíduo, das práticas brasileiras que lentamente dominavam o cotidiano dos colonos, fenômeno observável no hábito do chimarrão ou na predileção pela goiabada com queijo. Os clássicos conceitos de assimilação ou de aculturação surgem aí subentendidos ainda em outras “evidências de abrasileiramento”: “O andar da gente de Blumenau não é mais alemão: já é brasileiro” (Freyre, 1940, p. 36). Fiel ao método desenvolvido, Freyre observa hábitos culturais (formas de andar, culinária, mudanças linguísticas) para reforçar a tese da inevitabilidade do abrasileiramento dos novos imigrantes e seus descendentes. Mas, embora o processo de abrasileiramento estivesse em marcha no final daqueles anos 1930, Freyre acreditava que o processo de

integração manteria certa pluralidade no seio da civilização luso-brasileira.

E o semialeão se tornará brasileiro e até entusiasta do Brasil. O alemão se integrará na tradição luso-brasileira, sem deixar, é claro, de trazer para essa tradição alguma coisa de novo e dos seus antepassados. O italiano também. E o polonês, o húngaro, o judeu, o japonês, o austríaco, o russo ucraniano, o espanhol, o sírio. Somos o começo de uma vasta cultura plural (Freyre, 1940, p. 36).

Questionado sobre como lidar com essa pluralidade, ou seja, se “devemos nos fechar na nossa cultura tradicional luso-brasileira”, responde evocando a tradicional solidariedade cultural lusa:

Procurando responde-la, é que toquei no ponto que considero de importância capital para o Brasil, das relações da cultura luso-brasileira – que para nós é mais do tradicional: essencial – com as culturas mais novas representadas por grupos numerosos de imigrantes: a alemã, a italiana, a polonesa, a húngara, a austríaca, a japonesa, a israelita.

Não me parece que o Brasil deva fechar-se na sua cultura tradicional. Defendê-la, sim, pois ela é nossa principal condição de vida e de nação. Mas defendê-la desenvolvendo-a. Nas páginas que se seguem – páginas em que o ponto de vista não é só cientificamente sociológico, mas às vezes, o normativo e político –, procuro mostrar como é possível defender e desenvolver aquela cultura por meio de uma solidariedade maior do Brasil com Portugal e com as colônias portuguesas (Freyre, 1940, p. 37-38).

A forma de defender a “cultura tradicional” era paradoxal: abrir-se ao mundo português. Nas páginas seguintes, Freyre abandona o ponto de vista “cientificamente sociológico” em prol de posição normativa e política. Era preciso “defender e desenvolver aquela cultura”, ou seja, aquela cultura luso-brasileira, das influências das novas culturas europeias. Era necessário apelar, enfim, para a solidariedade com Portugal e suas colônias.

Ao receber, há cerca de um ano, os membros do Conselho de Imigração e Colonização, o presidente Vargas soube salientar o direito que toca ao Brasil de escolher as correntes imigratórias que mais nos convêm. E também o dever de seguirmos, nessa es-

colha, o critério histórico.

O critério histórico é o da formação luso-brasileira. O que for hostil a essa formação é contrário aos interesses essenciais do Brasil (Freyre, 1940, p. 41).

O trecho acima demonstra tanto o envolvimento político do autor com a questão imigrante quanto o fato de que suas análises e seu engajamento estavam longe da dimensão estritamente científica. Revela ainda seu grau de conhecimento tanto dos debates varguistas sobre a política migratória, quanto o lugar – *Conselho de Imigração e Colonização* – onde ocorriam. Desse momento em diante, sucedem-se diversas intervenções e artigos na imprensa, em particular na revista *O Cruzeiro* e no jornal *Diário de Pernambuco*. A defesa pública de determinada política de imigração para o país teria mesmo atraído a atenção do próprio Vargas, que o convidaria, sem sucesso, a presidir o *Conselho*. Freyre voltaria à questão imigratória durante os trabalhos da Assembleia Constituinte de 1946. Eleito deputado federal (UDN, PE) em dezembro de 1945, tomou posse na 40ª sessão da Assembleia Constituinte, no dia 4 de abril, aí permanecendo até o dia 18 de setembro de 1946, data da promulgação da nova Constituição, cumprindo, então, mandato ordinário até 1950. “Como constituinte apresentou emendas de importância sociológica ao projeto da Constituição, tendo sido responsável pela redação final dos dispositivos à ordem econômica e social e aos direitos dos naturalizados” (Chacon, 1994, p. 25). Lutou ainda contra o preconceito de raças, propôs nova redação ao capítulo sobre a ordem econômica e social e, finalmente, a criação do Instituto Joaquim Nabuco.

A Câmara dos Deputados apresenta em seu sítio, na rubrica “Discursos e notas taquigráficas”, 28 discursos do deputado Gilberto Freyre. Em dois deles, há referências diretas à questão imigrante. Em 1949, discursando no centenário de Joaquim Nabuco, faz referência à sua oposição à imigração chinesa. Anos antes, porém, durante os trabalhos da Constituinte, Freyre fez um discurso (“Em torno de um projeto de Constituição”) em que a questão imigratória

é central. Braga (1998, p. 506-507) afirma que se trata de seu discurso mais longo, 20 páginas, cujo teor central girou em torno de duas questões: a assimilação do imigrante e o *status* jurídico do português. Propondo a supressão parcial do § 16 do art. 164, Capítulo III, Título V, Freyre (apud Chacon, 1994, p. 83) afirma:

Diz-se aí: 'A entrada de imigrantes estará condicionada à sua capacidade física e civil, assim como à garantia de sua assimilação'. É evidente que a assimilação de imigrantes escapa a qualquer garantia por antecipação, podendo quando muito prever-se, por ocasião da entrada de imigrantes, que os de certa procedência venham a ser assimilados mais fácil e rapidamente pelo meio brasileiro, que os de outra origem²⁵. Garantir antecipadamente essa assimilação é que ninguém pode. Proponho, assim, que se suprima no referido §16 art. 164, Capítulo III, Título V 'assim como à garantia de sua assimilação'.

Creio que a Constituição pode consagrar, na parte referente à imigração ou à naturalização, é a situação especial do português no Brasil. Como já salientou em lúcido discurso nesta Assembleia o ilustre deputado por São Paulo Sr. Aureliano Leite, para os brasileiros, os portugueses não são estrangeiros: são portugueses. Esta é a realidade sociológica que cabe à Constituição consagrar e confirmar, no interesse do desenvolvimento das relações entre o Brasil, Portugal e as comunidades neoportuguesas da África, da Ásia e das Ilhas: comunidades que a cada dia constituem um bloco transnacional mais forte, de cultura e de população orientadas por tradições e destinos comuns e servidas pela mesma língua, também transnacional ou sobrenacional, e por isso mesmo, nem nacionalmente portuguesa nem nacionalmente brasileira, mas sobrenacionalmente portuguesa.²⁶

O discurso inscreveu-se na grande discussão sobre a condição do estrangeiro, sobre as condições para aquisição da nacionalidade brasileira e sobre a política de imigração. A presença de Freyre aí não é, portanto, fortuita e está alinhada com suas preocupações sobre a presença imigrante no Brasil e sobre a supremacia da matriz lusófona. O conhecimento sobre os

²⁵ Essa análise permite afirmar que a ausência do conceito de assimilação no livro *Sociologia* (1945) não se deve a qualquer desconhecimento da teoria.

²⁶ Na redação final, no artigo 162, dedicado “à seleção, entrada, fixação e distribuição dos imigrantes”, consta, finalmente, um único parágrafo sem a menção “à garantia de assimilação”.

processos de assimilação (“escapa a qualquer garantia por antecipação”) e de sua importância social permite que Freyre proponha a supressão dessa exigência. Na continuação do discurso, encontra-se a afirmação mais instigante: “os portugueses não são estrangeiros, são portugueses”. Freyre não duvida da singularidade do português frente aos outros estrangeiros. Como prova disso, diferencia, dentre os processos de assimilação, aqueles decorrentes do contato entre povos (indivíduos) decorrentes de civilizações distintas e aqueles oriundos de uma mesma civilização²⁷. Por isso, caberia à Constituição reconhecer e promover essa “realidade sociológica”. A principal ação seria, assim, “preparar-se” para que os novos imigrantes não modificassem a “origem predominantemente lusitana”. Contudo, isso não deveria ser feito separando “brasileiros natos” dos “neobrasileiros”, para depois “nos queixar [que] resistem à assimilação”. Por isso, “no interesse da nacionalidade”, havia a necessidade do “reconhecimento da situação especial do português em nosso meio” (Freyre apud Chacon, 1994, p. 83-86).

O final da passagem acima (e não do discurso, que se estende por mais 10 páginas) não surpreende. Freyre advoga, primeiro, a tese da transnacionalidade (ou “sobrenacionalidade”) portuguesa. Como parâmetro da imaginada adaptabilidade (ou supremacia) portuguesa em qualquer região do Brasil, cita artigo em que é analisado o comportamento de portugueses no clima frio dos Estados Unidos. Conclui defendendo a eliminação de dispositivo que limitava aos brasileiros natos a revalidação de diplomas de universidades estrangeiras. Mendes (2014) afirma que está aí, em matriz, o “conceito sociojurídico de transnacionalidade afro-luso-brasileira”, talvez o embrião da atual *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*.

A tese da luso-tropicalidade seria efetivamente desenvolvida após a viagem à África, quando Freyre publica *Aventura e Rotina*

²⁷ Freyre aparentemente desconhecia os sentimentos antilusitanos tão comuns na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Ver Ribeiro (1987).

(1980), retomando o “manifesto político”, esboçado em *O mundo que o português criou*, de exaltação do colonialismo português, do qual seria, à *tort et à raison*, defensor. A plástica cultura lusa ganharia contornos claros e não se limitaria a incorporar aqueles que, porventura, com ela entram em contato. Iria ao encaço do outro para nele se fundir, para unificar toda diversidade, o “... Português, criando um novo mundo não só na América, como na Ásia, na África e até na Oceania, fez desse mundo, sob todos os aspectos, uma combinação de diversidade com unidade” (Freyre, 1980, p. 309).

Em *Integração portuguesa nos trópicos*,²⁸ Freyre (1966, p.73), afirma que a superação da “condição étnica pela cultural caracteriza a civilização luso-tropical”. A mesma tese continuou presente nos ensaios publicados em *O luso e o trópico*: “Miscigenação acompanhada de interpenetração de culturas. Integração em seu sentido mais amplo” (Freyre, 1961, p. 53). A *civilização luso-tropical* seria, enfim, antes, um processo do que um todo rígido: “Homogeneidade em suas formas principais de organização e de cultura. Uno pela sua língua supranacional. Mas vário pelas linguagens nacionais e até subnacionais” (Freyre, 1961, p. 79). O agente responsável por todo esse processo era, é claro, o luso e sua capacidade de assimilação, aparentemente infinita.

Restava, porém, um último problema: como estudar processos de assimilação tendo por unidade esse mundo português miscigenado e em eterno processo de expansão? Em termos teóricos, isso foi possível deslocando a unidade da análise sociológica do conceito de “indivíduo” para o conceito de civilização luso-tropical. Em Freyre, a noção de indivíduo remetia tanto aos debates de superioridade racial quanto aos debates eugenistas, esses últimos muito próximos dos ideais de branqueamento apresentados por muitos como o norte da política migratória brasileira. Já o conceito de civilização, remetendo à ideia de cultura e de interações sociais, trazia à tona a hipótese de des-

tinios e tradições supostamente comuns. Como assinala Palhares-Burke (2005), apoiando-se em Skidmore (1999), Freyre havia aprendido com Boas e com intelectuais brasileiros, como Roquette-Pinto,²⁹ a diferenciar raça e cultura. Eventualmente, raça e cultura poderiam estar mescladas, mas não a favor de qualquer tipo de hierarquia racial. Ao insistir, após a viagem ao estado gaúcho, no “abrasileiramento” de alemães e italianos no sul do Brasil, Freyre tanto se oporia às teses raciais quanto reforçaria as qualidades assimiladoras da formação luso-tropical. Assim fazendo, contudo, Freyre rompe (in)conscientemente com a questão central dos estudos migratórios: o debate em torno da hierarquia entre quem assimila e quem é assimilado; entre a sociedade de origem e a sociedade hospedeira. No caso luso, ambas, inicialmente distintas, findariam por estabelecer interações sociais em nível de igualdade, porque originárias da mesma unidade civilizacional. Como assinalou Green (2006), essa unidade analítica não teria grande posteridade dentro dos estudos sobre imigração, seja nas ciências sociais, seja na história. Foi, porém, a perspectiva adotada por Freyre. Devido ao partido teórico escolhido – afastar-se da unidade indivíduo e adotar a unidade de análise *civilização luso-tropical*,³⁰ criada especialmente para esse fim – a contribuição freyriana para os estudos migratórios ficou ali parcialmente obscurecida. Mas, afora a experiência gaúcha, onde mais teria Freyre buscado evidências empíricas para afirmar essa *civilização*?

O LUSO-TROPICALISMO EM QUESTÃO

O luso-tropicalismo freyriano foi objeto de inúmeras análises, tanto no Brasil quanto no ex-

²⁹ Sobre a importância de Roquette-Pinto para os debates imigrantistas no Brasil e sua oposição à política de branqueamento, ver Stepan (2005) e Lima & Sá (2008).

³⁰ Seria possível ver nessa noção de Civilização luso-tropical fenômeno próximo aos atuais debates sobre o transnacionalismo? Fica o registro e o convite para outras pesquisas.

²⁸ Nessa edição de 1966, o texto aparece como “apenso”.

terior (Cabaço, 2007; Cabral, 2010; Castelo, 1999, 2011; Conceição Neto, 1997; Medina, 2000; Ribeiro, 2001; Dávila, 2011; Schneider, 2012). As interpretações variam. As críticas ao luso-tropicalismo, realizadas antes da viagem às colônias portuguesas, são diferentes daquelas produzidas em período posterior, quando se reconhece o apoio ambíguo do mestre pernambucano à política colonialista portuguesa. O caráter literário do luso-tropicalismo está presente em *O mundo que o português criou*, já analisado. Para esse, vale a crítica à inconsistência das evidências, prática científica que Skidmore (1999) identifica também em *Casa Grande & Senzala*. Schneider (2012, p. 82) afirma que *O mundo que o português criou* é, contudo, inferior a este “[...] porque repete a tese de *Casa-grande e Senzala*, mas sem a sofisticação analítica e empírica do livro de 1933”.

Segundo Arenas (2010),

[...] a teoria luso-tropical ganha corpo e nome próprio a partir do périplo realizado por Freyre a Portugal e a diversos territórios do ultramar português (e não só) entre 1951-52, amplamente documentado no seu ‘diário de bordo’ intitulado ‘Aventura e rotina’ (1953). Esta viagem suscitou igualmente a publicação de uma série de obras, hoje em dia pouco lidas, sendo pelo menos duas delas encomendadas pelo governo português, pretendendo ampliar e até ‘stematizar’ os seus pressupostos teóricos (ver Um brasileiro em terras portuguesas [1953] já mencionado, ‘Integração portuguesa nos trópicos’ [1958] e ‘O luso e o trópico’ [1961]).

Ao final dessa viagem, empreendida entre fins de 1951 e 1952, surgia, assim, o luso-tropicalismo engajado, fruto de “fase propagandista”, quando Freyre teria usado e se deixado usar pelo regime salazarista (Cabaço, 2007). Castelo (1999) afirma, de forma nuançada, que o estudo do luso-tropicalismo de Freyre teria sido imposto pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português. Dávila (2011) acredita que, depois das severas críticas recebidas à sua obra e à sua tese da plasticidade do homem português, esse segundo luso-tropicalismo funciona, sobretudo, como uma

espécie de ponte entre dois países egressos de regimes fortes, Brasil e Portugal. Conceição Neto (1997, p. 330-331) acentua a “cegueira e a incapacidade analítica de Freyre em África, dificilmente explicáveis” e a desilusão causada em africanos nacionalistas. Segundo Castelo (2011, p. 269-270):

[...] a civilização que Gilberto Freyre descreve e interpreta não existe, é antes uma aspiração, um destino. Ancorando-a em pressupostos psicológicos e históricos, o autor vai nos falando das suas características, para no fim agendar a sua plena concretização para os próximos decênios. A “integração” inscrita no título do livro de 1958 refere-se ao processo simbiótico, iniciado no século XV, de união dos portugueses com os trópicos, ou melhor, de fusão, sob a égide de Portugal, de elementos diversos, em termos geográficos, biológicos e culturais, numa nova civilização, a civilização luso-tropical.

A transposição do modelo de explicação da sociedade brasileira para os países africanos parece ter sido feita de maneira linear, sem a necessária pesquisa bibliográfica e consulta aos documentos existentes. Segundo Medina (2000), citando Andrade,³¹ não teria havido miscigenação nas colônias portuguesas em África. Como prova, afirma que a população de “assimilados”³² era de apenas 4.349 habitantes, para uma população portuguesa de 15.599 habitantes, números insignificantes em relação à população angolana total de 5.732.317 habitantes (dados do censo de 1955). Com base nesses números, era possível afirmar, como o faz Pinto (apud Medina, 2000, p. 53-54) que: “Se a luso-tropicalidade não explicava inteiramente a formação e a originalidade do Brasil, ela seria ainda mais falsa quando transposta para os casos dos países africanos colonizados pelos lusos.”

Nesse mesmo registro, Castelo (2011, p. 270) afirma que “[...] o que caracteriza essa civilização é uma superação da condição étnica

³¹ Trata-se aqui de um artigo publicado em 1955 na revista *Présence Africaine*, por Mário de Andrade Pinto, aliás, Buanga Fele, escritor e intelectual angolano.

³² Segundo o estatuto em vigor em Angola, o “assimilado” só seria assim considerado se falasse correntemente o português e tivesse cursado a escola secundária ou a escola comercial (Medina, 2000, p. 53).

pela cultural”. Mas, fundamentalmente, a “civilização não existe”. É “uma aspiração”. Com efeito, o projeto ou o desejo (“aspiração”) de Freyre fê-lo esquecer dos elementos que deveriam compor sua imaginada civilização. Não há menção às unidades, ou seja, aos grupos étnicos (portugueses, autóctones africanos, escravos, imigrantes...) que compunham a *civilização*. Talvez porque esses grupos findariam por ser “superados”. Assim, interessava somente explicar as relações sociais, pretensamente harmoniosas, que formavam a nova cultura e a inusitada civilização. Resumindo: há consenso em relação ao paradoxal apoio que teria feito Freyre ao colonialismo português, justamente quando sopravam ventos de liberdade entre as antigas colônias em África. Da mesma forma, sobram reparos ao teor jornalístico e superficial (sobretudo para um antropólogo) presente nas considerações sobre a África portuguesa.

A construção do conceito de *Civilização luso-tropical* em Freyre teria ocorrido, então, em dois tempos, antes e depois das viagens às colônias portuguesas; antes e depois da experiência parlamentar. Em ambos, contudo, o fio condutor foi a tese da “combinação de diversidade com unidade”, em proveito da segunda. A ideia de unidade teve por objetivo consolidar a supremacia lusa no Brasil, ou seja, tropicalizada. A ideia de não deixar espaços para identidades múltiplas, multiculturais, hifenizadas ou negociadas, segundo expressão de Lesser (2000), fazia sentido no Brasil, aparentemente ameaçado pelo estrangeirismo imigrante? Para o público pátrio, Freyre nunca teria se desviado do partido pré-concebido: todo e qualquer imigrante deveria ser compreendido como ator que legitima e reafirma a unidade analítica *civilização*, e não como aquele que a fragmenta ou põe em cheque a dominância luso-tropical. O fenômeno da imigração tornou-se, assim, negativamente válido. Foi argumento inverso e não evidência crítica do multiculturalismo brasileiro. Por isso, era secundário compreender a imigração, etnológica ou demograficamente. Suas observações sobre o imigrante

não tiveram outra função senão legitimar o imaginado luso-tropicalismo.

PALAVRAS FINAIS

Como dito, no livro *Sociologia* (1957), nos três capítulos dedicados às “sociologias especiais”,³³ não há um único tópico específico dedicado à questão da imigração. Os conceitos centrais da sociologia para tratar o fenômeno da imigração – assimilação e aculturação – estão igualmente ausentes do primeiro capítulo, intitulado “Limites da Sociologia” e também do último, intitulado simplesmente “Sociologia”.³⁴ No índice de assuntos, derradeira ausência. Contudo, no índice onomástico, personagens como William Thomas e Florian Znaniecki, autores do clássico *The Polish Peasant in Europe and America*, estão devidamente citados tanto quanto seus conceitos “situações” e “atitudes”.³⁵

Bastos (2006, p.166) afirma que a trilogia *interpenetração etnias e cultura, patriarcado e trópico* são uma chave de leitura para se compreender a obra de Freyre. Dessa trilogia, o item *interpenetração etnias e cultura* apresenta interfaces evidentes com o par imigração e assimilação. Seyferth (2003, p. 171) concorda: “O tema da interpenetração supõe penetração recíproca, conforme registram os dicionários, porém é usada de forma um tanto ambígua, muito mais próxima do ideal de absorção ou assimilação pela cultura dominante luso-brasileira que unifica!” Mas, se a cultura imigrante é absorvida, não colocando, assim, em xeque o domínio da civilização luso-tropical, por que a sensação de ameaça reiteradamente repetida? Apenas o contexto da Segunda Guerra explica isso? No discurso proferido durante a

³³ Da mesma forma, em “Problemas Brasileiros de Antropologia”, não há referências diretas ao fenômeno da imigração, mas apenas referências esparsas.

³⁴ Nesses capítulos, encontramos referências aos “contatos sociais” entre “diversas etnias”, ou entre “brancos e pretos” (Freyre, 1957, p. 172).

³⁵ Autores citados na “Introdução” do livro.

Constituinte, há uma possível resposta. Existem imigrantes e existe o português, cidadão não estrangeiro, porque luso-tropical. A diferenciação e particularização do mundo luso frente a outros caracteriza, em parte, o sentido dos estudos migratórios em Freyre. Não se tratava de assimilar indivíduos, mas civilizações. Bastos tem, de fato, razão em sua chave de leitura acima exposta. Acrescento, porém: a chave analítica “interpenetração etnias e cultura” encobre a explicação migratória.

Os pequenos trabalhos escritos após a viagem ao Rio Grande do Sul, publicados após *Casa Grande & Senzala* e *Sobrados & Mucambos*, são, a esse respeito, esclarecedores. Encontram-se, neles, a tese da capacidade assimiladora da cultura lusa em exemplos (a questão do hibridismo linguístico, por exemplo) bem mais detalhados do que aqueles retirados das visitas aos países africanos. Da mesma forma, lá estão analisados, teórica e empiricamente, os processos de assimilação do imigrante.

Freyre não é um sociólogo da imigração. Não há dúvida nisso. Contudo, o fenômeno da imigração não está ausente de sua obra. É possível pensar que o tema o incomodou e o inspirou. A demonstração disso pode estar no uso quase intercambiável que operou entre os termos cultura e indivíduo, tomando-os como elementos de ligação entre a ideia de *civilização luso-tropical* e os escritos sobre imigração. A *civilização* apontava para o amálgama constante que a colonização portuguesa teria realizado. Afirmar que os imigrantes europeus não portugueses haviam sido (ou estavam sendo) assimilados era comprovar a existência e o *modus operandi* da *civilização luso-tropical*. Em consequência, pode-se afirmar que tanto seus escritos sobre os imigrantes europeus quanto sobre as práticas assimilacionistas no mundo luso-tropical são importantes contribuições à sociologia da imigração, mormente no Brasil.

Recebido para publicação em 11 de fevereiro de 2016
Aceito em 05 de outubro de 2017

REFERÊNCIAS

- ARENAS, F. Reverberações luso-tropicais: Gilberto Freyre em África. Buala, [S.l.], 2010. Disponível em <<http://www.buala.org/pt/a-ler/reverberacoes-lusotropicais-gilberto-freyre-em-africa>>. Acesso em: 5 jun. 2015.
- ARRUDA, M. Al do N. A temática regional: considerações historiográficas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, t. 35, p. 156-166, 1986-1987.
- BASTOS, É. R. *As criaturas de Prometeu*: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. São Paulo: Global: Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2006.
- BRAGA, S. S. *Quem foi quem na Assembleia Constituinte de 1946*: um perfil socioeconômico e regional da constituinte de 1946. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1998. 2 v.
- BURKE, P.; PALHARES-BURKE, M. L. G. *Repensando os trópicos*: um retrato intelectual de Gilberto Freyre. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
- CABAÇO, J. L. de O. *Moçambique*: identidades, colonialismo e libertação. 2007. 475 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CABRAL, T. P. *O luso tropicalismo*: reflexões sobre a cultura política luso-brasileira. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Ciência Política) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.
- CÂMARA, A. de L. Os alemães no Sul do Brasil – ponto de vista brasileiro. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 33-46, 1940.
- CÂMARA, A. de L.; NEIVA, A. H. Colonizações nipônica e germânica no sul do Brasil. *Revista de Imigração e Colonização*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 1, p. 39-119, 1941.
- CASTELO, C. *O modo português de estar no mundo*: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961. Porto: Afrontamento, 1999.
- CASTELO, C. Uma incursão no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. *Blogue de História Lusófona*, Lisboa, ano 6, 2011. Disponível em <http://www2.iict.pt/archive/doc/bHL_Ano_VI_16_Claudia_Castelo_Uma_incursao_no_lusotropicalismo.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2015.
- CHACON, V. *Discursos parlamentares/Gilberto Freyre*: seleção, introdução e comentários de Vamireh Chacon. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1994.
- CONCEIÇÃO NETO, M. da. Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. *Lusotopie*, [S.l.], p. 327-259, 1997.
- DÁVILA, J. *Hotel trópico*: o Brasil e os desafios da descolonização africana, 1950-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREYRE, G. Apresentação da 1ª edição em português. In: OBERACKER JR, C. H. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1985. v. 1, p. 13-17.
- FREYRE, G. *Aventura e rotina*: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e ação. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980a. (Coleção Documentos Brasileiros, n. 77).
- FREYRE, G. *Continente e Ilha*. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante do Brasil, 1943.
- FREYRE, G. Entrevista concedida a Arnon de Mello. *Diário de Pernambuco*, Recife, 12 jan. 1942.
- FREYRE, G. *Integração portuguesa nos trópicos*. In: FREYRE, G. *Uma política transnacional de cultura para*

- o *Brasil de hoje*. Belo Horizonte: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1966.
- FREYRE, G. *O Brasileiro entre outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.
- FREYRE, G. *O luso e o trópico: sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o luso-tropical*. Lisboa: Comissão executiva das comemorações do Quinto centenário da morte do infante Dom Henrique, 1961.
- FREYRE, G. *O mundo que o Português criou*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1940.
- FREYRE, G. *Novo mundo nos trópicos*. Lisboa: Livros do Brasil, 1972.
- FREYRE, G. *Nós e a Europa germânica: em torno de alguns aspectos das relações do Brasil com a cultura germânica no decorrer do século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bra-Deutsch., 1987. (Documentário Teuto-Brasileiro).
- FREYRE, G. *Ordem e progresso: processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da Monarquia para a República*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962. 2 tomos.
- FREYRE, G. *Problemas brasileiros de antropologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973.
- FREYRE, G. *Questão de Culturas*. In: FREYRE, G. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. 3. ed. Recife: Gabinete Português de Leitura, 1980c. p. 61-64.
- FREYRE, G. *Região e tradição*. Ilustrado por Cícero Dias. 2. ed. Rio de Janeiro: Gráfica Reccord Editora, 1968a.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1968b. 2 tomos
- FREYRE, G. *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio, 1957.
- FREYRE, G. *Sugestões para o estudo histórico-social do sobrado do Rio Grande do Sul*. In: FREYRE, G. *Problemas brasileiros de antropologia*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro 1973b. p. 84-98.
- FREYRE, G. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. 3. ed. aum. Recife: Gabinete Português de Leitura, 1980b.
- FREYRE, G. *Uma cultura moderna: a luso-tropical*. In: FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1953. p. 125-154.
- FREYRE, G. *Uma explicação*. In: *II Colóquio de estudos Teuto Brasileiros: trabalhos de intelectuais brasileiros e alemães, vários ligados a universidades e institutos científicos dos dois países, sobre aspectos diversos da matéria que motivou o Colóquio*. Recife: Editora da UFPE, 1974, p. 11-12.
- FREYRE, G. *Uma política transnacional de cultura para o Brasil de hoje*. Belo Horizonte: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.
- GERTZ, R. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GREEN, N. Time and the study of immigration. *Rethinking history*, New York, v. 10, n. 22, p. 239-258, 2006.
- KOMINSKY, E. V. LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. (Org.). *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EdUSC, 2003.
- LESSER, J. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- LIMA, N. T.; SÁ, D. M. de (Org.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Rio de Janeiro: Fiocruz; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2008.
- LOPES, R. *Missão no Reich: Glória e covardia dos diplomatas latino-americanos na Alemanha de Hitler*. Rio de Janeiro: Lexikon Editorial Digital, 2008.
- MAACK, R. The Germans of South Brazil: a German view. *The Quarterly Journal of Inter-American Relations*, Cambridge, v. 1, n. 3, p. 5-23, 1939.
- MAGALHÃES, M. B. de. *Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil*. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1998.
- MCCANN JR, F. D. *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.
- MEDINA, J. Freyre contestado: o luso-tropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo. *Revista USP*, São Paulo, n.45, p. 48-61, p. 48-61, 2000.
- MENDES, José S. R. Subsídios para um conceito sociojurídico de transnacionalidade afro-luso-brasileira. In: CARNEIRO, M. L. T.; HIRANO, S. *Histórias migrantes: um mosaico de nacionalidades e múltiplas culturas*. São Paulo: Humanitas, 2014. p. 323-334.
- NEDEL, L. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 85-118, 2007.
- OLIVEIRA, L. *Ordem e Progresso em Gilberto Freyre*. In: KOMINSKY, E. V.; LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 135-151.
- PALHARES-BURKE, M. L. Gilberto Freyre: um nordestino vitoriano. In: KOMINSKY, E. V. et al. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EdUSC, 2003. p. 83-114.
- PALHARES-BURKE, M. L. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2005.
- RIBEIRO, G. S. *Cabras e pés-de-chumbo: o antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1870-1930)*. Tese (Mestrado em História – Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1987. Datilografado.
- RIBEIRO, M. C. *Venha o decreto de expulsão. A legitimação da ordem autoritária no Governo Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2012.
- RIBEIRO, T. A. O luso-tropicalismo: paisagens, sentidos, identidades. In: *Seminário de Tropicologia: o Brasil e o século XXI: desafios e perspectivas, 2001*. Disponível em: <<http://www.tropicologia.org.br/conferencia/2001luso-tropicalismo.html>>. Acesso em 10 maio de 2015.
- SEYFERTH, G. *Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2000.
- SEYFERTH, G. *A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das ciências sociais*. *BIB*, 57, 7-47, 2004.
- SEYFERTH, G. *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis: FCC, 1981.
- SEYFERTH, G. Nacionalismo e imigração no pensamento de Gilberto Freyre. In: KOMINSKY, E. V., LÉPINE, C.; PEIXOTO, F. A. *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru: EdUSC, 2003. p. 155-179.
- SEYFERTH, G. Os estudos da imigração no Brasil: notas sobre uma produção multidisciplinar. In: SANTOS, M. et al. *Mundos em movimentos: ensaios sobre migrações*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007. p. 103-122.
- SCHNEIDER, A. L. Iberismo e lusotropicalismo na obra de Gilberto Freyre. *História da historiografia*, [S.l.], n. 10, 2012. p. 75-93.

SCHULZE, F. Nation and migrations: German-speaking and Japanese Immigrants in Brazil, 1850-1945. In: FOOTE, N.; GOEBEL, M. (Ed.). *Immigration and national identities in Latin America*. Gainesville: University Press of Florida, 2014. p. 115-138.

SKIDMORE, T. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensando brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

SILVEIRA, E. *O Rio Grande do Sul visto de fora: raça e nacionalidade na passagem do século XIX ao século XX*. [200-] Disponível em: < www.klepsidra.net/lepsidra24/racismo.html>. Acesso em: 25 jul. 2015.

STEPAN, N. L. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

THOMAS, A. R. O luso-tropicalismo: paisagens, sentidos, identidades. In: SEMINÁRIO DE TROPICOLOGIA: O BRASIL E O SÉCULO XXI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 35., Recife, 2001. *Anais...* Recife: [s.n.], 2001. Disponível em: <http://www.tropiologia.org.br/conferencia/2001luso_tropicalismo.html>. Acesso em: 10 maio 2015.

**AROUND THE *LUSO-TROPICAL CIVILIZATION*:
Gilberto Freyre's contribution to the sociology of
immigration in Brasil**

Márcio de Oliveira

Strictly speaking, there isn't a sociology of immigration in the works of Gilberto Freyre. Nonetheless, immigration isn't a topic absent from analyses on the freyrian model of amalgam and on social and racial miscegenation. It is present also in lectures and books on the luso-tropical civilization, and in his interest and travels through other cultures and countries. It can also be observed in his parliamentary acting in defense of lusophony during the Assembleia Constituinte [Constituent Assembly] of 1946. This paper discusses Freyre's contribution to the sociology of immigration in Brazil, with regards to a more general discussion on luso-tropicalism. Putting into a comparative perspective the definitions of luso-tropicalism and analyses of assimilation processes, the paper concludes that the studies in which Freyre analyses aspects of immigration were a decisive counterpart to the development of his ideas on the luso-tropical civilization, in addition to being important contributions to the sociology of immigration in Brazil.

KEYWORDS: Gilberto Freyre. Sociology of Immigration. Immigration. Assimilation. Luso-tropical civilization.

EN CE QUI CONCERNE *LA CIVILISATION LUSO-TROPICALE*: la contribution de Gilberto Freyre à la sociologie de l'immigration au Brésil

Márcio de Oliveira

Il est certain qu'il n'y a pas de sociologie de l'immigration dans l'œuvre de Gilberto Freyre. Le phénomène de l'immigration existe cependant dans ses analyses du modèle d'amalgame et des processus de miscégenation sociale et raciale. Ce phénomène est aussi présent dans ses conférences et ses livres sur la civilisation luso-tropicale, dans son intérêt et ses voyages pour d'autres cultures et dans d'autres pays. On peut encore l'observer dans son action parlementaire pour la défense de la lusophonie lors de l'Assemblée Constituante de 1946. Cet article traite de la contribution apportée par Freyre à la sociologie de l'immigration au Brésil en ce qui concerne la discussion plus générale sur le luso-tropicalisme. La mise en perspective comparée des définitions du luso-tropicalisme et des analyses des processus d'assimilation, permet d'en arriver à la conclusion que les études dans lesquelles Freyre analyse les aspects de l'immigration furent une contrepartie décisive pour le développement de ses idées sur la civilisation luso-tropicale, sans compter les importantes contributions apportées à la sociologie de l'immigration au Brésil.

MOTS-CLÉS: Gilberto Freyre. Sociologie de l'immigration. Assimilation. Civilisation luso-tropicale.

O RIO CAPITAL IMAGINADO PELA CRÍTICA CINEMATOGRAFICA: os casos de *Rio Fantasia* e *Rio, 40 graus*

Eliska Altmann*

No artigo, busca-se verificar como o Rio de Janeiro, “cidade-capital”, foi imaginado por críticos cinematográficos brasileiros. Por meio de críticas aos filmes *Rio fantasia* (1957), de Watson Macedo, e *Rio, 40 graus* (1955), de Nelson Pereira dos Santos, pretende-se entender como a então Capital Federal foi descrita e legitimada por agentes que formam julgamentos, quiçá, para a posteridade.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro. Capitalidade. Cinema. Crítica cinematográfica.

INTRODUÇÃO

Uma cartografia com iconografias do Rio de Janeiro do século XIX nos remeteria a paisagens de montanhas, ilhas, baía, litoral, florestas, e também à urbanidade crescente. Tais caminhos, ao configurarem aspectos naturais e cenários sociais, viriam representar certa identidade de “cidade maravilhosa” e utópica, imagem do Brasil e símbolo da civilização. Tal visão, geralmente harmônica e idílica, foi traduzida em tintas por “imaginadores” (desbravadores e viajantes europeus), como Félix-Émile Taunay e Debret.

Nas telas daquele século constata-se que num primeiro momento, o que corresponde à chegada ao Brasil das Expedições Naturalistas e da Missão Francesa (1816), à fundação da Real Academia de Belas Artes (1820) e à fase da Regência (1831-1840), ganham evidência as representações de paisagens naturais e urbanas, cenas de fatos históricos e de costumes do Rio de Janeiro, somando-se a in-

tenção estética à visão documental, propagandística e insólita da realidade [...] Quase sempre com a Baía de Guanabara a legitimar a contundente e exuberante paisagem tropical e seus signos mais representativos (na maioria das vezes, o Pão de Açúcar) [...] Na análise desses panoramas sobressaem alguns aspectos: primeiramente, a enorme extensão de espaço horizontal que ocupa a tela e que articula, em três faixas, o mar, a terra e o céu, numa tentativa de abarcar a Baía e a cidade. A seguir, a estrutura simples, mas bem delineada, da paisagem, sobretudo a terrestre, que corresponde à faixa intermediária, a urbana. Sem dúvida, uma visão bucólica, romântica, em que a natureza e o construído convivem numa atmosfera serena e luminosa (Carvalho, 2000, p. 41-45).

Enquanto “o registro [pictórico] sistemático da paisagem do Rio de Janeiro teve início a partir da abertura dos portos às nações amigas, em 1808” (Martins, 2000, p. 76), o cinematográfico viria ocorrer nove décadas depois. Contudo, diferentemente dos quadros e aquarelas, “infelizmente as centenas de filmes aqui realizados de 1898 a 1930 perderam-se quase todos” (Heffner, 2015, p. 12). Além de certa conservação do material, outra dessemelhança que poderia ser examinada na comparação entre os dois tipos de registro é um desencaixe em relação ao que *queriam* mostrar, posto que

* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). BR-465, Km 7 Seropédica. Cep: 23.897-000. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil. eliskaaltmann@gmail.com

o cinema do início do século XX apresentaria atributos distanciados daquela atmosfera “serena e luminosa”.

Diversamente às belas artes, nas primeiras fitas rodadas no Rio de Janeiro “nenhum cineasta ou cinegrafista carioca parece ter se preocupado em destacar ícones da beleza da cidade [...] Nas listagens de filmes que chegaram até nós, nada parece indicar a presença desse tipo de *approach*, ou seja, a cidade não é ainda apreciável, objeto definido e definível através de imagens enquadradas com intenções conscientes” (Heffner, 2015, p. 12-13). Signos urbanos, como a Avenida Central, foram temas de filmes e documentários das primeiras décadas do novo século, e signos paisagísticos, como o Pão de Açúcar, se tornaram cenário cinematográfico mais precisamente na década de 1920, que passou a englobar, isto sim, um projeto estético “turístico”, de “embelezamento cinematográfico” (Heffner, 2015).¹

Sobre a produção que se estende até a primeira década do século XX, Eduardo Morettin chama atenção para o que mostram as imagens produzidas no país, “uma vez que estão em pauta a ideologia da ‘higienização’ e a vontade de tornar o cinema uma dupla vitrine do progresso nacional” (Morettin, 2005, p. 135; 2012). O historiador aponta um “desajuste” entre o que é trazido pela imagem e desejado pelo espectador. A tônica do controle almejado e instituído, tanto pelo Estado quanto pelo campo cinematográfico, teria se pautado no requisito da exibição de “imagens limpas, indicadores de progresso e desenvolvimento. Brancura, decência e ingenuidade caminham juntas na exigência de uma imagem cinematográfica que cristalize determinada visão de Brasil” (Morettin, 2005, p. 134).

A partir dos anos 1920 até meados dos 40, o cinema carioca “[...] apresenta uma espécie de sacração da cidade” (Heffner, 2015, p.

¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre a “primeira época” do cinema no Brasil, sua produção e circulação, no período que compreende a virada de século (até sua segunda década), ver Araújo (1976) e Souza (2004). Para um entendimento da historiografia no país, ver Gomes (1980) e Bernardet (2004).

15). Nas décadas subsequentes,

o tratamento da paisagem carioca seguirá duas grandes linhas. Uma se dedicará a apresentar a cidade de forma harmoniosa, recorrendo aos ícones como confirmação [...] A outra linha procurará justamente o confronto entre esse Rio cartão-postal e sua vivência cotidiana (Heffner, 2015, p. 17).

O resultado desse contraste seria a construção da figura do carioca, um “tipo” cujas relações sociais e culturais acontecem na “cidade maravilhosa” (Heffner, 2015). Contornos paisagísticos, Cristo Redentor e praias da Zona Sul passam a espelhar certo sentido de “ufanismo carioca”, contrastado com produções que encenam camadas populares, subúrbio, favelização e morros. Justamente desse confronto nasce a presente investigação, que consiste na análise de críticas ao filme *Rio fantasia*, representante da chanchada,² a exaltar alegrias e belezas da capital, e ao “divisor de águas”, *Rio, 40 graus*.³

Na tentativa de entender como a Capital Federal foi então imaginada pelo campo da crítica⁴, noto que ambas as produções – de 1955 e 1957 – foram realizadas e lançadas no processo de tomada de posse do presidente Juscelino Kubitschek, que

conseguiu transformar o Plano de Metas no projeto de um Brasil possível. Seu programa de governo dava voz a uma nova e entusiástica condição de ser brasileiro, que poderia contribuir para reparar as injustiças de uma herança histórica de miséria e desigualdades profundas, e serviria para abrir as portas da modernidade. A chave para construir esse

² “Gênero de ampla aceitação popular que melhor sintetiza e define o cinema brasileiro das décadas de 30, 40 e, principalmente, 50, produzido majoritariamente no Rio de Janeiro. A designação pejorativa, adotada por vários críticos de cinema, possui origem etimológica no italiano *cianciata*, que significa um discurso sem sentido, uma espécie de arremedo vulgar, argumento falso” (Vieira, 2000). Para uma discussão aprofundada sobre o tema, ver Vieira (1987), Souza e Catani (1983) e Dias (1993).

³ Vale notar que os documentos pesquisados referem-se a duas representações antitéticas de urbanidade: a primeira, representante da chanchada e a segunda, (neo)realista, inspiradora do ideal estético do Cinema Novo.

⁴ Para um debate sobre capitalidade e cinema brasileiro, ver, entre outros, Pinto (2011), Kornis (2003), Lobo (2011) e Melo (s/d).

novo país chamava-se ‘desenvolvimentismo’ e defendia a ideia de que a nossa sociedade, defasada e dependente dos países mais avançados, repartia-se em duas: uma parte do Brasil ainda era atrasada e tradicional; a outra já seria moderna e estava em franco desenvolvimento. Ambas, o centro e a periferia conviveriam no mesmo país, e essa era uma dualidade que se devia resolver pela industrialização e pela urbanização. (Schwarcz; Starling, 2015, p. 98).

Tal contexto envolve diretamente o Rio que, como capital, tinha a função de “representar a unidade e a síntese da nação” e o papel de “locus da identidade nacional” ou “vitrine do país” (Motta, 2004). Desde a sua origem, como capital imperial,

além da matriz irradiadora da unidade e da ordem, a construção da capitalidade do Rio de Janeiro tinha outro pilar: o cosmopolitismo. A cidade era o principal elo com o mundo europeu, garantindo sua própria inserção no chamado processo civilizacional e se tornando a fonte de irradiação dessa civilização no país [...] Sede do governo nacional, era no Rio que ecoavam os debates no Parlamento e na imprensa. (Motta, 2004, p. 16-17).⁵

Com base nesse panorama, que tem uma importância peculiar “conferida aos símbolos, signos, práticas e valores” (Motta, 2004), apresento as sinopses dos dois filmes, que parecem parafrasear duas dimensões sociais (e ideológicas) acentuadas nos anos 1960: de um lado, o progresso e o desenvolvimentismo; do outro, sua inviabilidade, denunciada pelo subdesenvolvimento e sua necessidade de superação.

Em pesquisa realizada na Cinemateca do MAM (RJ), encontrei, junto ao cartaz de *Rio fantasia*, o seguinte argumento, publicado em 1957: “Quarteto de músicos nordestinos vai tentar a sorte no Rio de Janeiro. Com bom humor e muita música, eles enfrentam as dificuldades da cidade grande em busca do sucesso. Comédia musical”. No acervo da Cinemateca Brasileira sobre o filme, ainda localizei o seguinte resumo: “O quarteto de Tacurumbiga (cidade do Nordeste) chega ao Rio de Janeiro em busca do sucesso. Hospeda-se na pensão

⁵ Sobre o conceito de capitalidade (e Rio de Janeiro), ver também Azevedo (2002).

de D. Amélia, que cobra as diárias atrasadas com um trabuco na mão. O quarteto resolve apresentar-se num espetáculo de caridade para ver se alguém os descobre. Na plateia, estão Freitas e Carlos, diretores geral e artístico da TV Rio, respectivamente. O primeiro se interessa por Lia e, no dia seguinte, convida-a para estrelar uma série de programas semanais em homenagem a Carmem Miranda. Infelizmente quer só ela, o resto do quarteto que se arranje”.

Sobre o filme *Rio, 40 graus*, em documento oficial de divulgação e pesquisa da Embafilme, pode-se ler a resenha:

Drama urbano. O filme é uma crônica da cidade do Rio de Janeiro, em um domingo de verão ensolarado, narrado através das peripécias de cinco pequenos vendedores de amendoim. Eles se dividem pelos diversos pontos característicos do Rio à procura do melhor mercado para seu produto. Em cada um desses locais, Copacabana, Pão de Açúcar, Corcovado, Quinta da Boa Vista e Maracanã, emerge um episódio típico da vida da população carioca.

Outro prospecto de divulgação, cujo título é “Um panorama fotográfico humano da cidade maravilhosa”, apresenta a sinopse: “Um retrato de corpo inteiro da Cidade Maravilhosa, através do desenrolar das grandezas e da miséria de uma cidade grande. A tragédia e a poesia se misturam na sinfonia colorida da paisagem bela de um povo simples, sentimental, mas, por vezes, egoísta. *Rio, 40 graus* é um filme que imita a vida, e, como ela, não tem começo, não tem fim... é apenas um pedaço amargo arrancado ousadamente dos pequenos detalhes de um dia quente de verão”.⁶

Ambos os cenários e contrastes não são contingentes. Símbolos de circunstâncias históricas e sociais, eles parecem encarnar as próprias transformações urbanas projetadas, sobretudo, no crescimento irrefreável, na migração (do campo para a cidade) e na industrialização, que configuram, em seu decurso, divisão de classes e suas consequências. Nesse

⁶ O filme faz parte de uma trilogia que inclui *Rio, Zona Norte* (1957) e *Rio, Zona Sul*, nunca realizado. No lugar desse último, Nelson Pereira dos Santos realizou *El Justicero* (1967).

contexto de modernização (tradicional) brasileira, o Rio de Janeiro passa a concentrar uma progressiva população, sem contar com infraestrutura nem oferta de empregos à altura.

De acordo com o pesquisador Júlio César Lobo (2006, p. 169),

a década brasileira de 1950 se inicia com o registro de uma forte migração em direção à ex-capital federal, São Paulo e Minas Gerais. Fixemo-nos apenas na também ex-Cidade Maravilhosa. Em sua área de influência, passam a residir naquele momento 191.917 mineiros, 55.746 capixabas, 46.990 paulistas, 45.157 pernambucanos, 44.936 baianos, 27.267 alagoanos, 23.209 paraibanos, 18.001 cearenses e 13.468 potiguares, entre outros. Curiosamente, os migrantes naturais de maior expressividade quantitativa no período na região da ex-capital federal – provenientes dos vizinhos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo – não se encontram caracterizados nas chanchadas da época, que privilegiavam a caricatura de nordestinos.

Isto posto, meu interesse é desvendar como textos críticos avaliaram tal conjuntura através de *Rio fantasia* (1957) e *Rio, 40 graus* (1955). Portanto, cabe-me averiguar as matérias. Antes de abordar as críticas, contudo, considero necessário traçar as biografias de Watson Macedo e Nelson Pereira dos Santos, aqui entendidos como cronistas cinematográficos do Rio. Assim, será possível situá-los em suas obras, seus contextos e seus meios de produção. Como opção metodológica, em coerência com as fontes, as trajetórias descritas foram extraídas de matérias de jornais impressos, de preferência veiculados à época das películas tratadas. Em caso de falta ou escassez de documentação do período, optei por material publicado *a posteriori*.

Quanto ao contexto social da recepção dos filmes no período, ou seja, a conjuntura dos críticos e sua produção de conhecimento, noto que, no Brasil, devido à escassez de publicações especializadas, a crítica apresentou forte tendência ensaísta em matérias de jornal. Tal segmento “ilustrado” era composto majoritariamente por cineclubistas “diletantes” influenciados pela *política dos autores* fran-

cesa. Dessa forma, o crítico alçava à categoria de “autor” o cineasta que compreendesse uma obra a partir de similitudes temáticas. À concepção de autoria cinematográfica, a crítica brasileira associou posições não apenas estéticas, mas também sociais, políticas e ideológicas. O espaço para a reflexão dos críticos era, sobretudo, os periódicos, uma vez que um caderno ou suplemento dedicava-se a um filme, por exemplo. Uma das transformações sofridas pelo campo ao longo das últimas décadas se deu justamente na perda desse espaço, hoje dedicado aos “espetáculos” em geral. A crítica, com isso, migrou para a academia e para a Internet.⁷

Na presente pesquisa, foi possível verificar um número expressivamente maior de críticas a *Rio, 40 graus* e de matérias sobre Nelson Pereira dos Santos, em detrimento do primeiro cineasta. Dos documentos, ainda é possível constatar que, mesmo depois da morte de Watson Macedo, em 1981, o diretor não conta com dados quantitativos significativos, seja na imprensa em geral, seja no meio acadêmico. Tal fato mostra, a princípio, a importância sociológica do problema, uma vez que a ausência de documentação se torna, em si, um dado analítico, configurando indícios variados. Colocado o desafio, começarei pelo “rei da chanchada”.

A CAPITAL DA ALEGRIA: Watson Macedo e a recepção de *Rio Fantasia*

Quem foi Watson Macedo e como foi descrito por críticos (e entre seus pares) no campo do cinema brasileiro? Qual a importância do cineasta? Ele foi, de fato, um “cronista” da cidade? Como representou a capital? Vejamos algumas respostas por meio de documentos críticos e jornalísticos.

Em texto publicado no *Correio da Manhã*, de 18 de julho de 1971, Angela Belmiro

⁷ Sobre um mapeamento sociológico do campo da crítica, ver Altmann (2016). Para uma discussão ampliada sobre a “política dos autores”, ver Bernardet (1994).

Fontes escreve a seguinte trajetória do diretor:

Watson Macedo não tem orgulho dos filmes que fez até hoje, mas um direito ele se reserva: ‘– Muito antes do Chacrinha, eu pensava em me comunicar com o público, em fazer filmes que as pessoas entendessem e gostassem’. *Sem nunca ter lido um livro sobre cinema, ele conseguiu sair do interior do Estado e vir ao Rio fazer todo mundo rir com a célebre fórmula dos filmes de carnaval, briga, mulher e samba, que, durante as décadas de 40 e 50, dirigiu para a Atlântida.*⁸ (Fontes, Correio da Manhã, 18/07/1971, grifo meu)

A descrição segue a contar o sonho de Macedo em se tornar cineasta e sua verve cinefílica (“ia ao cinema todo dia e sabia os nomes dos diretores”), até conhecer a atriz, diretora e produtora Carmen Santos, no estúdio de cinema Brasil Vita Filmes.

Naquela época, a moda era ser técnico de som, o cinema ainda deslumbrado com o novo recurso, ela ofereceu o lugar. Watson não quis, mas ficou pelo estúdio e acabou como assistente de direção do filme *Inconfidência Mineira*, dirigido pela própria Carmen [...] [Então] foi para a Atlântida, começar tudo outra vez. Foi assistente de José Carlos Burle e Moacir Fenelon, e montador, com fitas em volta do pescoço, esperando a hora de fazer o drama. E a chance do primeiro filme veio em termos de gargalhadas. ‘– Eu tinha horror a comédia. Foi preciso uma semana para me convencerem e estreiar como diretor dessa maneira’. E o filme saiu em 45, com Oscarito, Grande Otelo, Mary Gonçalves e os clássicos números musicais com Linda e Dircinha Batista, Emilinha Borba, Silvio Caldas, Ciro Monteiro e Anjos do Inferno. O título era o que ele sentia. ‘Não adianta chorar’. Foi um sucesso muito maior que o anterior, e a Atlântida prosseguiu no esquema dos filmes carnavalescos. Com *Esse mundo é um pandeiro*, o sucesso estava garantido. Ficou várias semanas em cartaz, numa época em que só filmes estrangeiros tinham esse privilégio. *Os críticos de cinema começaram a malhar, e as filas cresciam nas portas dos cinemas. Watson ganhou um título que detesta*

⁸ Sobre a Atlântida: “Empresa produtora fundada em 1941, no Rio de Janeiro, pelos irmãos José Carlos Burle e Paulo Burle, juntamente com Moacir Fenelon, Arnaldo Farias e Alinor Azevedo, com apoio do Jornal do Brasil. Na sede do jornal é montado o estúdio de pequeno porte [...] Em 1966 une-se a vários produtores brasileiros na realização de grande quantidade de filmes populares dos mais variados gêneros, feitos sempre em locações. No ano de 1983, a empresa deixa de produzir definitivamente” (Miranda, 2000).

‘O rei das chanchada’ [...] Por volta de 1960, a velha fórmula entrou em declínio, com o aparecimento do Cinema Novo e a concorrência da televisão, e Watson foi ficando esquecido e magoado com a imprensa. O Cinema Novo não tinha pra ele a mesma força de comunicação, não solidificou uma indústria e não atraía público, pelo menos, o mesmo tipo de público das chanchadas. As preocupações agora eram outras, a realidade brasileira com suas implicações sociais, políticas e econômicas substituía a fantasia que Watson criava. Aí ele parou, deu lugar aos que tinham começado com ele como assistentes, Anselmo Duarte e Roberto Farias, e tantos outros técnicos (Fontes, Correio da Manhã, 18/07/1971, grifo meu).

Embora raras as fontes sobre Macedo antes e depois de sua morte, são numericamente relevantes as publicadas em 1981, como a do *Jornal do Brasil*, intitulada “Watson Macedo segundo Eliana: um mago do cinema que levava alegria ao povo”:

Não é fácil falar sobre esse homem singular que foi Watson Macedo [...] Pode-se, sem exagero, afirmar que ele foi um mago em sua profissão [...] *Seus filmes foram todos grandes êxitos de bilheteria e que levavam ao povo aquela alegria que o espectador espera ao adquirir seu ingresso; ao contrário do que ocorre hoje, quando as famílias deixam as casas de espetáculos envergonhadas com os filmes pornográficos a que assistiram [...] Era autodidata e acabou sendo considerado o professor da maioria dos que hoje produzem filmes rotulados de diretores (às vezes com aspas)*⁹ (Eliana, *Jornal do Brasil*, 12/04/1981, grifo meu).

O trecho escrito pela sobrinha do diretor e estrela de seus filmes indica uma repulsa à pornochanchada e reforça certo “didatismo” do cineasta. Esta última idéia sugere que os saberes do artista e sua qualificação cultural se dariam mais em termos “amadores” do que

⁹ Nessa mesma página especial, há um texto intitulado “A chanchada”, assinado pelo crítico José Carlos Avellar, do qual copio o seguinte trecho: “Comédias especiais feitas especialmente no período que vai do começo da década de 40 até a metade da década de 50, para exibição nos meses que precediam o carnaval, as chanchadas ocuparam um espaço aberto entre o rádio brasileiro e o cinema americano [...] Foi nesse espaço que Watson Macedo atuou como diretor de filmes entre a chanchada e o filme sério, num tempo em que ainda não existia a televisão para fazer o rádio sofisticado ou a versão direta do cinema americano através da dublagem. Num tempo em que apenas os dois filmes de Nelson Pereira dos Santos anunciavam o que seria mais tarde o Cinema Novo”.

propriamente técnicos ou expertos. Para Eliana e para os jornalistas a seguir indicados, tal fato não apresenta obstáculos. As matérias transcritas em seguida conferem teor de enaltecimento e “paixão” póstuma em relação à figura de Macedo e sua cinematografia. O artigo intitulado “Morre o cineasta Watson Macedo”, publicado na Folha de S. Paulo, assim descreve o diretor:

O cinema brasileiro teve em Watson Macedo uma das mais importantes personalidades, um nome ligado intimamente ao que a chanchada produziu de melhor nos anos 40 e 50, um período que poderíamos classificar como dos mais férteis em termos de comunicação do cinema nacional com seu público [...] Macedo, assim, foi um dos responsáveis pelo esforço de criar, através de um gênero, uma indústria de cinema genuinamente nacional, o que foi feito na Atlântida, responsável pela maioria das chanchadas daquelas duas décadas [...] *A relevância [de sua obra] está menos no número de filmes que realizou e mais na exploração de um gênero que refletia um povo brincalhão, irônico e feliz, que brincava no carnaval, brigava nos bares, namorava no Pão de Açúcar, ria sem preconceitos e tinha esperança no futuro* (O.L.F., 09/04/1981, grifo meu).

Além do reconhecimento de Macedo e sua obra, o trecho assinala o que nela continua: a construção de um tipo carioca a viver num cenário natural e idílico, similar às pinturas do século XIX. Tais temas persistem na matéria publicada em *O Globo*, de 9 de abril de 1981, intitulada “Watson Macedo (1918-1981). A morte de um criador de alegrias”. Nela, o crítico José Carlos Monteiro escreve:

Watson Macedo era praticamente desconhecido pelas novas gerações. Mas os espectadores das décadas de 40 e 50 o reconheciam, sem dúvida, como um de nossos maiores autores de comédias musicais. A ele, o cinema carioca deve clássicos como *O cinema é um pandeiro*, *Carnaval no fogo* e *Rio fantasia*. *Embora nem sempre devidamente reconhecida pela crítica, sua contribuição é inestimável. Além de consolidar um gênero (o musical carnavalesco), Watson ajudou a sustentar nossa indústria cinematográfica, antes do advento do Cinema Novo e da Embrafilme [...]* Com a explosão cinemanovista, o veterano comediógrafo busca novas formas. O turístico *Rio, verão e amor* é seu último trabalho para o cinema. E não é certamente o que gostaria de ter feito para encerrar uma trajetória das mais criteriosas e profundas. (Monteiro, 1981, grifo meu).

Monteiro aponta certa indiferença da crítica, que subestimava ou não autenticava a “contribuição inestimável” de Macedo por ter consolidado um gênero e sustentado uma indústria eminentemente brasileira. O texto novamente dá indícios de seus cenários a revelarem uma cidade “turística e carnavalesca”, portanto, “alegre e bonita”. Finalmente, publicado no jornal *O povo* (Fortaleza, em 26 de abril de 1981), a matéria assinada por Aramis Arão reitera a biografia do cineasta, trazendo, contudo, novos elementos melhor analisados de um ponto de vista sócio-histórico:

Morreu Watson Macedo. *Um legítimo cineasta brasileiro que institucionalizou a chanchada musical-carnavalesca, com toda aquela pureza do encanto juvenil, da jovialidade adulta, da espontaneidade, da gíria carioca, do orgulho de ser bairrista e cantar e decantar a Cidade Maravilhosa [...]* Assistir a filmes musicais carnavalescos foi a maior alegria do brasileiro, no período que vai de Getúlio até Juscelino Kubitschek. Neste período de início de riqueza e paradoxalmente de miséria, frutificou uma rendosa equipe de produtores e cineastas que chegaram à seguinte conclusão: se não temos o suficiente gabarito para realizar superproduções, por que não contarmos toda a alma aberta do brasileiro de carnaval, e de escolas de samba, de Tijuca, Flamengo e Botafogo, surgindo a barca da Cantareira, unindo Rio e Niterói, e mostrar com quantos paus se faz uma comédia bem brasileira, às vezes sem nexos, sem sentido? Se, porventura, de longe lembrem alguns ‘gags’ de filmes americanos, [os filmes] permaneceram fiéis às raízes nacionais (Arão, 1981, grifo meu).

Neste último fragmento, é confirmada a presença, nos filmes de Macedo, da “cidade maravilhosa” e suas texturas culturais. As escolas de samba, assim como determinados bairros, configurariam o que seria “bem carioca”, a despeito de certo pastiche norte-americano. Dos cinco textos, destaco uma condecoração póstuma de um “legítimo cineasta”, ignorado pela crítica por representar um estilo de cinema “popular”, posteriormente atestado por sua “pureza” e “alegria”. Tais características compõem a chanchada de Macedo assim descrita em livreto do Museu da Imagem e do Som, datado de março de 1975:

[...] um gênero de cinema brasileiríssimo, espontâneo, nascido do acaso e que soube não só transportar integralmente em sua temática o espírito nacional em sua irreverência, como também criar uma nova linguagem cinematográfica primária artesanalmente, mas bastante comunicativa. *Estamos desencavando as chanchadas, outrora desprezadas pela elite cinéfila e consideradas 'subprodutos destinados ao consumo do povo subdesenvolvido'. A série Atlântida, fase de sofisticação do gênero, é a mais importante como fenômeno de comunicação popular e registro do 'kitsch' brasileiro. Watson Macedo é o pai da chanchada da Atlântida.* (Museu da Imagem e do Som, 1975, grifo meu).

Até aqui, todas as leituras, incluindo esta última, parecem dialogar com o tom dúbio da primeira de duas únicas críticas encontradas sobre o filme de Macedo rodado em 1957.¹⁰ Nela se constata um reconhecimento, mas também um caráter negativo em relação a *Rio fantasia*. Esse último perfil talvez explique o ínfimo número de análises publicadas em meios de comunicação da época.

Em 12 de fevereiro de 1957, em Cine-Repórter, Aguinaldo Azevedo Marques publica a seguinte análise do filme:

Watson Macedo sempre procurou dar um padrão elevado para suas produções, dispensando-lhes um apurado cuidado técnico e não medindo despesas para suas realizações. Aqui, ainda não acertando com o argumento, consegue ser feliz, apresentando uma história agradável como veículo para uma série de números musicais, alguns sem razão, outros, porém, bem cuidados e até mesmo originais (é o caso do número de João Dias – completamente ridículo – e, por exemplo, o número de Eliana e mais o Trio Irakitan, nas praias de Copacabana, onde apresentou um cenário dos mais bem cuidados). No elenco, temos Eliana, que é realmente uma vocação para esse tipo de fitas. O Trio Irakitan, que fez sua estreia no cinema brasileiro, um galã apagado, além de uma equipe cômica realmente engraçada, tendo à frente Zezé Macedo, Madame Lou, Catalano e outros. Dos números musicais dos convidados, o de Angela Maria nos pareceu o menos ruim. *Rio fantasia* é mais um esforço do cinema brasileiro para atingir um padrão maior de produção e, como tal, deverá merecer

todo nosso apoio. *Além disso, é filme comercial e como tal será sucesso certo de bilheteria.* (Marques, 1957, grifo meu).

O enunciado aparentemente hesitante e o “apoio” de Marques a *Rio fantasia* difere substancialmente de uma curta e enfática nota assinada por Antonio Moniz Vianna, publicada um mês depois, no 5º Caderno do *Correio da Manhã*:

Oito-por-um. *Rio fantasia*. O chamado cinema nacional goza de todas as vantagens: exibição obrigatória, preços iguais aos dos filmes estrangeiros fotografados em Cinemascope e coloridos, o analfabetismo de 65% da população, a omissão da Censura (que não vê a pornografia e distribui a torto e a direito o certificado de ‘boa qualidade’). *Assim, tão protegido, só poderia mesmo produzir indecências como este Rio fantasia* (Moniz Vianna, *Correio da Manhã*, 10/03/1957, grifo meu).

Contrariamente aos textos sobre Watson Macedo, veiculados na ocasião de sua morte, em ambas as críticas a *Rio fantasia* não se encontram aspectos referentes à capital, suas características e cultura. A primeira leitura se encerra na própria análise fílmica, já que o crítico se limita a descrever os números musicais, os artistas e a fotografia, além de defender a fórmula duplamente popular do filme: tanto no que representa quanto no público que atinge. De maneira oposta, a nota de Moniz Vianna não analisa a fita, fazendo uma espécie de condenação à sua própria existência propiciada pela lei “oito-por-um”.¹¹ O registro outorga certa superioridade técnica do cinema estrangeiro, sugere uma inferioridade qualitativa do público brasileiro (de maioria analfabeta) e denuncia a “omissão da Censura” em relação ao filme – fatos que teriam consentido obras de cunho supostamente menor, como a referida.

Dos documentos aqui expostos e das pistas sobre o Rio capital e seu contexto sócio-histórico, é possível extrair o seguinte diagnóstico: Watson Macedo, representante

¹⁰ Do escasso material sobre *Rio Fantasia*, além das duas críticas encontradas, publicadas na ocasião de sua estreia, destaco o trabalho de Dias (2010).

¹¹ Em diálogo com o lema “todo cinema brasileiro deve ser visto”, proposto pela revista carioca *Cinearte*, fundada em 1926, o governo de Getúlio Vargas, em 1951, criou a “cota de tela” chamada “oito-por-um”, cujo objetivo era exibir um filme brasileiro para cada oito estrangeiros.

da chanchada, que ajudou a sustentar durante quase duas décadas a indústria cinematográfica nacional, produziu obras “indecentes”, às vezes sem nexos, mas que, por sua vez, exaltavam a pureza juvenil e a gíria carioca, cantando as alegrias da cidade e seus cartões-postais para um público composto por analfabetos.

Com base nessa recepção, poderíamos rastrear uma nova cartografia da “cidade-capital” de meados do século XX, que reitera certa paisagem idílica e romântica das pinturas antecedentes, entretanto num contexto social já alterado, a compreender o subdesenvolvimento e a não civilização vistos pela crítica nas imagens “pornográficas” e no povo inculto. Tais leituras apresentam certa coerência com a interpretação de Paulo Emílio Sales Gomes sobre nosso “subdesenvolvimento”. Segundo o crítico,

o fenômeno cinematográfico que se desenvolveu no Rio de Janeiro a partir dos anos quarenta é um marco. A produção ininterrupta durante cerca de vinte anos de filmes musicais e de chanchada, ou a combinação de ambos, se processou desvinculada do gosto do ocupante e contrária ao interesse estrangeiro. O público plebeu e juvenil que garantiu o sucesso dessas fitas encontrava nelas, misturados e rejuvenescidos, modelos de espetáculo que possuem parentesco em todo o Ocidente mas que emanam diretamente de um fundo brasileiro constituído e tenaz em sua permanência. A esses valores relativamente estáveis os filmes acrescentavam a contribuição das invenções cariocas efêmeras em matéria de anedota, maneira de dizer, julgar e se comportar [...] *Quase desnecessário acrescentar que essas obras, com passagens rigorosamente antológicas, traziam, como seu público, a marca mais cruel do subdesenvolvimento.* (Gomes, 1980, p.91, grifo meu).

Com essa conjuntura, aproveitamos para coletar elementos sobre a escassa recepção de *Rio fantasia*, entendendo, em diálogo com o pesquisador Alcides Freire Ramos (2005), a institucionalização de um juízo negativo da chanchada num “alto” campo cinematográfico. Tal problemática parece estar relacionada a uma hipótese de “distinção” (Bourdieu, 2007) desenvolvida à frente, na medida em que as imagens do Rio de Janeiro que perduram são as que, numa disputa simbólica, ganham a legitimação do campo.

A CAPITAL NEORREALISTA: Nelson Pereira dos Santos e a recepção de *Rio, 40 graus*

Dos volumosos textos sobre Nelson Pereira dos Santos publicados nos meios de comunicação (sem contar livros, catálogos de mostras, entrevistas, folhetos de cineclubes, pesquisas ou teses acadêmicas etc. – aqui não analisados¹²) e das inúmeras críticas a *Rio, 40 graus*, veiculadas em jornais de ampla circulação e em publicações mais restritas, privilegiei as das décadas de 1950 e 1960 – mais próximas ao lançamento do filme. Não descartei, contudo, documentos de décadas posteriores que comprovam uma *regularidade contínua* a revalidar certo olhar. Do cotejo entre as matérias sobre este cineasta e Watson Macedo, entre as críticas a ambas as películas e suas diferenças quantitativas e qualitativas, levanto a seguinte pergunta: por que o número de escritos encontrados sobre Nelson Pereira dos Santos e seu filme é incomparavelmente maior ao de Watson Macedo e *Rio fantasia*?¹³

Com a questão em mente, primeiramente, analisarei como foi traçada a biografia de Nelson Pereira pelos grandes meios.

“Cineasta de formação materialista, poeta do homem e de seus dramas, aberto ao mundo e suas angústias, Nelson Pereira dos

¹² Dentre os quais, destaco: Salem (1996), Fabris (1994) e Papa (2005). Reproduzo ainda o seguinte texto do Glauber Rocha (crítico) sobre o cineasta: “O autor no cinema brasileiro se define em Nelson Pereira dos Santos. [Ele] realizou, em *Rio, 40 graus*, o primeiro filme brasileiro verdadeiramente engajado. O adjetivo é válido e significa, há dez anos passados, uma tomada de posição corajosa, solitária e conseqüente. A censura investiu furiosamente: não era um filme para a burguesia, porque a burguesia só aplaude e premia filmes sociais quando eles são evasivos. *Rio, 40 graus* era um filme popular, mas não era populista; não denunciava o povo às classes dirigentes, mas revelava o povo ao povo [...] Nelson Pereira dos Santos é a mais fértil, madura e corajosa mentalidade do cinema brasileiro. Um dos intelectuais mais sérios de sua geração, consciente do seu papel histórico.” (Rocha, 2003, p. 104-110).

¹³ Em livreto do Centro de Estudos Cinematográficos de Minas Gerais, publicado em agosto de 1960, em texto assinado quatro anos antes, Cyro Siqueira analisa tal questão. Segundo o crítico, “*Rio, 40 graus* é um filme honesto e inteligente. Honesto principalmente quando foge dos quadros habituais do cinema nacional, recusando-se ao ‘show’ radiofônico ou à chanchada teatral que têm vivido os ‘cineastas’ da terra. É inteligente quando ambienta ao seu caso específico o processo narrativo visivelmente inspirado no neorealismo italiano”.

Santos, como Graciliano Ramos, se move mais a contento no interior luminoso do homem bravo” (Silva, *Jornal do Comércio*, 28/07/1968). A frase que inicia a matéria intitulada “Raízes de um cineasta”, no *Jornal do Comércio*, encontra ecos em outros textos, como o da revista *Veja*, de janeiro de 1969, que, abaixo da foto do cineasta, estampou a seguinte descrição: “Um sol de 40 graus brilhava sobre uma velha câmera no dia em que o novo cinema brasileiro nasceu. O pai, Nelson Pereira dos Santos, é agora o seu papa”. Prossegue o texto:

No princípio era o caos: a chanchada representava todo o cinema brasileiro [...] Nesse confuso princípio, em 1955, Nelson Pereira dos Santos lança a pedra fundamental do moderno cinema brasileiro, com Rio, 40 graus [...] Era uma revolução, mas o caos persistia: o país vivia dias agitados e o chefe da polícia do então Distrito Federal proibiu o filme por motivos políticos e ideológicos. O verão de 1969 é bem mais claro [...] Quando fala de jornal e de cinema, Nelson cita as suas duas profissões. Ele foi redator do extinto Diário Carioca (o único jornal que defendeu Rio, 40 graus na época) e do Jornal do Brasil, até 1965 [...] De 1955 para cá, além de vários filmes curtos, ele montou Barravento, o primeiro filme de Glauber Rocha, e fez sete longas-metragens, alternando seus temas entre a paisagem urbana (Rio, 40 graus, Rio, Zona Norte, Boca de ouro e El justicero) e a rural (Mandacaru Vermelho e Vidas secas) (Revista Veja, 1969, grifo meu).

“Liderança do moderno cinema brasileiro” – assim Nelson Pereira é identificado no *Diário Carioca*, em matéria que compreende um “debate construtivo” realizado entre cineastas (dentre os quais, Alex Viany, Roberto Farias e o próprio Nelson): “O tom geral dos depoimentos referiu-se à necessidade de ser fixada uma temática nacional que reflita a *autenticidade do Brasil e sua gente*.” (G. & R. Santos Pereira, 11/09/1960, grifo meu).

Na década seguinte, o texto publicado em *O Jornal* apresenta o seguinte perfil do cineasta:

Chamado de “o papa do Cinema Novo brasileiro”, [N.P.S.] indiscutivelmente impõe-se como um dos mais importantes cineastas da História de nosso cinema, junto ao veterano Humberto Mauro e ao contemporâneo Glauber Rocha. No plano da investigação estética filmica, situa-se hoje ao lado dos gran-

des realizadores internacionais. *Como ser humano e Homem na Sociedade, as suas posições coincidem com as proposições humanistas de sua obra, ambos fundamentalmente engajados na realidade de nosso tempo, refletindo com consciência, arte e sociedade, as condições gerais que o status lega ao cotidiano histórico.* (Lopes, *O Jornal*, 11/06/1973, grifo meu).

Finalmente, na revista *Filme Cultura*, no dossiê sobre Nelson Pereira, de 1970, José Carlos Monteiro desse modo narra a sua trajetória:

Houve quem considerasse, ao tempo de *Rio, 40 graus*, o equivalente brasileiro do grego Michael Cacoyannis, do espanhol Juan Antonio Bardem e/ou do indiano Satyajit Ray, tidos como os modelos mais expressivos do cineasta novo, humanista, preocupado em participar da transformação do mundo, através da câmera de filmar, ou da ação política. Pela lucidez crítica, consciência profissional e coerência artística, Nelson Pereira dos Santos poderia ser apontado como versão nacional daqueles diretores [...] *A árdua trajetória que percorreu até agora reflete um longo empenho no sentido de transfundir uma posição teórica* (*‘Quero mostrar, sem retoques, sem mistificações, ao Brasil e ao mundo, que nosso povo existe’*) *para uma ‘práxis’ cinematográfica* (*‘Procurei fazer filmes que reflitam e resguardem a tradição cultural brasileira’*) [...] Antes de Nelson, praticamente inexistia realismo nos filmes brasileiros. *Quando ele estreou, em 1954/55, a chanchada estava no auge, a realidade carioca e nacional somente aparecia na tela sob o prisma deformante dos musicarnavalescos da Atlântida e dos melodramas cosmopolitas da Vera Cruz.* [Assim, N.P.S.] empenhou-se na busca de uma linguagem original adaptada à nossa inspiração artística e à nossa cultura. (J.C.M., *Filme Cultura*, 11/1970, grifo meu).

Tais fragmentos oferecem um retrato de Nelson Pereira dos Santos como um cineasta intelectual, engajado politicamente na transformação de seu meio social, “autor” de imagens “autênticas” da identidade carioca (e também brasileira), já que conhecedor profundo da realidade de seu país. Sua estética, realista e original, refletiria o povo em perspectiva humanista. Longe de ser diletante, o artista é teórico, técnico e, igualmente a grandes nomes estrangeiros, apto a traduzir a nação, unindo arte e sociedade, teoria e práxis.

Se as matérias sobre Nelson Pereira

apresentam concordância em seu conteúdo, elas se diferem das críticas a *Rio, 40 graus* publicadas logo após seu lançamento, uma vez que o olhar do campo sobre o filme não confere unanimidade. Por outro lado, observa-se que, nas décadas subseqüentes e até hoje, tanto o diretor quanto *Rio, 40 graus* são alçados a uma categoria “alta”, cuja “aura” teria instituído uma “verdadeira” imagem da cidade (e sua identidade), em detrimento das chanchadas e outros gêneros do período.

As críticas selecionadas e expostas a seguir elucidam o argumento. Antes de abordá-las vale lembrar que grande parte menciona a informação sobre a proibição do filme pela polícia na época. O caso não será aqui aprofundado, embora sejam citados documentos, como o publicado em 14 de dezembro de 1955, intitulado “Incompetente o tribunal para conhecer o mandado de segurança impetrado a favor da exibição do filme – a decisão, ontem, da 5ª. Câmara Cível”:¹⁴

Com a sala repleta de artistas, jornalistas, fotógrafos e curiosos, reuniu-se ontem a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça local a fim de proceder ao julgamento do mandado de segurança perpetrado por Nelson Pereira dos Santos contra ato do ex-chefe de polícia do D.F.S.P. que proibiu a exibição em território nacional do filme brasileiro *Rio, 40 graus* [...] No entender [do chefe de polícia, que é ‘visceralmente anticomunista’], o comunismo é um regime ultrapassado já superado pelo socialismo. Terminou dizendo que era pelo indeferimento da medida liminar (Sem autor, sem fonte, 14/12/1955).

Ao chamar igualmente a atenção para o fato, Décio Vieira Ottoni, no *Diário Carioca*, escreve a seguinte notícia em sua crítica intitulada *Rio, 40 graus*:

A interdição de *Rio, 40 graus* determinada há meses pelo Coronel Menezes Cortes produziu dois efeitos de espécie contrária. Um deles, muito lisonjeiro para a equipe que realizou a fita, pois a publicidade espontânea que a medida de arbítrio provocou atraiu a atenção do país inteiro para o assunto e a bilheteria se beneficiou com as discussões travadas

a respeito. O outro efeito produzido, entretanto, foi quase inoportuno: o vigor das contestações ao ato do antigo chefe de polícia, desde a imprensa até o Poder Judiciário, prepararam a opinião pública para assistir a um milagre cinematográfico e *Rio, 40 graus* não foi tramado senão para resultar na crônica da cidade do Rio de Janeiro durante um dos dias mais característicos de sua personalidade multiforme, que é um domingo de verão. (Ottoni, *Diário Carioca*, S/D).

Registrado o acontecimento, copio trechos do material crítico, a começar pela resenha do próprio Ottoni, que segue no mesmo texto:

Adotando o único processo narrativo adequado ao tema, *Rio, 40 graus* escolheu o método mais difícil do discurso cinematográfico para contar uma história cuja trama resulta da coordenação orgânica de vários temas isolados [...] *O morro, o bairro elegante, o Maracanã, e os pontos de atração turística estão intimamente ligados pelas situações dramáticas puramente sentimentais ou simplesmente pitorescas* [...] *Este filme, que retrata uma cidade tão contraditória em 24 horas, e que havia de extrair das berrantes contradições seus efeitos de choque e, ao mesmo tempo, a sua unidade, conseguiu a coordenação desses elementos pelo domínio de um ritmo linear quase impecável* [...] [Quanto aos tipos], se o operário é o bom e o burguês negociista é o corrupto, isso quer dizer simplesmente que o diretor elegeu essas figuras, entre muitas, sem, contudo, insinuar que a burguesia inteira é corrupta e só os operários e a gente de condição humilde possuem virtudes. (Idem, grifo meu).

Esse trecho expõe a presença de paisagens do Rio e seus tipos representados através de um discurso hermético. Aqui, a cidade é lida como “contraditória”, sendo seus habitantes não mais jovens, alegres e carnavalescos, mas pequenos vendedores de amendoim, operários e burgueses. Apresentando visão diferente, pelo menos quanto à ideologia da película, Ely Azeredo escreve duas críticas intituladas “*Rio, 40 graus*” e “*Ainda Rio, 40 graus*”, publicadas nos dias 14 e 15 de março de 1956:

O panfletário antecedeu o cineasta na construção de *Rio, 40 graus*. A matéria prima era boa: a cidade e uma câmera esforçada em registrar, sem mediação

¹⁴ Sobre esse caso específico e a recepção do filme pelo campo cinematográfico brasileiro, ver Lopera (2015).

literária, a paisagem humana. Havia também um punhado de boas intenções na equipe que se formou em regime cooperativo, procurando fugir ao círculo vicioso das chanchadas e dramalhões para cumprimento do “oito por um”. Nelson Pereira dos Santos, o argumentista-diretor, mostra conhecer os filmes realistas italianos, demonstra desembaraço e habilidade ao retratar o dia a dia urbano e em lidar com o homem da rua. Sua vocação para o cinema ‘semidocumentário’ é inegável [...] É claro que o simples registro em cenários autênticos, com intérpretes não profissionais narrando “casos dolorosos da cidade”, não é realismo [...] *Rio, 40 graus* vive um contraste forçado e desnecessário entre pobres e afortunados, generalizando as altas virtudes morais das camadas populares, transformando em tarados ou caricaturas as personagens burguesas [...] *O processo narrativo é difícilimo, pois não existe propriamente uma história* [...] As qualidades do filme derivam apenas da já citada habilidade ‘documentária’ do diretor, principalmente quando aplicada às figuras do morro. *Os pequenos vendedores de amendoim são os melhores atores e também os portadores do protesto mais eloquente do filme, enegrecendo teimosamente, com sua miséria e sua teimosia de viver, os pontos ‘coquettes’ da cidade* [...] Relativamente à pobreza material da produção, *Rio, 40 graus* exibe um grande esforço da equipe técnica, principalmente no setor fotográfico. O fundo musical utiliza como tema principal o excelente “A voz do morro”, de Zé Ketí, que também faz o papel do negro amigo de Miro (Jece Valadão). (Azeredo, 1956, grifo meu).

Ambas as análises sustentam o adjetivo “difícil”. Assim como Ottoni, Azeredo conferiu um grau de dificuldade à narrativa, que foge do “círculo vicioso das chanchadas”. Os dois textos ainda trazem menções aos “cenários autênticos da cidade” e às duas classes que dividem os cariocas de então: a burguesia, para Azeredo, caricata, e o proletariado, para ambos, enaltecido.

A interpretação de certo modo desfavorável do segundo crítico encontra ressonância com a de Octavio Bonfim que, em março de 1956, colocou o tradicional Bonequinho d’*O Globo* dormindo no filme. O fato parece curioso por revelar que nem sempre *Rio, 40 graus* contou com “bons olhos” da crítica periodista. Ademais, a análise a seguir pode corroborar a hipótese da distinção aqui aventada. Segundo o crítico:

Transformado num divisor de opiniões, *Rio, 40 graus* sofre os efeitos perniciosos de uma publicidade artificial. *Recebido com efusão por certo grupo intelectualizado, o filme não vem agradando ao público em geral. O desapoio do povo não teria importância se resultasse da incompreensão proveniente do alto valor técnico e artístico da obra [...] Querem-lhe atribuir posição importante no panorama cinematográfico brasileiro, representando uma experiência nova.* Entretanto, não sabemos por que falar em novidade se o filme é decalcado em estilo importado. *Num campo comparativo só não seria lícito estabelecer-las com as chanchadas carnavalescas que temos visto ultimamente, ou algumas comédias da pior categoria, que têm sido impingidas ao público, pois, em Rio, 40 graus, bem ou mal, há esforço realizador.* Outrossim, não se pode deixar de focalizar o sentido intencionalmente negativo e faccioso da fita, tudo de acordo com os interesses do mencionado sectarismo ideológico que aniquila a escola neorrealista. (Bonfim, *O Globo*, 17/03/1956, grifo meu).

Essa recepção novamente faz menção à dificuldade estética do filme, que teria resultado num desgosto do público mais amplo – daí o caráter que parece distinguir o gosto “difícil” (do intelectual) do “fácil” (do espectador “analfabeto” e “subdesenvolvido”), por exemplo. A crítica de Bonfim reafirma certo sectarismo ideológico e avalia a escola neorrealista por um viés denunciativo, na medida em que o estilo “importado” teria feito com que o filme não fosse inteiramente “nacional”. Ainda assim, para o crítico d’*O Globo*, não seria “lícito” comparar *Rio, 40 graus* às chanchadas carnavalescas ou comédias “da pior categoria”.

Quanto às idéias de um cinema “nacional e autêntico”, José Carlos Monteiro, em documento do Centro Cultural Cândido Mendes/Cinematoteca do MAM, sobre *Rio, 40 graus*, escreve:

Realizado em 1955, *Rio, 40 graus* marca os primeiros passos do novo cinema brasileiro nas fronteiras de uma *linguagem autenticamente nacional*. Embora fortemente influenciado pelas lições neorrealistas, o filme mescla, em sua estrutura, elementos dramáticos e cômicos, melodramáticos e chanchadescos, tipizados por um comportamento carioca dos personagens e por uma maneira de ver as situações e as coisas de forma legitimamente brasileira (Monteiro, S/D, grifo meu).

A “autenticidade legitimamente brasileira” (e carioca) descrita por Monteiro é reafirmada em texto assinado por Maurice Capovilla, em que o cineasta explica que

o novo não derivava da imitação do neorealismo italiano, mas sim do fato de ser *uma fita realista ao nosso modo*, no qual os personagens estão construídos com a determinação do seu meio. Eles falam como estamos acostumados a ouvir um homem falar, se vestem como realmente um carioca se veste e têm seus conflitos determinados pela realidade social circundante. (Capovilla, S/D, grifo meu).

Os dois fragmentos sugerem que, embora inspirado num movimento italiano, Nelson Pereira teria traduzido, numa “linguagem autenticamente brasileira”, o “verdadeiro” carioca, já que seus personagens são “iguais aos que vemos nas ruas”.

Além do caráter estético, ideológico e autêntico reiterado por agentes da crítica e do campo cinematográfico como um todo, vale observar, não raras vezes, que a recepção de *Rio, 40 graus* é composta por julgamentos sobre o que é “bom” e “ruim”, “culto” e “ingênuo”. De forma a constatar como esse modo de pensar perdura no tempo, cito matéria assinada pelo cineasta e crítico Gustavo Dahl, no Caderno B do *Jornal do Brasil*, cinco décadas depois da realização do filme:

A eleição de Juscelino Kubitschek, em 1955, encerra de fato a República Velha que os tenentes e Getúlio começaram a demolir em 1922, 1924 e 1930. A superação da condição de colônia e sua conversão em metrópole assombravam o país desde a vinda de Dom João VI. Em 1955, este desejo recôndito e explícito de abandonar a dependência do mundo exterior e tornar-se produtor independente tomou conta do país. E fez-se *Rio, 40 graus*. *A importância simbólica e emblemática do filme de Nelson Pereira dos Santos remanesce insuportavelmente jovem*. Longe dos estúdios da Cinédia, da Atlântida ou da Vera Cruz, *Rio, 40 graus* confirma a máxima gramsciana formulada por Gianni Amico: “O primeiro conteúdo de um filme é o seu orçamento”. *Nelson Pereira dos Santos consegue libertar o cinema brasileiro de sua ingenuidade popularesca. Rio, 40 graus traz um sentimento de verdade e liberdade do qual se nutre a noção de modernidade*. (Dahl, 14/01/2005, grifo meu).

Na visão de Dahl, percebe-se a edificação de *Rio, 40 graus* e Nelson Pereira dos Santos como um filme e um cineasta de ruptura, que teriam libertado o cinema brasileiro da “ingenuidade popularesca” dos estúdios. Entende-se, portanto, que a proposta de Nelson Pereira parecia estar em conformidade com a de seus pares, intelectuais de esquerda, que prezavam por um cinema “pobre” – de baixos recursos – como denúncia do subdesenvolvimento moderno e livre da condição colonial.

Se críticas contemporâneas à estreia do filme apresentaram opiniões por vezes desfavoráveis, sua legitimidade para a posteridade parece se constituir nos discursos de certa *intelligentsia* que a reitera indefinidamente. Como mais um exemplo futuro, e de modo a pensar certo *modus operandi* do campo cinematográfico brasileiro, cito um texto publicado na *Tribuna da Bahia*, em 1995, sobre a comemoração dos 40 anos do filme, em que o cineasta Guido Araújo descreve seu testemunho:

No ano de 1954, quando em São Paulo fracassava o sonho hollywoodiano dos Estúdios Vera Cruz, no Rio de Janeiro *um punhado de jovens idealistas, liderados por Nelson Pereira dos Santos, se juntou num projeto revolucionário e audacioso – realizar, praticamente sem recursos, um filme em que o próprio povo brasileiro fosse o principal protagonista*. (Araújo, 05/06/1995, grifo meu).

Da mesma matéria, que trata de reconstituir a memória de *Rio, 40 graus*, consta a nota intitulada “Jorge Amado elogio crônica do cotidiano”, com a seguinte informação:

Entre os inúmeros intelectuais que escreveram sobre *Rio, 40 graus* e sua proibição, estava Jorge Amado que publicou um importante artigo sobre o assunto na edição de 27 de setembro de 1955, na ‘Imprensa Popular’, do qual reproduzimos aqui parte do primeiro parágrafo: “Tive ocasião de assistir a uma exibição de *Rio, 40 graus*. *Eis aí um filme limpo, honesto, espécie de crônica cotidiana da cidade do Rio de Janeiro, com momentos de alta beleza e profunda poesia*. O espectador não poderá mais esquecer o negrinho vendedor de amendoins com a sua lagartixa, único bem que ele possui, sua afeição maior, dona de todo o carinho desse pequeno órfão

da cidade. *Os conflitos inúmeros da cidade imensa, as tristezas e alegrias do povo são fixados pela câmara e, por vezes, uma onda de emoção sacode o espectador* (Tribuna da Bahia, 05/06/1995, grifo meu).

Da recepção aqui tratada, pode-se deduzir que cineastas e intelectuais “idealistas” envolvidos naquele momento histórico, ao preconizarem um “projeto revolucionário e audacioso”, parecem ter conferido a si próprios, sob a “liderança” de Nelson Pereira, certa missão de protagonizar o “verdadeiro” povo brasileiro nas telas.¹⁵ Ao decretar que “o espectador não poderá mais esquecer o negrinho vendedor de amendoins”, Jorge Amado e seus amigos cineastas teriam estipulado, posteriormente, uma imagem carioca (e nacional) baseada num tipo social, num cenário e numa estética específica. Assim, contrariamente à imaginação do Rio idílico e alegre descrito nas matérias sobre Watson Macedo, a que parece predominar, devido à sanção crítica, é a capital pobre e complexa, cujo *lôcus* (a favela) está à margem dos cartões-postais. Nesse cenário, estariam nossas “verdadeiras” raízes. Aqui, o imaginário pictórico do século anterior parece findar.

SOBRE A “POSTERIDADE” E OS HORIZONTES DE EXPECTATIVA

Entre a capital jovem, branca e alegre de Watson Macedo e a pobre, negra e conflituosa de Nelson Pereira, que, em certo sentido, predomina não só na crítica mas no próprio cinema brasileiro (levando-se em conta grande parte da produção contemporânea¹⁶), é possível estabelecer, em princípio, dois caminhos reflexivos sobre a imagem que permanece do Rio capital:

1) o primeiro estaria pautado na hipótese da

¹⁵ Para um aprofundamento dessa discussão, ver Galvão e Bernardet (1983).

¹⁶ Dessa produção, vale ressaltar filmes como *Cidade de Deus* (Fernando Meirelles e Kátia Lund, 2002); *Tropa de Elite* (José Padilha, 2007); *Notícias de uma guerra particular* (João Moreira Salles e Kátia Lund, 1998); *Santa Marta – duas semanas no morro e Santo forte* (Eduardo Coutinho, 1987 e 1999), entre outros.

distinção, baseada na valorização, por parte de críticos e intelectuais, de uma linguagem “difícil” e engajada politicamente, a conter um projeto de transformação social. Aqui, teríamos como mais legítima (ou “verdadeira”) a imagem do Rio de Janeiro de Nelson Pereira dos Santos, porque o discurso hegemônico de certo grupo assim teria chancelado;

2) o segundo caminho, que perpetua a mesma imagem de Rio, se encontra no fato de a favela, como território real, ter ultrapassado certa dimensão simbólica, conquistando autonomia de autorrepresentação¹⁷ (desnecessitando, assim, de porta-vozes de certa elite supostamente missionária).

Do segundo caminho, me limitarei a atentar à vasta produção de investigações, das quais ressaltos estudos exemplares como os de Autran (2003), Barbosa (2006), Nagib (2003), Rossini (2003) e Xavier (2006a, 2006b), que se propõem a examinar a favela (e seus “graus de realismo”) como um dos cenários prevaletentes do cinema brasileiro contemporâneo. Dentre tantas outras pesquisas sobre o tema, há referência quase unânime a *Rio, 40 graus*, visto como um filme de ruptura (estética e ideológica), a apresentar “o outro lado do cartão-postal do Rio de Janeiro” (Rossini, 2003, p. 30). Além do conjunto bibliográfico, atento para a importância da inserção dos próprios atores sociais de favelas no debate, já que, devido a mudanças sociopolíticas vivenciadas pelo país nos últimos anos, os mesmos vêm conquistando autonomia para apresentarem “autoimagens”, com base em sua experiência e imaginação social, sempre situadas.

Quanto ao campo da crítica, que trabalha com a legitimação de autores, gêneros e linguagens, proponho a seguinte imaginação: e se, ao invés de chancelar Nelson Pereira e *Rio, 40 graus*, a crítica tivesse feito o oposto, reconhecido como “verdadeira” a imagem carioca da chanchada?

De modo a entender a autoridade do campo, já discutida em trabalhos anteriores,¹⁸ trato

¹⁷ Para uma análise do conceito, ver Gonçalves, Marques e Cardoso, (2012).

¹⁸ Ver: Altmann (2008, 2016).

de dialogar com o historiador Alcides Freire Ramos (2005), que, embora não utilize o conceito de “distinção”, confere fundamentos em seu questionamento sobre a desvalorização da chanchada pelo campo da crítica (e também pelo cinematográfico e intelectual, de uma forma geral) que salvaguarda o realismo de Nelson Pereira dos Santos (e outros “autores” do cinema brasileiro). Em artigo que se propõe a questionar fundações de uma historiografia do cinema (à luz do trabalho de Jean-Claude Bernardet, de 2004), Ramos indica uma “hierarquização” presente nas páginas dos jornais e revistas, que “apontava para uma concepção teleológica de história, de acordo com a qual a virada dos anos 1950 para os 1960 representava a vitória do ‘progresso’” (Ramos, 2005, p. 2). Ao enfatizar que “a chanchada era algo que não merecia ser valorizado segundo a ótica da esmagadora maioria dos contemporâneos que se debruçam sobre a produção cinematográfica do período” (Idem), Ramos destaca o vocabulário utilizado por críticos da época que, no momento de emitir juízos de valor estético, desqualificavam as comédias cariocas por meio de termos como “baixo nível”, “humor chulo”, “grosseira”, “primarismo”, entre outros.

Numa acareação com as críticas aqui examinadas, verifica-se a legitimidade e a canonização de *Rio, 40 graus* e seu diretor justamente nesse sentido. Enquanto o “autodidata” Watson Macedo “nunca leu um livro sobre cinema”, o “intelectual” Nelson Pereira traçou uma “árdua trajetória transfundindo uma posição teórica para a práxis cinematográfica”. Talvez por ter escolhido “o método mais difícil do discurso cinematográfico”, *Rio, 40 graus* foi “recebido com efusão por certo grupo intelectualizado”. Por seu lado, as chanchadas, “outrora desprezadas pela elite cinéfila”, foram consideradas pela mesma crítica como “subprodutos destinados ao consumo do povo subdesenvolvido”.

Enquanto o gênero representado por Macedo “refletia um povo brincalhão, irônico e feliz, que brincava no carnaval, namorava no Pão de Açúcar, tinha esperança no futuro e orgulho de ser bairrista, cantando a Cida-

de Maravilhosa”, o (neo)realismo de Nelson Pereira, com seus “pequenos vendedores de amendoim”, traduziu uma “linguagem autenticamente nacional” e a “autenticidade do Brasil e sua gente”. Assim, com um filme “limpo, honesto, espécie de crônica cotidiana da cidade do Rio de Janeiro”, o cineasta conseguiu “libertar o cinema brasileiro de sua ingenuidade popularesca”, representada por “filmes comerciais”, com “sucesso de bilheteria”.

Tais classificações me levam a problematizar dicotomias da recepção pautadas por preceitos como “cinema erudito” e “cinema popular”, “arte pela arte” e “arte comercial”, a servirem como mecanismos rígidos de distinção. Ao tentar impor conceitos de arte e de artístico, a consciência estética fundada em formas distintas se responsabiliza pela criação de coleções ou categorias. Ela se encarrega, portanto, de enquadrar a arte, prendendo-a a formalismos – uma consequência em desacordo com a concepção ampliada da hermenêutica.

Ao conferir certa “aura” à obra de Nelson Pereira, a crítica brasileira demonstra sintonia com um pensamento crítico pautado não só na canonização de *autores*, mas também na valorização de determinadas estéticas (baseadas em concepções políticas, sociais e conceituais). Ao defender posições estético-ideológicas, a crítica confere reconhecimento a cinemas e autores “eruditos”, contrapondo-se a linguagens julgadas ingênuas, supostamente desprovidas de qualidade artística e intelectual. Nesse entendimento, a rejeição do superficial “conduz naturalmente à rejeição do que é fácil no sentido ético e estético, de tudo o que oferece prazeres imediatamente acessíveis e, por conseguinte, desacreditados como ‘infantis’ ou ‘primitivos’ (por oposição aos prazeres da arte legítima)” (Bourdieu, 2007, p. 449). Desse modo, a lógica que une a qualidade “difícil”, reiterada pelos críticos de *Rio, 40 graus*, à condição “intelectual” de Nelson Pereira certifica um autor que não faz cinema destinado às massas, pertencendo, portanto, a uma elite cultural que parece não fazer parte do “amplo público subdesenvolvido”.

Talvez por ter sido recepcionado mais exclusivamente com base nessa perspectiva, o cinema de Nelson Pereira dos Santos foi enquadrado pela crítica na esfera “cultura”, o que acabou por lhe conferir um sentido de permanência no campo cinematográfico. Nesse processo, constituiu-se um parâmetro para a divisibilidade do gosto que contrapõe o “puro” e “sublimado” ao “impuro” e “primitivo”. Tal distinção, a compreender uma “estilização da vida”, nega certa espontaneidade popular “produtora de efeitos ligeiros, sedutores e fáceis, em função da valorização de uma linguagem bela, prazerosa, que deve ser cultivada como forma de erudição” (Bourdieu, 2007, p. 168).

Tal força discursiva, cuja atribuição de um valor cultural específico passa a sancionar determinado tipo de imagem de uma cidade (ou nação), acaba sendo lida como a oficial e vista como instância a estabelecer “julgamentos para a posteridade” (Bourdieu, 2002). Nesse sentido, considero importante repensar a crítica cinematográfica como domínio de autoridade cultural que, por meio de imposições simbólicas, valida normas, representações e autorias em nome de projetos particulares. Ao certificar e constantemente revalidar uma imagem específica do Rio de Janeiro, em detrimento de tantas outras, o campo se incumbe do papel de atribuir a esta representação um caráter único e longo. Se uma das tarefas da sociologia é conferir análises iconoclastas a fenômenos supostamente determinantes, acredito ser possível ampliar horizontes de expectativa tanto em relação a categorias cinematográficas quanto a validades de sua recepção.

Recebido para publicação em 18 de abril de 2016
Aceito em 17 de outubro de 2017

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, E. A crítica segundo a crítica latino-americana. *Contemporânea*: revista de sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 6, n. 2, p. 431-446, jul./dez. 2016.
- ALTMANN, E. Olhares da recepção, a crítica cinematográfica em dois tempos. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 611-622, set./dez. 2008.
- AUTRAN, A. O popular no documentarismo brasileiro contemporâneo. *Revista Olhar*, São Carlos, ano 4, n. 7, p. 144-153, jul./dez. 2003.
- ARAÚJO, V. de P. *A bela época do cinema brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- AZEVEDO, A. N. de. A capitalidade do Rio de Janeiro: um exercício de reflexão histórica”. In: AZEVEDO, A. N. (Org.). *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p.
- BARBOSA, A. *Periferia, cinema e violência. Sexta Feira*, São Paulo, v. 8, p. 205-211, 2006.
- BERNARDET, J.-C. *Historiografia clássica do cinema brasileiro: metodologia e pedagogia*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BERNARDET, J.-C. *O autor no cinema: a política dos autores: França, Brasil anos 50 e 60*. São Paulo: Brasiliense: Edusp, 1994.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp: Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.
- CARVALHO, A. M. F. M. de. A construção da imagem da Baía de Guanabara. In: MARTINS, C. (Cur.). *A paisagem carioca*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 2000. p. 32-55.
- DIAS, R. de O. O olhar da chanchada sobre a cidade do Rio de Janeiro. *Contemporâneos: revista de Artes e Humanidades*, n. 6, p. 1-17, maio/out. 2010.
- DIAS, R. de O. *O Mundo como Chanchada: cinema e imaginário das classes populares na década de 50*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- FABRIS, M. *Nelson Pereira dos Santos: um olhar neo-realista?* São Paulo: Edusp, 1994.
- GALVÃO, M. R.; BERNARDET, J.-C. *O nacional e o popular na cultura brasileira: cinema*. São Paulo: Brasiliense; Rio de Janeiro: Embrafilme, 1983.
- GOMES, P. E. S. *Cinema: trajetória no subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GONÇALVES, M. A.; MARQUES, R.; CARDOSO, V. Z. (Org.) *Etnobiografia: subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.
- HEFFNER, H. Paisagem carioca no cinema brasileiro. In: Imaginários cariocas: a representação do Rio no cinema. Rio de Janeiro: Caixa Cultural, 2015. p. 11-19.
- MARTINS, C. “Apresentação”. In: MARTINS, C. (Cur.). *A paisagem carioca*. Rio de Janeiro: Museu de Arte Moderna, 2000. p. 16-19.
- KORNIS, M. *Samba em Brasília: uma utopia conservadora dos anos 50*. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: ANPUH, 2003.
- LAPERA, P. V. A. Rio, 40 graus, Rio, Zona Norte: apresentação do campo do cinema brasileiro. *Matrizes*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 177-197, jul./dez. 2015.
- LOBO, J. C. Cultura nordestina, sociedade carioca (Representações de migrantes nordestinos na chanchada, 1952-1961). *Sociedade e Cultura*, v. 9, n. 1, p. 161-172, jan./jun. 2006.
- MELO, L. A. R. Um candango na Belacap. *Contracampo*, [S.l.], [20--]. Disponível em <<http://www.contracampo.com.br/80/dvdcandango.htm>>. Acesso em: 2 mar. 2016.
- MIRANDA, L. F. Atlântida. In: RAMOS, F.; MIRANDA, L. F. (Org.). *Enciclopédia do cinema brasileiro*. São Paulo: SENAC Editora, 2000. p.
- MORETTIN, E. V. Dimensões históricas do documentário brasileiro no período do silencioso” In: MORETTIN, E. V.; NAPOLLITANO, M.; KORNIS, M. A. (Org.) *História e documentário*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p.

- MORETTIN, E. V. Dimensões históricas do documentário brasileiro no período silencioso. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 49, p. 125-152, jan./jun. 2005.
- MOTTA, M. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- NAGIB, L. A língua da bala: realismo e violência em Cidade de Deus. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 67, p. 181-191, nov. 2003.
- PAPA, D. (Org.) *Nelson Pereira dos Santos: uma cinebiografia do Brasil*. Rio de Janeiro: Onze do Sete, 2005.
- PINTO, C. E. P. de *Imaginar a cidade real: o Cinema Novo e a representação da modernidade urbana carioca na década de 1960*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 26., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH, 2011.
- RAMOS, A. F. Historiografia do cinema brasileiro diante das Fronteiras entre o trágico e o cômico: redescobrimos a 'chanchada'. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, [Uberlândia], v. 2, ano 2, n. 4, p. 1-15, out./dez. 2005.
- ROCHA, G. *Revisão Crítica do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- ROSSINI, M. de S. Favelas e favelados: a representação da marginalidade urbana no cinema brasileiro. *Sessões do Imaginário*, Porto Alegre, n. 10, p. 29-43, nov. 2003.
- SALEM, H. *Nelson Pereira dos Santos, o sonho possível do cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SOUSA, J. I. M.; CATANI, A. M. *A chanchada no cinema brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SOUZA, J. I. de M. *Imagens do passado - São Paulo e Rio de Janeiro nos primórdios do cinema*. São Paulo: SENAC Editora, 2004.
- VIEIRA, J. L. A chanchada e o cinema carioca (1930-1955). In: RAMOS, F. (Org.). *História do cinema brasileiro*. São Paulo: Art Editora, 1987. p.
- VIEIRA, J. L. Chanchada. In: RAMOS, F.; MIRANDA, L. F. (Org.). *Enciclopédia do cinema brasileiro*. São Paulo: SENAC Editora, 2000.p.
- XAVIER, I. Corrosão social, pragmatismo e ressentimento: vozes dissonantes no cinema brasileiro de resultados. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 75, p. 139-155, jul. 2006a.
- XAVIER, I. Da violência justiceira à violência ressentida. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, n. 51, p. 55-68, jul./dez. 2006b.
- C. M. M. A morte do "pai" das chanchadas: Macedo. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 abr. 1981.
- CAPOVILLA, M. *Rio, 40 graus*.
- CARVALHO, I. Watson Macedo, o pioneiro do cine-chanchada. *O Estado*, Florianópolis, 10 out. 1982.
- CENTRO CULTURAL CANDIDO MENDES. Cinemateca do MAM. *Rio, 40 graus*.
- CINECLUBE RUY GURRA. *Rio, 40 graus*, Campina Grande, Paraíba..
- CINECLUBE MACUNAÍMA/ABI. *Rio, 40 graus*, 3 dez. 1977.
- CLUBE DE CULTURA TRINDADE. *Rio, 40 graus*. *Rio, Zona Norte*. 4 ago. 1974.
- DAHL, G. Um cinema novo era possível. *Jornal do Brasil*, 14 jan. 2005. Caderno B.
- E.P. "Watson Macedo. O cinema brasileiro perdeu um mestre da comunicação com o público". *A chanchada, do exorcismo à reabilitação*. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 9 abr. 1981.
- Eliana. Um mago do cinema que levava alegria ao povo. *Jornal do Brasil*, 12 abr.1981.
- FEDERAÇÃO DOS CINECLUBES DO RIO DE JANEIRO. *Nelson Pereira dos Santos. Manifesto por um cinema popular*, Rio de Janeiro,1975.
- MARQUES, A. *Rio Fantasia*. Cine-Repórter, 12 jan. 1957.
- MONTEIRO, J. C. Watson Macedo (1918-1981). A morte de um criador de alegrias: ele ensinou o público a gostar de cinema nacional. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1981.
- MONTEIRO, J. C. *Nelson Pereira dos Santos*. Dossiê Filme Cultura, 1970.
- MUSEU DA IMAGEM E DO SOM. Cinearte MIS. *Filmes de Watson Macedo*, mar. 1975.
- NELSON, fome de cinema. *Veja*, São Paulo, 1969.
- O.L.F. *Morre o cineasta Watson Macedo*. A marca de um estilo na chanchada. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 abr. 1981.
- OTTONI, D. V. *Rio, 40 graus*, Diário Carioca.
- SCHENKER, D. Volta a fazer 40 graus no Rio. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 8 maio 1997.
- PEREIRA, G. & R. S. Um debate construtivo. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 1 set. 1960.
- SILVA, Alb. *Raízes de um cineasta*. *Jornal do comércio*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1968.
- SIQUEIRA, C. Centro de Estudos Cinematográficos de Minas Gerais. *Rio, 40 graus*. Belo Horizonte, 6 ago. 1960 [1956].
- SUKMAN, H. Fita rebobina para onde tudo começou. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 maio 1997.
- VIANNA, M. *Rio fantasia*. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 5º. Caderno, 10 mar. 1957.
- VIANY, A. *Rio, 40 graus*.
- WATSON Macedo, um descobridor de talentos. *Jornal do Brasil*, 24 jun. 1972. Caderno B.

DOCUMENTOS PESQUISADOS

- ALMEIDA, C. H. de. O jubileu de um clássico. *Jornal do Brasil*, 14 jan. 2005. Caderno B,
- ARÃO, A. Saudades de Watson Macedo. *O Povo*, Fortaleza, 26 abr. 1981.
- ARAÚJO, G. Rio Quarenta Graus, 40 anos depois. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 5/jun. 1995.
- AVELLAR, J. C. A chanchada. *Jornal do Brasil*, 12 abr. 1981.
- AZEREDO, E. *Rio, 40 graus*. 14 mar. 1956.
- AZEREDO, E. *Ainda Rio, 40 graus*. 15 mar. 1956.
- BARBOSA, M. "Integrados" e "Malandros" em *Rio, 40 graus*. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 maio 1997.
- BILHARINHO, G. Cineastas brasileiros: Nelson Pereira dos Santos. *Correio Carioca*, Rio de Janeiro, 1 fev. 1969.
- BONFIM, O. *Rio, 40 graus faz Bonequinho roncar*. *O Globo*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1956.

**RIO THE CAPITAL AS IMAGINED BY FILM
CRITICISM: the cases of *Rio fantasia* and
*Rio, 40 graus***

Eliska Altmann

This article seeks to investigate how Brazilian film critics imagined Rio de Janeiro, “the capital city”. Through criticism of the movies *Rio fantasia* [Fantasy Rio] (1957), by Watson Macedo, and *Rio, 40 graus* [Rio Forty Degrees], by Nelson Pereira dos Santos, the article intends to understand how certain agents described and legitimized Rio, the federal capital at that time, while judging it – perhaps for posterity.

KEYWORDS: Rio de Janeiro. Capitality. Movie theater. Film criticism.

**RIO CAPITALE IMAGINEE PAR LA CRITIQUE
CINEMATOGRAPHIQUE: les cas de *Rio fantasia*
et *Rio, 40 degrés***

Eliska Altmann

Nous nous proposons de vérifier, dans cet article, comment Rio de Janeiro, “ville-capitale” a été imaginée par les critiques cinématographiques brésiliens. Sur la base des critiques concernant les films *Rio fantasia* (1957), de Watson Macedo et *Rio, 40 degrés* (1955), de Nelson Pereira dos Santos, nous essayons de comprendre comment la capitale fédérale de l’époque a été décrite et légitimée par les agents qui ont émis des jugements, destinés peut-être à la postérité.

MOTS-CLÉS: Rio De Janeiro. Capitalité. Cinéma. Critique de cinéma.

RODRIGUES, Léo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. *A sociologia de Niklas Luhmann*. Petrópolis: Vozes, 2017, 189p.

Éverton Garcia da Costa
Gabriel Bandeira Coelho

PARA ENTENDER A SOCIOLOGIA DE NIKLAS LUHMANN

Reza a lenda que, pouco antes de sua nomeação para o cargo de professor de sociologia na Universidade de Bielefeld, Luhmann foi indagado sobre qual objeto de pesquisa desejaria trabalhar. Sua resposta teria sido: a teoria da sociedade moderna, duração 30 anos, sem custos. Luhmann cumpriu criteriosamente essa promessa. Desde o momento em que ingressou na Faculdade de Sociologia da Universidade de Bielefeld, em 1969, até o momento de sua aposentadoria, em 1993, o sociólogo alemão construiu uma ampla e complexa arquitetura conceitual, por meio da qual investigou as diferentes esferas da sociedade moderna – o direito, a arte, a ciência, a política, a religião, a moral etc. A obra luhmanniana é vasta: composta por mais de 60 livros, mais de 400 artigos, o que representa cerca de 14 mil páginas publicadas. Não é exagero afirmar, com efeito, que Luhmann é um dos pensadores sociais mais proeminentes da segunda metade do século XX e o sociólogo alemão mais importante, desde Weber.

Luhmann é um pensador com ideias muito controversas. Defende, por exemplo, que a sociologia enfrenta uma grave crise teórica, uma vez que tanto a literatura especializada como as reuniões acadêmicas realizadas na área ao redor do mundo têm como referên-

cia fundamental os clássicos da disciplina: Marx, Weber, Simmel e Durkheim. A impressão que fica, defende o autor, é a de que a teia conceitual da sociologia se esgotou com os clássicos.

É importante ressaltar, no entanto, que Luhmann não nega a importância e as contribuições teóricas dos clássicos para a sociologia. Pelo contrário: defende que eles, ainda hoje, disponibilizam algumas teorias de médio alcance, principalmente para o uso na pesquisa empírica. Todavia, a seu ver, não há, nos clássicos, uma descrição teórica coerente com a complexidade característica da sociedade contemporânea. Para Luhmann, tal sociedade só pode ser descrita de forma realmente coerente por meio de um novo modelo teórico, geral, dotado de elementos conceituais capazes de explicar o funcionamento dos diferentes sistemas sociais (política, economia, direito, arte, ciência etc.).

A controvérsia em torno da obra de Luhmann também está relacionada ao fato de que o autor se apropria de conceitos e ideias oriundos de outras áreas do conhecimento – como a biologia, a cibernética, a matemática, a física, dentre outras – na sua tentativa de explicar o social. A própria noção de *autopoiesis*, por exemplo, utilizada pelo autor para caracterizar os sistemas sociais, foi desenvolvida pelo biólogo chileno Humberto Maturana. Por esse motivo, Luhmann tem sido acusado, injustamente, de ser um pensador “positivista”.¹

No entanto, o ponto mais controverso e polêmico na obra de Luhmann, sem dúvida, é o seu conhecido argumento de que a sociedade não é constituída por seres humanos – como tem defendido a tradição teórica das ciências sociais –, mas, antes, por comunicações. Para o

¹ Ao contrário do que prega o positivismo, ou seja, que há, no mundo, uma realidade comum e objetiva, a qual pode ser apreendida (para não dizer traduzida) através do método observacional, a teoria luhmanniana não busca ser o reflexo total da realidade do objeto, tampouco pretende esgotar todas as possibilidades de conhecimento desse objeto. Luhmann sabe que sua teoria – cuja matriz epistemológica é o construtivismo – constitui, antes de tudo, um modelo teórico contingente, que apresenta uma descrição parcial do social, e que não busca competir, em momento algum, com outros empreendimentos teóricos.

autor, os seres humanos não estão no centro da sociedade, mas sim no seu entorno. Com esse deslocamento teórico na concepção do homem, Luhmann rompe não apenas com a tradição sociológica, mas, sobretudo, com a própria tradição antropocêntrica do Iluminismo europeu. Vale lembrar, que, na *Metafísica dos Costumes*, por exemplo, Kant defendeu que o homem não deve ser nunca tomado como *meio*, mas sempre como *fim*. Luhmann vai ao encontro da tese kantiana ao sustentar que os seres humanos são o meio através do qual os sistemas sociais se reproduzem. Por sustentar esse argumento, o sociólogo de Bielefeld tem sido rotulado como um pensador “anti-humanista”.²

Por defender ideias polêmicas como essas, ou seja, que a sociologia estagnou nos clássicos, que a sociedade não é composta por homens, e também por se apropriar de conceitos oriundos de áreas como a biologia e a cibernética para explicar o social, Luhmann é um dos mais controversos autores do campo da teoria sociológica, e uma *persona non grata* em alguns campos ideológicos.

Há, com efeito, uma grande resistência, em alguns nichos ideológicos, em aceitar as ideias de Luhmann – as quais, diga-se de passagem, são dotadas de uma riqueza teórica e epistemológica e de um ineditismo ímpar nas ciências humanas. O Brasil é um claro exemplo disso. Embora alguns dos principais livros de Luhmann tenham sido publicados desde o final da década de 1980 e ao longo dos anos 1990, são raros os que foram traduzidos para o português.

Uma iniciativa adotada pela Editora Vozes tem buscado, justamente, alterar essa realidade. Após ter publicado, em 2016, a tradução de *Sistemas Sociais: esboço para uma teoria geral*, uma das obras mais importantes

de Luhmann,³ a editora lançou, em 2017, *A sociologia de Niklas Luhmann*, livro escrito por Léo Peixoto Rodrigues e Fabrício Monteiro Neves, dois dos principais especialistas brasileiros em teoria luhmanniana.⁴

O livro assinado por Rodrigues e Neves é de grande importância para a disseminação das ideias de Luhmann no clima intelectual brasileiro. Os autores conseguiram sintetizar, em apenas 189 páginas, o denso pensamento de Luhmann, apresentando, de forma simples e didática, sem perder o rigor teórico, os principais conceitos que constituem a teoria do sociólogo alemão. Um ponto importante a ressaltar, nessa obra, diz respeito ao aspecto interdisciplinar da teoria luhmanniana ressaltada pelos autores. Para eles, Luhmann conhece, discute e, em muitos casos, ressemantiza os conceitos das áreas da Biologia, da Física, da Psicologia, da Economia, da Teoria da Comunicação, da Teoria do Conhecimento, da Cibernética e da Filosofia no que concerne à explicação dos fenômenos sociais. Segundo Rodrigues e Neves (p. 17-8), “Luhmann ousou transpor estas barreiras disciplinares e desenvolver um conhecimento científico verdadeiramente transdisciplinar”, refundando, assim, os pressupostos epistemológicos de toda uma Teoria do Conhecimento para as ciências humanas, a partir da noção de sistema autopoietico.

A sociologia de Niklas Luhmann é um

³ Obra que “renova e refunda as bases epistemológicas para uma metateoria da sociedade, como um sistema que se auto-observa” (p. 16).

⁴ *A sociologia de Niklas Luhmann* faz parte da coleção “Sociologia: pontos de referência”. Nessa coleção, a Editora Vozes tem apresentado o pensamento de alguns dos mais proeminentes sociólogos da história. A Vozes, a partir dessa singular coleção, demarca um importante espaço, no que diz respeito às publicações no âmbito da Sociologia brasileira, contribuindo significativamente para as pesquisas na área de teoria e de epistemologia no país. Além da obra de Rodrigues e Neves sobre a sociologia luhmanniana, outros livros de renomados autores internacionais destacam-se na referida coleção, quais sejam: *A sociologia como ciência*, de Raymond Boudon; *A sociologia de Marx*, de Jean-Pierre Durand; *A sociologia de Durkheim*, de Philippe Steiner; *A sociologia de Erving Goffman*, de Jean Nizet e Natalie Rigaux; *A sociologia de Anthony Giddens*, de Jean Nizet; *A sociologia de Max Weber*, de Catherine Colliot-Thélène; *História da sociologia 1 – Antes de 1918*, de Charles-Henry Cuin e François Gresle; *História da sociologia 2 – Depois de 1918*, de Charles-Henry Cuin e François Gresle; e *A teoria de Pierre Bourdieu e seus usos sociológicos*, de Anne Jourdain e Sidonie Naulin.

² Deve ficar claro que Luhmann, em nenhum momento da sua vasta obra, alegou que os seres humanos não são importantes, ou então que devam ser usados como meio para se alcançar um determinado objetivo. Ao tratá-los como entorno da sociedade, o sociólogo alemão apenas buscou traçar uma descrição teórica do social, livre de qualquer tipo de determinação psicológica.

livro voltado para aqueles pesquisadores que almejam ter um primeiro contato com a obra de Luhmann, que buscam conhecer suas principais ideias, conceitos, influências, e os autores com os quais dialoga. Trata-se de uma obra importante, que atende criteriosamente os objetivos aos quais se propõe. Como salientam os autores, a ideia de escrever um livro sobre a teoria sistêmica luhmanniana teve duas motivações principais: primeiro, transformar uma teoria amplamente abstrata e rebuscada em algo acessível para quem deseja compreendê-la. “O outro motivo deveu-se à escassez de material escrito em português sobre o autor, ou traduções de suas principais obras até então” (p. 20).

Por fim, é importante frisar que os autores chamam a atenção para o fato de que não estava entre seus objetivos apresentar a

historização e as transformações do conceito de sistema, aplicado à física, à cibernética e à biologia, tampouco “fazer uma exposição mais demorada da trajetória do pensamento luhmanniano até a adoção do conceito de autopoiesis, desenvolvido pela biologia” (p. 22). Antes disso, seu objetivo principal era introduzir o leitor no vasto universo teórico de Luhmann, apresentando e discutindo seus principais conceitos, tais como sistema, autopoieses, sentido, comunicação, sistema social, evolução, dentre outros, trazendo ainda alguns tópicos epistemológicos nos quais se compararam as ideias de Luhmann à tradição teórica da sociologia.

Recebido para publicação em 19 de junho de 2017
Aceito em 07 de agosto de 2017

Éverton Garcia da Costa – Licenciado em Letras e Mestre em Ciências Sociais (UFPel). Doutorando em Sociologia (UFRGS). Integrante do Grupo de Estudos Sobre Universidade (GEU Sociologia\UFRGS). eve.garcia.costa@gmail.com

Gabriel Bandeira Coelho – Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Integra o Núcleo (grupo) de Pesquisa TEMAS, desenvolvendo pesquisas na área de Sociologia da Ciência, sobretudo em relação à interdisciplinaridade na área de Ciências Ambientais. gabrielbandeiracoelho@yahoo.com.br

BOLÍVAR, Lamounier. *Liberais e antiliberais: a luta ideológica do nosso tempo*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 144 p.

Sidnei Ferreira de Vares

LIBERAIS E ANTILIBERAIS: um debate contemporâneo

Poucos cientistas políticos conseguiram alcançar um espaço tão generoso na grande mídia, sobretudo na mídia televisiva, como Bolívar Lamounier. Se parte desse espaço resulta de seu alinhamento ideológico com as posições políticas assumidas por esses veículos de comunicação, outra parte, sem dúvida, deve-se à sua capacidade de análise e de síntese.

Seu último trabalho, *Liberais e antiliberais: a luta ideológica do nosso tempo*, divide-se em quatro capítulos, precedidos por uma breve apresentação e uma introdução, e sucedidos por uma bibliografia comentada. Logo na “Apresentação”, o autor expõe o objetivo geral do livro: “pôr em relevo os fundamentos do conhecimento político in actu, entendendo por tal não apenas a ciência política acadêmica, mas primeiro e sobretudo os elementos cognitivos das três grandes ideologias do século XX – liberalismo, de um lado, marxismo e fascismo, do outro” (p. 11). Conforme admite mais adiante, essas ideologias ainda dispõem de enorme vitalidade na medida em que os indivíduos delas se servem para se orientar dentro do sistema político. O cerne cognitivo de uma ideologia, enfatiza Lamounier, reside nos programas e modelos de análise que lhe dão sus-

tentação, os quais, longe de serem racionais, estão quase sempre associados a emoções, valores, sentimentos e também ressentimentos. Nesse sentido, para o autor, a antinomia ideológica fundamental do século XX situa-se, de um lado, nos regimes liberal-democráticos e, de outro, nos regimes totalitários.

Na “Introdução”, Lamounier afirma que o Iluminismo criou a noção psicologicamente superficial de um cidadão filosofante, e que a reação às disfunções dos estágios iniciais da democracia representativa continua a se manifestar em duas frentes: uma, em relação ao funcionamento das instituições, sobretudo dos legislativos e partidos políticos; e outra, mais propriamente filosófica, que se refere à ideologia liberal e ao mundo moderno. No primeiro caso, o antídoto sugerido gravita em torno de ações reformistas, sobretudo em relação aos sistemas partidários e eleitorais, movidas pelos anseios do cidadão comum, a saber: a ordem social e um Estado capaz de mantê-la. No segundo caso, a solução sugerida, em parte sob o influxo romântico e utópico da obra de Jean-Jacques Rousseau, aponta para a erradicação total do sistema liberal-democrático e para a construção de uma sociedade nova, verdadeiramente humana. A despeito das tradições marxistas de cunho democrático, as quais mencionaremos na segunda parte desta resenha, Lamounier entende que o fascismo e o marxismo “mantêm um estreito paralelismo com as ideologias antiliberais, ou seja, com o fascismo e o marxismo, entendendo por antiliberar qualquer teoria, ideologia ou doutrina que se contraponha às estruturas institucionais da democracia representativa” (p. 17-18).

A seguir, o autor expõe a chave-interpretativa de sua análise no decorrer do livro: os *ídolos* do filósofo inglês Francis Bacon, expostos em seu *Novum Organum* em 1620. Na visão do Lamounier, embora concebidos como guias para a pesquisa nas ciências naturais, os ídolos baconianos constituem um referencial importante, sobretudo quando aplicados a quatro questões fulcrais nas ciências humanas:

1) individualismo *versus* holismo; 2) ideologia *versus* realidade; 3) ideias impulsionadoras da ação revolucionária; e 4) deficiências na formação de conceitos e teorias. A partir de então, ele procura demonstrar a correspondência dos ídolos de Bacon e as três grandes ideologias políticas de nosso tempo: liberalismo, fascismo e marxismo.

No primeiro capítulo, “Homo politicus (ídolos da tribo)”, em consonância com a primeira recomendação de Bacon, segundo a qual o indivíduo deve antes conhecer a si mesmo, Lamounier alerta para a incapacidade dos líderes políticos, sobretudo os impregnados por filosofias holísticas, quanto à realização de um autoexame. Nessa perspectiva, as lideranças revolucionárias, influenciadas por circunstâncias imediatas e ideologias, revelam-se pouco afeitas ao exercício da introspecção. Ao analisar a trajetória de três líderes revolucionários (Lênin, Stalin e Trotsky), Lamounier, afirma que a teoria social marxista – da qual todos eles foram tributários – serve de justificativa da submissão da massa pelo partido-vanguarda, e, conseqüentemente, pelas lideranças comunistas.

No segundo capítulo, “Ideologia e realidade (ídolos da caverna)”, guiado pela segunda injunção de Bacon, segundo a qual não devemos nos fiar demais nas primeiras impressões, Lamounier retoma a consagrada alegoria da caverna de Platão com o intuito de enfatizar as diferenças existentes entre o senso comum e o conhecimento verdadeiro. A intenção do autor é demonstrar que a linha de pensamento platônica, cujo principal postulado reside na identificação de um reino de aparência, ilusão e opacidade, que só pode ser desfeito por meio do conhecimento científico-filosófico, se prolongou no positivismo e no marxismo, sobremaneira na ênfase concedida por seus representantes à teoria, visto que, para ambas as vertentes, a teoria é o único caminho de acesso à verdade. Esse movimento torna-se claro no modo como a esquerda emprega a noção de ideologia. Isso porque ela a utiliza como um instrumento desvelador das ilusões e

enganos prevaletentes na sociedade burguesa e na consciência dos indivíduos e das classes sociais. Assim, a partir de Marx, a expressão *ideologia* adquire um sentido muito específico: ela passa a ser definida como uma falsa consciência, uma inversão dos fatos ou, o que é pior, como um artifício classista capaz de falsear a realidade. Disso decorre que a única forma de escapar à ideologia (aparência) seria a verdade – ou seja, a apreensão da realidade através da única teoria “correta” do devir histórico, que seria o próprio marxismo. Na visão de Lamounier, o aparecimento do livro *Ideologia e Utopia*, em 1929, possibilitou um relativo arejamento na área das ciências humanas, na medida em que seu autor, o sociólogo alemão Karl Mannheim, afasta-se do referencial teórico marxista. O conceito de “ideologia total” propugnado por Mannheim permitiu uma reavaliação da definição proposta por Marx, colocando o próprio marxismo entre as diversas manifestações ideológicas possíveis. Similarmente ao protofascismo, afirma Lamounier, o marxismo constitui uma ideologia que, desde o início, pretendeu “extrair uma sentença condenatória contra a democracia burguesa, declarando-a de antemão inviável” (p. 125). Com efeito, a partir do reexame da percepção historicista da história, Lamounier detém-se no caso brasileiro, mas, especificamente, na importação dos ideais liberais tomados de empréstimo de outros países e, por isso, inadequados à “realidade brasileira”.

O terceiro capítulo, “Identidade, recriação e purificação (ídolos do teatro)”, tem como ponto de partida a crítica ao filósofo Jean-Jacques Rousseau. Em acordo com a terceira injunção baconiana, segundo a qual os “ídolos do teatro” são pensadores em relação aos quais tendemos a mostrar uma deferência excessiva, Lamounier analisa a influência do pensador franco-genebrino sobre o anarquismo e o marxismo. Essa influência se expressaria através das concepções rousseauianas de um “homem novo” e de uma “sociedade igualitária”, que, incorporadas pela esquerda,

converteram-se em uma visão escatológica e redentora em direção ao paraíso terreno. Destarte, a idealização radical de uma natureza humana boa (o mito da bondade natural) reaparece com ares científicos no marxismo, em especial no postulado de um processo histórico inexoravelmente conducente à “sociedade sem classes”. *Profeta da individualidade*, da vida privada, mas também da vida comunitária que, em última instância, obstrui as liberdades individuais, *Profeta da sinceridade* e da transparência, que vê o artista como um intérprete da sensibilidade e das necessidades sociais, *Profeta do progresso*, que contribuiu, ainda que obliquamente, para a formação de certos movimentos revolucionários quanto aos meios (violentos), mas reacionários no tocante ao conteúdo e à postura antimoderna – o paradoxal Rousseau se situa na origem dos totalitarismos de esquerda e de direita, pois, como todo pensamento político romântico, suas concepções envolvem uma tendência antiliberal.

No quarto e último capítulo, “Conceito de democracia (ídolos do mercado)”, ao resgatar o alerta de Bacon, segundo o qual todos aqueles que se deixam seduzir pelas conversas do mercado se desviam do caminho da verdade, Lamounier aponta os limites da democracia moderna, mas também o prolongado processo de desconcentração ou “descompactação” do poder e das estruturas socioeconômicas que configura os sistemas representativos. Para tanto, o autor entende que aqueles sistemas políticos que se aproximam do limite puramente institucional dispõem de maiores chances de se aprimorar, ao passo que os sistemas políticos que se inclinam na direção contrária tendem a não persistir por muito tempo, na medida em que cedem espaço a algum tipo populismo. Para Lamounier, a ideia de que é possível uma democracia plena ou total, como defende parte da esquerda, revela-se falsa, sobretudo quando se deixa de atentar para o estímulo da economia, o que, em sua ótica, é fundamental para diversificar os interesses sociais. Assim, só as sociedades capazes de pôr

em relevo a institucionalização de um subsistema representativo conseguiriam garantir um grau de participação popular razoável.

Apesar da clareza de suas ideias e da facilidade com que analisa os processos políticos contemporâneos, alguns pontos do novo trabalho de Bolívar Lamounier são bastante problemáticos, a começar pelo título. Este, como o leitor facilmente identifica, baseia-se em certa visão maniqueísta da realidade. De um lado, estão os liberais, os quais, na ótica do autor, se confundem com a própria noção de democracia. De outro, os antiliberais, os quais, por seu turno, estão na contramão dos valores democráticos. Como sugere o subtítulo da obra, essas visões políticas, além de antagônicas, são responsáveis por protagonizar uma luta ideológica. Os critérios por ele empregados para dar sustentação à sua análise gravitam em torno da função do Estado, bem como do papel do indivíduo e da liberdade no interior de uma sociedade. Nesse sentido, a ideologia antiliberal se caracteriza pela ênfase em um Estado centralizador, oferecendo pouco espaço à atuação dos indivíduos. Embora o autor saliente a imperfeição dos Estados liberal-democráticos, eles, sem dúvida, seriam moralmente superiores aos Estados totalitários, na medida em que possibilitam a seus cidadãos, seja por meio da sociedade civil, seja por meio de grupos ou partidos políticos, realizarem ajustes e refinamentos no sistema político e social. A impressão que fica é que, para Lamounier, a existência de uma sociedade liberal está condicionada ao exercício democrático, visto que, em sua taxionomia, liberalismo e democracia aparecem imbricados. Em nenhum momento, entretanto, o autor cogita a possibilidade de uma sociedade liberal, calcada no livre-mercado, ser também antidemocrática, como se o autoritarismo fosse prerrogativa exclusiva dos regimes antiliberais. A confusão, sem dúvida, deve-se ao fato de Lamounier relacionar as no-

ções de liberalismo e democracia, tomando-as como complementares e indissociáveis.

Outro ponto frágil na argumentação de Lamounier refere-se à aproximação entre os regimes nazifascistas e o regime socialista. Mais uma vez, os critérios empregados pelo autor circunscrevem-se ao modelo de Estado e ao grau de liberdade individual a partir de dicotomias que Marx jamais empregou em seus textos. Disso decorre que haveria mais aproximações entre esses regimes do que distinções, visto que todos eles se caracterizariam pela excessiva interferência do Estado na vida política e social, pela presença de um partido único, pela submissão dos valores individuais aos valores coletivos, além, é claro, da truculência depreendida contra dissidentes. Desse modo, ao tomar a experiência socialista no leste europeu, sobretudo durante o período stalinista, como um decalque dos regimes fascistas e nazistas, falta a Lamounier uma reflexão mais apurada sobre a seguinte questão: qual é o ponto de partida de cada um desses regimes? Dito de outro modo, em que medida os objetivos traçados por fascistas, nazistas e socialistas se equiparam? Aqui, certamente é possível identificar algumas distinções entre eles. Isso porque, como se sabe, o ideal socialista, tanto no plano histórico quanto no plano social, é anterior aos ideais nazifascistas, e teve como mote a superação da sociedade de classes capitalista, fato que não aparece no horizonte dos demais regimes supracitados. Ademais, o sentido que movia originalmente os socialistas nunca foi o de estabelecer uma estrutura política autoritária, embora, no decorrer do processo histórico, tenha sido esse o rumo tomado. Carece, pois, um esforço maior por parte do autor em compreender os motivos desse desvio de rota, ao invés, simplesmente, de igualar a experiência socialista às nazifascistas. Desse modo, poderíamos indagar se os preceitos básicos do socialismo coincidem, de fato, com os preceitos levados a cabo por Mussolini e Hitler, ou, no mínimo, questionar em que medida a experiência socialista pode

ser reduzida às lideranças totalitárias que, no decorrer do século XX, falaram em seu nome.

Dessa segunda fragilidade desponta uma terceira: Lamounier não faz qualquer distinção entre as ideias marxianas, as ideias marxistas e o que se convencionou a chamar “socialismo real”. A esse respeito, o autor frequentemente emprega essas expressões como correlatas. Nesse ponto, em especial, a confusão é enorme, pois, por um lado, ao igualar essas expressões, o autor reduz a discussão sobre o fracasso e o autoritarismo presentes em grande parte dos países capitalistas. Em outros termos, Lamounier simplesmente ignora a própria lógica do modo de produção capitalista, em que a desigualdade, mais do que um efeito, é um fundamento. Por outro lado, ao tomá-las como sinônimos, o autor deixa de atentar para o fato de que as ideias marxianas não podem e nem devem ser reduzidas às diversas interpretações marxistas, muito menos aos efeitos deletérios do chamado socialismo real. Isso porque Marx jamais defendeu uma sociedade em que o Estado fosse o centro organizador da vida social, e muito menos que um grupo de burocratas vinculado ao partido se autoatribuísse o poder decisório sobre a vida dos demais.

Na esteira dessa terceira fragilidade, surge uma quarta, também relevante, que diz respeito à própria definição de “socialismo real”. Digo isso, pois, como se sabe, uma parte considerável dos intérpretes marxistas tem questionado a aproximação comumente feita entre o “socialismo real” e o socialismo propugnado por Marx. Essa discussão, aliás, não é recente. Como demonstra Adolfo Sánchez Vázquez,¹ ela tem início logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Isso porque o socialismo real, sobretudo em sua versão soviética e chinesa, nega muitas das propostas marxianas. Desse modo, ao reunir coisas de natureza tão distinta em sua análise, igualando-as, Lamounier presta-se a uma confusão cuja própria literatura marxista se esforçou – e ainda se esforça – em desfazer.

¹ VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *O valor do socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Por último, é possível destacar a visão ingênua do autor sobre os supostos efeitos benevolentes e autocriativos da economia. No capítulo final do livro, Lamounier deposita, nos processos econômicos e institucionais, a solução dos problemas inerentes às democracias contemporâneas, tendo como pressuposto a hipótese de que as economias de mercado são capazes de solucionar magicamente as mazelas sociais. Em nenhum momento, porém, o autor questiona a influência exercida pelos grandes grupos e corporações financeiras na reprodução dessas mazelas, bem como passa despercebido em relação à influência da economia sobre a produção das leis e a configura-

ção das instituições. Um bom exemplo disso são as reformas, trabalhista e previdenciária, levadas a cabo pelo atual governo brasileiro, que, em nome da superação da crise econômica, aposta todas as suas fichas no sacrifício de direitos historicamente conquistados para satisfazer as demandas do mercado. Infelizmente, o livro de Lamounier foi escrito antes desse processo, conquanto, historicamente, não faltam exemplos de como o mercado pode agir em benefício próprio.

Recebido para publicação em 08 de julho de 2017
Aceito em 04 de agosto de 2017

Sidnei Ferreira de Vares – Doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Professor do Centro Universitário Assunção (UNIFAI) e do Centro Universitário Sant’Anna (UNISANT’ANNA). vares@usp.br

MELO, J.; SIMIÃO, D.; BAINES, S. *Ensaio sobre justiça, reconhecimento e criminalidade*. Natal: EDUFERN; ABA publicações, 2016. 671p.

Marcus Cardoso

CRIME, JUSTIÇA E DIREITOS EM PERSPECTIVA

É difícil encontrar obras que reúnam, de maneira satisfatória, diferentes perspectivas e análises, coerentemente articuladas, sobre questões como criminalidade, políticas na área de segurança, sensibilidades jurídicas, demandas por direitos e instituições de administração de conflitos e de aplicação de medidas socioeducativas. Nesse cenário, o livro *Ensaio sobre justiça, reconhecimento e criminalidade*, publicado em 2016, é uma interessante exceção. Reunindo pesquisadores de diferentes tradições disciplinares dedicados à pesquisa dos mais variados fenômenos e instituições sociais relacionados a esses temas, o livro deixa ver a coerência do conjunto de artigos que o compõem, permitindo ao leitor identificar, nas abordagens metodológicas, nas tentativas de oferecer interpretações teóricas provocativas e, sobretudo, nas perspectivas analíticas, o fio condutor que os articula.

Ao longo de suas páginas, antropólogos, sociólogos, pesquisadores do campo do direito e cientistas políticos do Brasil, da Argentina e do México apresentam suas pesquisas e reflexões críticas acerca do sistema carcerário, moralidades entre pessoas encarceradas ou envolvidas em práticas classificadas pelo sistema de justiça brasileiro como criminosas, dispositivos jurídicos e políticas penais, políticas

públicas de policiamento, centros de aplicação de medidas socioeducativas, percepções e valores dos indivíduos que exercem funções em instituições de administração de conflitos e aplicação da lei, demandas e sentidos de direitos e justiça de grupos vulneráveis e dos povos tradicionais, explicitando as contradições estruturais do sistema e distribuição da justiça nesses contextos nacionais.

Pela sua abrangência, os organizadores optaram por dividir o livro em quatro eixos temáticos: Desafios da Equidade; Gênero; Juventude; Povos Tradicionais. Na parte do livro dedicada aos desafios da equidade, encontram-se artigos que, de forma direta ou indireta, problematizam os dispositivos disciplinares e as formas de controle de instituições correcionais, de mediação de conflitos e de provisão de segurança pública policial, privilegiando os sentidos que os atores sociais - agentes do Estado ou membros da população a quem essas instituições se destinam - atribuem a suas práticas e experiências. A seção dedicada à questão de gênero é composta por artigos que discutem prostituição, violência de gênero, mulheres encarceradas, agentes estatais que atuam na prestação de serviço social às mulheres abarcadas pela Lei Maria da Penha e reivindicações de direitos relacionadas a reconhecimento identitário de mulheres negras.

Na seção temática sobre juventude, os artigos discutem a condição de jovens infratores, suas visões de mundo, moralidades e os sentidos que dão a suas experiências. Discutem-se também os dispositivos de controle social destinados a jovens e adolescentes, assim como a percepção e a sensibilidade jurídica de moradores de favelas no que concerne ao significado que atribuem à atuação de projetos de policiamento nas localidades onde residem. Também nessa seção encontra-se uma análise sobre as varas especializadas para adolescentes no México, permitindo ao leitor identificar similaridades e diferenças nas experiências mexicana e brasileira. A última parte do livro é dedicada aos povos tradicionais - remanescentes

tes de quilombos e populações indígenas. Os artigos dessa seção apresentam, como questão de fundo, cada um à sua maneira, as reivindicações de direitos assentadas nas demandas por reconhecimento identitário de povos tradicionais no Brasil e na Argentina, assim como o contexto das disputas judiciais e tensões sociais entre eles e os representantes do agronegócio e do Estado, desencadeadas pelas reivindicações por reconhecimento de direito baseado na ancestralidade e na identidade dos demandantes.

A despeito da formação diversificada dos autores e da ampla variedade de objetos de pesquisa, todos compartilham do interesse pela dimensão vivida dos direitos e da justiça, dedicando especial atenção, em suas análises, aos significados que os atores sociais atribuem às suas experiências cotidianas. Assim, a questão de fundo que sedimenta a articulação entre os artigos que compõem o livro é o interesse subjacente pela relação entre “leis” e “fatos sociais”, associado ao escrutínio dos sentidos de justiça e categorias nativas acionadas pelos atores sociais nos contextos específicos de suas interações. Dessa maneira, os autores são capazes de trazer à luz visões de mundo, moralidades e sensibilidades jurídicas que permeiam as práticas sociais de atores sociais, operadores do direito, agentes de instituições correcionais ou socioeducativas e indivíduos em conflito com a lei.

Essa abordagem constitui um dos grandes méritos do livro. Ao se propor a olhar para essas instituições e fenômenos sociais por essa perspectiva, seus autores contribuem para o alargamento das reflexões das ciências sociais acerca dos respectivos temas. Isso porque, assumindo esse prisma, eles trazem um retrato vívido das contradições e dilemas relacionados à distribuição de justiça no Brasil, na Argentina e no México. Na mesma medida, ao fazê-lo, os autores foram capazes de contornar os riscos de reproduzir, em seus trabalhos, análises que alimentam o hiato entre o universo das normas e a dimensão da experiência concreta

da vida social e que fragilizam determinadas abordagens formalistas e normativas.

Nesse sentido, é interessante notar que, mesmo não fazendo referência explícita à discussão, os autores mostram-se sintonizados com preocupações de proeminentes pesquisadores dos estudos latino-americanos no que concerne às limitações das abordagens formalistas e sua incapacidade de explicar satisfatoriamente as disjunções e especificidades características dos países da região, que passaram pela terceira onda democratizante. Também é interessante notar como a solução proposta por esses críticos e a abordagem assumida nos artigos que compõem o livro se assemelham. Enquanto os autores defendem a necessidade de aprofundar a análise nas práticas e sistemas de valores tanto dos indivíduos que atuam nas instituições de controle social quanto daqueles a quem essas instituições se destinam, os críticos do modelo de análise formalista para avaliação dos países na América Latina argumentam sobre a necessidade de se construir e aplicar um modelo analítico capaz de congregiar as dimensões jurídicas, culturais, sociais e econômicas para melhor apreender a dimensão vivida das democracias, da cidadania e dos direitos em cada contexto.

Outro mérito do livro, sem dúvida relacionado ao que já foi citado, é que a maioria absoluta das interpretações críticas que o compõem sustenta-se em pesquisas empíricas de caráter etnográfico e (ou) qualitativo. Dentro dessa proposta, há duas vantagens: a primeira, mais óbvia, é que, dessa forma, o livro contribui para a produção e o acúmulo de dados e de material de pesquisa sobre fenômenos, instituições e grupos sociais que são de difícil acesso e que resistem ao escrutínio externo. A outra vantagem refere-se ao vigor analítico proporcionado pelo o rico e diversificado material de pesquisa apresentado ao longo do livro. Isso porque, como entendo, o diálogo que os autores estabelecem entre seus dados de pesquisa e o arcabouço teórico das ciências sociais e do direito dá força a suas propostas interpretati-

vas e sustenta suas críticas que, muitas vezes, provocam e desestabilizam algumas análises consagradas sobre os assuntos abordados.

Ao ler o conjunto dos artigos, é possível entrever de que maneira a linguagem dos direitos se consolidou no Brasil ao longo das últimas décadas entre grupos socioeconomicamente vulneráveis, minorias representativas, povos tradicionais e atores sociais que se encontram em conflito com a lei, assim como o papel desempenhado pela gramática do reconhecimento nesse processo. Reflexão que pode ser estendida aos casos de pesquisa nos contextos mexicano e argentino.

No que se refere especificamente ao Brasil, muito já foi escrito acerca da legitimidade adquirida pela gramática dos direitos e da cidadania, apontando que, desde a década de 1970, grupos de representação minoritária passaram a acioná-la para reivindicar direitos e denunciar desigualdades. Nesse cenário, a contribuição do livro está justamente no fato de explorar esse processo de maneira contextualizada, a partir das perspectivas dos atores e grupo sociais. A premissa de fundo que sustenta essa abordagem é de inspiração antropológica e baseia-se no entendimento de que, mesmo dentro de um Estado-Nação, as leis e códigos estão sujeitos a múltiplas significações. Em outras palavras, a forma como os direitos são pensados e vividos pode variar de acordo com o grupo social de referência. Assim, para produzir uma compreensão adequada sobre as demandas e os conflitos que emergem no espaço e na esfera pública, é necessário atentar para as categorias e os sentidos acionados pelos atores sociais em cada contexto. Desafio assumido pelos que contribuíram no livro. Dessa perspectiva, é possível ter a dimensão da capilaridade adquirida pela gramática do reconhecimento nos conflitos e reivindicações que emergem na cena pública contemporânea, o que se torna claro com a leitura dos sucessivos artigos.

Nas situações mais diversas, onde se apresentam valores e visões de mundo parti-

culares e diferentes entre si – como no caso de mulheres encarceradas, membros de facções criminosas, populações-alvo de políticas públicas de policiamento, movimentos de mulheres negras, povos indígenas e populações quilombolas –, é possível identificar, em suas demandas e nas reclamações e justificativas para suas trajetórias e escolhas, um pano de fundo comum, que articula sensibilidades jurídicas, reivindicações por direitos e (ou) formas de tratamento ao reconhecimento identitário e à dimensão de dignidade que ele comporta.

O livro também oferece um conjunto de material interessante sobre o universo simbólico, as visões de mundo e sensibilidades jurídicas dos agentes das instituições de controle social, valorizando o ponto de vista desses indivíduos nas interpretações críticas acerca das instituições onde atuam, assim como sobre seus saberes e práticas. Dessa maneira, o leitor tem acesso a análises que exploram as formas jurídicas de administração de conflitos e suas articulações com valores, categorias e outras práticas de produção de justiça assumidas por operadores do direito vinculados às mais diversas instituições: Varas de Justiça e instituições de aplicação de medidas socioeducativas especializadas no atendimento de jovens infratores, setores do Ministério Público Federal que atuam junto aos povos indígenas, agentes penitenciários, Juizados Especiais Criminais e operadores do direito que atendem aos envolvidos em conflitos abarcados pela Lei Maria da Penha.

Para finalizar, parece adequado sugerir que o livro *Ensaio sobre justiça, reconhecimento e criminalidade* constitui uma contribuição para o campo dos estudos acerca das instituições de administração institucional de conflitos e dos atores sociais a quem elas se destinam. Mas não somente. Trata-se também de uma obra que reflete o avanço e a consolidação do campo da antropologia do direito e da sociologia jurídica no Brasil as quais, cada uma com sua forma, por meio do estudo do sistema de justiça nas suas mais variadas facetas, têm revelado aspectos estruturais da socieda-

de brasileira. Ao mesmo tempo, o livro destoa como um exemplo da fecundidade propiciada pelo diálogo entre diferentes saberes disciplinares - particularmente os de criminologia, antropologia, sociologia, direito e ciência política. Vislumbra-se, a partir dele, que nas articulações, trocas e tensões entre as referidas áreas do conhecimento acadêmico, é possível

elaborar uma compreensão mais profunda e refinada acerca de assuntos emergenciais não apenas da vida social brasileira, como também de outros países que compartilham desafios e realidades semelhantes.

Recebido para publicação em 16 de agosto de 2017
Aceito em 18 de outubro de 2017

DISSERTAÇÕES E TESES

- ✓ **NASCIMENTO, Tássia Cristina Palma Sampaio.** *Motociclistas de Ônibus: precarização social do trabalho e as implicações para a saúde.*

Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, defendida em 03 de abril de 2017, sob a orientação da Profa. Dra. Denise Vieira da Silva.

A pesquisa analisa o fenômeno da precarização social do trabalho do motorista de ônibus rodoviário urbano e as implicações para a saúde desses trabalhadores, na cidade de Salvador. Inicia com o debate sobre a precarização social do trabalho, o conceito de mobilidade urbana, a gestão do transporte público, convergindo para a configuração da organização do trabalho do motorista de ônibus. Os resultados indicam a existência de uma superposição de fatores que pressionam o cotidiano do trabalho implicando danos à saúde e risco à vida. Esses fatores vão desde a vibração e a temperatura do equipamento, a relação com o usuário, até assaltos, incêndios e agressões diversas. O estudo constata a relação entre o trabalho organizado de forma precária e o adoecimento do trabalhador, que vai desde o âmbito físico com doenças do sistema musculoesquelético até os transtornos mentais, colocando a categoria entre as que mais adoecem e morrem em decorrência do trabalho.

Palavras-chave: Precarização. Trabalho. Saúde. Motorista de ônibus.

- ✓ **OLIVEIRA, Élide Franco de.** *Ação sindical e gênero: um estudo sobre a participação das mulheres na Central Única dos Trabalhadores-CUT.*

Dissertação (Mestrado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, defendida em 20 de outubro de 2017, sob a orientação do Prof. Dr. Jair Batista.

No presente trabalho, discutimos a participação das mulheres no movimento sindical, em especial na CUT, que historicamente é um espaço com maior presença masculina. Para isso, esta pesquisa analisa a participação das mulheres nas direções da Central Única dos Trabalhadores – CUT, buscando compreender quais ações a entidade tem realizado, quando criou a secretaria da mulher trabalhadora, em 2004, para aumentar a participação dessas nas suas direções. Além disso, a pesquisa busca identificar qual o local ocupado por essas mulheres nos cargos da entidade, ou seja, se estas estão inseridas em cargos com poder de deliberação. Procuramos compreender as mudanças ocorridas nos últimos tempos neste espaço quanto às demandas femininas, qual o espaço que elas ocupam nas pautas da entidade. Paralelamente, através dos dados da PNAD, como a composição da população economicamente ativa, taxa de atividade, nível de escolaridade, posição na ocupação, dentre outros, analisamos a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, para identificar as mudanças e as persistências delas neste segmento. Por fim, apresentamos a análise das resoluções de congressos e plenárias da CUT, além de nossa pesquisa de campo, que contou com a observação no coletivo de mulheres da CUT-Ba, entre julho de 2016 e julho de 2017, e a análise das entrevistas realizadas com as integrantes desse coletivo. Discutimos sobre as dificuldades ainda presentes na inserção das mulheres nas direções da entidade, como a falta de recursos para reali-

zação de atividades com relação às suas demandas, a não liberação dos sindicatos para essas atividades e a ausência das mulheres nos altos cargos da central.

Palavras-chave: Sindicalismo. Gênero. CUT. Paridade. Desigualdade.

EVENTOS

- ✓ **SEMINÁRIO**

29 de agosto de 2017 - A revolução russa e as mulheres

Foi realizado o seminário “A revolução russa e as mulheres” no Auditório Guaraci Adeodato de Souza, CRH/UFBA, organizado pelos seguintes órgãos/grupos: Grupo de pesquisa Trabalho, Precarização e Resistências do CRH/UFBA, NEIM/UFBA, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA e Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas da UFRB. Fizeram parte da mesa do seminário: Prof.^a Graziela S Urso, Prof.^a Maira Kubik, Prof. Bruno Durães, Elena Sahnó e Prof.^a Petilda Vazquez. Esse seminário fez parte de um evento amplo realizado na UFRB denominado “100 anos da revolução russa: tudo que é sólido se desmancha no ar?”, que teve apoio do Andes, Apur, Assufba, MNU, UFRB, UFBA, ABECS, marxismo21, dentre outras entidades e instituições, ver sites: <https://100anosdarevolucao.russablog.wordpress.com/> e www2.ufrb.edu.br/gepm/. Após o seminário, no mesmo dia, ocorreu o lançamento do livro organizado pela professora Graziela Schneider Urso “A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas, panfletos, ensaios”, publicado em 2017 pela editora Boitempo.

- ✓ **SEMINÁRIO**

01 de dezembro de 2017 - Seminário Conjunto de Pesquisa

Este Seminário ocorreu no Auditório Guaraci Adeodato de Souza, do CRH. Reuniu quatro grupos de pesquisa que têm como temática central dos seus estudos a questão do Trabalho: o Grupo Trabalho, Precarização e Resistências, a Linha de Pesquisa Trabalho, Classes e Desigualdades, do CRH; o Programa de Pós-Graduação Saúde, Ambiente e Trabalho (Medicina UFBA), o Núcleo de Estudos Conjunturais (Economia/UFBA) e o Grupo de Pesquisas em Políticas, Gestão, Trabalho e Recursos Humanos em Enfermagem e Saúde Coletiva (GERIR) - Escola de Enfermagem/UFBA. Participaram do Seminário, professores, alunos de pós-graduação e de graduação (iniciação científica), reunindo por volta de 70 pessoas, que discutiram a seguinte pauta: 1. Apresentação dos grupos de pesquisa por seus respectivos coordenadores: um rápido histórico do grupo e um resumo dos projetos de mestrado e doutorado em curso; 2. Apresentação dos projetos de pesquisa em andamento dos pesquisadores presentes; 3. Discussão sobre as temáticas dos projetos; 4. Discussão sobre uma agenda de trabalho conjunto com o objetivo de estabelecer uma cooperação mais regular dos grupos. Esta atividade possibilitou tomar conhecimento das pesquisas em curso, descobrir a transversalidade dos temas pesquisados e do possível diálogo interdisciplinar entre os grupos e definiu uma agenda de continuidade, com a realização de encontros semestrais, a construção de uma Home Page para divulgar as pesquisas e atividades dos grupos e apontou para a perspectiva de se discutir a constituição de

uma pós-graduação interdisciplinar de estudos do trabalho.

✓ **DEBATE**

30 de outubro de 2017 - A escravidão ontem e hoje no Brasil

O Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH, juntamente com o Programa da pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas e o Núcleo de Estudos Conjunturais, Faculdade de Economia, com o apoio da Reitoria/UFBA, promoveram o debate A escravidão ontem e hoje no Brasil, com os professores João José Reis (História/UFBA), um dos mais importantes historiadores da escravidão no Brasil e Vitor Filgueiras (Economia/UFBA), estudioso do trabalho análogo ao escravo hoje. A mesa foi coordenada pela Prof^a Graça Druck (CRH/UFBA).

O debate ocorreu como reação à Portaria 1129 do Ministério do Trabalho do Governo Temer, que determina o fim do combate ao trabalho análogo ao escravo, anulando os conceitos de jornada exaustiva e condições degradantes, que deixariam de ser crime previsto no artigo 149 do Código Penal.

O Reitor João Carlos Salles fez a abertura do debate e reiterou o papel da universidade como “um espaço de ampliação de direitos e reflexões. Um lugar fundamental para nossa luta pela emancipação, pela liberdade”.

O prof. João Reis expôs a escravidão no Brasil em suas principais características e fez considerações sobre o atual momento, afirmando que “estamos numa situação que o governo quer abolir a lei áurea. A portaria teve resistência inclusive dentro do aparato do Estado. Ela é resultado da fragilidade jurídica num mundo que, estima-se, possui de 30 a 56 milhões de pessoas escravizadas”.

O prof. Vitor Filgueiras, que já foi auditor fiscal do trabalho durante 10 anos, e participou de operações de resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão, expôs fotos e vídeos que registram as condições degradantes e afirmou que a portaria N^o 1129/2017 se for aplicada, já que foi suspensa pela Ministra Rosa Weber do STF, “praticamente vai acabar com o combate ao trabalho análogo ao escravo no Brasil”.

✓ **DEBATE**

17 de outubro de 2017 - A reforma trabalhista no Brasil: a precarização como regra?

No Congresso da UFBA, o grupo de pesquisa Trabalho, Precarização e Resistências, sediado no CRH, organizou o debate A reforma trabalhista no Brasil: a precarização como regra?, com a participação do prof. José Dari Krein (Unicamp), do Juiz do Trabalho e Desembargador do TRT10, Grijalbo Fernandes Coutinho, de Flávia Santana Rodrigues, técnica do DIEESE e do Observatório do Trabalho-Bahia e da prof^a Graça Druck (CRH/UFBA). Neste debate os expositores discutiram as principais mudanças que a Reforma Trabalhista traz, mostrando as suas implicações para o conjunto dos trabalhadores no Brasil. O centro das exposições foi a crítica a uma Reforma que retira direitos, põe fim à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em seus conteúdos protetivos, coloca em questão a existência da Justiça do Trabalho e desrespeita a Constituição Federal de 1988, deixando os trabalhadores expostos à “livre

concorrência do mercado” e tornando a precarização como regra.

A mesa ocorreu no Salão Nobre da Reitoria que contou com ampla participação, lotando o auditório.

✓ **CURSO**

07 de novembro a 05 de dezembro de 2017 - Introdução à Sociologia das emoções

O Curso buscou oferecer aos estudantes e profissionais das áreas de ciências sociais e humanas três teorias sociológicas de emoções que são centrais para a constituição e desenvolvimento da sociologia de emoções: 1. A teoria sócio-psico-fisiológica relacional de Theodore Kemper; 2. A teoria interacionista simbólica de Arlie Hochschild, 3. A teoria da construção social de Steven Gordon.

O Curso foi desenvolvido em um encontro semanal, totalizando 20 horas com 42 participantes (concluintes)

✓ **PALESTRA**

23 de agosto de 2017 - Por uma Sociologia das Emoções

O Grupo de Pesquisa Cultura, Sociabilidades e Sensibilidades Urbanas do Centro de Recursos Humanos da UFBA, realizou a Palestra *Por uma Sociologia das Emoções*, no Auditório Guaraci Adeodato de Souza, do CRH.

A palestra apresentou as principais teorias sociológicas para emoções e os estudos e pesquisas desenvolvidos na área, enfatizando a relevância da categoria de emoções para uma análise mais profunda e matizada dos fenômenos sociais.

413	TEN YEARS WITH (OUT) ANDRÉ GORZ - INTRODUCTION Josué Pereira da Silva
417	IMMATERIAL CAPITALISM AND PRODUCTION OF THE SELF ACCORDING TO ANDRÉ GORZ Willy Gianinazzi
427	THE MARXISM OF ANDRÉ GORZ Michael Löwy
435	THE WORK IN ANDRÉ GORZ: three reflections, one problematic Henrique Amorim
453	THE “INVENTION OF WORK”: historicity of a concept in the works of André Gorz, Dominique Méda, Françoise Gollain and Serge Latouche Nuno Miguel Cardoso Machado
479	ECONOMIC RATIONALITY, WORK AND ECOLOGY IN ANDRÉ GORZ André Langer
497	ANDRÉ GORZ, TOWARDS THE UNCONDITIONALITY OF INCOME Françoise Gollain
507	NOTE ON THE CONCEPT OF “REVOLUTIONARY REFORMS” OF ANDRÉ GORZ Josué Pereira da Silva
523	SOCIAL POLICIES AND POPULAR ORGANIZATIONS IN ARGENTINA (2003-2011): social mediation and political mobilization in the suburbs of Buenos Aires Arnaud Trenta
539	RESOCIALIZATION AS END OF SENTENCE – A frustration with the Colombian penitentiary and prison system Norberto Hernández Jiménez
561	AROUND THE <i>LUSO-TROPICAL CIVILIZATION</i> : Gilberto Freyre’s contribution to the sociology of immigration in Brasil Márcio de Oliveira
579	RIO THE CAPITAL AS IMAGINED BY FILM CRITICISM: the cases of <i>Rio fantasia</i> and <i>Rio, 40 graus</i> Eliska Altmann
	REVIEW
597	A SOCIOLOGIA DE NIKLAS LUHMANN of Léo Peixoto Rodrigues e Fabrício Monteiro Neves Éverton Garcia da Costa, Gabriel Bandeira Coelho
601	LIBERAIS E ANTILIBERAIS: a luta ideológica do nosso tempo of Lamounier Bolívar Sidnei Ferreira de Vares
607	ENSAIOS SOBRE JUSTIÇA, RECONHECIMENTO E CRIMINALIDADE of J. Melo, D. Simião e S. Baines Marcus Cardoso
613	TABLE OF CONTENTS
614	TABLE DES MATIÈRES

413	DIX ANS SANS (AVEC) ANDRÉ GORZ -INTRODUCTION <i>Josué Pereira da Silva</i>
417	CAPITALISME IMMATERIAL ET PRODUCTION DE SOI SELON ANDRÉ GORZ <i>Willy Gianinazzi</i>
427	LE MARXISME D'ANDRÉ GORZ <i>Michael Löwy</i>
435	LE TRAVAIL CHEZ GORZ: trois réflexions, une problématique <i>Henrique Amorim</i>
453	“L'INVENTION DU TRAVAIL”: historicité d'un concept dans les œuvres 'André Gorz, de Dominique Méda, de Françoise Gollain, de Serge Latouche <i>Nuno Miguel Cardoso Machado</i>
479	RATIONALITÉ ÉCONOMIQUE, TRAVAIL ET ÉCOLOGIE CHEZ ANDRÉ GORZ <i>André Langer</i>
497	ANDRÉ GORZ, VERS LA INCONTIONNALITÉ DU REVENUE <i>Françoise Gollain</i>
507	NOTE SUR LE CONCEPT DE “RÉFORMES REVOLUTIONAIRES” D'ANDRÉ GORZ <i>Josué Pereira da Silva</i>
523	POLITIQUES SOCIALES ET ORGANISATIONS POPULAIRES EN ARGENTINE (2003-2011): médiation sociale et mobilisation politique dans les quartiers périphériques de Buenos Aires <i>Arnaud Trenta</i>
539	LA RESOCIALISATION COMME FIN DE PEINE – Une frustration dans le système pénitentiaire et à l'univers carcéral en Colombie <i>Norberto Hernández Jiménez</i>
561	EN CE QUI CONCERNE LA <i>CIVILISATION LUSO-TROPICALE</i> : la contribution de Gilberto Freyre à la sociologie de l'immigration au Brésil <i>Márcio de Oliveira</i>
579	RIO CAPITALE IMAGINEE PAR LA CRITIQUE CINEMATOGRAPHIQUE: les cas de <i>Rio fantasia</i> et <i>Rio, 40 degrés</i> <i>Eliska Altmann</i>
	REVIEW
597	A SOCIOLOGIA DE NIKLAS LUHMANN. Léo Peixoto Rodrigues e Fabrício Monteiro Neves <i>Éverton Garcia da Costa, Gabriel Bandeira Coelho</i>
601	LIBERAIS E ANTILIBERAIS: a luta ideológica do nosso tempo de Lamounier Bolívar <i>Sidnei Ferreira de Vares</i>
607	ENSAIOS SOBRE JUSTIÇA, RECONHECIMENTO E CRIMINALIDADE de J. Melo, D. Simião e S. Baines <i>Marcus Cardoso</i>
611	TABLE OF CONTENTS
612	TABLE DES MATIÈRES

O Caderno CRH agradece o apoio dos seguintes consultores que emitiram pareceres dos artigos para publicação na revista no ano 2017*

André Borges	Universidade de Brasília
André Pires	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Antonio Carlos Dias Junior	Universidade Estadual de Campinas
Antonio Mauricio Brito	Universidade Federal da Bahia
Barbara Castro	Universidade Estadual de Campinas
Christian Azais	Conservatoire National des Arts et Métiers
Ciro Bezerra	Universidade Federal de Alagoas
Claudia Mazzei Nogueira	Universidade Federal de São Paulo
Cornelia Eckert	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Cristiane Batista	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Cristina Castro	Universidade Federal de Minas Gerais
Davisson de Souza	Universidade Federal de São Paulo
Debora Breder Barreto	Universidade Católica de Petrópolis
Denilson Bandeira Coêlho	Universidade de Brasília
Denise Paiva	Universidade Federal de Goiás
Dimitri Fazito de Almeida Rezende	Universidade Federal de Minas Gerais
Diogo Valença de Azevedo Costa	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Edson Farias	Universidade de Brasília
Eduardo Cerqueira Batitucci	Fundação João Pinheiro
Edvânia Ângela de Souza Lourenço	Universidade Estadual Paulista
Fabio Mascaro Querido	Universidade Estadual de Campinas
Fernando Antonio Lourenço	Universidade Estadual de Campinas
Flávia Maria de Carvalho	Universidade Federal de Alagoas
Flavio Rezende	Universidade Federal de Pernambuco
Francisco Pereira de Farias U	Universidade Federal do Piauí
Gabriel de Santis Feltran	Universidade Federal de São Carlos
Glória Cecília dos Santos Figueiredo	Universidade Federal da Bahia
Iram Jácome Rodrigues	Universidade de São Paulo
Isolda Belo da Fonte	Fundação Joaquim Nabuco
Jair de Souza Ramos	Universidade Federal Fluminense
Jairo Nicolau	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Joaze Bernardino Costa	Universidade de Brasília
José Benevides Queiroz	Universidade Federal do Maranhão
José Mauricio Domingues	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Josiane Carine Wedig	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Jussara Reis Prá	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Leandro Molhano Ribeiro	Fundação Getúlio Vargas
Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro	Universidade Federal de Minas Gerais
Luiz Gustavo da Cunha de Souza	Universidade Federal de Santa Catarina
Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia	Universidade Federal de Sergipe
Marcelo Saturnino da Silva	Universidade Estadual da Paraíba
Marcia Cunha	Universidade Estadual de Campinas
Marcia Miranda Soares	Universidade Federal de Minas Gerais

* Os artigos que compõem os Dossiês são avaliados como um conjunto.

Maria Aparecida de Moraes Silva	Universidade Federal de São Carlos
Maria Carla Corrochano	Universidade Federal de São Carlos
Maria Carmelita Yazbek	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Maria Celeste Mira	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Maria da Glória Gohn	Universidade Estadual de Campinas
Maria Madalena Gracioli	Fundação Educacional de Ituverava
Mariana Batista da Silva	Universidade Federal de Pernambuco
Mariano Perelman	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas / Universidad de Buenos Aires
Mario Henrique Guedes Ladosky	Universidade Federal de Campina Grande
Martha Susana Diaz	Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco
Melissa de Mattos Pimenta	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Michel Nicolau Netto	Universidade Estadual de Campinas
Miqueli Michetti	Universidade Federal da Paraíba
Monique Nujiten	Universidade de Wageningen
Myrian Sepúlveda dos Santos	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Natália Guimarães Duarte Sátyro	Universidade Federal de Minas Gerais
Nelson Baltrusis	Universidade Católica do Salvador
Pablo Ezequiel Balán	Harvard University
Patricia Rodrigues Chaves da Cunha	Universidade Federal de Pelotas
Patrícia Vieira Trópia	Universidade Federal de Uberlândia
Paulo Cesar Alves	Universidade Federal da Bahia
Rachel Barros	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Raquel Maria Rigotto	Universidade Federal do Ceará
Renato Perissinotto	Universidade Federal do Paraná
Rosa Alencar Santana de Almeida	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Rosana Soares Campos	Universidade Federal de Santa Maria
Rosângela Marione Schulz	Universidade Federal de Pelotas
Sávio Machado Cavalcante	Universidade Estadual de Campinas
Sergio Tavolaro	Universidade de Brasília
Sílvio César Camargo	Universidade Estadual de Campinas
Tacilla da Costa e Sá Siqueira Santos	Universidade Federal da Bahia
Urpi Montoya Uriarte	Universidade Federal da Bahia
Victor Coutinho Lage	Universidade Federal da Bahia
Yan de Souza Carreirão	Universidade Federal de Santa Catarina

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

ESCOPO E POLÍTICA

O CADERNO CRH – revista quadrimestral de Ciências Sociais, aceita a colaboração livre de textos inéditos, de reconhecido interesse acadêmico e atualidade das ciências sociais, na forma de artigos, ensaios bibliográficos e resenhas. Cada número contém um dossiê temático sobre tema específico organizado a partir de autores convidados, de reconhecida experiência acadêmica, e que represente contribuição original ao debate, os quais são igualmente submetidos ao processo de revisão pelos pares.

Em ambos os casos é imprescindível que os trabalhos sejam enviados para os editores em sua forma final, apresentem consistência teórica, coerência quanto às fundamentações e alguma originalidade. Informações técnicas devem ser evitadas no corpo do texto e se limitarem ao fundamental. Os artigos não devem ser submetidos simultaneamente pelo autor a mais de um periódico nacional.

A publicação dos textos está condicionada a pareceres do Conselho de Redação e Editorial, garantindo o anonimato de autores e avaliadores. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo, por parte da Editoria, serão previamente acordadas com os autores. Não serão admitidos acréscimos ou modificações depois que os trabalhos forem entregues para composição final.

NATUREZA DOS ARTIGOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A revista aceita os seguintes tipos de contribuições:

DOSSIÊ TEMÁTICO - o editor convidado (organizador do dossiê) solicita aos autores que encaminhem artigos originais relativos à temática previamente decidida, conforme o planejamento da revista, deliberando sobre a sua publicação com base em pareceres. A Editora faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da revista.

ARTIGOS DE DEMANDA LIVRE - Os textos passam inicialmente por uma conferência preliminar relativa às normas exigidas para publicação (o não cumprimento das orientações implicará na interrupção desse processo), sendo remetidos ao Conselho de Redação, que analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial, deliberando sobre encaminhamentos. Posteriormente seguem para avaliação de pareceristas, garantindo anonimato de autores e consultores.

Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela Editora, mas essas serão previamente acordadas com os autores. A revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores após iniciado o processo de composição final.

RESENHAS - podem ser originar tanto de demanda livre como por convite, garantindo o fluxo da programação. O Conselho Editorial e o editor de resenhas decidem quanto à publicação, levando em conta temática, atualidade, qualidade e boa redação.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou do Conselho de Redação às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final será indicado em que número será publicado. Os autores receberão dois exemplares do número após publicado.

Situações que possam estabelecer **conflito de interesse** de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar benefício direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de co-autorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesse relativos ao texto em análise.

O CADERNO CRH reserva-se todos os direitos autorais dos artigos publicados, permitindo, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

NORMAS EDITORIAIS

- Os textos deverão ter em torno de 30 páginas em espaço duplo, incluindo notas e referências bibliográficas. Devem ser enviados completos e revisados pelo autor através do site www.cadernocrh.ufba.br ou pelo email revcrh@ufba.br, em Word (fonte Times New Roman, corpo 12). No caso das resenhas os textos devem ter, no máximo, 06 páginas. O dossiê deverá ficar em torno de 180 páginas.
- A **página inicial** (em separado) deve indicar: *título* do artigo (até 70 caracteres); *nome do (s) autor(es)*; *resumo*, *abstract* e *resumé* do artigo (até 150 palavras) e cinco *palavras-chave*. O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões do texto. Todos os autores devem ser identificados com endereço institucional e residencial completo, telefones, *email* e sinopse curricular (dados sobre formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras).
- Os textos devem ter no máximo três níveis de **intertítulos**, assim hierarquizados: 1º **INTERTÍTULO - MAIÚSCULAS** em negrito; 2º **Intertítulo** - apenas as **Iniciais Maiúsculas** e em negrito; 3º *Intertítulo* – apenas *Iniciais em Maiúscula* e tipo itálico.

- As **notas** são substantivas e não bibliográficas e dizem respeito a informações e/ou comentários complementares. Não devem ultrapassar cinco linhas.
- As **citações textuais** devem aparecer “entre aspas” e não se utilizará nem **negrito** nem *itálico* para este fim.
- **Uso de itálicas** - as itálicas devem ser usadas para ressaltar conceitos que se constituem em idéias-força que o autor quer destacar. Em nenhum caso deverá usar-se **negrito** ou sublinhado para este fim. As itálicas se aplicam também a todo *termo estrangeiro* que o autor utiliza no texto.
- Os **números cardinais** que se referem a enumerações se escrevem em letras, excetuando-se datas, anos de idade, tabelas e gráficos, volumes ou páginas; quando estão seguidos de unidades de medida; e quando correspondem a porcentagens. Nenhum parágrafo deve começar por um número escrito em cifras.
- **Gráficos e tabelas** devem ser enviados separados do arquivo do texto, numa versão em preto e branco e dentro da mancha da revista, indicando o lugar de sua inclusão no texto.
- As **citações bibliográficas** devem obedecer às normas da ABNT – NBR 10520, incluindo-as no texto. Ex. (Martins, 1986) Quando aparecem entre aspas deve-se acrescentar o número da página Ex.: (Martins, 1986, p. 95). Vários documentos de um mesmo autor com datas iguais devem ser distinguidos mediante acréscimo de letras minúsculas em ordem alfabética. (Ex.: Martins, 1986a) (Martins, 1996b). A referência a idéias de um autor (es) no texto, sem sua transcrição, segue o exemplo. Ex.: (Cf. Martins, 1986). Antes de enviar o texto o autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas.
- As **referências bibliográficas** ao final do artigo seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor (maiúscula), nome, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora, data da publicação, página e/ou volume, obedecendo às normas da ABNT, conforme exemplos abaixo:

LIVRO

EDER, K. *A nova política de classes*. São Paulo: EDUSC, 2002. 362p.

LIVRO DE VÁRIOS AUTORES

DONIOL-SHAW, G. et al. *Les plans d'égalité professionnelle: Étude/Bilan, 1983-1988*. Paris: La Documentation Française, 1989.

CAPÍTULO DE LIVRO

DINIZ, E. De Sarney a Collor: as metamorfoses da agenda pública. In: _____. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 113-138.

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR

ZICCARDI, Alicia. Las ciudades y la cuestión social. In: _____ (Org.) *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía*.

Los límites de las políticas sociales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 85-126. (Colección grupos de trabajo).

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR EM CONJUNTO COM OUTRO

HIRATA, H. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, M; _____. (Orgs.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC Editora. 2003. p. 15-20.

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA POR OUTRO AUTOR

SILVA, Léa da. Somos todos iguais? In: LOVELL, P. (Org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991. p.161-170.

ARTIGO EM REVISTA

HIRSCH, J. Políticas Ambientais Globais. *Caderno CRH*, Salvador, Centro de Recursos Humanos da UFBA, v. 14, n.35, p.107-122, jul./dez. 2001.

TESE ACADÊMICA

JESUS, S.C.S. *A crise do 'habitus' fordista: um estudo do processo de reestruturação do Banco do Brasil*. 2003. 154 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

OBRAS CONSULTADAS POR MEIO ELETRÔNICO

BOYER, R. Existe una crisis del Estado de bienestar? Estudio comparativo de la política social de Francia. In: OIT. Organización Internacional del Trabajo. 2002. Disponível em <http://www.ilo.com/ses>. Acesso em: 01.11.2003

SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

SANTOS, MILTON. INOVAÇÃO METROPOLITANA E ECONOMIA SEGMENTADA. IN: SEMINÁRIO METROPOLITANIZAÇÃO E SEDE URBANA- PERSPECTIVA DOS ANOS 90. RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO: IPPUR/CNPQ. 1990.

SEGUNDA OCORRÊNCIA DO MESMO AUTOR

GOFFMAN, E. *Encounters: two studies in the sociology of interaction*. Indianapolis: Bobbs-Merrill Educational Publishing. 1961.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes. 1983.

INDICAÇÃO DE EDIÇÃO ORIGINAL A OBRA (quando necessário)

No corpo do texto: (Durkheim, [1895] 1989).

Observação: A data entre colchete indica o ano de publicação original da obra. Ela só é indicada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes registra-se apenas a data da edição consultada pelo autor. Ex.: (Durkheim, 1989) (N.E.)

Nas referências bibliográficas:

Durkheim, Émile. *A divisão do trabalho social*. 1ª edição [1895]. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1989.

OBRA EM OUTRO IDIOMA

Não traduzir dados de referência, cf. GOFFMAN (1961) no exemplo acima.

Caderno

CRH

EDITOR CIENTÍFICO: Iracema Brandão Guimarães

COEDITOR CIENTÍFICO: Cristiana Mercuri, Jair Batista da Silva

EDITOR RESENHA: Graça Druck, Jair Batista da Silva

EDITOR ASSISTENTE: Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

SECRETARIA EXECUTIVA: Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

CONSELHO DE REDAÇÃO: Alvino Oliveira Sanches Filho, Anete Brito Leal Ivo, Graça Druck, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Iracema Brandão Guimarães, Jair Batista da Silva, Paulo Fabio Dantas Neto

ASSINATURA

NACIONAL R\$ 50,00 ()
INTERNACIONAL US\$ 50 ()

Número(s) Avulso(s) (): ____/____/____/____/____/____/____/____/____/____

Formas de pagamentos:

- a) Cheque nominal à UFBA/CRH ()
b) Boleto Banco do Brasil (GRU) - solicitar através de e-mail
ou telefone: (071) 3283-5857 / 3283-5856

Após preenchimento enviar via fax para (71) 3283-5856, juntamente com o comprovante de pagamento (GRU), ou via correio, com cheque anexado.

Nome: _____

Profissão: _____

Local de Trabalho: _____

End. para remessa: () residencial () comercial:

Rua: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____

País: _____ CEP: _____ Tel: () _____ Fax: () _____

Celular: _____ E-mail: _____

Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH/FFCH/UFBA
Editoria “Caderno CRH”
Estrada de São Lázaro, 197 – Federação
40.210-730 Salvador – Bahia – Brasil
Fone: 55 (71) 3283-5857 Fax: 55 (71) 3283-5851
www.scielo.br/ccrh www.cadernocrh.ufba.br revcrh@ufba.br



TABELA DE PREÇOS

Caderno Nº	TÍTULOS DISPONÍVEIS	Valor em R\$
47 maio/ago.2006	Violência, Criminalidade e Justiça (Org. Dossiê - Eduardo Paes-Machado)	20,00
49 jan./abr.2007	Desigualdades Sociais e Educação (Org. Dossiê - Ma. Ligia de O. Barbosa)	20,00
50 maio/ago.2007	Regimes de Bem-Estar e Pobreza (Org. Dossiê - Anete Brito Leal Ivo)	20,00
51 set./dez.2007	Globalização e Trabalho (Org. Dossiê - Paola Cappellin, Chistian Azaïs)	20,00
52 jan./abr.2008	Representação Política no Brasil (Org. Dossiê - Adrian G. Lavalle, Cícero Araujo)	20,00
53 maio/ago.2008	América Latina no Século XXI (Org. Dossiê - Heriberto Cairo)	20,00
55 jan./abr.2009	Finanças, Política e Território (Org. Dossiê - Leila Christina Dias)	20,00
57 set./dez.2009	Povos Indígenas do Brasil (Org. Dossiê - Heloisa Pagliaro)	20,00
58 jan./abr.2010	A Periferia em Debate (Org. Dossiê - Anete Brito Leal Ivo)	20,00
59 maio/ago.2010	Metrópole (Org. Dossiê - Inaiá Mª Moreira de Carvalho)	20,00
60 set./dez. 2010	Policimento e Polícia (Org. Dossiê - Eduardo Paes-Machado, Jacqueline de O. Muniz)	20,00
61 jan./abr.2011	Corpos, Lugares e Coisas (Org. Dossiê - Elena Calvo González, Iara Ma. de A. Souza, Paulo C. Alves)	20,00
SPE 01 2011	Trabalho, Precarização e Resistências (Org. Dossiê - Graça Druck, Tânia Franco)	20,00
62 maio/ago. 2011	Teoria Crítica (Org. Dossiê - Luiz Repa, Ricardo Terra)	20,00
63 set./dez. 2011	Conhecimento e Inovação (Org. Dossiê - Sonia K. Guimarães)	20,00
64 jan./abr. 2012	Amazônia (Org. Dossiê - Edna Castro)	20,00
65 maio/ago. 2012	Desenvolvimento e Cooperação Internacional (Org. Dossiê - Elsa Sousa Kraychete)	20,00
SPE 02 2012	Conhecimento e Ação (Org. Dossiê - João Carlos Salles)	20,00
66 set./dez. 2012	Sociologia Econômica (Org. Dossiê - Marcelo Sampaio, Cristiano Fonseca Monteiro)	20,00
67 jan./abr. 2013	Estágio Último da Crise: dimensões (Org. Dossiê - Jorge Nóvoa)	20,00
68 maio/ago. 2013	Trabalho e Desenvolvimento: um debate atual? (Org. Dossiê - José Ricardo Ramalho, Roberto Vêras de Oliveira)	20,00
69 set./dez. 2013	Ciência e Religião (Org. Dossiê - João Carlos Salles)	20,00
70 jan./abr. 2014	Trabalho Imaterial (Org. Dossiê - Henrique Amorim)	20,00
71 maio/ago. 2014	Habitação e Aluguel Social no Brasil (Org. Dossiê - Nelson Baltrusis, Laila Nazem Mourad)	20,00
72 set./dez. 2014	As Políticas Sociais Brasileiras (Org. Dossiê - Isabel P. H. Georges, Cibele S. Rizek, Marco Ceballos)	20,00
73 jan./abr. 2015	Sociologia periférica e questão racial: revisitando Guerreiro Ramos (Org. Dossiê - Breno Bringel, Christian Lynch, Marcos Chor Maio)	20,00
74 maio/ago. 2015	Democratização do ensino superior? (Org. Dossiê - Maria Ligia de Oliveira Barbosa)	20,00
75 set./dez. 2015	Para onde foram os sindicatos? (Org. Dossiê - Marco Aurélio Santana)	20,00
SPE 03 2016	Brasil na América do Sul: cooperação, democracia e desenvolvimento (Org. Dossiê - Denise Vitale)	20,00
76 jan./abr. 2016	A cooperação Sul-Sul do Brasil com a África (Org. Dossiê - Enara Echart Muñoz)	20,00
77 maio/ago. 2016	Ambiente e desenvolvimento (Org. Dossiê - Rodrigo Salles Pereira dos Santos, Neide Esterco)	20,00
78 set./dez. 2016	Sociologia da cultura contemporânea (Org. Dossiê - Edson Farias, Elder Maranhães Alves)	20,00
79 jan./abr. 2017	Trabalho: novos e velhos contextos (Org. Dossiê - Iracema B. Guimarães)	20,00
80 Maio/ago. 2017	Competição Política: Brasil e Argentina (Org. Dossiê - Gabriela Tarouco, Paulo Fábio Dantas Neto)	20,00